



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 17^a REUNIÃO

(1^a Sessão Legislativa Ordinária da 57^a Legislatura)

**17/08/2023
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Renan Calheiros
Vice-Presidente: Senador Cid Gomes**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

17^a REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57^a LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 17/08/2023.

17^a REUNIÃO, ORDINÁRIA

quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 49/2023 - Não Terminativo -	SENADOR FERNANDO DUEIRE	7
2	MSF 50/2023 - Não Terminativo -	SENADORA MARGARETH BUZETTI	49
3	MSF 51/2023 - Não Terminativo -	SENADOR ESPERIDIÃO AMIN	133
4	MSF 54/2023 - Não Terminativo -	SENADOR HAMILTON MOURÃO	220
5	MSF 55/2023 - Não Terminativo -	SENADOR MAURO CARVALHO JUNIOR	272

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES

Bloco Parlamentar Democracia(UNIÃO, MDB, PODEMOS, PDT, PSDB)

Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990	1 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(3)(6)	PB 3303-2252 / 2481
Randolfe Rodrigues(REDE)(3)(6)	AP 3303-6777 / 6568 / 1963 / 1964	2 Sergio Moro(UNIÃO)(3)(6)	PR 3303-6202
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261	3 Ivete da Silveira(MDB)(3)(6)	SC 3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(3)	PE 3303-3522	4 Efraim Filho(UNIÃO)(3)(6)	PB 3303-5934 / 5931
Marcos do Val(PODEMOS)(3)(14)(16)	ES 3303-6747 / 6753	5 Carlos Viana(PODEMOS)(3)(14)(16)	MG 3303-3100
Cid Gomes(PDT)(3)(8)	CE 3303-6460 / 6399	6 Leila Barros(PDT)(3)(8)	DF 3303-6427
Alessandro Vieira(MDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	7 Izalci Lucas(PSDB)(3)	DF 3303-6049 / 6050

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(REDE, PT, PSB, PSD)

Daniella Ribeiro(PSD)(2)	PB 3303-6788 / 6790	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-3172 / 1464 / 1467
Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768	2 Omar Aziz(PSD)(2)	AM 3303-6579 / 6581
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	3 Margareth Buzetti(PSD)(2)	MT 3303-6408
Vanderlan Cardoso(PSD)(2)	GO 3303-2092 / 2099	4 Sérgio Petecão(PSD)(2)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Jaques Wagner(PT)(2)	BA 3303-6390 / 6391	5 Beto Faro(PT)(2)	PA 3303-5220
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054 / 6743
Chico Rodrigues(PSB)(2)	RR 3303-2281	7 Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301

Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)

Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)(11)	SP 3303-1177 / 1797	1 Carlos Portinho(PL)(1)(11)	RJ 3303-6640 / 6613
Mauro Carvalho Junior(UNIÃO)(1)(15)(11)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775	2 Wilder Morais(PL)(1)(11)	GO 3303-6440
Tereza Cristina(PP)(5)(1)(11)	MS 3303-2431	3 Magno Malta(PL)(10)(5)(13)(11)	ES 3303-6370

Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)

Esperidião Amin(PP)(1)(12)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Ciro Nogueira(PP)(1)(12)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(1)(12)	RS 3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(1)(12)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- (5) Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sérgio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (7) Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senado Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- (8) Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- (9) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- (10) Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- (11) Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- (12) Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLID/BLPPREP).
- (13) Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).
- (14) Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDÉM).
- (15) Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
- (16) Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00

SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA

TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919

FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7

TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496

E-MAIL: cre@senado.leg.br

HTTPS://LEG.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC

OL=54



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

**1^a SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57^a LEGISLATURA**

Em 17 de agosto de 2023
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA
17^a Reunião, Ordinária

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE**

	Indicação de Autoridades
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Inclusão dos relatórios (15/08/2023 18:53)
2. Link (17/08/2023 08:34)

PAUTA

ITEM 1

MENSAGEM (SF) N° 49, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bósnia e Herzegovina.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Fernando Dueire

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2

MENSAGEM (SF) N° 50, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Margareth Buzetti

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3

MENSAGEM (SF) N° 51, DE 2023

- Não Terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pronto para deliberação**Textos da pauta:**

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 4**MENSAGEM (SF) N° 54, DE 2023****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Hamilton Mourão

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 5**MENSAGEM (SF) N° 55, DE 2023****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUSTAVO ROCHA DE MENEZES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Mauro Carvalho Junior

Relatório: Pronto para deliberação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

1

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE**CURRICULUM VITAE****MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARIA CLARA DUCLOS CARISIO**

CPF.: 361.498.707-82

ID.: 8633 MRE

1956 Filha de René Anje Carisio e Judith Duclos Carisio, nasce em 3 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- 1977 Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro
 1979 Pós-Graduação em Política Comercial do GATT/PNUD, Genebra, Suíça
 1981 Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco
 1991 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio Branco
 2004 Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco

Cargos:

- 1982 Terceira-secretária
 1987 Segunda-secretária
 1995 Primeira-secretária, por merecimento
 2000 Conselheira, por merecimento
 2006 Ministra de segunda classe, por merecimento
 2013 Ministra de primeira classe, por merecimento

Funções:

- 1983-87 Divisão de Europa I, terceira-secretária
 1987-91 Delegação Permanente do Brasil em Genebra, terceira-Secretária e segunda-secretária
 1991-94 Embaixada do Brasil em Dublin, segunda-secretária
 1994-97 Divisão de Comércio Internacional, segunda-secretária e primeira-secretária
 1997-99 Divisão de Política Comercial, assistente
 1999-2002 Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior, assessora
 2002-06 Missão do Brasil junto à União Europeia, Bruxelas, conselheira
 2006-11 Divisão da Ásia e Oceania I, chefe
 2011-15 Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania, diretora
 2016-19 Consulado-Geral do Brasil em Frankfurt, cônsul-geral
 2019- Embaixada do Brasil em Georgetown, embaixadora

FERNANDO PERDIGÃO
 Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 49, DE 2023

(nº 337/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bósnia e Herzegovina.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 337

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA CLARA DUCLOS CARISIO**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bósnia e Herzegovina.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA CLARA DUCLOS CARISIO** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 18 de julho de 2023.

EM nº 00198/2023 MRE

Brasília, 14 de Julho de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA CLARA DUCLOS CARISIO**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à Bósnia e Herzegovina, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIA CLARA DUCLOS CARISIO** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO N° 453/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bósnia e Herzegovina.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 19/07/2023, às 19:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4430827** e o código CRC **FE939CA9** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006490/2023-42

SUPER nº 4430827

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

BÓSNIA E HERZEGOVINA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Julho de 2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Bósnia e Herzegovina
GENTÍLICO	Bósnio
CAPITAL	Sarajevo
ÁREA	51.197 km ²
POPULAÇÃO	3,2 milhões (Fonte: Banco Mundial). Deve ser menor, mas não há censo atualizado
IDIOMAS	Bósnio, Croata e Sérvio (oficiais) + 17 línguas minoritárias reconhecidas
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (53%), Cristianismo ortodoxo (30%), Catolicismo (14%), outras religiões e ateus (3%) (Fonte: Departamento de Estado dos EUA).
SISTEMA DE GOVERNO	República Parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Assembleia Parlamentar da Bósnia e Herzegovina, composta pela Casa dos Povos (câmara alta) e pela Casa dos Representantes (câmara baixa)
CHEFES DE ESTADO	Željka Cvijanović (presidente de turno) Željko Komšić Denis Bećirović
CHEFE DE GOVERNO	Borjana Krišto
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Elmedin Konaković
PIB nominal (2022)	US\$ 24,5 bilhões (Fonte: Banco Mundial)
PIB per capita (2022)	US\$ 7.585 (Fonte: Banco Mundial)
PIB PPP per capita (2022)	US\$ 20.377 (Fonte: Banco Mundial)

IDH (2021)	0,780 (Fonte: PNUD)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2021)	98% (Fonte: Banco Mundial)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019)	76,8 anos (Fonte: OMS)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2022)	15,4% (Fonte: União Europeia)
UNIDADE MONETÁRIA	Marco conversível (BAM ou KM), equivalente a USD 0,56 (julho de 2023) e EUR 0,51 (câmbio fixo)

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
BRASIL → BÓSNIA- HERZEGOVINA	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	4,49	3,71	3,66	4,1	6,6	6,6
Exportações	1,1	0,986	1,5	1,5	0,9	2,1
Importações	3,39	2,73	2,16	2,6	5,7	4,5
Saldo	-2,29	-1,74	-0,660	-1,1	-4,8	-2,4

Fonte: ComexVis – Ministério da Economia

PERFIS BIOGRÁFICOS

PRESIDENTE DE TURNO DA PRESIDÊNCIA TRIPARTITE



ZELJKA CVIJANOVIC

Nascida em 4 de março de 1967, em Teslic.

Formada em Letras pela Universidade de Sarajevo e em Direito pela Universidade de Banja Luka.

Mestre em Direito Diplomático e Consular pela Universidade de Banja Luka.

Assessora e chefe de gabinete do então Primeiro-Ministro da RS, Milorad Dodik, de 2006 a 2010.

Ministra de Assuntos Econômicos e Cooperação Regional da República Srpska de 2010 a 2013.

Primeira-Ministra da República Srpska de 2013 a 2018.

Candidata à vaga de representante do povo sérvio na Presidência tripartite da Bósnia e Herzegovina, sendo derrotada por Mladen Ivanic, em 2014.

Presidente da República Srpska de 2018 a 2022.

Membro da Presidência tripartite da Bósnia e Herzegovina, representando o povo sérvio, desde novembro de 2022. Atual presidente de turno da Presidência tripartite
Casada com Aleksandar Cvijanovic, tem dois filhos.

PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS



BORJANA KRISTO

Nascida em 13 de agosto de 1961 em Livno.
Formada em Direito pela Universidade de Banja Luka em 1984.
Ministra da Justiça do Cantão da Herzegovina de 1999 a 2001.
Secretária do Cantão da Herzegovina de 2001 a 2003.
Presidente da Federação da Bósnia e Herzegovina de 2007 a 2011.
Membro da Casa dos Povos da Assembleia Parlamentar de 2011 a 2014.
Ministra da Justiça da Federação da Bósnia e Herzegovina de 2003 a 2006.
Membro da Casa dos Representantes da Assembleia Parlamentar de 2014 a 2022.
Vice-Presidente da Casa dos Representantes.
Vice-Presidente da União Democrática Croata (HDZ) desde 2015.
Casada.

MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS



ELMEDIN KONAKOVIC

Nascido em Sarajevo em 1974.

Formado em Educação Física pela Universidade de Sarajevo.

Jogador profissional de basquetebol de 1995 a 2002.

Treinador da seleção de basquetebol masculino da Bósnia e Herzegovina e do KK Bosna de 2002 a 2007.

Eleito vereador na municipalidade de Sarajevo Centro pelo Partido da Ação Democrática (SDA) em 2004.

Candidato derrotado à prefeitura de Sarajevo Centro em 2008.

Eleito membro da Assembleia do cantão de Sarajevo em 2010.

Primeiro-ministro do cantão de Sarajevo em 2015.

Saída do SDA e filiação ao "Povo e Justiça" em 2018.

Presidente da Assembleia Cantonal de Sarajevo de 2018 a 2020.

Membro da Casa dos Povos do Parlamento da Federação da Bósnia e Herzegovina desde 2019.

Casado com Dalija Hasanbegovic, com quem tem um filho.

RELAÇÕES BILATERAIS

A cooperação bilateral entre o Brasil e a Bósnia e Herzegovina (BiH) ainda é incipiente, tanto do ponto de vista político como econômico.

O Brasil reconheceu a Bósnia e Herzegovina em 1992, por ocasião de seu ingresso na ONU. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1995.

Em 1995, o Brasil enviou 35 observadores militares e 10 monitores policiais para integrar a operação de paz na ex-Iugoslávia (UNPROFOR).

A Embaixada brasileira em Sarajevo foi aberta em 2011. O Brasil é o único país da América Latina com embaixada residente em Sarajevo.

Em março de 2021, o MNE bósnio anunciou sua decisão de abrir representação diplomática em Brasília.

O ex-chanceler Sven Alkalaj visitou o Brasil em 2009. Os dois países assinaram, na oportunidade, acordo para abolir vistos em passaportes diplomáticos e oficiais, em vigor desde 2011.

Alkalaj retornou ao Brasil em 2010, para o Fórum Mundial da Aliança de Civilizações no Rio de Janeiro, quando também manteve reunião com o chanceler brasileiro.

O então ministro Celso Amorim visitou Sarajevo em junho de 2010, quando o Brasil decidiu abrir embaixada residente naquela capital. Também em 2010, realizou-se a primeira reunião de consultas políticas entre os dois países, em Sarajevo.

Em 2011, o ministro Antônio Patriota visitou Sarajevo.

Em julho de 2017, o senador Hélio José (então PMDB-DF) visitou Sarajevo, e reuniu-se com o ministro do Comércio Exterior e Relações Econômicas, Mirko Sarovic.

Em outubro do mesmo ano, o chanceler bósnio Igor Crnadak visitou o Brasil, e reuniu-se com o então ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes e proferiu palestra no Instituto Rio Branco. A visita incluiu também as cidades de São Paulo e de Campinas.

O ministro Mauro Vieira encontrou- se informalmente com o ministro dos Negócios Estrangeiros Elmedin Konakovic em Zagreb, em 2023.

A BiH tem, em geral, apoiado as candidaturas brasileiras apresentadas em foros e agências multilaterais, unilateralmente ou por meio de troca de votos.

Há dois acordos bilaterais em vigor, sobre isenção de vistos de curta duração para portadores de passaportes diplomáticos e oficiais, e portadores de passaportes comuns.

COMUNIDADE BRASILEIRA

A comunidade brasileira residente na Bósnia e Herzegovina conta com cerca de 60 brasileiros que trabalham no país, que são casados com cidadãos bósnios ou que atuam em projetos religiosos ou de assistência humanitária. Não há registro de inadmissões ou de dificuldades migratórias ou legais, tampouco registro de brasileiros presos.

POLÍTICA INTERNA

A Bósnia e Herzegovina tem sistema político complexo, definido pelo Acordo de Paz de Dayton e pela Constituição a ele anexa. O governo é constituído de modo a garantir o equilíbrio de poder entre as três principais etnias ou "povos constituintes" segundo a Constituição: bósnios, croatas e sérvios.

A Bósnia e Herzegovina é dividida em duas entidades, a Federação da Bósnia e Herzegovina e a Republika Srpska, além do distrito de Brcko,

conjuntamente administrado por ambas as entidades, que possuem presidências e conselhos de ministros locais independentes, com jurisdição sobre todas as matérias não tratadas pelo conselho de Ministros central. Possuem também seus legislativos regionais, respectivamente o Parlamento da Federação da Bósnia e Herzegovina e a Assembleia Nacional da Republika Srpska. Dispõem ainda de judiciários próprios, capitaneados pelas respectivas cortes supremas.

Nominalmente, a mais alta autoridade política da Bósnia e Herzegovina é o Alto Representante, administrador civil nomeado pela comunidade internacional, representada pelo Conselho de Implementação da Paz (PIC), composto por Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido, Rússia, Presidência da EU, Comissão Europeia e Organização da Cooperação Islâmica (representada pela Turquia).

O Alto Representante, atualmente o político alemão Christian Schmidt, exerce funções de poder moderador, interpretando em última instância os termos dos Acordos de Dayton. Os chamados "Poderes de Bonn" dão ao Alto Representante a capacidade de se imiscuir em todos os assuntos da política bósnia, podendo inclusive alterar e outorgar leis e remover e nomear autoridades.

Os três povos constituintes têm visões bastante diferentes sobre o caráter do estado que nasceu no pós-guerra e com os Acordos de Dayton. Os bosníacos têm uma visão mais inclusiva e defendem estruturas centralizadas mais fortes como em uma democracia ocidental, enquanto os bósnios-sérvios e os bósnios-croatas consideram sua identidade étnico-nacional como mais forte que a vinculação ao estado da BiH o que leva a constantes ameaças de separatismo.

Segundo a Constituição, a presidência tripartite é composta por um representante de cada povo constituinte. A presidência é rotativa e os três se revezam de oito em oito meses durante os quatro anos de mandato. Os membros da presidência são eleitos diretamente, sendo que os representantes dos povos bosníaco e croata são escolhidos pelos eleitores da Federação da Bósnia e Herzegovina (FBiH) e o representante do povo bósnio-sérvio é escolhido pelos eleitores da Republika Srpska. A presidência tripartite funciona como chefe de Estado coletivo e é responsável pela política externa e pela proposição da lei de orçamento, entre outras atribuições.

O chefe de Governo é o presidente do Conselho de Ministros, nomeado pela presidência tripartite e aprovado, juntamente com todo o gabinete, pela Casa dos Representantes (câmara baixa) da Assembleia Parlamentar.

O Governo é composto pelos ministros (dois dos quais com o título de vice-Presidente do Conselho, sendo cada um representante de um dos povos constituintes que não o do Presidente) e pelos vice-ministros (que não são do mesmo povo constituinte do titular da pasta). Dos dez ministros, como regra geral três pertencem a cada povo constituinte, e um aos chamados "outros", cidadãos que não se identificam com nenhum dos três povos constituintes. O Conselho de Ministros se ocupa da administração geral do Estado.

O Legislativo, no nível central, é representado pela Assembleia Parlamentar (*Parliamentarna skupstina*), composta por uma câmara alta, a Casa dos Povos (*Dom naroda*), e por uma câmara baixa, a Casa dos Representantes (*Predstavnicki dom*).

A Casa dos Povos é integrada por quinze delegados com mandatos de dois anos. Dois terços dos delegados (cinco bosníacos e cinco croatas) são indicados pela Federação da Bósnia e Herzegovina, e um terço (sérvios) pela Republika Srpska. Nove partidos políticos estão representados na Casa dos Povos.

A Casa dos Representantes é composta por 42 deputados eleitos de forma proporcional pelo voto popular, para um mandato de quatro anos. Dois terços (14 bosníacos e 14 croatas) são escolhidos pelos eleitores da FBiH, e um terço (14 sérvios), pelos eleitores da RS. Quatorze partidos políticos têm representantes na casa.

O Judiciário é independente do Executivo e do Legislativo. A Corte Constitucional é composta por nove juízes: quatro (dois bosníacos e dois croatas) escolhidos pela Casa dos Representantes do Parlamento da FBiH; dois (sérvios) escolhidos pela Assembleia Nacional da RS; e três juízes estrangeiros indicados pelo Presidente da Corte Europeia dos Direitos Humanos.

Em outubro de 2022, foram eleitos para a Presidência, tomando posse em 16 de novembro, Denis Becirovic, do SDP (Partido Social Democrata),

para a vaga bosníaca; Zeljko Komsic, da DF (Frente Democrática), reeleito para a vaga croata; e Zeljka Cvijanovic, do SNSD (Aliança dos Social Democratas Independentes), para a vaga sérvia.

Desde 25 de janeiro de 2023, o conselho de Ministros é presidido por Borjana Kristo, croata do HDZ-BiH (União Democrática Croata da Bósnia e Herzegovina), que sucedeu a Zoran Tegeltija, sérvio do SNSD.

Os vice-presidentes do Conselho são o ex-Presidente do Conselho, Zoran Tegeltija, ministro das Finanças e do Tesouro, sérvio do SNSD; e Zukan Helez, ministro da Defesa, bosníaco, do SDP.

A lista de todos os integrantes do governo inclui: Borjana Kristo, presidente (croata, HDZ); Zoran Tegeltija, Finanças e Tesouro (sérvio, SNSD); Zukan Helez, Defesa (bosníaco, SDP); Elmedin Konakovic, Negócios Estrangeiros (bosníaco, Povo e Justiça); Stasa Kosarac, Comercio Exterior e Relações Econômicas (sérvio, SNSD); Nenad Nesic, Segurança (sérvio, DNS); Davor Bunoza, Justiça (croata, HDZ); Dubravka Bosnjak, Assuntos Civis (croata, HDZ); Edin Forto, Comunicações e Transportes (bosníaco, Nossa Partido); e Sevlid Hurtic, Direitos Humanos e Refugiados ("outros", Partido Verde).

POLÍTICA EXTERNA

A Bósnia e Herzegovina é monitorada pelo Alto Representante da comunidade internacional e pelos países integrantes do Conselho de Implementação da Paz (PIC). Além dos vizinhos Croácia e Sérvia, os EUA, a UE, o Reino Unido, a Rússia, a Turquia, a China, a Arábia Saudita e o Catar, além de outros países, têm interesses políticos, econômicos e geoestratégicos diretos no país.

O principal objetivo da política externa é a acessão à União Europeia (UE) e à OTAN, o chamado "caminho euro-atlântico". A Bósnia tornou-se candidata à UE recentemente, mas há ainda um longo caminho para o país percorrer no cumprimento das reformas exigidas por Bruxelas, entre elas a adequação da legislação eleitoral às normas europeias, a melhora do funcionamento do Judiciário, o fortalecimento do combate à corrupção e ao

crime organizado, a reforma da administração pública e a proteção dos Direitos Humanos.

A entrada na OTAN também é outro passo importante da política externa bósnia. A Republika Srpska (RS) tenta se opor (por causa de sua proximidade com Moscou) e declarou-se uma entidade neutra, o que não tem qualquer valor porque as entidades não têm política externa independente. A RS tem dificultado a acessão à OTAN ao tentar impedir a transferência de propriedades militares da ex-Iugoslávia em seu território para o governo central, requisito para a entrada na organização.

O comando das instalações da OTAN em Sarajevo é dos EUA, e o governo norte-americano mostra-se abertamente favorável a quaisquer medidas que aproximem o país à Aliança Atlântica. A Embaixada dos EUA é bastante vocal com relação aos desdobramentos da política bósnia e há constantes reclamações de interferência em assuntos internos. A USAID continua sendo importante vetor de investimentos e financiamentos.

Alemanha, Áustria, França, Itália e Países Baixos são os principais países da UE com interesses estratégicos na região, e atuam com perfil elevado no país. Na condição de membros europeus do Conselho de Implementação da Paz (PIC), esses países buscam ativamente influenciar a política externa local em direção à Europa Ocidental. São grandes fornecedores de doações e cooperação técnica. A maioria dos países da Europa Ocidental continua a receber número significativo de emigrantes bósnios.

A Rússia tem longo e complexo relacionamento com a região nas vertentes cultural, política, energética e de informação, além de ligação com políticos locais. Os contatos bilaterais rarefizeram-se após 24 de fevereiro de 2022. A Bósnia e Herzegovina depende do gás russo. A Rússia não reconhece Christian Schmidt como Alto Representante e abandonou o PIC após sua indicação pelos demais países membros. O PIC continua a funcionar normalmente.

As relações com a China são fluidas e fundadas essencialmente na área econômica. A embaixada da China em Sarajevo é discreta e o seu embaixador mantém perfil baixo. A China tem contemplado a Bósnia e Herzegovina no projeto "Belt and Road Initiative". Prevê-se que graças aos novos projetos a China deverá estar no topo da lista de investidores e credores estrangeiros do país na próxima década.

Por ser um dos únicos países de maioria muçulmana na Europa, a Bósnia e Herzegovina tem intensa relação com os países do mundo árabe e muçulmano. O turismo receptivo cresce rapidamente, bem como a construção de condomínios exclusivos para muçulmanos, em especial vindos dos países do Golfo. A cooperação cultural se desenvolve inclusive por ações da Organização da Cooperação Islâmica (OIC), na qual o país tem status de observador.

As relações bilaterais com países da América Latina são ainda incipientes. A embaixada da Bósnia e Herzegovina em Washington administra as relações com toda a América Latina, exceto Cuba. Em Sarajevo, a única embaixada latino-americana residente é a do Brasil. Em 2021, foi anunciada a abertura de embaixada residente em Brasília.

ECONOMIA

A Bósnia e Herzegovina (BiH) tem sofrido com as consequências econômicas da pandemia, apesar de ter apresentado fundamentos econômicos sólidos, embora o ambiente político, regulatório e de negócios apresente deficiências. A corrupção é endêmica e a fuga de jovens para outros países europeus é preocupante a médio prazo.

Embora o Banco Central da Bósnia e Herzegovina busque atingir os critérios de convergência macroeconômica de Maastricht, as pressões inflacionárias têm preocupado desde o início da guerra na Ucrânia. Mesmo que o crescimento da inflação tenha desacelerado no final de 2022, espera-se que a tendência continue durante o ano de 2023, ficando em torno de 5 a 7%, bem acima dos níveis de antes da pandemia.

Segundo o Banco Central, o volume de investimentos diretos estrangeiros, entre janeiro e setembro de 2022, foi de cerca de USD 461,1 milhões. Os maiores investidores foram a Áustria (USD 90,7 milhões), a Suíça (USD 73,5 milhões) e a Eslovênia (USD 53,4 milhões). Os maiores estoques de investimentos no país são da Áustria (USD 1,58 bilhão), da Croácia (USD 1,49 bilhão) e da Sérvia (USD 1,23 bilhão).

A taxa de desemprego foi de 14,1% em 2022, atingindo 35,1% entre os jovens de 15 a 24 anos. Cabe notar que parte crescente da população

jovem tende a emigrar para países da União Europeia em busca de melhores oportunidades de trabalho.

A BiH assinou, em 2016, Protocolo de Adaptação do Acordo de Estabilização e Associação com a União Europeia. Com relação às negociações da BiH para entrada na OMC, as tratativas bilaterais sobre acesso a mercado para carne de frango brasileira foram concluídas em 2018. Resta pendente, como condição de ingresso da BiH na Organização Mundial do Comércio (OMC), assinatura de protocolo entre este país e a Rússia.

Em 2022, as exportações da Bósnia e Herzegovina totalizaram, o equivalente a USD 9,7 bilhões, sendo que as importações atingiram USD 15,4 bilhões, com um déficit resultante de USD 5,7 bilhões.

Os principais destinos das exportações foram a Croácia (USD 1,44 bilhão), a Alemanha (USD 1,44 bilhão) e a Sérvia (USD 1,27 bilhão).

As importações foram provenientes principalmente da Itália (USD 1,9 bilhão), da Sérvia (USD 1,64 bilhão) e da Alemanha (USD 1,6 bilhão).

Os principais produtos da pauta de exportações são: metais e produtos de metal (23%); maquinário e equipamentos elétricos, de imagem e de som (14%); minérios (11%); produtos manufaturados diversos (9%); e produtos químicos e similares (7%). A pauta de importações compõe-se principalmente de: minérios (17%); metais e produtos de metal (16%); maquinário e equipamentos elétricos, de imagem e de som (13%); produtos alimentícios, bebidas e tabaco (8%); e produtos químicos e similares (8%).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1992 – Reconhecimento da Bósnia-Herzegovina pelo Brasil;

1995 - Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a Bósnia e Herzegovina;

2009 - Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Bósnia e Herzegovina, por ocasião do Fórum Mundial da Aliança de Civilizações;

2010 – Primeira reunião de Consultas Políticas bilaterais;

2010 – Visita do ministro Celso Amorim à Bósnia e Herzegovina;

2010 – Abertura da Embaixada do Brasil em Sarajevo;

2014 - Abertura de Consulado temporário da Bósnia e Herzegovina no Rio de Janeiro, no contexto da participação da seleção nacional bósnia na Copa do Mundo da FIFA;

2021 - Anúncio da decisão relativa à abertura da Embaixada da Bósnia e Herzegovina em Brasília.

ATOS BILATERAIS

Existem atualmente dois atos bilaterais em vigor, a saber:

- Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais.
- Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM SARAJEVO**

RELAÇÕES COM A BÓSNIA E HERZEGOVINA

Candidata

EMBAIXADORA MARIA CLARA DUCLOS CARÍSIO

Julho de 2023

PERFIL DO CANDIDATO

Nascida no Rio de Janeiro em 3/3/1956, filha de René Anje Carisio e de Judith Duclos Carisio, formou-se em Economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1977.

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1980, tomando posse como Terceira Secretária da Carreira de Diplomata em 1982.

Trabalhou como assistente nas Divisões de Europa, Política Comercial e Integração Regional, e foi chefe da Divisão de Ásia e Oceania e Ásia e do Departamento de Ásia Central e Meridional do Ministério das Relações Exteriores.

Serviu na Missão Permanente em Genebra, na Embaixada em Dublin e na Missão junto à União Europeia.

Foi Cônsul-Geral do Brasil em Frankfurt e Embaixadora em Georgetown.

SITUAÇÃO ENTRE O BRASIL E A BÓSNIA E HERZEGOVINA

I - RELAÇÕES DIPLOMÁTICAS

A cooperação bilateral entre o Brasil e a Bósnia e Herzegovina (BiH) ainda é incipiente, tanto do ponto de vista político como econômico. Por causa da pandemia, vários projetos previstos para ampliar essa cooperação foram suspensos por mais de dois anos.

O Brasil reconheceu a Bósnia e Herzegovina em 1992, por ocasião de seu ingresso na ONU. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1995, após o fim do conflito. Na ocasião, o Brasil enviou 35 observadores militares e 10 monitores policiais para integrar a operação de paz na ex-Iugoslávia (UNPROFOR). A Embaixada em Sarajevo foi aberta em 2011.

Em março de 2021 o governo bósnio anunciou sua decisão de abrir embaixada residente em Brasília. A Bósnia ocupará um dos prédios do complexo diplomático da ex-República Socialista da Iugoslávia em Brasília.

O contato entre políticos é muito esparso, mas deve ficar registrado encontro informal recente do senhor M.E. com o ministro dos Negócios Estrangeiros da Bósnia e Herzegovina, Elmedin Konakovic, em Zagreb, no início de 2023.

Em 2009, o então MNE bósnio realizou visita oficial ao Brasil e voltou em 2010, por ocasião do Fórum Mundial da Aliança das Civilizações. Em 2010, realizou-se a primeira reunião de consultas políticas entre os dois países, em Sarajevo, com participação dos diretores do DEU e do DOI. Em 2011, o então ministro Antônio Patriota visitou Sarajevo. O então MNE Igor Crnadak realizou visita ao Brasil em 2017, ocasião em que mostrou interesse no estreitamento das relações bilaterais, no incremento do comércio e em investimentos brasileiros.

No que diz respeito à cooperação em foros multilaterais, a BiH tem, em geral, apoiado candidaturas brasileiras, unilateralmente ou por meio de troca de votos.

Há, atualmente, dois acordos bilaterais em vigor, sobre isenção de vistos de curta duração em passaportes diplomáticos e oficiais, e em passaportes comuns. A isenção de vistos facilitou o incremento de turismo de brasileiros para a cidade de Mostar e para o santuário católico de Medjugorje.

Estão em negociação ~~de~~ dois instrumentos bilaterais: o Memorando de Entendimento entre o IBr e o MNE local sobre Cooperação Mútua no Treinamento de Diplomatas e o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas.

II – COOPERAÇÃO ECONÔMICO-COMERCIAL

O comércio bilateral, de pequeno volume, tem aumentado nos últimos anos, com tendência de déficit para o Brasil. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), as exportações brasileiras somaram, em 2020, USD 1,52 milhão; em 2021, USD 930 mil; e em 2022, USD 2,62 milhões. As exportações da BiH totalizaram, em 2020, USD 2,56 milhões; em 2021, USD 5,72 milhões; e em 2022, USD 4,66 milhões. O déficit comercial brasileiro variou de USD 1,04 milhão, em 2020, para USD 4,79 milhões em 2021, e USD 2,04 milhões em 2022.

A corrente de comércio cresceu 78% no período, passando de USD 4,08 milhões em 2020, para USD 6,65 milhões em 2021, e USD 7,28 milhões em 2022. Nesse período de três anos, os principais produtos exportados pelo Brasil foram ferramentas de motor de uso manual (18,2%), máquinas de lavar louça (17,9%), facas (9,8%), máquinas e aparelhos mecânicos diversos (7,8%) e açúcar (4,8%). Os principais produtos exportados pela BiH foram rolamentos (18,7%), calçados com sola exterior, borracha ou plástico (16,9%), quadros para comando elétrico (9,0%), centrifugadores para filtragem (6,3%) e partes e acessórios de veículos (4,5%).

A empresa farmacêutica de genéricos brasileira EMS, com subsidiária em Belgrado, tem interesse em comprar a principal empresa farmacêutica local, a Bosnalijek d.d. Sarajevo. Embora a BiH seja pequeno mercado consumidor de produtos finais, pode haver complementaridade com a indústria brasileira nos setores de bens primários e intermediários, bem como oportunidades de investimentos do Brasil neste mercado. Caberia, portanto, considerar a realização de contatos entre empresários de ambos os países, preferencialmente por meio de missões empresariais brasileiras à região dos Balcãs Ocidentais.

A Bósnia e Herzegovina é parte do Acordo de Livre Comércio da Europa Central - CEFTA (integrado por Albânia, BiH, Kosovo, Macedônia do Norte, Moldova e Sérvia). Durante a visita do MNE bósnio em 2017, o então ministro Aloysio Nunes indicou que se poderia estudar entendimento entre aquela organização e o MERCOSUL. A aproximação MERCOSUL-CEFTA seria mutuamente benéfica ao dar impulso ao CEFTA e abrir a região ao MERCOSUL. O acordo MERCOSUL-União Europeia, caso aprovado, poderá dar impulso à aproximação bilateral.

No que diz respeito a eventos de negócios neste país, ocorre anualmente o "Sarajevo Business Forum", voltado à criação de parcerias e exploração de oportunidades de investimento no Sudeste da Europa (Albânia, BiH, Croácia, Eslovênia, Kosovo, Macedônia do Norte, Montenegro e Sérvia). Outro evento potencialmente relevante para o Brasil é a "Sarajevo Halal Fair", dirigido a produtores, consumidores e exportadores de produtos com certificação halal, incluindo alimentos, cosméticos, produtos farmacêuticos, entre outros. Ambos os eventos são organizados pelo Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB), pelo Banco Bósnia Internacional (BBI), pelo "Dubai Islamic Bank" (DBI) e pelo "Abu Dhabi Islamic Bank" (ADBI).

III - DIFUSÃO CULTURAL

A Embaixada tem atuado, com a intensidade possível, na área cultural. A cultura tem papel importante na divulgação do nosso país dada a distância geográfica entre o Brasil e a Bósnia e a falta de comunicação direta entre os dois países, o que limita o turismo e o comércio.

Lamentavelmente, como seria de se esperar, as atividades culturais foram fortemente afetadas, pelas restrições causadas pela pandemia de COVID-19, especialmente nos anos de 2020, 2021 e em parte de 2022. Em alguns setores, como cinema e música, foram realizadas atividades online para tentar manter ativo o interesse do público.

Desde 2019, o posto tem participado do Festival de Cinema "Pravo Ljudski" (Realmente Humano), que exibe filmes voltados à temática dos direitos humanos e da ética em questões ambientais e sociais. Em 2021, o festival contou com segmento dedicado ao cinema brasileiro, no qual foram exibidos nove filmes nacionais.

Ainda no âmbito da promoção do cinema nacional, o posto organizou, em 2021, festival de filmes brasileiros no "Kino Meeting Point", importante cinema cultural de Sarajevo. Durante quatro dias, foram exibidos os seguintes filmes, em sessões gratuitas para o público: "Bacurau", "Pacarrete", "Aquarius" e "Café com Canela". O evento, realizado com apoio decisivo da SERE, contou com ampla cobertura pela mídia bósnia e contribuiu de maneira positiva para a difusão da cultura brasileira neste país e também para a divulgação da presença desta Embaixada em Sarajevo. Encontram-se em andamento tratativas para a realização da segunda edição do evento, no segundo semestre de 2023.

Na seara musical, o posto organizou, em 2021, série de dez programas semanais de música brasileira, em parceria com a "Rádio Sarajevo" e contando também com decisivo apoio da SERE. Cada episódio do programa, intitulado "Brasil je sa S" (Brasil é com "S"), teve como foco um gênero musical brasileiro, tais como bossa nova, MPB tradicional, samba tradicional, rock, música eletrônica e funk. Dada a excelente receptividade da iniciativa, será realizada nova edição ainda em 2023, já autorizada.

A participação de artistas brasileiros no Festival de Artes de Rua de Mostar tem sido frequente. Em 2022, o posto apoiou a vinda do artista Alex Senna, para a instalação de mural de caráter semipermanente naquela cidade. Há outros dois murais de artistas brasileiros também em Mostar. Este ano, os organizadores do festival têm mantido contato com o posto em razão do interesse em promover a vinda da artista brasileira Priscila Barbosa.

A língua portuguesa, inclusive na sua variante brasileira, ainda tem pouca penetração na BiH. A Embaixada não tem conhecimento da existência de escolas que ofereçam o idioma português ou de leitorados de língua portuguesa no país. Nesse contexto, e tendo em vista que a comunidade brasileira é muito pequena e distribuída geograficamente, o que dificulta ações presenciais de promoção do português como língua de herança, o Posto optou por realizar atividades culturais relacionadas a música e cinema que, em alguma medida, estabelecem primeiros contatos ou reforçam a relação do público local com a variante brasileira do idioma português.

O Posto também participa há muitos anos do Bazar Diplomático de Inverno, evento benéfico realizado anualmente pelo corpo diplomático em Sarajevo. O estande da embaixada é sempre um dos mais lotados e é muito bem recebido pelo público presente. Em geral, são oferecidos itens da culinária brasileira, como coxinha, feijoada, brigadeiros e caipirinha.

A embaixada publicou em janeiro de 2023, para distribuição, versão atualizada do livro culinária *Ukusi Brazilia, Sabores do Brasil*, preparado pelo posto. São 200 exemplares em cores e com fotografias dos pratos.

IV – ATENDIMENTO CONSULAR

A comunidade brasileira residente na BiH é reduzida. Conta com cerca de 60 nacionais que aqui vivem em razão de trabalho, de terem se casado com cidadãos bósnios ou de atuarem em projetos religiosos ou de assistência humanitária, por vezes há muitos anos. Não há registro de inadmissões ou de dificuldades migratórias ou legais, tampouco registro de brasileiros presos.

O Posto presta serviços regulares relacionados a emissão de passaportes, certidões, procurações, devolução de documentos perdidos a turistas ou brasileiros residentes, emissão de vistos etc. Atua, ademais, na tramitação de documentos de cooperação jurídica internacional relacionados à BiH. Os casos de assistência consular são raros. A Embaixada já prestou auxílio a cidadãos argentinos no âmbito do Mecanismo de Cooperação Consular do Mercosul.

A Embaixada contava até 2020 com um Cônsul Honorário, Sr. Mahir Hadziahmetovic, que assumiu suas funções em 2012. Não há ninguém em vista para substituí-lo.

A renda consular anual totalizou, em 2020, USD 4.650,87; em 2021, USD 1.168,48; em 2022, USD 2.113,28; de janeiro a maio de 2023, USD 1299,05.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Competência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Promover serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fazer gestões para o apoio a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais.
6. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
7. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
8. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO
Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Assegurar o reconhecimento do posto como entidade de referência nas relações Brasil-Bósnia e Herzegovina, capacitado a promover e administrar, com integridade e visão global, as relações bilaterais com os dois países, em todos os níveis e domínios temáticos. Defender e promover a boa imagem do Brasil e dos interesses brasileiros na Bósnia e Herzegovina, por intermédio de atuação diplomática de excelência, maximizando a geração de benefícios concretos para a população brasileira e contribuindo ativamente para o desenvolvimento nacional.

MISSÃO DO POSTO

Executar a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com a Bósnia e Herzegovina, tanto em contatos com o governo quanto com os setores privados locais e as sociedades dos dois países, de maneira geral, assim como no que toca ao fomento da cooperação em todos os níveis. Prestar serviços consulares de alta qualidade ao cidadão brasileiro na Bósnia e Herzegovina.

Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos verificados no país e em seu entorno regional e seus reflexos sobre interesses estratégicos da política externa brasileira.

Fazer gestões em prol do apoio do país a pleitos brasileiros em organismos internacionais, bem como acompanhar a tramitação de temas e de atos internacionais do interesse do Brasil.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Competência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Consolidar a parceria política do Brasil com a Bósnia e Herzegovina, e ampliar a inserção econômica competitiva do Brasil.
2. Promover interesses econômicos e comerciais do Brasil na Bósnia e Herzegovina, por meio da promoção de imagem positiva dos produtos brasileiros.
3. Promover os interesses econômicos e comerciais brasileiros na Bósnia e Herzegovina, assim como identificar e divulgar oportunidades de novos negócios, que possam interessar aos diferentes setores da economia brasileira.

4. Estimular a cooperação educacional e o intercâmbio científico entre o Brasil e Bósnia e Herzegovina, em benefício do aprofundamento das relações bilaterais e da ampliação do conhecimento mútuo.
5. Promover, junto a diferentes segmentos das sociedades de ambos os países, a imagem e a cultura do Brasil, em toda sua diversidade, e nas mais distintas linguagens artísticas, e divulgar a língua portuguesa, na variante brasileira.
6. Promover cooperação ampla e produtiva com a Bósnia e Herzegovina em todas as áreas de interesse comum, explorando mecanismos de diálogo e oportunidades de intercâmbio de boas práticas.
7. Fortalecer as relações bilaterais com a Bósnia e Herzegovina, assim como com blocos regionais aos quais a Bósnia e Herzegovina está vinculada, a exemplo do CEFTA.
8. Oferecer apoio ao diálogo interparlamentar com a Bósnia e Herzegovina.
9. Ampliar o conhecimento brasileiro e informar a Secretaria de Estado sobre a realidade política, econômica, cultural e tecnológica da Bósnia e Herzegovina, com vistas a subsidiar a condução das relações bilaterais.
10. Fomentar a imagem e a cultura do Brasil na Bósnia e Herzegovina, com a promoção ativa da língua portuguesa e de atividades musicais nas vertentes clássica e popular.
11. Ampliar o diálogo sobre temas de política internacional, no que tange a processos e iniciativas em mecanismos e foros regionais e multilaterais, explorando oportunidades de trocas de apoio e de concertação em áreas de convergência de interesses.
12. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho cotidiano do posto, de forma a manter o nível de excelência dos serviços diplomáticos da Embaixada e a adequada prestação de contas à sociedade brasileira.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
 (Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do posto)

I - PROMOÇÃO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Intensificar eventos de promoção comercial e participação em feiras na Bósnia e Herzegovina.
- Explorar a possibilidade de estabelecimento de Câmara de Comércio Brasil- Bósnia e Herzegovina, bem como de abertura de SECOM na Embaixada em Sarajevo.
- Elaborar e enviar regularmente análises econômicas e de inteligência de negócios, assim como identificar oportunidades de negócios na Bósnia e Herzegovina e prestar apoio técnico e institucional a empresários brasileiros interessados em exportar ou instalar-se na região.
- Elaborar análises regulares do comércio bilateral com a Bósnia e Herzegovina, a partir de dados estatísticos fornecidos por organismos oficiais dos países e de organismos internacionais.
- Identificar estratégias de promoção de produtos e de serviços brasileiros no mercado da Bósnia e Herzegovina, em parceria com a Apex-Brasil e com as associações profissionais, no âmbito dos projetos setoriais desenvolvidos por essas entidades.
- Divulgar o potencial e as oportunidades de investimento no Brasil, assim como medidas do governo brasileiro na área de economia e negócios, para empresas e investidores da Bósnia e Herzegovina.
- Estimular o fluxo de turistas nos dois sentidos.
- Apoiar missões de autoridades brasileiras com vistas a atrair investimentos diretos para o Brasil.
- Monitorar e dar divulgação a concorrências públicas abertas na Bósnia e Herzegovina que possam ser de interesse para empresas brasileiras.
- Promover a imagem do agronegócio brasileiro e do Brasil como fornecedor seguro e confiável de alimentos, por meio da difusão de informações atualizadas e precisas.
- Monitorar notícias e comentários publicados em órgãos de imprensa local que tenham potencial para causar dano à imagem e à reputação dos produtos brasileiros.
- Promover a imagem do Brasil, junto à opinião pública e ao governo bósnio, em matéria de combate ao desmatamento, agricultura sustentável, uso de energias renováveis, soluções tecnológicas para descarbonização e potencial parceria na área energética.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de contatos e gestões realizados junto a atores locais (representantes do governo e do setor privado bósnio) para promover interesses brasileiros.
- Número de iniciativas e eventos organizados pela Embaixada ou com apoio dela, para promover produtos brasileiros na Bósnia e Herzegovina, assim como para divulgar oportunidades de investimentos no Brasil.
- Número de iniciativas realizadas com apoio da Embaixada para divulgar informações sobre a economia brasileira.

- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre a economia local, bem como sobre outros assuntos relacionados à economia nacional ou à relação da Bósnia e Herzegovina com terceiros países e organizações.
- Número de análises setoriais sobre segmentos que apresentam possibilidades de negócios para os produtos e serviços brasileiros.
- Número de atendimentos a empresas bósnias em busca de informações sobre o mercado brasileiro.
- Número de atendimentos a empresas brasileiras em busca de informações sobre o mercado da Bósnia e Herzegovina.
- Número de reuniões com empresas brasileiras com interesse em investir na Bósnia e Herzegovina.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Realizar gestões para a realização de visitas de altas autoridades bósnias ao Brasil.
- Aprofundar a cooperação entre parlamentos, mediante criação de grupo de amizade parlamentar Brasil-Bósnia e Herzegovina.
- Fortalecer o diálogo entre as Missões Permanentes dos dois países junto à Organização das Nações Unidas, em Nova York, sobretudo no que se refere a temas de paz e segurança, bem como a coordenação do Conselho de Direitos Humanos (CDH-Genebra).
- Intensificar a cooperação entre as Academias Diplomáticas.
- Manter canais regulares de diálogo e interação com o governo bósnio, particularmente por intermédio do Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Acompanhar, desde a perspectiva do interesse nacional brasileiro, a evolução das políticas interna e externa da Bósnia e Herzegovina.
- Elaborar informações regulares com registro e análise sobre a situação política bósnia, de modo a permitir que o governo brasileiro conheça o processo decisório e as principais tendências políticas, em diferentes áreas, assim como as disputas partidárias e o cenário eleitoral local.
- Realizar gestões e coordenar posições com a Bósnia e Herzegovina em organismos multilaterais, à luz do interesse nacional.
- Buscar o apoio bósnio a candidaturas de interesse brasileiro a cargos e mandatos em organismos multilaterais, bem como à realização de eventos internacionais no Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de visitas e missões oficiais de autoridades brasileiras e bósnias, incluindo aquelas de representantes dos Poderes Legislativo e Judiciário e dos entes federativos brasileiros.

- Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações junto aos Ministérios dos Negócios Estrangeiros tanto da Bósnia e Herzegovina.
- Número de gestões realizadas junto a autoridades bósnias em favor de posições e candidaturas brasileiras em organismos multilaterais.
- Número de expedientes telegráficos que versem sobre as políticas interna e externa da Bósnia e Herzegovina.
- Número de missões, visitas, reuniões e encontros de parlamentares.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Acompanhar e analisar, à luz dos interesses brasileiros, as atividades desempenhadas pela Bósnia e Herzegovina em foros multilaterais, tais como as Nações Unidas e seus órgãos, agências e programas especializados.
- Promover o diálogo com representantes governamentais bósnios sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais.
- Encaminhar pedidos de apoio e realizar gestões presenciais em favor de candidaturas e iniciativas brasileiras em organismos multilaterais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações relativas à concertação entre os dois países em mecanismos multilaterais.
- Número de encontros, virtuais ou presenciais, assim como de gestões e outras ações efetuadas junto aos governos dos dois países em apoio a candidaturas de interesse do Brasil a cargos internacionais.

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Promover a imagem e a cultura brasileiras na Bósnia e Herzegovina.
- Apoiar a difusão e promoção da cultura brasileira junto à sociedade local, estimulando a diversificação das referências culturais brasileiras para além daquelas já conhecidas pelo público local.
- Incentivar as editoras locais a participar dos programas governamentais de apoio a tradução de obras brasileiras para idiomas estrangeiros.
- Apoiar a participação de artistas brasileiros em festivais e eventos culturais na Bósnia e Herzegovina.

- Apoiar a realização de debates, seminários e palestras sobre aspectos da cultura e da sociedade brasileira em universidades e instituições culturais e de pesquisa da Bósnia e Herzegovina.
- Apoiar iniciativas de promoção da vertente brasileira da língua portuguesa, inclusive por meio da celebração anual do Dia Mundial da Língua Portuguesa.
- Apoiar a promoção da música clássica brasileira por meio das parcerias estabelecidas com promotores culturais locais.
- Estimular o contato do público local com o cinema brasileiro, por meio da exibição de filmes pela Embaixada e do apoio a participações de obras brasileiras em festivais de cinema na Bósnia e Herzegovina.
- Inserir apresentações de música popular brasileira na programação de festivais de música locais, atendendo à forte curiosidade e demanda pela cultura popular brasileira.
- Manter contatos com jornalistas e representantes da mídia com vistas a ampliar a compreensão e o interesse dos formadores de opinião locais pelo Brasil.
- Estimular a cobertura midiática, sobretudo de rádio e tevê, de expressões da cultura brasileira.
- Fomentar localmente práticas esportivas tipicamente brasileiras, como o Jiu-Jitsu e a Capoeira.
- Promover vínculo entre interlocutores locais e brasileiros com vistas ao intercâmbio cultural continuado, sobretudo na área da música e da arte urbana.
- Promover a participação brasileira em feiras culturais voltadas ao turismo, apresentando a gastronomia brasileira e destinos de viagem no Brasil.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas relacionados à imagem, cultura e destinos turísticos do Brasil.
- Número de eventos culturais realizados na Bósnia e Herzegovina com apoio financeiro ou institucional da Embaixada.
- Número de seminários, debates e palestras sobre aspectos da cultura e sociedade brasileiras realizados com apoio financeiro ou institucional da Embaixada.
- Número de participações de representantes da Embaixada em eventos e atividades com promoção da cultura brasileira organizados por instituições locais.
- Número de parcerias firmadas pela Embaixada com instituições locais do setor cultural.
- Número de festivais, feiras culturais e eventos voltados ao turismo de que a Embaixada participou.
- Número de artigos em mídias locais em que o Brasil ou a cultura brasileira tem destaque.
- Número de iniciativas e ações de intercâmbio cultural estabelecidos entre agentes locais e brasileiros a partir do contato inicial promovido pela Embaixada.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Ampliar o diálogo bilateral em temas ambientais, para fomentar o conhecimento mútuo sobre as respectivas realidades e desafios, e avaliar áreas onde há potencial para a cooperação bilateral com a Bósnia e Herzegovina.
- Promover o diálogo bilateral sobre posições defendidas nacionalmente em organismos multilaterais em relação à proteção dos povos autóctones do Brasil e a temas ambientais, inclusive sobre mudança do clima e preparação do Brasil para sediar a COP-30, e coordenar posições, sempre que possível.
- Acompanhar, analisar e informar o governo brasileiro sobre iniciativas e ações na Bósnia e Herzegovina nas áreas de mudança do clima, promoção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.
- Informar os governos locais sobre os esforços governamentais com vistas ao desenvolvimento sustentável no Brasil e à redução do desmatamento, mitigando a circulação de informações falsas ou imprecisas.
- Buscar apoio às candidaturas brasileiras nos órgãos multilaterais que coordenam a pauta internacional do desenvolvimento sustentável e da proteção ao meio ambiente.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões e gestões bilaterais sobre temas ambientais, inclusive mudança do clima, proteção da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e transição energética.
- Proporção do apoio da Bósnia e Herzegovina às candidaturas brasileiras em órgãos multilaterais voltados aos temas ambientais.
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas ambientais.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Promover a imagem do Brasil como país detentor de avançado setor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I).
- Estimular o aprofundamento de parcerias de universidades brasileiras com contrapartes da Bósnia e Herzegovina, facilitando o estabelecimento de acordos e o intercâmbio acadêmico.
- Facilitar a eventuais instalações de empresas brasileiras em parques tecnológicos bósnios.
- Manter informado o governo brasileiro sobre temas relevantes relacionados ao sistema de C&T e ao ecossistema de inovação na Bósnia e Herzegovina.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de projetos, iniciativas e acordos de cooperação bilateral entre instituições ciência, tecnologia e inovação.

- Número de expedientes telegráficos da Embaixada com informações sobre o setor de ciência, tecnologia e inovação na Bósnia e Herzegovina.
- Número de eventos na área de que a Embaixada participa.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior do Brasil com contrapartes da Bósnia e Herzegovina.
- Fomentar a interlocução de acadêmicos brasileiros com instituições de ensino superior locais, bem como prestar-lhes apoio quando necessário.
- Difundir oportunidades de intercâmbio acadêmico e de realização do ensino superior no Brasil, como o Programa de Mobilidade Internacional do Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras (GCUB-MOB).
- Divulgar e apoiar candidatos locais ao Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), iniciativa administrada pelo MRE e pelo MEC que contempla cidadãos da Bósnia e Herzegovina.

i) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de parcerias e acordos celebrados por instituições educacionais brasileiras com contrapartes bósnias.
- Número de brasileiros a participar de seminários e outras iniciativas acadêmicas locais.
- Número de indivíduos interessados nos programas de bolsa para realização do ensino superior no Brasil e no PEC-G.
- Número de acadêmicos bósnios a realizar visita de trabalho no Brasil e a buscar especialização no país.
- Número de participações da Embaixada em atividades promovidas por instituições educacionais da Bósnia e Herzegovina.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Acompanhar os debates sobre direitos humanos no âmbito das instituições bósnias, com especial enfoque em temas que tenham relevância para a imagem e os interesses do Brasil.
- Examinar a possibilidade de fomentar o diálogo bilateral em foros internacionais sobre a temática de direitos humanos.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões, presenciais ou virtuais, gestões e outras ações para o fomento do diálogo bilateral em matéria de direitos humanos.
- Número de expedientes telegráficos sobre iniciativas de promoção de direitos humanos e diálogo bilateral em referida matéria.

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- Continuar negociações com vistas à adoção de acordos bilaterais de cooperação para assistência mútua em assuntos criminais (MLAT) e de transferência de detentos (TPC).
- Garantir atendimento consular rápido e de excelência.
- Assegurar a assistência consular tempestiva a brasileiros em casos de emergência, desvalimento e encarceramento, entre outras.
- Aprimorar e intensificar o uso dos canais de comunicação entre a Embaixada e a comunidade brasileira residente na Bósnia e Herzegovina.
- Manter a comunidade brasileira local informada sobre emergências ou situações que requeiram atenção e cuidados especiais.
- Promover a língua brasileira como língua de herança junto à comunidade brasileira e envolvê-la com demais atividades da Embaixada.
- Manter o governo brasileiro informado sobre temas de natureza consular relevantes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Tempo de resposta a comunicações sobre assuntos consulares.
- Tempo entre pedido de atendimento presencial até visita à Embaixada.
- Número de eventos com significativa participação da comunidade brasileira local.
- Proporção de incidentes em que a Embaixada atua, após ser solicitada e quando cabível, junto a instituições locais em benefício de consulente brasileiro.
- Número de publicações sobre serviços consulares nas mídias sociais da Embaixada.

RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 49, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bósnia e Herzegovina.*

Relator: Senador **FERNANDO DUEIRE**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *nome da Senhora MARIA CLARA DUCLOS CARISIO, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na Bósnia e Herzegovina.*

Em consonância com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo da diplomata.

Nascida em 1956, a indicada graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1977. Dois anos mais tarde,

concluiu pós-graduação em Política Comercial do GATT/PNUD, em Genebra, na Suíça.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, concluído em 1981; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, em 1991; e o Curso de Altos Estudos, em 2004.

Nomeada Terceira-Secretária em 1982, tornou-se Segunda-Secretária em 1987. Sempre por merecimento, progrediu na carreira, chegando a Primeira-Secretária em 1995; a Conselheira em 2000; a Ministra de Segunda Classe em 2006; e a Ministra de Primeira Classe em 2013.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, com destaque para sua atuação como Segunda-Secretária e Primeira-Secretária na Divisão de Comércio Internacional de 1994 a 1997; Assistente da Divisão de Política Comercial de 1997 a 1999; Assessora da Subsecretaria-Geral de Assuntos de Integração, Econômicos e de Comércio Exterior de 1999 a 2002; Conselheira na Missão do Brasil junto à União Europeia em Bruxelas de 2002 a 2006; Chefe da Divisão da Ásia e Oceania I de 2006 a 2011; Diretora do Departamento da Ásia Central, Meridional e Oceania de 2011 a 2015; Cônsul-Geral em Frankfurt de 2016 a 2019; e Embaixadora do Brasil em Georgetown desde 2019.

Também com o fim de atender às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial se fez acompanhar de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Bósnia e Herzegovina, do qual extraímos as informações que se seguem.

O sistema político da Bósnia e Herzegovina é complexo e foi delineado no Acordo de Paz de Dayton e na Constituição anexa ao Acordo. Em linhas gerais e de forma bastante resumida, o governo do país, com presidência tripartite, busca garantir a representatividade de bôsnios, croatas e sérvios, que são as três principais etnias. O presidente do Conselho de Ministros é o chefe de governo, que é nomeado pela presidência tripartite, mediante aprovação pela Casa dos Representantes (câmara baixa) da Assembleia Parlamentar.

No entanto, a Bósnia e Herzegovina é supervisionada pelo Alto Representante das Nações Unidas, que é administrador civil nomeado pela comunidade internacional. Assim, ele representa os países que integram o Conselho de Implementação da Paz (PIC, na sigla em inglês). O Alto Representante detém os chamados “poderes de Bonn”, com funções de poder

moderador. Ele interpreta, em última instância, os termos dos Acordos de Dayton e tem competência para intervir na política bósnia.

O informativo do MRE traz como principal objetivo de política externa da Bósnia e Herzegovina a acessão à União Europeia (UE) e à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). No entanto, são necessárias uma série de adequações internas para alcance dessa meta.

Ainda no campo da política externa, vale destacar que os vizinhos Croácia e Sérvia, os Estados Unidos da América, a UE, o Reino Unido, a Rússia, a Turquia, a China, a Arábia Saudita e o Catar, entre outros países, têm interesses políticos, econômicos e geoestratégicos diretos no país. Nesse ponto, merece registro a circunstância de que a população da Bósnia e Herzegovina é formada em sua maioria por muçulmanos, o que torna fluida sua relação com países do mundo árabe e muçulmano, em especial no campo do turismo e da cultura.

Já as relações bilaterais com países da América Latina são ainda incipientes, inclusive com o Brasil. Por outro lado, a única embaixada latino-americana residente em Sarajevo é a do Brasil, aberta em 2011, e, em 2021, foi anunciada a abertura de embaixada residente em Brasília.

O Brasil reconheceu a Bósnia e Herzegovina em 1992, quando de seu ingresso na Organização das Nações Unidas, com estabelecimento de relações diplomáticas em 1995, mesmo ano em que o Brasil enviou 35 observadores militares e 10 monitores policiais para integrar a operação de paz na ex-Iugoslávia (UNPROFOR).

Há dois acordos bilaterais em vigor. São eles: Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais e Acordo sobre Isenção de Vistos de Curta Duração para Portadores de Passaportes Comuns.

A corrente comercial bilateral em 2022 foi de apenas US\$ 6,6 milhões, com saldo desfavorável para o Brasil da ordem de US\$ 2,4 milhões.

Por fim, o Planejamento Estratégico, apresentado em atendimento ao inciso IV do art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal e à Decisão do Plenário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional de 12 de abril de 2023, traz, entre outras informações, as metas prioritárias da gestão do

candidato e respectivos indicadores para mensurar o cumprimento das metas nos campos da promoção comercial e de investimentos; das relações bilaterais; da atuação junto a organismos regionais ou multilaterais; da promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil; da cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente; da cooperação em ciência, tecnologia e inovação; da cooperação em educação, cultura, saúde e defesa; da cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades; e do apoio às comunidades brasileiras no exterior.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE


**MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL MARIA EDILEUZA
FONTENELE REIS**
[Informações pessoais](#)
[Informações pessoais](#)

1954	Filha de	Informações pessoais
Dados Acadêmicos:		
1975	Comunicação Social pela Universidade de Brasília/DF	
1976	Graduação Diplôme en Culture et Civilisation Française, École International de Langue et Civilisation Françaises, Paris	
1982	CAD - IBr	
1998	CAE-IBr, "Brasileiros no Japão - o elo humano das relações bilaterais"	
2002	Especialização em Relações Internacionais, Centro Studi Diplomatici Strategici Roma/École des Hautes Études en Relations Internationales, Tese: "Sicurezza Collettiva-evoluzione e prospettive"	
2016-17	PhD em Relações Internacionais e Diplomacia, École des Hautes Études en Relations Internationales, Paris, 2016/2017 (em curso). Tese em elaboração sob título "BRICS como mecanismo político-diplomático de coordenação e cooperação".	
Cargos:		
1978	Terceira-Secretária	
1980	Segunda-Secretária, por merecimento	
1989	Primeira-Secretária, por merecimento	
1995	Conselheira, por merecimento	
2000	Ministra de Segunda Classe, por merecimento	
2006	Ministra de Primeira Classe, por merecimento	
Funções:		
1978-79	Divisão de Atos Internacionais, Chefe substituta	
1979-81	Departamento de Comunicação e Documentação, assessora	
1981-85	Divisão do Pessoal, Chefe do Serviço de Seleção e Formação	
1980-82	Embaixada em Bridgetown, Barbados, Terceira-secretária	
1982-84	Embaixada do Brasil em Kingston, Jamaica, Segunda-secretária	
1984-88	Embaixada do Brasil em Buenos Aires, Argentina, Segunda-secretária	
1988-89	Departamento do Serviço Exterior, assessora	
1989-90	Subsecretaria-Geral de Administração, assessora	
1990-92	Divisão Especial de Avaliação Política e de Programas Bilaterais, Chefe, substituta	
1992-93	Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, assessora	
1993-94	Embaixada em São Domingos, Primeira-Secretária em missão transitória	
1994-96	Subsecretaria-Geral de Planejamento Diplomático, assessora	
1996-01	Consulado-Geral em Tóquio, Cônsul-Geral Adjunta	
2001-04	Consulado-Geral em Roma, Cônsul-Geral Adjunta	
2004-05	Coordenação-Geral de Modernização, Coordenadora-geral	
2006-10	Departamento da Europa, Diretora	
2010-14	Subsecretaria-Geral Política II, Subsecretária-geral	
2014-17	Consulado-Geral em Paris, Cônsul-geral	
2017-20	Delegação Permanente junto à UNESCO, Delegada Permanente	
2020-	Embaixada do Brasil em Sófia, Bulgária, Embaixadora	
Condecorações:		

1979	Orden del Merito de Mayo, Argentina, Oficial
2005	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2006	Ordem do Mérito, França, Grande Oficial
2007	Ordem de Dannebrog, Commandeur de Premier Grade, Dinamarca
2008	Ordem de Orange-Nassau, Grande Oficial, Países Baixos
2008	Medalha de Honra ao Mérito do Centenário da Imigração Japonesa para o Brasil
2008	Ordem ao Mérito da República Italiana, Grã-Cruz
2008	Cidadã-honorária do Estado do Amapá
2008	Prêmio Personalidade do Ano de 2008, "Pelo empenho na construção da ponte sobre o Rio Oiapoque", Troféu Júlio Pereira, Amapá.
2009	Dominam Commendatariam Ordinis Sancti Gregori Magni (Dama Comendadora da Ordem de São Gregório Magno) - Santa Sé.
2009	Prêmio Sustentabilidade e Justiça Climática 2009, Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela de Rondônia, "Pelo esforço para Integração Fronteiriça entre o Brasil e a Guiana e promoção da Sustentabilidade".
2010	Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Grande Oficial.
2012	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Grande Oficial
2012	Medalha do Pacificador, Brasil
2013	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grande Oficial

Publicações:

1998	"Japan - A Fascinating Challenge", in International Journal of Economic Studies, Tóquio
1998	"Brasileiros no Japão", edição bilíngue português/japonês, Tóquio
2001	"Brasileiros no Japão", nos idiomas inglês, português e japonês, 2ª Edição, São Paulo
2007	"O Brasil e a Europa no Século XXI", in I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (CNPEPI)
2008	"Brasil-União Europeia - Uma Parceria Estratégica", Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, 2008
2009	"Os Avanços da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia", in Desafios e Perspectivas das Relações Brasil-União Européia, Seminário EUBRASIL
2011	Debatendo o BRICS - "Debating BRICS", Mesa Redonda no Palácio Itamaraty (RJ).
2011	"Três Grandes Democracias Unidas", in Folha de São Paulo, São Paulo.
2012	"O Brasil e o Fórum de Macau", Instituto Internacional de Macau
2012	"BRICS: Surgimento e Evolução", in O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional, , Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília
2013	"O Papel de Macau no Intercâmbio Sino-Luso-Brasileiro" - Instituto Brasileiro de Estudos da China e Ásia-Pacífico (IBECAPI)
2014	"As Relações Brasil-China", in Carta Brasil-China, Edição 9, Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC)

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 50, DE 2023

(nº 311/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 311

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de julho de 2023.

EM nº 00157/2023 MRE

Brasília, 16 de Junho de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS**, ministra de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto ao Reino da Suécia e, cumulativamente, junto à República da Letônia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Iecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 401/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro-Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora **MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS**, Ministra de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 07/07/2023, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4400710** e o código CRC **95949994** no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.005423/2023-19

SUPER nº 4400710

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SUÉCIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA JUNHO DE 2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Suécia
GENTÍLICO	Sueco
CAPITAL	Estocolmo
ÁREA	450.295 km ²
POPULAÇÃO (2022)¹	10,7 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Sueco (língua nacional), finlandês, meänkieli, sámi, romani, iídiche (línguas locais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES²	Luterana (58%), sem afiliação (34%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (<i>Riksdag</i>), com 349 membros
CHEFE DE ESTADO	Rei Carl XVI Gustaf (desde 1973)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Ulf Kristersson (desde outubro de 2022, Moderados)
CHANCELER	Tobias Billström (desde outubro de 2022, Moderados)
PIB (2022E)¹	US\$ 604 bilhões
PIB PPC (2022E)¹	US\$ 684 bilhões
PIB PER CAPITA (2022E)¹	US\$ 56.360
PIB PPC PER CAPITA (2022E)¹	US\$ 63.880
VARIAÇÃO DO PIB¹	-0,1% (2023E); 2,6% (2022E); 5,1% (2021)
IDH (2019)³	0,945 – 7º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2019)	0,29
EXPECTATIVA DE VIDA (2020)¹	82
DESEMPREGO (2/2023)⁴	7,6%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa sueca (kr)
COMUNIDADE BRASILEIRA⁵	Cerca de 16.800 pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) Governo da Suécia; (3) PNUD; (4) OCDE; (5) Estimativa do Itamaraty

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Suécia	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	1.556	1.767	1.410	1.620	2.444	2.969
Exportações	466	605	439	381	755	790
Importações	1.185	1.350	1.351	1.240	1.690	2.178
Saldo	-623	-556	-535	-856	-935	-1.388

Fonte: Ministério da Fazenda

PERFIS BIOGRÁFICOS

Carl XVI Gustaf

Rei da Suécia



Carl XVI Gustaf, 76 anos, nasceu em Solna. Recebeu treinamento no Exército, na Marinha e na Força Aérea, recebendo o título de oficial nos três serviços antes de assumir o trono. Completou igualmente estudos em História, Sociologia, Ciências Políticas, Direito e Economia, nas Universidades de Uppsala e Estocolmo. Serviu na missão Sueca junto às Nações Unidas e na Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Exterior Sueca (SIDA). Ascendeu ao trono em 1973. É casado com a rainha Sílvia, filha da brasileira Alicia Sommerlath.

Ulf Kristersson
Primeiro-ministro da Suécia



Ulf Kristersson, 59 anos, nasceu em Lund. Graduou-se em Economia na Universidade de Uppsala. Membro da juventude do Partido Moderado na década de 80, tornou-se parlamentar pela primeira vez em 1991. Entre 2000 e 2002, trabalhou no setor privado como consultor em comunicação. De volta à política, foi vice-prefeito de Estocolmo (2006-2010) e ministro da Seguridade Social (2010-2014). Assumiu a liderança de seu partido em 2017 e organizou, em 2022, coalizão de centro-direita que, com o apoio do partido de direita nacionalista Democratas Suecos, derrotou o grupo liderado pela ex-PM social-democrata Magdalena Andersson nas últimas eleições parlamentares.

Twitter:

@SwedishPM

Tobias Billström
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia



Tobias Billström, 49 anos, nasceu em Malmö. É formado em História pela Universidade de Cambridge, com mestrado na Universidade de Lund. Membro do Partido Moderado desde a juventude, foi eleito parlamentar pela primeira vez em 2002. Foi ministro de Migração e Política de Asilo entre 2006 e 2014 do Emprego por três meses em 2010. Foi vice-líder dos Moderados no Riksdag entre 2014 e 2017 e líder de seu partido no parlamento sueco entre 2017 e 2022. Com a recente eleição de Ulf Kristersson como PM da Suécia, foi anunciado em 18 de outubro de 2022 como ministro dos Negócios Estrangeiros.

Twitter:

@TobiasBillstrom

APRESENTAÇÃO

A Suécia está situada na península da Escandinávia, no norte da Europa, e é banhada pelo Mar do Norte e pelo Mar Báltico. Faz fronteira, a oeste, com a Noruega e, a nordeste, com a Finlândia. A Dinamarca está situada ao sudoeste, do outro lado dos estreitos de Öresund, Categate e Escagerraque. Desde 2000, há ponte em Öresund ligando Malmö, na Suécia, a Copenhague, na Dinamarca.

A Suécia ocupa a maior parte da Península Escandinava, que compartilha com a Noruega. O país é tradicionalmente dividido em três regiões: ao norte fica Norrland, a vasta região montanhosa e florestal; no centro é Svealand, uma extensão de planície no leste e planalto no oeste; e no sul está Götaland, que inclui as terras altas de Småland e, na extremidade sul, as pequenas planícies de Skåne.

O norte e o centro da Suécia têm vários rios largos conhecidos como älvar, comumente originados nas montanhas escandinavas. A grande maioria das sedes municipais está situada em áreas próximas do mar, rio ou lago.

Com 450 mil km² de área, a Suécia é o terceiro maior país em território da União Europeia. No entanto, o país possui baixa densidade geográfica. A população está concentrada ao sul do território, onde as temperaturas são mais amenas. A capital é Estocolmo, maior cidade do país. O idioma oficial é o sueco, uma língua germânica semelhante ao dinamarquês e ao norueguês.

Historicamente, a Suécia emergiu como território unificado ao redor de 1.000 A.D. As origens do Estado sueco, no entanto, são posteriores, remontando ao reinado de Gustaf Vasa (1523–60). Em 1905, após a dissolução da união com a Noruega, a Suécia adquiriu, em linhas gerais, sua configuração atual. O país evitou envolver-se em conflitos internacionais e manteve neutralidade ao longo do século XX. A despeito de ter sido potência militar até o início do século XVIII, a Suécia caracteriza-se atualmente por promover política externa em prol da paz e do multilateralismo.

A população sueca passou a usufruir de um dos mais altos padrões de vida do mundo após a II Guerra Mundial, com a adoção de generoso estado de bem-estar social. Após experimentar turbulências financeiras na década de 90, o país passou por ambicioso programa de reformas econômicas com ênfase no equilíbrio fiscal, sem sacrificar os gastos sociais. Atualmente, o país é considerado um dos mais inovadores do mundo, com um setor dinâmico de *startups* e novas tecnologias e uma economia ancorada nas exportações.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Encarregado de Negócios do Brasil, a.i., em Estocolmo	Ministro Marcelo de Oliveira Ramalho (desde abril de 2023)
Embaixadora da Suécia em Brasília	Embaixadora Karin Wallensteen (desde novembro de 2022)

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Consultas Políticas	5	Outubro de 2017, em Estocolmo
Comissão Mista sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica	2	Outubro de 2017, em Estocolmo
Diálogo Político-Estratégico (2+2)	5	Abril de 2022, em Estocolmo
Grupo de Trabalho em Alta Tecnologia Industrial Inovadora (GT-ATI)	7	Novembro de 2022, em Salvador
Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN)	8	Novembro de 2022, em Salvador

A relação de amizade entre o Brasil e a Suécia tem raízes nos laços entre a Família Real brasileira e a sueca – Dona Amélia de Leuchtenberg, segunda esposa de D. Pedro I, era irmã da rainha Josefina, consorte do rei Oscar I da Suécia – e no estabelecimento de colônia sueca no Brasil, no final do século XIX. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 1826. Os primeiros contingentes de imigrantes suecos chegaram ao Brasil em 1890. Em 1909, foi criada a primeira linha de transporte marítimo regular entre os dois países. Os investimentos no Brasil começaram com a pioneira Ericsson em 1924. Aumentaram e diversificaram-se a partir de 1946, concentrando-se em São Paulo, onde em 1953 foi estabelecida a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira.

Em 1984 o relacionamento bilateral mudou de patamar, com a visita de Estado do rei Carl XVI Gustaf e rainha Sílvia ao Brasil. Foi assinado Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica e criada a Comissão Mista Bilateral. Desde então, há fluxo regular de visitas e contatos entre autoridades dos dois países.

Desde 2009, com o estabelecimento do Plano de Ação da Parceria Estratégica, o Brasil mantém com a Suécia relação estratégica que, além da fluidez do diálogo político, prevê maior interação na área econômico-comercial e o desenvolvimento de projetos conjuntos em diversos campos. Esse documento programático foi atualizado no Novo Plano de Ação, de 2015, que recomenda iniciativas para a efetiva implementação dos mecanismos e acordos bilaterais, de modo a reforçar a cooperação nas áreas de

comércio e investimentos, defesa, educação, ciência, tecnologia e inovação, meio ambiente, energias renováveis, seguridade social e cultura.

Nesse contexto, vale ressaltar a realização de diversos eventos bilaterais de alto nível como a Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, o Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN), o Grupo de Trabalho em Alta Tecnologia Industrial Inovadora (GTATI), o Diálogo Político-Militar (formato 2+2), o Mecanismo de Consultas Políticas e a Semana da Inovação Brasil-Suécia.

VISITAS RECENTES DE ALTO NÍVEL

A visita de estado do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em setembro de 2007, a sua viagem a Estocolmo para participar da Cúpula Brasil-União Europeia, em outubro de 2009, bem como a visita oficial da então presidente Dilma Rousseff, em outubro de 2015, renovaram o interesse mútuo no aprofundamento do diálogo político e da cooperação econômica. Em agosto de 2012, atendendo a convite do então vice-primeiro-ministro Jan Björklund, o então vice-presidente Michel Temer realizou visita oficial à Suécia. Cabe destacar, também, constantes visitas em nível ministerial para a Suécia, sobretudo no âmbito do Ministério da Defesa.

Também contribuíram para adensar as relações bilaterais a visita ao Brasil do então primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt, em maio de 2011, e a viagem do primeiro-ministro Stefan Löfven para participar, em janeiro de 2015, da cerimônia de posse de Dilma Rousseff, com quem manteve reunião bilateral no dia seguinte. O rei Carl XVI Gustaf e a rainha Silvia, realizaram visita oficial ao Brasil em abril de 2017, no contexto da realização do *Global Child Forum* e de reunião do Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia, em São Paulo. Na ocasião, os monarcas suecos se avistaram com o então presidente Michel Temer e a primeira-dama e foram homenageados em almoço em Brasília.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Após sucessivas quedas, o comércio bilateral alcançou, em 2022, a corrente de US\$ 2,9 bilhões, com aumento de 21,5% em relação a 2021. As exportações brasileiras para a Suécia foram de US\$ 791 milhões (+5%), o que representou 0,2% do total das exportações do país, ao passo que as importações desde a Suécia, de US\$ 2,2 bilhões (+29%), representaram 0,8% do total das importações brasileiras. O saldo comercial bilateral manteve-se desfavorável ao Brasil em US\$ 1,4 bilhão. A Suécia, assim, figura em 53º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras e o 26º lugar no ranking das importações.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram minérios de cobre (44%); café não torrado (18%); e óleos brutos de petróleo ou minerais betuminosos (6%). A pauta importadora é composta por parte e acessórios de veículos automotivos (19%); aeronaves e outros equipamentos (12%); e outros medicamentos, incluindo veterinários (6%).

Segundo o Banco Central, em 2021 havia cerca de US\$ 3,8 bilhões de capital sueco investidos no Brasil pelo critério de participação no capital (22º maior) e cerca US\$ 2,3 bilhões pelo critério de controlador final (25º maior). Grandes empresas suecas

de renome e atuação mundial mantêm unidades produtivas no Brasil, tais como Scania, Ericsson, Electrolux, Stora Enso (por meio da *joint-venture* Veracel), SKF e Tetra Pak. Estima-se que haja mais de 60 mil pessoas trabalhando em cerca de 220 empresas suecas no Brasil. Devido à concentração dessas empresas em São Paulo, a cidade é considerada a segunda cidade industrial da Suécia.

O principal projeto de parceria e investimentos de empresas suecas no Brasil refere-se ao projeto de construção dos caças militares Gripen, da empresa SAAB. A empresa construiu fábrica em São Bernardo do Campo, em São Paulo, que irá produzir estruturas para o Gripen. Em novembro de 2016, a SAAB e a Embraer Defesa e Segurança inauguraram, em Gavião Peixoto, Centro de Projetos e Desenvolvimento do Gripen. O centro será *hub* de desenvolvimento tecnológico do Gripen no Brasil.

Da perspectiva de inserção das empresas brasileiras no mercado sueco, atuam atualmente naquele país as empresas Stefanini (Consultoria e Assessoria em Informática), a Fitesa (fabricante de tecidos de polipropileno *nonwoven* para aplicação nas áreas de higiene e especialidades médicas e industriais) e a Weg (fabricante de equipamentos eletroeletrônicos). Em 2021, o estoque de investimentos brasileiro direto na Suécia atingiu US\$ 787 milhões.

Os países negociam a realização, no Brasil, da próxima iteração da Comissão Mista Brasil-Suécia sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, que não foi possível organizar em 2022 por problemas de agenda. A Comissão é presidida, do lado brasileiro, em nível de secretários. Já com relação ao Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia, após reunião realizada em 2015, no contexto da mais recente visita presidencial à Suécia, o Conselho Empresarial tornou a reunir-se em 2017, em São Paulo, com a presença do então Presidente Temer e do Rei Carl XVI Gustaf.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Em novembro de 2019, a ministra de Comércio Exterior da Suécia, Anna Hallberg, apontou a promoção do livre comércio como prioridade diante do protecionismo internacional que ressurge. Nesse contexto, disse que acordos como o MERCOSUL-UE são importantes para a Suécia. Na questão ambiental, o país deverá seguir o consenso europeu no que diz respeito ao Acordo.

PROGRAMA GRIPEN E COOPERAÇÃO EM DEFESA

Na área de defesa, houve a celebração, em outubro de 2014, do contrato comercial entre a Força Aérea Brasileira e a SAAB para a aquisição e o desenvolvimento conjunto de 36 caças Gripen NG, ao custo aproximado de US\$ 5,4 bilhões (o maior contrato de exportação da história da empresa sueca). Em agosto de 2015, houve a assinatura do contrato financeiro, o que marcou o aprofundamento da cooperação em aeronáutica militar. Essa parceria no projeto Gripen NG tornou-se a mais bem-sucedida e visível iniciativa de cooperação entre Brasil e Suécia.

O cronograma do projeto encontra-se em consonância com os prazos previstos no contrato. A cerimônia de entrega do primeiro caça ocorreu em setembro de 2019, em Linköping, e contou com a presença do então ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva, e outras autoridades das Forças Armadas. O início da produção de

partes do caça no Brasil, na unidade da SAAB em São Bernardo do Campo (SP), começou em julho de 2020. Em agosto de 2020, foi realizado, na Suécia, o primeiro voo pilotado por oficial brasileiro em um Gripen E. Em setembro de 2020, o primeiro caça, agora batizado de F-39, chegou ao Brasil para novos ensaios e testes.

Em maio de 2023, foi inaugurada, em Gavião Peixoto (SP), linha de montagem dos caças Gripen E no Brasil. O ministro da Defesa Civil, Carl-Oskar Bohlin representou o governo sueco no evento.

Nesse contexto, cabe ainda destacar a realização periódica do Diálogo Político-Militar (formato 2+2), que teve sua quinta edição organizada em abril de 2022, em Estocolmo, e do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN), que realizou sua oitava edição em novembro de 2022, em Salvador.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

No tocante a ciência, tecnologia e inovação, constituiu importante passo na cooperação bilateral a criação, em 2011, do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB), com expressivo suporte financeiro da SAAB. Com sedes em São Bernardo do Campo e Gotemburgo, o CISB propõe-se a ser espaço de inovação aberta a empresas, agências governamentais e instituições acadêmicas do Brasil e da Suécia, com foco no setor aeronáutico, mas também abrangendo outros temas, como desenvolvimento urbano. Nesse sentido, vislumbra-se a possibilidade de que a bem-sucedida parceria Brasil-Suécia no âmbito do projeto Gripen poderá gerar transbordamentos para áreas estratégicas da indústria da inovação tais como nos campos relacionados à inteligência artificial (IA) e às novas tecnologias de transporte.

Em matéria de energia, o Memorando de Entendimento Brasil-Suécia sobre Cooperação na Área de Bioenergia, incluindo Biocombustíveis, foi firmado em setembro de 2007. O instrumento estabeleceu o marco legal dessa vertente do relacionamento bilateral. Com a instituição de Grupo de Trabalho (GT) de Alto Nível, os dois países procurariam promover o diálogo sobre política energética e encorajar a cooperação em pesquisa e desenvolvimento na área da bioenergia.

DIPLOMACIA CULTURAL

O intercâmbio cultural entre os dois países é relevante e tem seu eixo principal na promoção da literatura brasileira. O *Brazilian Day*, cujo propósito essencial é a promoção do Brasil como destino turístico, tem sido organizado anualmente pela Embaixada do Brasil desde 2010 em Kungsträdgården, principal praça de Estocolmo e local onde são realizados os mais importantes eventos públicos da cidade. Em 2019, o festival cumpliu seu 10º ano, ocasião em que houve apresentações de uma ampla gama de atrações musicais para cerca de doze mil pessoas.

CONSULTAS POLÍTICAS

Brasil e Suécia possuem mecanismo de consultas políticas firmado em 2009. Contudo, é possível observar reuniões do gênero ocorrendo desde 1997. Até o momento, foram realizadas cinco reuniões nesse âmbito: 1997 (Brasília), 2006 (Brasília), 2007 (Estocolmo), 2016 (Brasília) e 2017 (Estocolmo). Todas as reuniões

ocorreram em nível de secretários, salvo a de 2006, que foi em nível de secretários-gerais.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira residente na Suécia é estimada em 16.800 pessoas. Esse número inclui cerca de 10.700 cidadãos nascidos no Brasil e cerca de 6.000 cidadãos nascidos na Suécia, em que um ou ambos os pais são brasileiros. A comunidade é composta majoritariamente por mulheres e concentra-se, principalmente, nas três maiores cidades suecas – Estocolmo, Gotemburgo e Malmö. Ademais da Embaixada do Brasil em Estocolmo, há Consulado Honorário em Gotemburgo.

A Suécia, por sua vez, além de possuir Embaixada em Brasília, conta com Consulados-Gerais Honorários no Rio de Janeiro e São Paulo, e Consulados Honorários em Manaus, Belo Horizonte, Recife e Salvador.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O Reino da Suécia é uma monarquia parlamentarista cujo chefe de Estado é o rei Carl XVI Gustaf. O chefe de governo é o primeiro-ministro, nomeado - por consenso entre os partidos - pelo parlamento (*Riksdag*), que é unicameral e composto por 349 membros, eleitos para mandatos de quatro anos. A eleição é feita pelo sistema proporcional com lista aberta e o sistema parlamentar dispõe de cláusula de barreira de 4%. Como chefe de governo, o *premier* seleciona os membros do gabinete ministerial.

O sistema judiciário é dividido em dois sistemas paralelos: as cortes administrativas, para casos entre o governo e cidadãos privados, e as cortes gerais, para casos civis e criminais. Ambos os sistemas possuem três níveis, sendo que, no topo, estão, respectivamente, a Suprema Corte Administrativa e a Suprema Corte.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO (*RIKSDAG*)

- Base governista (176 assentos, 50,4%):
 - Democratas Suecos (SD, direita nacionalista): 73 assentos, sem participação ministerial;
 - Moderados (M, centro-direita): 68 assentos, do primeiro-ministro Ulf Kristersson;
 - Cristãos Democratas (KD, centro-direita): 19 assentos;
 - Liberais (L, centro-direita): 16 assentos.
- Oposição (173 assentos, 49,6%):
 - Partido Social-Democrata (SD, centro-esquerda): 107 assentos;
 - Esquerda (V, esquerda): 24 assentos;
 - Centro (C, centro-direita de base rural): 24 assentos;
 - Verdes (MP, centro-esquerda): 18 assentos.

CONTEXTO RECENTE

Como resultado das eleições gerais de setembro de 2018, o primeiro-ministro Stefan Löfven, do Partido Social-Democrata, logrou obter votos suficientes em favor de sua candidatura a novo mandato somente em janeiro de 2019, após três rodadas de consultas ao parlamento. Diante do desgaste que estava sofrendo, em agosto de 2021, Löfven, anunciou que renunciaria ao cargo bem como à liderança do partido. No mesmo dia, Magdalena Andersson, então ministra das Finanças, foi eleita para substituir Löfven na liderança do partido.

Ocorreram, em 11 de setembro de 2022, as eleições parlamentares suecas. Em 14 de setembro, a primeira-ministra Magdalena Andersson concedeu derrota ao bloco de oposição. Apesar de haver obtido desempenho melhor do que indicavam as pesquisas e ter sido o partido mais votado, os Social-Democratas não conseguiram conservar a maioria no parlamento em uma eleição cujos temas principais foram tradicionais bandeiras da direita - como combate ao crime organizado e defesa.

Ulf Kristersson, cujo Partido Moderado ficou em terceiro lugar, recebeu do “speaker” do parlamento o mandato para formar um novo governo. Em 17 de outubro, o parlamento elegeu Kristersson como o novo primeiro-ministro sueco.

O bloco que sustenta o novo governo de centro-direita conta com o apoio dos partidos Moderados, Cristãos Democratas, Liberais e Democratas Suecos. Trata-se do primeiro governo sueco a ser apoiado pelo partido de direita nacionalista Democratas Suecos. No entanto, a aliança, embora negociada entre os quatro partidos, não conta com posições ministeriais para os Democratas Suecos, por resistência dos outros três sócios. No entanto, o grande desempenho do SD, eleito o maior partido de direita, coloca-o em posição para extrair constantemente concessões em troca de seu apoio no Riksdag.

O líder do SD, Jimmie Åkesson, disse no parlamento que, embora seu partido preferisse estar formalmente no novo governo, com postos ministeriais, as políticas a serem seguidas pela coalizão seriam mais importantes. O acordo de 62 páginas anunciado hoje promete repressão significativa ao crime e à imigração. Há, por exemplo, a promessa de reduzir de 6.400 para 900 o número de refugiados assentados pelo ACNUR anualmente no país escandinavo. A influência do SD criou tensões com o partido dos Liberais, uma vez que a administração de Kristersson comandará maioria de apenas três assentos no Riksdag. Algumas lideranças liberais, como a ala jovem do partido, chegaram a pedir por voto contra Kristersson, embora isso não se tenha concretizado.

POLÍTICA EXTERNA

A Suécia é um ator com boa projeção nas relações internacionais, com destaque em campanhas mundiais e multilaterais em áreas críticas como direitos humanos, meio ambiente, assistência humanitária a países vulneráveis, democracia e desarmamento. Sua posição de país neutro, a qual assumiu desde o início do século XIX, logo após as guerras napoleônicas, lhe deu status de neutralidade nos principais cenários geoestratégicos e diante de conflitos internacionais. A Suécia nunca iniciou qualquer conflito armado a partir do ano da sua “Policy of 1812”. Assim, a Suécia tem-se apresentado junto à comunidade internacional como país com credenciais de mediador imparcial em conflitos e crises internacionais.

Em linhas gerais, a Suécia é um país que almeja projetar-se na arena global como potência humanitária, mediante ações como ativismo na ONU; participação em operações de paz; perfil de relevante doador de ajuda para o desenvolvimento; e lançamento de iniciativas sobre questões internacionais, mormente as ligadas à paz, à democracia, aos direitos humanos, ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Por sua vez, a chancelaria sueca, nas edições anuais do documento programático Declaração de Política Externa, apresentado ao Parlamento, assinala sempre como principais desafios internacionais as supostas “ações agressivas” da Rússia, a mudança do clima, o terrorismo e a crise migratória. Para a diplomacia sueca, a arena prioritária de inserção internacional é a União Europeia, que tem sido testada mais recentemente por fatores adversos como “recuperação econômica desigual” e crescimento das “forças populistas e xenófobas”. Mais recentemente, a diplomacia sueca tem implementado a “política externa feminista”, com ênfase na promoção dos direitos das mulheres.

Dentre as principais contribuições e iniciativas da Suécia para a solução de tensões ou em favor de solução de controvérsias, o país tem-se oferecido para tentar moderar, por exemplo, o conflito no Iêmen, tendo abrigado em sua capital a reunião organizada pelas Nações Unidas, que levou à firma do Acordo de Estocolmo, para avançar tratativas com vistas à liberação de prisioneiros sauditas e houthis. Desde então, os chanceleres suecos assumem a copresidência nas rodadas de negociações entre Arábia Saudita e o Iêmen.

Outra ação de destaque é a Iniciativa de Estocolmo para o Desarmamento Nuclear, que já se reuniu três vezes desde 2019, aglutinando dezesseis países não detentores de armas nucleares, com vistas a promover uma agenda que conduza ao desarmamento no âmbito do Tratado de Não Proliferação.

A Suécia é proeminente em matéria de cooperação internacional, papel que assumiu nos anos 1960 com a política internacional da social-democracia inaugurada por Olof Palme. Desde então, se atribuiu tanto o papel de levar ajuda internacional aos países em desenvolvimento como o de abrigar refugiados e acolher cidadãos em situação de vulnerabilidade humana.

Tradicionalmente defensora do multilateralismo, a Suécia é membro das Nações Unidas desde 1946; da União Europeia desde 1995; do Conselho Nôrdico desde 1952;

da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico desde 1961, do Conselho de Estados do Mar Báltico desde 1992, e do Conselho Ártico desde 1996.

DEFESA E OTAN

Em março último foi convocado, pela primeira vez desde 2019, o Comitê de Defesa do parlamento sueco para discutir os riscos à segurança da Suécia, em parte advindos do conflito russo-ucraniano, tendo em seu horizonte a discussão de um pedido de adesão à OTAN. Em encontro em 13 de abril, as PMs Magdalena Andersson (Suécia) e Sanna Marin (Finlândia) selaram o entendimento de que, à luz dos estreitos laços entre os dois países, em particular no setor de defesa, e destes com a OTAN, não faria sentido nem tampouco teria o mesmo impacto político a adesão de um sem a adesão do outro.

Em maio, o relatório com conclusões sobre a política de segurança nacional, formulado pelo Comitê suprapartidário constituído no Parlamento sueco (Riksdag), foi apresentado. As deliberações foram lideradas pela ministra das Relações Exteriores, Ann Linde, e contou com a participação do ministro Hultqvist. Segundo o jornal "Expressen", a análise não contém conclusão inequívoca a favor ou contra a adesão da Suécia à OTAN, mas tão somente uma recomendação favorável à candidatura ao organismo.

Dois dias depois, o Partido Social-Democrata divulgou sua posição favorável à adesão à OTAN. Com a mudança da posição histórica do partido, seis dos oito partidos representados no Riksdag passaram a apoiar a adesão à aliança atlântica. A medida enfrenta resistência apenas do Partido Verde e do Partido da Esquerda, os quais, juntos, somam apenas 43 das 349 cadeiras do Parlamento sueco. O apoio tem respaldo em pesquisas que mostram maioria em torno de 60% na opinião pública pela adesão.

Assim, em 18 de maio de 2022, a Suécia e a Finlândia entregaram suas aplicações formais à OTAN na sede da aliança, em Bruxelas. A medida foi saudada pelo secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg, que afirmou que “a entrada aumentaria a segurança compartilhada” dos países da aliança, em especial no mar Báltico. Em 4 de abril de 2023, a Finlândia obteve o “status” de membro; a acessão da Suécia ainda depende da ratificação da aprovação por Hungria e Turquia.

ECONOMIA

A economia sueca estabeleceu-se no mercado internacional mediante expansão estratégica de unidades produtivas no exterior e implementação de rede global de comercialização. A tecnologia de ponta e a inovação, tanto de bens de consumo como de serviços, são dois eixos que permitem a projeção da indústria sueca, conferindo confiabilidade e credibilidade a seus produtos, o que possibilita que se mantenha competitiva com produtos tecnologicamente atualizados e adequados à alta demanda do mercado internacional.

O PIB per capita da Suécia está entre os mais altos do mundo, mas seus impostos também. A maioria das empresas é de propriedade privada, mas quando os pagamentos de transferências – como pensões, auxílio-doença e auxílio-família – são incluídos, cerca de três quintos do PIB passam pelo setor público. Os custos de educação, saúde e cuidados infantis são cobertos principalmente por impostos. A taxa de investimento é da ordem de 25% do PIB, enquanto a taxa de poupança é de, aproximadamente, 30%. Apesar de fazer parte da União Europeia desde 1995, a Suécia não adotou o euro como moeda, optando por preservar a coroa sueca.

O setor primário representa apenas menos de 2% do PIB. A maior parte da terra arável encontra-se no sul da Suécia. Trigo, cevada, beterraba sacarina, oleaginosas, batatas e vegetais básicos predominam na região sul, enquanto no norte o feno e a batata são as principais culturas. O gado, principalmente o gado leiteiro, são importantes em todas as partes do país, enquanto a suinocultura e a avicultura se concentram no extremo sul.

No setor de energia, destaca-se o uso da hidroeletricidade, que atende a cerca de metade da demanda interna por eletricidade. A segunda fonte mais importante de energia elétrica é a nuclear.

O setor secundário contribui com cerca de 21% do PIB e o setor terciário com cerca de 66% do agregado. Dentre os principais setores da economia, destacam-se o de telecomunicações, tecnologia da informação, maquinário e automação, indústria química e farmacêutica, veículos automotores, siderurgia e indústria florestal.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2022

Cerca de 54% das exportações e 63,4% das importações suecas tiveram como destino ou origem a União Europeia.

Em 2022, as exportações suecas chegaram a cerca de US\$ 188 bilhões, representando aumento de 23% em relação a 2021. Os principais destinos das exportações foram Noruega (10,8% do total), Alemanha (10,2%) e Estados Unidos (9,2%). Os principais produtos da pauta de exportação foram máquinas (12,8% do total), veículos (12,2%) e eletrônicos (9,7%).

A Suécia importou cerca de US\$ 195,5 bilhões (+27% em relação a 2021), sobretudo da Alemanha (15,3% do total), Noruega (12,4%) e Países Baixos (10,6%). Os principais produtos importados foram produtos eletrônicos e de telecomunicação (14,8% do total), alimentos, bebidas e tabaco (10,2%) e veículos (9,7%). A balança

comercial do país ficou deficitária em US\$ 4,3 bilhões em 2022.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
~1000	Unificação dos povos suecos.
1523	Rei Gustaf Vasa é considerado o fundador da Suécia moderna, com introdução da monarquia absoluta e hereditária.
1905	União entre a Suécia e a Noruega é dissolvida pacificamente.
1914	Suécia permanece neutra na I Guerra.
1939	Suécia declara-se neutra na II Guerra.
1946	Suécia torna-se membro das Nações Unidas.
1952	Suécia torna-se membro fundador do Conselho Nórdico.
1953	Diplomata sueco Dag Hammarskjöld torna-se secretário-geral das Nações Unidas.
1959	Suécia torna-se membro fundador da Associação Europeia de Livre-Comércio (EFTA).
1971	Substituição das duas câmaras do parlamento por uma câmara eleita proporcionalmente.
1975	Reformas constitucionais removem os últimos poderes do monarca.
1986	O primeiro-ministro Olof Palme é assassinado em Estocolmo.
1995	Suécia torna-se membro da União Europeia.
2003	Referendo na Suécia rejeita a moeda única europeia.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1826	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Império do Brasil e o Reino da Suécia.
1876	D. Pedro II visita a Suécia.
1984	Visita de Estado do rei Carl XVI Gustaf e rainha Sílvia ao Brasil.
1998	Missão Real Tecnológica chefiada pelo rei Carl XVI Gustaf ao Brasil.
2002	Presidente Fernando Henrique Cardoso participa de reunião sobre a Governança Progressista, em Estocolmo, a convite do primeiro-ministro Göran Persson.
2003	O primeiro-ministro Göran Persson comparece à cerimônia de posse do presidente Lula.
2007	Visita de Estado à Suécia do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.
2008	Visita ao Brasil da rainha Sílvia, para participar da III Conferência Internacional sobre o Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
2009	Visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Estocolmo, por ocasião da Cúpula Brasil-União Europeia.
2009	Estabelecimento de Parceria Estratégica Brasil-Suécia.
2010	Visita ao Brasil do ministro dos Negócios Estrangeiros, Carl Bildt, e do Casal Real.
2011	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt.
2011	Visita ao Brasil da rainha Sílvia para Conferência no Congresso Nacional sobre o Direito das Crianças, patrocinada pela ONU.
2012	Participação do rei da Suécia e do primeiro-ministro Fredrik Reinfeldt na Conferência Rio+20.
2012	Visita à Suécia do vice-presidente Michel Temer.
2012	Visita à Suécia do chanceler Antonio Patriota.
2013	Missão ao Brasil do rei Carl XVI Gustaf e da Real Academia de Engenharia.
2015	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Stefan Löfven para participar da cerimônia de posse de Dilma Rousseff.
2015	Visita à Suécia da presidente Dilma Rousseff.
2017	Visita oficial ao Brasil do rei da Suécia, Carl XVI Gustaf, e da rainha Sílvia.

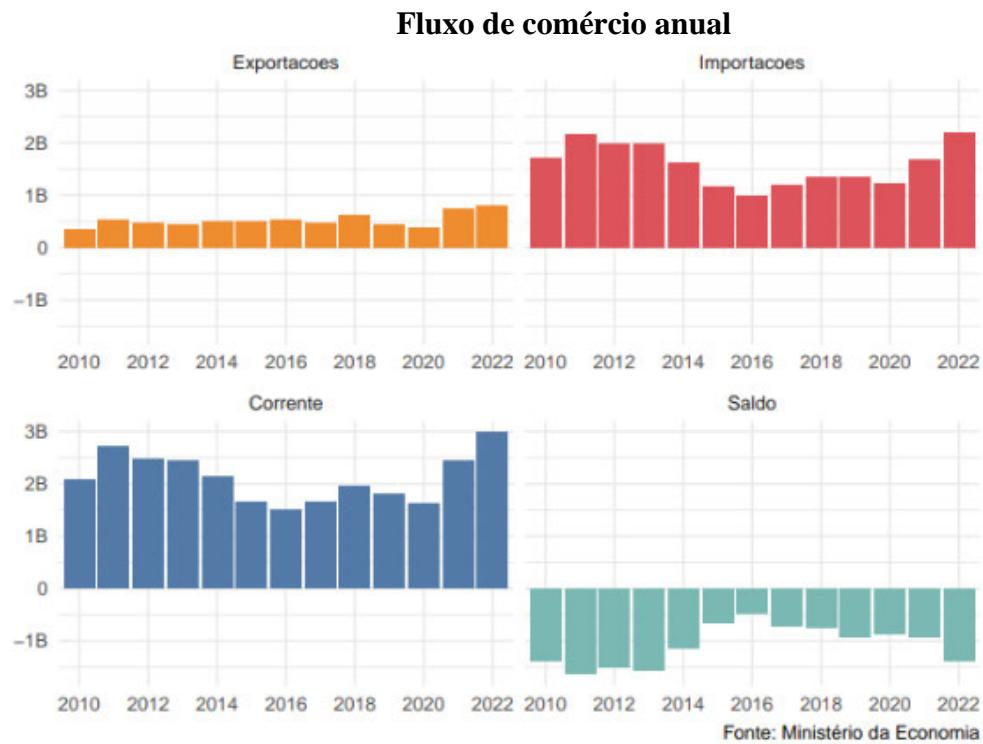
ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Acordo para a proteção de Marcas Comerciais e Industriais	26/04/1955	Em vigor
Acordo Relativo a Facilidades para a Concessão de Vistos em Passaportes	22/03/1956	Em vigor
Acordo para Supressão de Vistos em Passaportes	04/12/1959	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	Em vigor
Protocolo Adicional ao Acordo de Transportes Aéreos	08/03/1969	Em vigor
Convênio sobre Radioamadorismo entre a República Federativa do Brasil e o Reino da Suécia	08/12/1970	Em vigor
Acordo Constitutivo de um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo	22/09/1971	Em vigor
Convenção para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda	25/04/1975	Em vigor
Troca de Notas Determinando a Entrada em Vigor da Ata Final da III Reunião de Consulta Aeronáutica com os Países Escandinavos e a República Federativa do Brasil	17/12/1976	Em vigor
Troca de Notas Colocando em Vigor o Item VI da Ata Final da Consulta Aeronáutica entre a República Federativa do Brasil e os Países Escandinavos	30/10/1979	Em vigor
Acordo Relativo às Exportações de Produtos Têxteis	25/04/1983	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica	03/04/1984	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Exportação de Produtos Têxteis	14/01/1985	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa	07/07/2000	Em vigor
Anexo Aditivo ao Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relativos à Defesa	24/04/2001	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Bioenergia, Incluindo Biocombustíveis	11/09/2007	Em promulgação MRE
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	11/09/2007	Em vigor
Protocolo Adicional sobre Cooperação em Alta Tecnologia Industrial Inovadora ao Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica	06/10/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	06/10/2009	Em vigor
Memorando de Entendimento para Parceria e Diálogo sobre Desenvolvimento Global	29/08/2012	Em vigor
Acordo sobre Troca e Proteção Mútua de Informação	03/04/2014	Em vigor

Classificada		
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Matéria de Defesa	03/04/2014	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Mineração Sustentável	18/10/2016	Em vigor
Protocolo de Emenda à para evitar a Dupla Tributação em Matéria de Impostos sobre a Renda	19/03/2019	Tramitação Congresso
Protocolo sobre Controle de Exportação de Produtos de Defesa	08/11/2022	Tramitação MRE

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

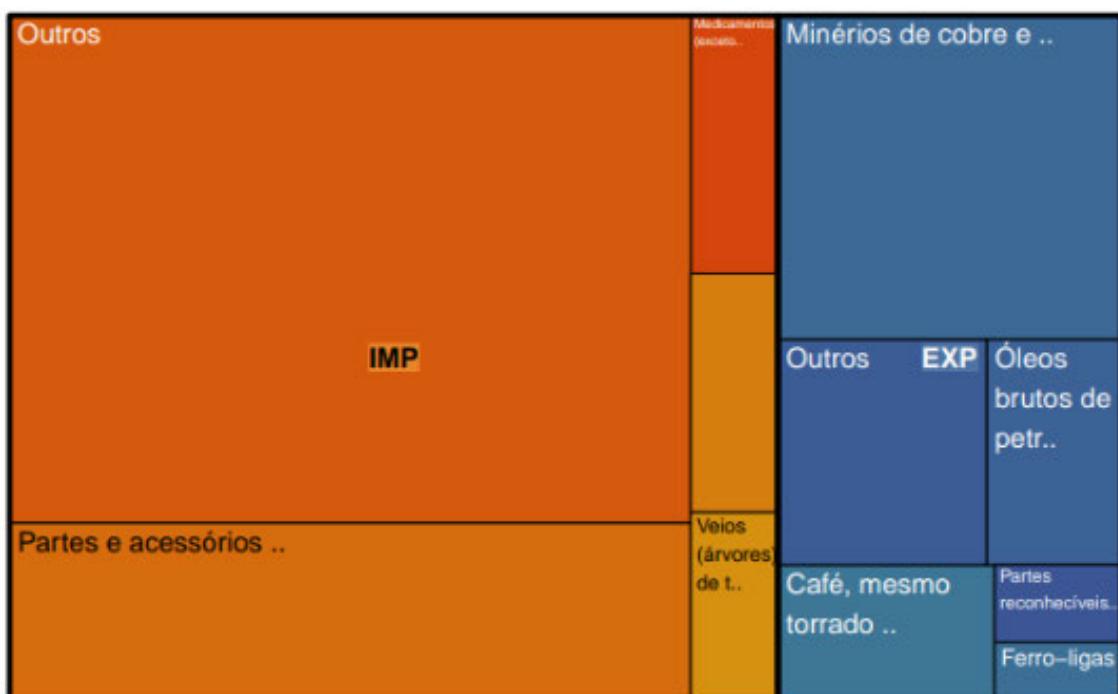
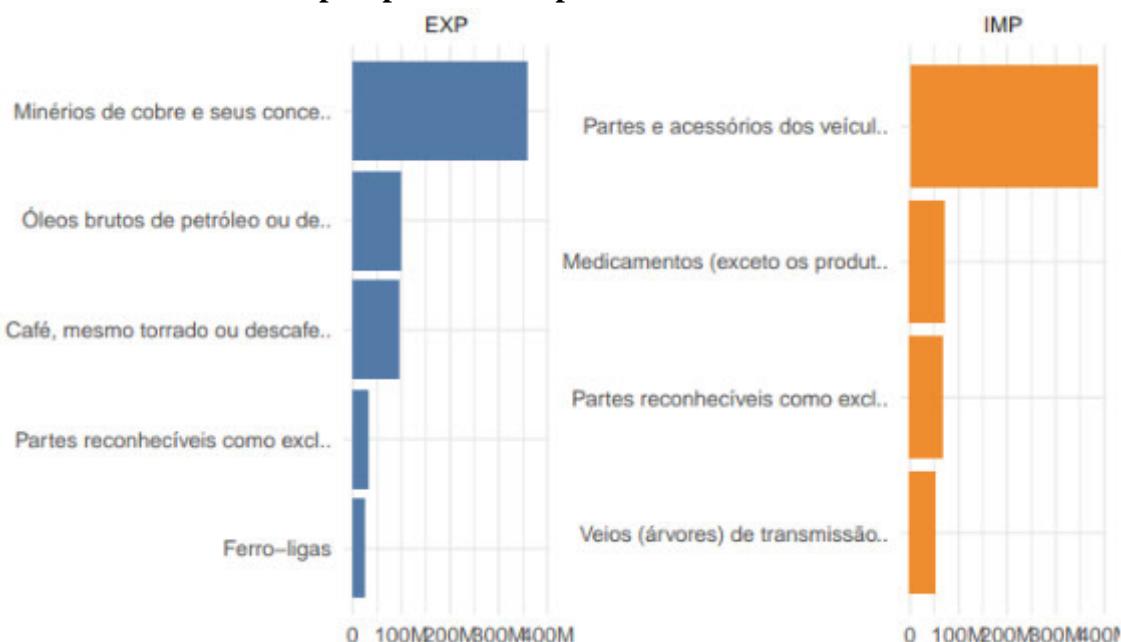
Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Fazenda.



	2022	2021	2020	2019	2018
Exportacoes	790.9M (4.768%)	754.9M (98.101%)	381.1M (-13.240%)	439.2M (-27.439%)	605.3M (29.824%)
Importacoes	2.1787B (28.94%)	1.6897B (36.61%)	1.2369B (-8.51%)	1.3519B (0.11%)	1.3504B (13.87%)
Saldo	-1.388B (-248.47%)	-935M (-209.23%)	-856M (-193.76%)	-913M (-222.50%)	-745M (-203.54%)
Corrente	2.9696B (21.48%)	2.4446B (51.09%)	1.6179B (-9.67%)	1.7912B (-8.41%)	1.9557B (18.37%)

	2017	2016	2015	2014	2013
Exportacoes	466.3M (-9.377%)	514.5M (2.193%)	503.5M (2.139%)	492.9M (9.845%)	448.7M (-6.462%)
Importacoes	1.1859B (21.86%)	973M (-15.58%)	1.1527B (-29.10%)	1.6260B (-18.34%)	1.9912B (0.53%)
Saldo	-720M (-256.91%)	-459M (-170.64%)	-649M (-157.30%)	-1.133B (-173.46%)	-1.542B (-202.76%)
Corrente	1.6521B (11.06%)	1.4876B (-10.18%)	1.6562B (-21.84%)	2.1189B (-13.16%)	2.4400B (-0.84%)

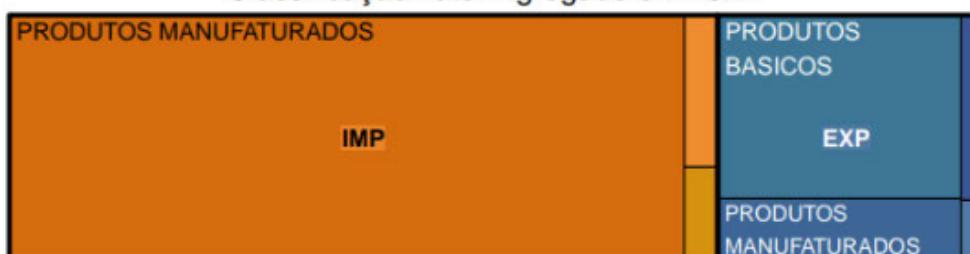
Principais produtos da pauta comercial em 2022



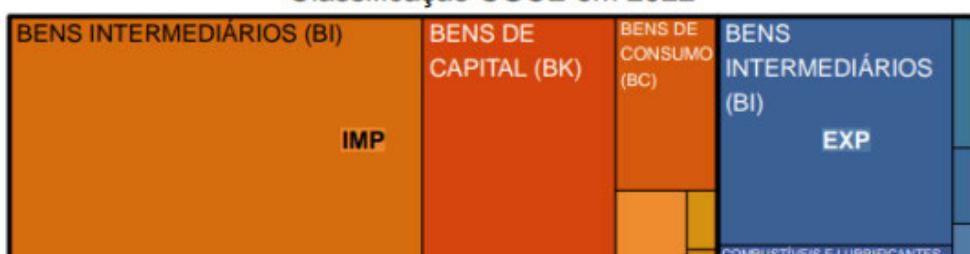
Classificações do comércio
Classificação ISIC em 2022



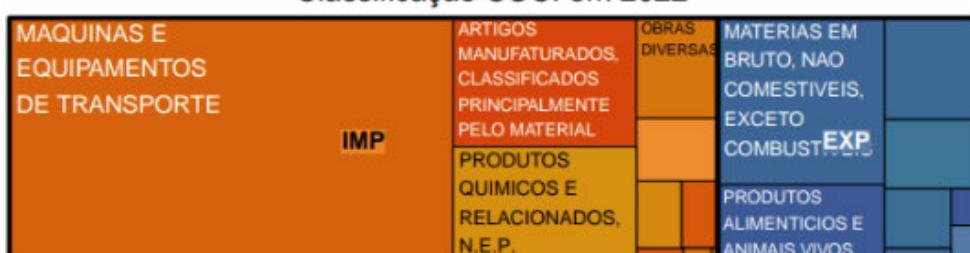
Classificação Fator Agregado em 2022



Classificação CGCE em 2022



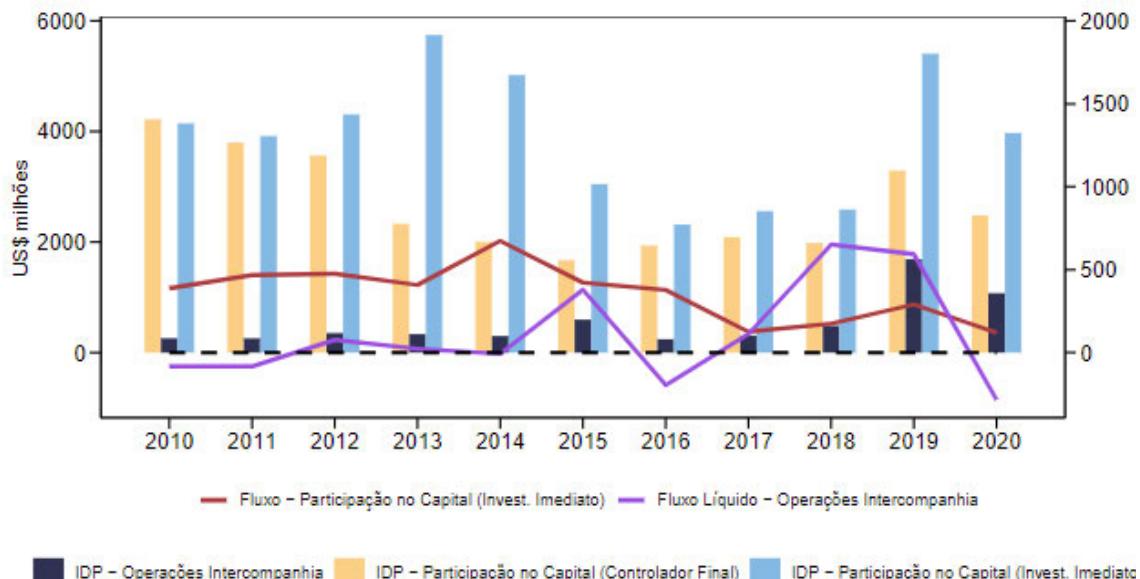
Classificação CUCI em 2022



DADOS DE INVESTIMENTOS RECÍPROCOS

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Fazenda.

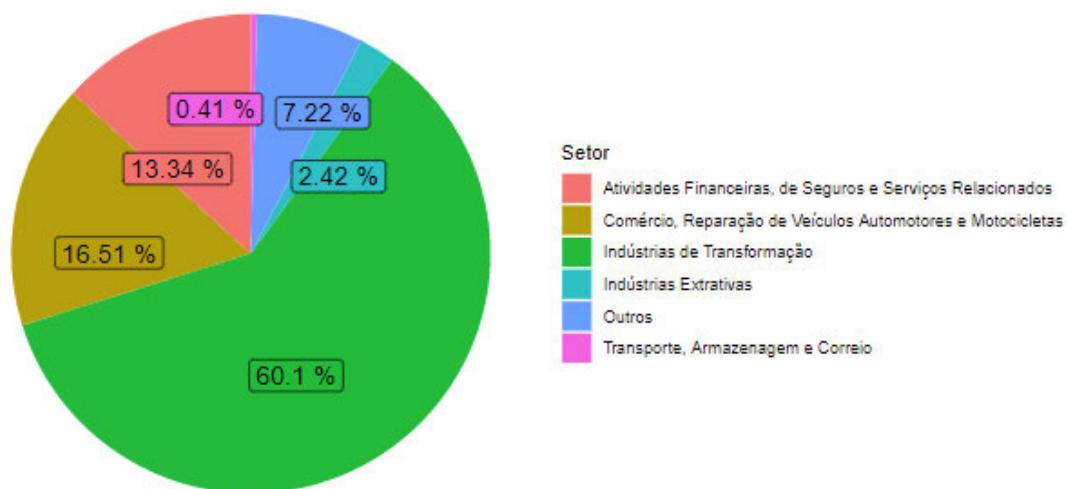
Investimentos suecos no Brasil



names	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	4219.70	3800.84	3564.34	2327.56	2003.37	1673.21
IDP-Operações Intercompanhia	258.47	257.53	352.95	334.28	299.42	595.90
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	4145.22	3915.69	4307.86	5742.74	5018.53	3048.61
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	386.82	466.81	476.08	407.67	673.58	421.70
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	-83.45	-83.53	76.54	22.64	-7.86	380.04

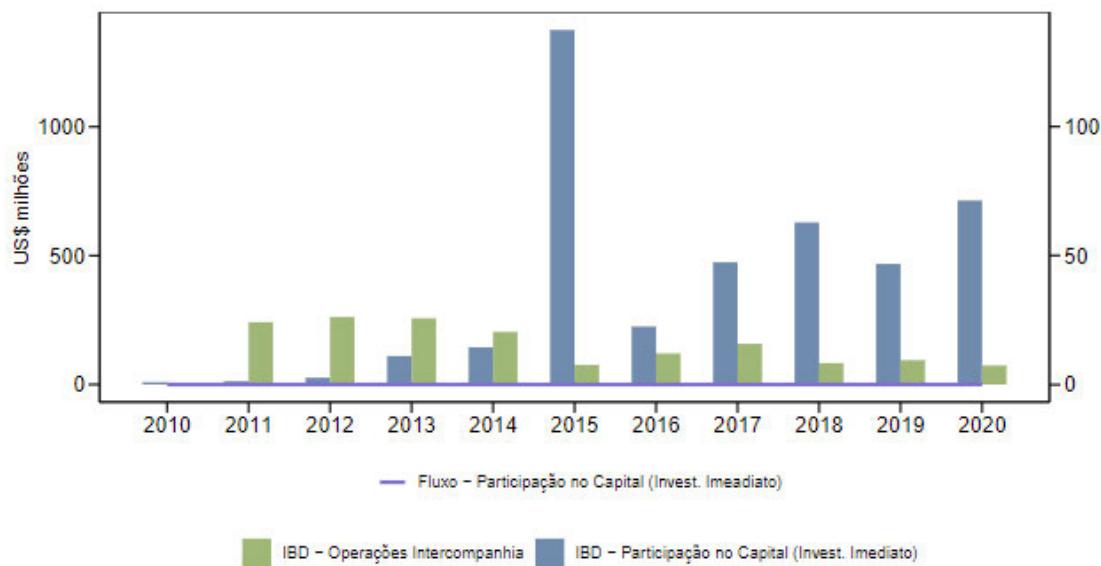
names	2016	2017	2018	2019	2020
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	1938.16	2090.23	1983.68	3291.30	2480.15
IDP-Operações Intercompanhia	242.21	308.08	485.49	1688.89	1074.26
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	2314.82	2558.57	2587.05	5405.38	3972.71
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	377.89	126.26	174.38	290.39	119.33
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	-195.77	112.55	651.46	593.69	-283.65

Setor da atividade econômica dos investimentos suecos no Brasil em 2020



Setor de atividade econômica (Estoque 2020 - US\$ milhões)	valor.Invest Imediato	valor.Control Final
Indústrias Extrativas	0.00	60.11
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	703.27	409.41
Eletricidade e Gás	0.00	0.00
Indústrias de Transformação	2683.38	1490.61
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	472.35	330.93
Transporte, Armazenagem e Correio	10.15	10.15
Outros	103.56	178.94

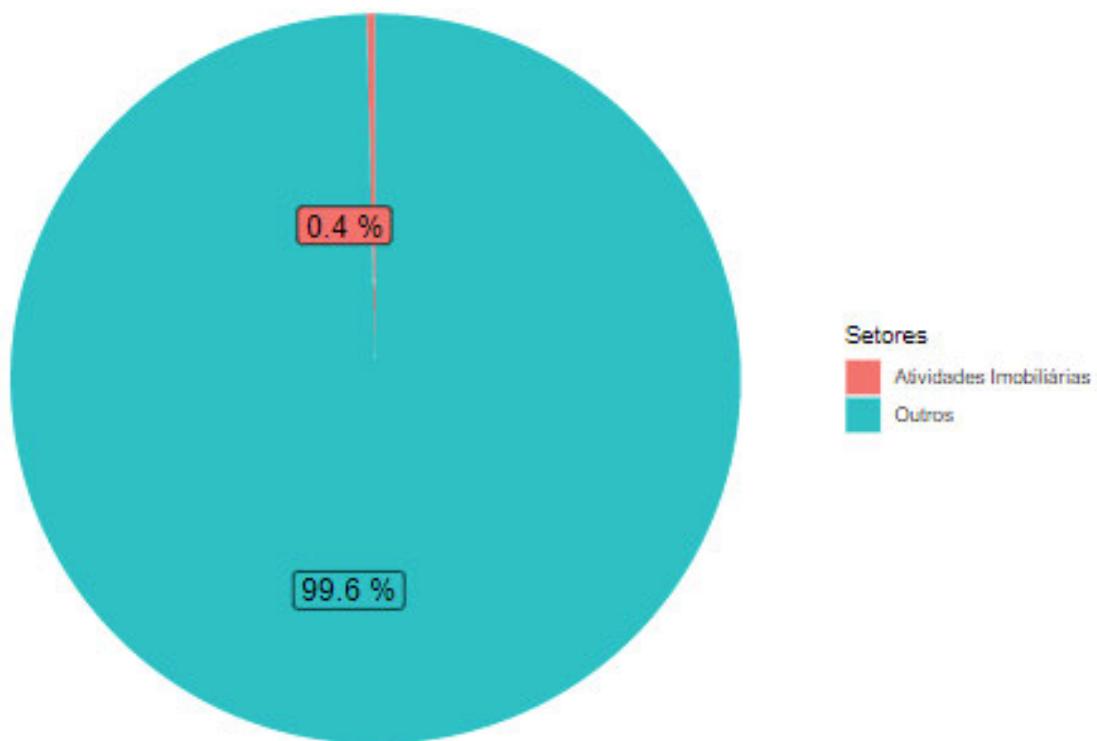
Investimentos brasileiros na Suécia



names	2010	2011	2012	2013	2014	2015
IBD-Participação no Capital(Invest. Imed)	8.78	12.70	26.49	110.42	144.32	1375.59
IBD-Operações Intercompanhia	0.00	242.01	262.42	257.08	204.17	76.29
Fluxo-Participação no Capital(Invest. Imed)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

names	2016	2017	2018	2019	2020
IBD-Participação no Capital(Invest. Imed)	224.76	474.31	628.94	467.97	713.84
IBD-Operações Intercompanhia	120.49	157.90	83.14	94.57	73.76
Fluxo-Participação no Capital(Invest. Imed)	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00

Setor da atividade econômica dos investimentos brasileiros na Suécia em 2020



Setores	Valores
Atividades Imobiliárias	2.88
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicleta	0.00
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionad	0.00
Indústrias de Transformação	0.00
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0.00
Outros	710.96

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

LETÔNIA

INFORMAÇÃO OSTENSIVA
JUNHO DE 2023

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Letônia
GENTÍLICO	Letão
CAPITAL	Riga
ÁREA	64.589 km ²
POPULAÇÃO (2022)¹	1,9 milhão de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Letão
PRINCIPAIS RELIGIÕES²	Luterana (34%), católica (25%), outros ou sem afiliação (20%), ortodoxa (19%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (<i>Saeima</i>), composto por 100 membros
CHEFE DE ESTADO	Presidente Egils Levits (desde julho de 2019). Em julho de 2023 assumirá como presidente o atual chanceler Edgars Rinkēvičs (partido Nova Unidade)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Arturs Krišjānis Kariņš (desde janeiro de 2019, partido Nova Unidade)
CHANCELER	Edgars Rinkēvičs (desde outubro de 2011, partido Unidade)
PIB (2022E)¹	US\$ 40,6 bilhões
PIB PPC (2022E)¹	US\$ 72 bilhões
PIB PER CAPITA (2022E)¹	US\$ 21.480
PIB PPC PER CAPITA (2022E)¹	US\$ 38.120
VARIAÇÃO DO PIB¹	1,6% (2023E); 2,5% (2022E); 4,5% (2021)
IDH (2019)³	0,866 – 37º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2019)	0,34
EXPECTATIVA DE VIDA (2020)⁴	73
DESEMPREGO (12/2022)⁵	7,1%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA⁶	Cerca de 50 pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) Governo da Letônia; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (5) Estimativa do Itamaraty.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Letônia	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	24,0	61,5	94,1	42,4	69,2	188,2
Exportações	13,0	48,2	75,4	23,5	30,6	134,2
Importações	11,0	13,2	18,8	18,9	38,6	54
Saldo	2,0	35,0	56,6	4,5	-8,0	80,2

Fonte: Ministério da Fazenda

PERFIS BIOGRÁFICOS

Egils Levits *Presidente da República da Letônia*



Egils Levits, 67 anos, nasceu em Riga. Residiu de 1972 a 1990, ano em que a Letônia recuperou sua independência, na Alemanha Ocidental. É formado em Direito e Ciências Políticas pela Universidade de Hamburgo. Durante o final da era soviética, Egils foi membro da Frente Popular da Letônia e contribuiu para a declaração da renovada independência de seu país. Assumiu diversos cargos de destaque, como Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Justiça (1993-1994), Embaixador na Hungria, Áustria e Suíça (1994-1995), Juiz do Tribunal de Justiça Europeu (2004-2019). Eleger-se Presidente em maio de 2019, na terceira vez que concorreu às eleições presidenciais indiretas. Em maio deste ano anunciou que não concorreria à reeleição e será substituído em julho do corrente.

Twitter: @valstsgriba

Arturs Krišjānis Kariņš
Primeiro-ministro da Letônia



Arturs Krišjānis Kariņš, 58 anos, nasceu em Wilmington, Delaware (EUA). É graduado e doutor em Linguística pela Universidade da Pensilvânia. Kariņš visitou a Letônia pela primeira vez em 1984, tendo passado diversos verões no país natal de seus pais até se mudar definitivamente em 1997. Após passagem pela iniciativa privada, começou a envolver-se com a atividade política, tendo participado da fundação do Partido Nova Era, que se tornaria o atual partido Unidade. Foi membro do parlamento (2002-2006), ministro da Economia (2004-2006) e eurodeputado (2009-2019). Tornou-se primeiro-ministro em janeiro de 2019, após as eleições parlamentares de 2018.

Twitter: @krisjaniskarins

Edgars Rinkēvičs

*Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Letônia
(e Presidente-Eleito)*



Edgars Rinkēvičs, 49 anos, nasceu em Jūrmala. Bacharel em História e mestre em Ciência Política pela Universidade da Letônia, também é mestre em Estratégia Nacional pela Universidade Nacional de Defesa dos Estados Unidos e estudou Relações Internacionais na Universidade de Groeningen, nos Países Baixos. Atuou como jornalista especializado em assuntos internacionais pela Rádio Latvijas. Ingressou no Ministério da Defesa em 1995, onde exerceu diversas funções até chegar a ser secretário de Estado (1997-2008). Em outubro de 2008, foi designado chefe da Chancelaria (homólogo da Casa Civil) da Presidência da República. Foi nomeado ministro dos Negócios Estrangeiros em outubro de 2011, cargo que ainda ocupa. Eleceu-se presidente em 31 de maio de 2023 e assumirá a presidência a partir de julho.

Twitter:

[@edgarsrinkevics](https://twitter.com/edgarsrinkevics)

APRESENTAÇÃO

A Letônia situa-se ao norte da Europa, ao longo das margens do mar Báltico e do golfo de Riga, e é delimitada pela Rússia ao leste, Estônia ao norte, Belarus a sudeste e Lituânia ao sul.

É uma das três repúblicas bálticas, junto com Lituânia e Estônia. Riga, capital letã, foi fundada em 1201 por povos germânicos. Em 1285, a cidade tornou-se parte da Liga Hanseática. Em 1621, contudo, a região da atual Letônia foi conquistada pela Suécia. A conquista durou até 1710, quando o Czar Peter I, da Rússia, anexa a região.

A Letônia obteve sua primeira independência em 1918, em contexto de enfraquecimento da Rússia no pós-1^a Guerra Mundial. Porém, em 1940, o país é anexado pela União Soviética. A segunda independência ocorreu somente em 1990, em contexto de dissolução da União Soviética e fim da Guerra Fria. Em 1991, o país tornou-se membro da ONU e, em 2004, da União Europeia e da OTAN. Em 2014, a Letônia ingressou na zona do euro.

Antes da ocupação soviética em 1940, os letões constituíam cerca de três quartos da população do país. Hoje eles representam cerca de três quintos da população, e os russos respondem por mais de um quinto. Existe minorias formada de bielorrussos, ucranianos, poloneses, lituanos e outros. A língua oficial da Letônia é o letão, falada por mais de 80% da população.

O país báltico é uma república parlamentarista. O presidente é o chefe de Estado, eleito pelo parlamento. O principal órgão executivo é o Conselho de Ministros, liderado pelo primeiro-ministro, chefe de governo. O parlamento letão é unicameral, conhecido como *Saeima*, e exerce o poder legislativo.

A economia é fortemente dependente das exportações. A entrada na União Europeia trouxe crescimento para o país. O país adota política fiscal reconhecidamente disciplinada, resultando em condição de estabilidade macroeconômica. Os principais setores da economia são a agricultura, produção de químicos, logística e marcenaria.

O clima é influenciado pelos ventos predominantes de sudoeste vindos do Atlântico. O clima é frio no inverno e ameno e chuvoso no verão. As zonas costeiras são um pouco mais temperadas, mas também mais húmidas e ventosas, enquanto a zona oriental tem um clima ligeiramente mais continental.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Encarregado de Negócios do Brasil, a.i., em Estocolmo (cumulatividade – Letônia)	Ministro Marcelo de Oliveira Ramalho (desde abril de 2023)
Embaixadora da Letônia para o Brasil (não residente)	Embaixadora Alda Vanaga (desde março de 2012)

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Consultas Políticas	2	Outubro de 2009, em Riga

Em dezembro de 1921, o Brasil reconheceu a independência da Letônia, e voltou a fazê-lo em setembro de 1991, após a dissolução da URSS, embora o governo brasileiro jamais tenha aceitado a anexação do país por Moscou.

Há interesse do governo, do meio acadêmico e da sociedade da Letônia na promoção da aproximação com o Brasil em áreas como cooperação educacional-acadêmica e cultural.

As relações Brasil-Letônia se desenvolvem em bases positivas e cordiais. O Brasil é reconhecido como país de peso nas Américas e ator importante no cenário global. A Letônia tem, pouco a pouco, buscado explorar novas parcerias internacionais, em particular com os grandes países emergentes. Na América Latina, o país se volta em especial para o Brasil, embora ainda confira prioridade à Europa e ao seu entorno sub-regional báltico.

Os países já organizam duas reuniões de consultas políticas. A primeira ocorreu em Riga, em 2008, em nível de secretários. A segunda foi igualmente na capital letã, em 2009, em nível de diretores de Departamento.

VISITAS DE ALTO NÍVEL

A mais alta autoridade brasileira a visitar oficialmente a Letônia foi o então ministro-chefe da Secretaria de Portos, Pedro Brito, em 2010. Pelo lado letão, as mais importantes visitas oficiais de alto nível foram as da então presidente Vaira Vaike-Freiberga (2007), a do então ministro dos Negócios Estrangeiros Edgars Rinkevics, em 2012, e a do então presidente Raimonds Vejonis, em 2016, por ocasião dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

As trocas bilaterais têm potencial de se intensificarem com a progressiva inserção da Letônia na cadeia logística europeia e, sobretudo, com maior conhecimento mútuo entre os setores privados.

Em 2022, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 188 milhões, um aumento considerável de 172% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras para a Letônia foram de US\$ 134 milhões (+339%), e as importações desde a Letônia, de US\$ 54 milhões (+40%). O saldo comercial bilateral foi favorável ao Brasil em US\$ 80 milhões. A Letônia figurou no 94º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,04% do total. O país ocupa o 85º lugar no ranking das importações brasileiras (0,02% do total).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram açúcares e melaços (54%); café não torrado (16%); e outros minérios concentrados (14%). A pauta importadora é composta por óleos combustíveis (55%); linhita e turfa (16%); e instalações e equipamentos de engenharia civil e construtores (4%).

ASSUNTOS CONSULARES

O Brasil mantém Cônsul Honorário em Riga. A Embaixada em Estocolmo é responsável por acompanhar os interesses da comunidade brasileira na Letônia, formada por cerca de 50 pessoas. A Letônia, por sua vez, não possui representação diplomática no Brasil, mas há Consulado Honorário em Brasília.

Os vínculos entre os povos brasileiro e letão precedem o estabelecimento das relações diplomáticas formais. De acordo com registros históricos, a colonização letã no Brasil teve início em 1890, quando chegaram a Laguna, em Santa Catarina, 25 famílias oriundas de Riga. O fluxo de imigrantes letões intensificou-se durante o começo do século XX, e estima-se que mais de três mil letões emigraram para o Brasil a partir de então, estabelecendo-se em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul e em São Paulo. Atualmente, estima-se que a comunidade de letões no Brasil soma três mil indivíduos e a população brasileira de origem letã alcance 25 mil habitantes, a maior comunidade letã na América do Sul, concentrados sobretudo na cidade de Nova Odessa (SP).

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

A Letônia é uma República Parlamentarista. O presidente, chefe de Estado, eleito pelo parlamento para mandato de quatro anos, exerce atribuições majoritariamente simbólicas. Dentre as poucas funções efetivas de que dispõe estão a iniciativa legislativa e a possibilidade de convocar referendo para dissolver o parlamento.

O Conselho de Ministros é o principal órgão do poder executivo; o primeiro-ministro, líder de coalizão majoritária no parlamento, é apontado pelo presidente da República e, se confirmado pelo parlamento, exerce a chefia do governo.

O parlamento (*Saeima*), unicameral, exerce o poder legislativo. É formado por 100 deputados eleitos por voto direto proporcional, para mandatos de quatro anos.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO (SAEIMA)

- Base governista (54 assentos):
 - Nova Unidade (JV, aliança de partidos de centro-direita), do primeiro-ministro Arturs Krišjānis Kariņš – 26 assentos;
 - Lista Unida (AS, centro conservador) – 15 assentos;
 - Aliança Nacional (NA, direita nacionalista) – 13 assentos;
- Oposição (46 assentos):
 - União dos Verdes e Fazendeiros (ZZS, aliança de partidos de centro-direita) – 16 assentos;
 - Estabilidade! (S!, direita eurocética) – 11 assentos;
 - Progressistas (PRO, centro-esquerda) – 10 assentos;
 - Letônia Primeiro (LPV, direita) – 9 assentos.

CONTEXTO RECENTE

As eleições parlamentares de outubro de 2018 trouxeram algumas mudanças para o cenário político letão. O partido União dos Verdes e Fazendeiros, do então primeiro-ministro Maris Kucinskis, sofreu acentuada redução de assentos e a ascensão de novas forças políticas levaram à criação de novas coligações. O *Saeima* aprovou em janeiro de 2019 a nomeação de Krisjanis Karins (Nova Unidade) para o cargo de primeiro-ministro para o mandato 2019-2022, com apoio dos membros dos partidos Nova Unidade, Novo Partido Conservador, Aliança Nacional, Desenvolvimento! e parte do KPV LV.

Em outubro de 2022, nas mais recentes eleições parlamentares letãs, o partido Nova Unidade o vencedor das eleições, passando de quarta força dentro da coalizão governista para principal partido do país. Com o resultado, o primeiro-ministro Karins deverá conseguir formar novo governo. A popularidade do chefe de governo, que é percebido pelo público letão como um líder firme na resistência contra Moscou e no apoio a Kiev, parece ter sido fator fundamental para seu êxito.

Em dezembro de 2022, o PM Karins logrou formar novo governo, em coalizão entre o Nova Unidade, Lista Unida e Aliança Nacional. A vitória de Karin e sua nova coalizão consolidam um governo de centro-direita, comprometido com o apoio à Ucrânia e a recorrente denúncia a Moscou. Embora essa coalizão já se prenunciasse desde outubro, as negociações para formação de governo se estenderam muito além do previsto, em razão da disputa entre os três partidos pelas pastas mais relevantes do governo, como a das Finanças, do Interior e da Educação.

Com forte base de apoio na minoria étnica russa, o Harmonia, de vertente social-democrata, que havia sido o mais votado em 2018, com quase 20% dos votos, não alcançou o mínimo de 5% nas atuais eleições, e ficará sem representação parlamentar. Outro partido vinculado aos interesses da minoria russa, a União dos Russos da Letônia (LKS), está fora do parlamento desde 2010, e, continuará excluído.

Em maio, o parlamento letão elegeu o então ministro dos Negócios Estrangeiros, Edgars Rinkevicks, para o cargo de presidente da República, com mandato de julho de 2023 a julho de 2027. A Saeima abriu o período de candidaturas em maio, e se esperava que o atual presidente, Egil Levits, seria candidato à reeleição. Apesar de não ser filiado a partido político, Levits, que defende o alinhamento da Letônia ao Ocidente, esperava ter apoio dos três partidos que compõem o governo do primeiro-ministro Kristianis Karins (JV). Dado o cenário de fragmentação que se vislumbrava, com a legenda governista AS lançando candidatura própria, Levits retirou-se da disputa.

Apesar de desistência do atual presidente, o cenário de fragmentação das forças governistas confirmou-se, com o partido Nova Unidade (JS) e a Aliança Nacional (NA) apoiando o nome do chanceler Edgars Rinkevics (JS) e a Lista Unida mantendo a candidatura do empresário Uldis Pilens. Edgars Rinkevics (JV) sagrou-se vitorioso após três turnos de votação, quando recebeu 52 votos, enquanto Uldis Pilens (AS) obteve apenas 25 votos.

A eleição presidencial trouxe à tona as divergências internas na base do governo Karins. Analistas políticos letões discutem os impactos do racha entre JS e AS para o futuro da coalizão, especialmente tendo em conta que o Progressistas (PRO), partido de centro-esquerda ora na oposição, prestou apoio decisivo a Rinkevics, quando sua candidata própria, Elina Pinto, foi eliminada no segundo turno de votação.

Outro desdobramento significativo do processo eleitoral foi que o partido social-democrata e pró-Rússia Harmonia aproveitou o momento para começar campanha de coleta de assinaturas em prol de eleições diretas para presidente, com apoio do partido populista de direita Letônia Primeiro (LPV).

O presidente Edgars Rinkevics goza de amplo apoio da opinião pública graças ao seu forte posicionamento em defesa da Ucrânia. No cargo desde 2011, é chanceler que por mais tempo ficou à frente da pasta na história da Letônia. Em 2014, tornou pública sua homossexualidade, e a imprensa internacional tem repercutido o fato de que Rinkevics será o primeiro presidente LGBT dos países bálticos, e o único chefe de Estado assumidamente homossexual na Europa.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa letã preconiza a defesa do multilateralismo, das normas do direito internacional, dos valores democráticos e da defesa dos direitos humanos. A Letônia conta com arquitetura de segurança e de cooperação regional e internacional para garantir sua soberania, além de cultivar relações especiais com os Estados Unidos, com o Canadá e com o Reino Unido, especialmente no campo da defesa.

A Letônia enfatiza as convergências possíveis entre os mecanismos de cooperação de que participa no seu imediato entorno regional - como a Cooperação Nórdico-Báltica (NB8, integrado por Noruega, Dinamarca, Suécia, Finlândia, Islândia, Estônia, Lituânia e Letônia) e o Conselho dos Estados do Mar Báltico (conformado em 1992) - e as alianças e blocos mais abrangentes dos quais também é parte, como a OTAN e a União Europeia.

UNIÃO EUROPEIA

O país sustenta um aprofundamento da integração europeia, notadamente nas esferas da defesa e segurança, da energia, dos transportes e das finanças. Com vistas a garantir a estabilidade na região ao Sul de seu território, apoia a continuidade da Parceria para o Leste, de forma a aproximar Belarus, Ucrânia, Geórgia, Moldova, Armênia e Azerbaijão do campo comunitário.

O governo letão defende a intensificação dos esforços europeus que possam não somente levar a uma maior independência do bloco, mas também favorecer o incremento da cooperação entre seus membros.

A Letônia, em consonância com a Estônia e a Lituânia, está engajada no processo de implementação do projeto *Rail Baltica*, financiado com recursos da UE, que compreende a construção de ferrovia que, até 2026, interligará os três países bálticos à rede ferroviária europeia. A Letônia vislumbra também a utilização dessa futura conexão ferroviária para promover o comércio regional e a interligação de seus portos de águas profundas com os mercados da Ásia Central.

OTAN

A Letônia privilegia o relacionamento com a organização e tem apoiado a atuação, desde junho de 2017, do batalhão multinacional da OTAN com 1000 soldados liderado por tropas canadenses, no contexto do programa *Enhance Forward Presence* (dedicado aos três países bálticos e à Polônia). A liderança do Canadá fomentou especial aproximação entre os dois países, tendo sido a Letônia o primeiro país europeu a ratificar o Acordo de Comércio Canadá-UE, em 2017.

A Letônia acolhe, ademais, a *Multinational Division Headquarters North*, criada 2018, em Bruxelas. O mecanismo é responsável pelo planejamento e coordenação da defesa na região do Báltico, organização e implementação de treinamentos militares e outras ações que possam fomentar a interoperabilidade dos países da região.

Em consonância com as diretrizes da OTAN, a *Saeima* aprovou norma que reserva para o setor de defesa um montante do orçamento público de 2018 equivalente a

2% do PIB, patamar mantido desde então. Pela primeira vez, a Letônia alcançou o patamar de gastos recomendado pela aliança norte-atlântica.

Em discurso no parlamento, em fevereiro de 2023, o chanceler da Letônia ressaltou a importância de “reduzir a vulnerabilidade” do país, com aumento dos investimentos em defesa e o fortalecimento do flanco oriental da OTAN. A esse respeito, sublinhou o imperativo de manter tropas aliadas em seu território. Ao referir-se à expansão da aliança atlântica, mencionou, de maneira positiva, a adesão da Finlândia e a Suécia, que abrirá novas possibilidades de cooperação e coordenação regional no Báltico.

GUERRA NA UCRÂNIA

Em discurso ao parlamento letão, em fevereiro de 2023, o ministro Edgars Rinkēvičs reafirmou o compromisso de Riga com a Ucrânia, que seria a “primeira linha de defesa da Europa contra a ameaça imposta pela Rússia”. Para Rinkēvičs, “o apoio inequívoco à Ucrânia, até sua vitória final, é uma escolha moral e política que tivemos que fazer”, e “é a única maneira de alcançar uma paz duradoura e de fortalecer nossa segurança”.

ECONOMIA

A Letônia possui economia aberta. O país é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC) desde 1999, da União Europeia desde 2004, e da OCDE desde 2016. Tornou-se o 18º país a adotar o euro, em janeiro de 2014. O desenvolvimento econômico está estreitamente vinculado às condições do ambiente externo e da economia global, vez que a economia letã se apoia fortemente nas oportunidades de exportação. O espaço comum da UE é de grande importância para a economia local. O panorama econômico do país a médio prazo está fundamentado, principalmente, na estabilidade macroeconômica, que resultou na melhora das condições de crédito.

A agricultura corresponde com cerca de 4% do PIB. Cerca de um terço das terras agrícolas da Letônia é utilizada para cultivo, enquanto cerca de um décimo é dedicado a pastagens para gado. Das culturas, o grão é o mais importante: batatas, cebolas, cenouras e beterrabas são os principais produtos primários produzidas para exportação.

A indústria, por sua vez, corresponde a cerca de 22%. Suas principais indústrias são têxteis, alimentos processados, produtos químicos e construção de máquinas.

A indústria madeireira é uma das mais importantes do país e desempenha papel fundamental na geração de empregos e nas exportações. O sucesso dessa indústria baseia-se em combinação favorável de vastos recursos florestais, localização estratégica e força de trabalho eficiente em termos de custos. Além disso, as políticas governamentais destinadas a alcançar o desenvolvimento florestal sustentável têm apoiado o sucesso da indústria.

Outra área de relevância é o tradicional setor de processamento de metais. Suas principais vantagens incluem mão de obra qualificada e eficiente em termos de custo, acesso a suprimentos de metal e proximidade com mercados no leste e oeste.

No setor de energia, nota-se que o país é altamente dependente de fontes importadas. A energia elétrica é fornecida principalmente pela Estônia e Lituânia, e os produtos petrolíferos são fornecidos pela Rússia e Lituânia. O setor terciário é o mais importante para o PIB, representando cerca de 74% desse agregado.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2022

Em 2022, em comparação com 2021, as exportações letãs para os países da União Europeia aumentaram em 1,5 bilhão de euros (+30%). As importações totais da Letônia de bens dos países da UE em 2022 ascenderam a 20,6 bilhões de euros.

Em 2022, as exportações chegaram a 21,3 bilhões de euros, representando aumento de 29% em relação a 2021. Os principais destinos das exportações foram Lituânia (18% do total), Estônia (12%) e Alemanha (7%). Os principais produtos da pauta de exportação são madeira e seus artigos, combustíveis e óleos minerais e máquinas.

A Letônia importou cerca de 26,5 bilhões de euros (+36% em relação a 2021), sobretudo de Lituânia (24% do total), Estônia (10%) e Alemanha (9,5%). Os principais produtos importados foram combustíveis e óleos minerais, máquinas, equipamentos

eléctricos

e

aparelhos

mecânicos.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
3000 a.C.	Povos fino-úgricos se estabelecem na região onde hoje é a Letônia.
1201	Após conquista pelos povos germânicos, o território é batizado de Livônia. Riga é fundada pelo bispo Alberto de Livônia.
1285	A cidade de Riga torna-se parte da Liga Hanseática, criando laços econômicos e culturais com o resto da Europa.
1621	A região é conquistada pela Suécia.
1710	Sob o reinado do Czar Peter I, a Rússia anexa a região.
1918	Com a Rússia enfraquecida, Letônia declara sua independência no dia 18 de novembro.
1940	A Letônia, juntamente com Lituânia e Estônia, é anexada à URSS.
1959	A liderança soviética dissolve o partido comunista da Letônia e destitui os líderes do governo e os substitui, quase que em sua maioria, por políticos russos.
1989	O Soviete Supremo letão adota a Declaração da Soberania, dando às leis letãs primazia sobre as soviéticas.
1990	Declarada a independência da Letônia da URSS.
1991	A Letônia torna-se membro da ONU.
1994	Rússia e Letônia assinam acordo para a retirada de tropas russas do território letão.
2004	A Letônia torna-se membro da OTAN e da União Europeia.
2007	Após dez anos de negociação, a Letônia assina com a Rússia o tratado de fronteiras, consolidando, assim, seus limites atuais.
2014	Adesão da Letônia à zona do euro.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

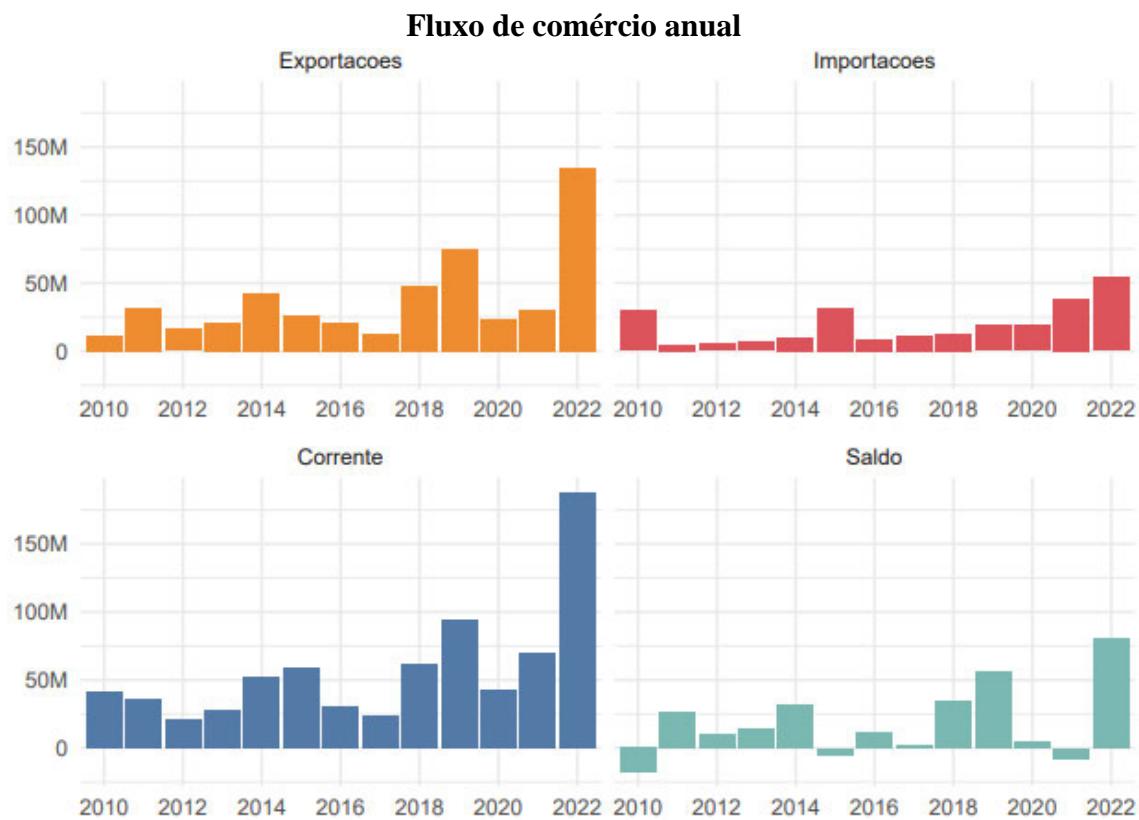
Ano	Evento
1921	Reconhecimento pelo Brasil da independência da Letônia.
1991	Conhecimento da independência letã em relação à URSS.
2007	Visita oficial ao Brasil da presidente Vaira Veike-Freiberga.
2011	Visita ao Brasil do primeiro-ministro, Valdis Dombrovskis.
2012	Visita ao Brasil do ministro de Negócios Estrangeiros, Edgars Rinkēvičs.

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

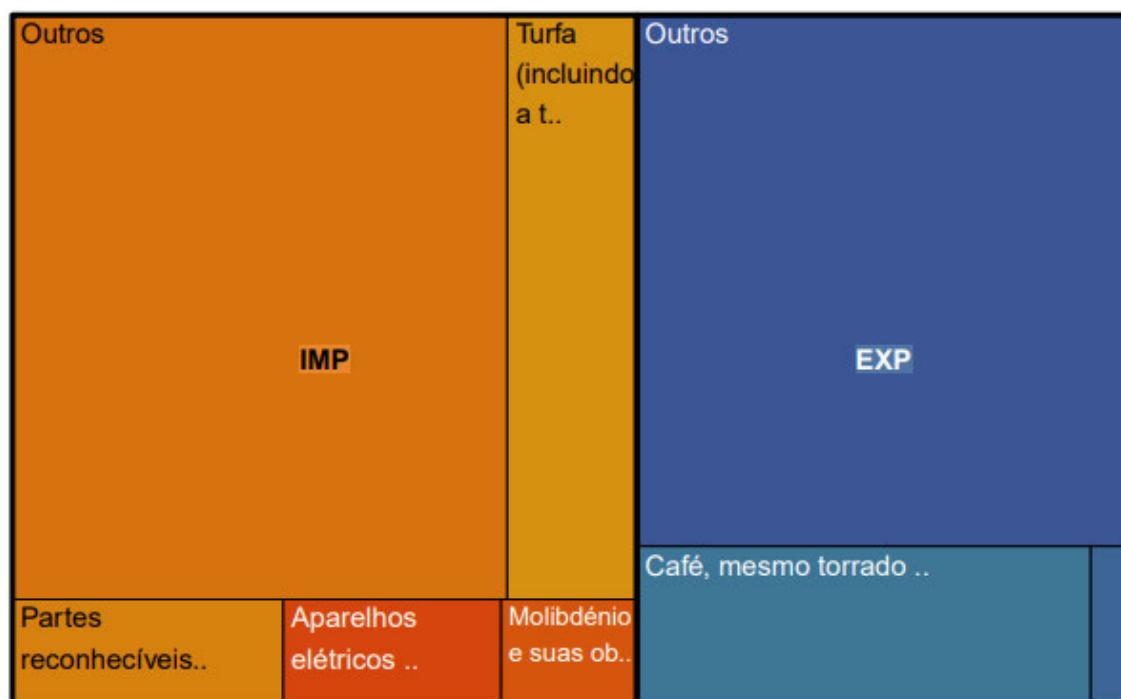
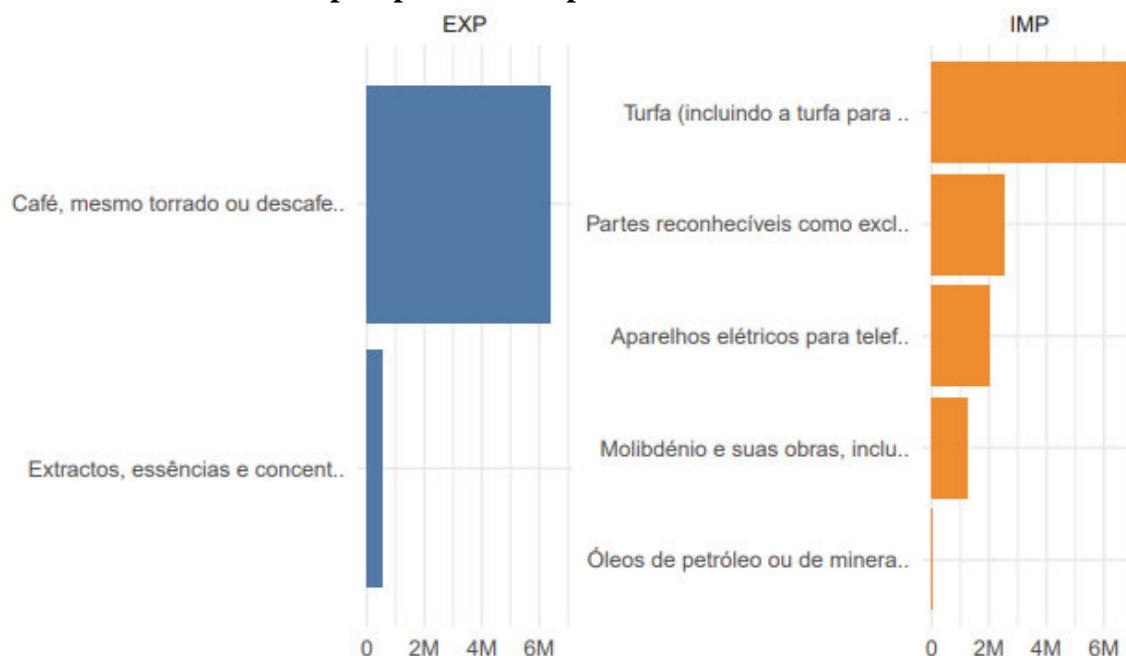
Título	Data de celebração	Status
Acordo de Cooperação Cultural	09/06/2008	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Esportiva	24/05/2010	Em vigor

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

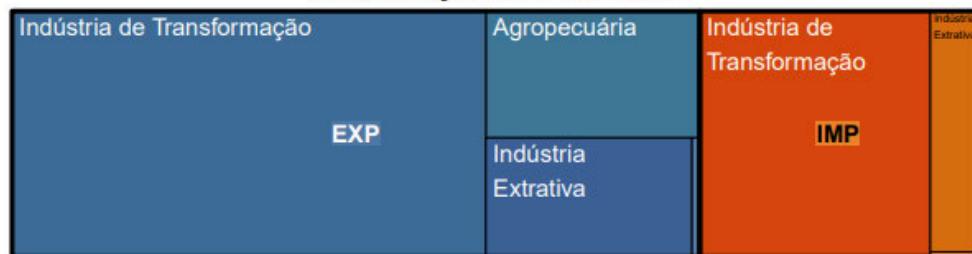
Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Fazenda.



Principais produtos da pauta comercial em 2022



Classificações do comércio
Classificação ISIC em 2022



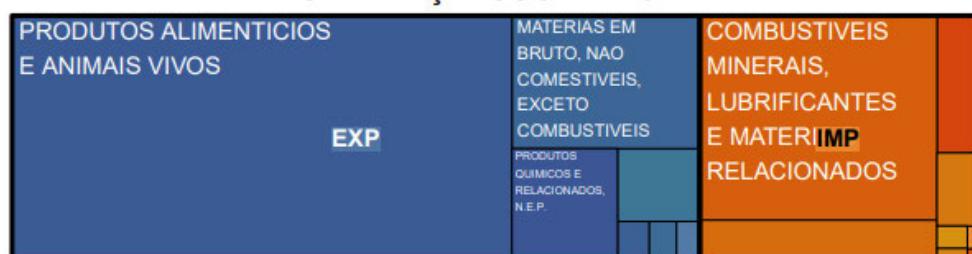
Classificação Fator Agregado em 2022



Classificação CGCE em 2022



Classificação CUCI em 2022



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA
EMBAIXADA DO BRASIL EM ESTOCOLMO**

Candidata:

Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis

PERFIL DA CANDIDATA

A Embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis exerce desde 2020 as funções de Embaixadora do Brasil junto à República da Bulgária e junto à República da Macedônia do Norte, após ter atuado como Embaixadora-Delegada Permanente do Brasil junto à UNESCO entre 2017 a 2019 e como Cônsul-Geral em Paris entre 2015 e 2016. Serviu também em Tóquio, Roma e República Dominicana.

Iniciou sua carreira no Ministério das Relações Exteriores em 1978. Entre seus títulos acadêmicos, estão o Curso de Altos Estudos da Academia Diplomática Brasileira (tese sobre as relações Brasil-Japão, publicada em português, japonês e inglês); o Mestrado em Relações Internacionais pelo Centro Studi Diplomatici e Strategici em Roma (Itália 2002); e Doutorado em Relações Internacionais e Diplomacia pela École des Hautes Études en Relations Internationales (Paris, 2016).

Foi promovida ao posto de Ministra de Primeira Classe (Embaixadora) em 2006, tendo ocupado cargos em diferentes áreas do Ministério das Relações Exteriores, entre os quais: Subsecretária para Assuntos Asiáticos e Mecanismos Multirregionais (2010-2013), Sherpa Brasileira para os BRICS (2010-2013); Representante de Alto Nível do Brasil no Fórum IBAS (2010-2014); Oficial de Alto Nível do Brasil para Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL); Coordenadora Regional do Fórum América do Sul África (ASA) e do Fórum América do Sul-Países Árabes (ASPA) de 2010 a 2013; Diretora-Geral do Departamento de Assuntos Europeus (2006-2010); Coordenadora da Modernização (2005); Assistente do Subsecretário de Planejamento Político (1991-1994).

Condecorações brasileiras e estrangeiras

- Ordem do Mérito da Defesa, Grande Oficial, Ministro da Defesa do Brasil 2013
- Medalha do Pacificador, Comando do Exército Brasileiro 2012
- Ordem do Mérito Naval, Grande Oficial, Marinha do Brasil 2012

- Ordem do Mérito Aeronáutico, Grande Oficial - Brasil 2010
- Dominam Commendatariam Ordinis Sancti Gregori Magni - Santa Sé 2009
- Ordem do Mérito da República da Itália, Grã-Cruz 2008
- Medalha da Ordem do Mérito da Imigração Japonesa no Brasil 2008
- Ordem Orange-Nassau, Grande Oficial - Holanda 2008
- Ordem de Dannebrog, Dinamarca, Commandeur de Premier Grade 2007
- Ordem Nacional do Mérito, Grande Oficial - República da França 2006
- Grande Oficial da Ordem do Rio Branco - Brasil 2005
- Comendador da Ordem do Rio Branco - Brasil 1997
- Ordem de Maio, Argentina, 1978
- Ordem do Mérito Cultural da República do Azerbaijão, 2019.

Prêmios e distinções

- Cidadã honorária do Estado do Amapá, 2008.
- Prêmio Personalidade do Ano de 2008, "Pelo empenho na construção da ponte sobre o Rio Oiapoque", Troféu Júlio Pereira, Amapá, 2009.
- Prêmio Sustentabilidade e Justiça Climática 2009, Câmara de Comércio e Indústria Brasil-Venezuela de Rondônia, "Pelo esforço para Integração Fronteiriça entre o Brasil e a Guiana e promoção da Sustentabilidade", Porto Velho, 26 de novembro de 2009.

Obras publicadas

- "Japan - A Fascinating Challenge", International Journal of Economic Studies, Tóquio, 1998
- "Brasileiros no Japão - o elo humano das relações bilaterais", edição bilingue nos idiomas português e japonês, 1998, Tóquio.
- "Brasileiros no Japão - o elo humano das relações bilaterais", segunda edição nos idiomas português, japonês e inglês, 2001, São Paulo.
- "O Brasil e a Europa no Século XXI", in I Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional (CNPEPI): O Brasil no Mundo que vem aí, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2007
- "Brasil-União Européia - Uma Parceria Estratégica" - Fundação Konrad Adenauer, Rio de Janeiro, 2008.
- "Os Avanços da Parceria Estratégica Brasil-União Européia", in Desafios e Perspectivas das Relações Brasil-União Européia, Seminário EUBRASIL, Câmara dos Deputados, Brasília, 26 de agosto de 2009.
- "Debatendo o BRICS" - "Debating BRICS", Mesa Redonda no Palácio Itamaraty (RJ), Fundação Alexandre de Gusmão, FUNAG, 14 de abril de 2011.
- "Três Grandes Democracias Unidas", in Folha de São Paulo, São Paulo, 17 de outubro de 2011.
- "O Brasil e o Fórum de Macau", Instituto Internacional de Macau, 2012.
- "BRICS: Surgimento e Evolução", in O Brasil, os BRICS e a Agenda Internacional, Fundação Alexandre de Gusmão, Brasília, 2012.

- "O Papel de Macau no Intercâmbio Sino-Luso-Brasileiro" - Instituto Brasileiro de Estudos da China e Ásia-Pacífico (IBECAP), setembro de 2013.
- "Asa Relações Brasil-China", in Carta Brasil-China, Edição 9, Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), fevereiro de 2014.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

(com base no Relatório de Gestão da Embaixadora Maria Luisa Escorel de Moraes)

RELAÇÕES BILATERAIS

- O Brasil constitui claramente o principal foco de interesse da Suécia na América Latina. Do ponto de vista econômico-comercial, segue ocupando lugar de destaque, com mais de 220 empresas suecas estabelecidas no país, especialmente em São Paulo, com tendência de desconcentração para outras regiões. Com efeito, o Brasil constitui "hub" do capital sueco na América Latina, e centro de exportação para outros países. Juntas, as empresas suecas geram mais de 100 mil empregos, diretos e indiretos, no território brasileiro. Ericsson, Electrolux, Scania, Saab, Volvo Trucks, Tetra Pak e Epiroc estão entre as principais delas.
- O ano de 2022 marcou a retomada das visitas bilaterais e dos mecanismos de cooperação que não se reuniam desde a eclosão da pandemia. Em abril de 2022, reuniu-se em Estocolmo o mecanismo bilateral de Diálogo Político-Militar (2+2), composto de representantes dos Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores dos dois países. A reunião tratou de temas de cooperação bilateral e do fomento à aproximação da indústria de defesa dos dois países, e foi oportunidade para troca de visões e impressões sobre questões de paz e segurança regional e internacional.
- Por ocasião da conferência "Estocolmo +50", em junho do ano passado, o então Ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, visitou a Suécia e manteve reuniões bilaterais com representantes de diversos países, inclusive com sua homóloga sueca. O Ministro do STF Dias Toffoli esteve em Estocolmo, em outubro passado, para encontro com a Rainha Silvia, fundadora da ONG Childhood Foundation, que mantém cooperação com o Judiciário brasileiro para promover os direitos de crianças vítimas de violência.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

- O projeto Gripen, com a venda de 36 aviões de caça para o Brasil, em contrato de mais de 5 bilhões de dólares (a maior exportação da história da Suécia), que envolve ampla transferência de tecnologia, desenvolvimento continuado e efeito multiplicador, elevou a parceria estratégica entre os dois países para novo patamar, transformando o Brasil em sócio essencial da Suécia no campo da indústria aeronáutica e da defesa. Em 2022, com a incorporação das primeiras aeronaves Gripen à Força Aérea Brasileira, a cooperação entrou em nova fase, mediante o estabelecimento de um grupo de acompanhamento da SAAB em Anápolis, com a participação de militares suecos.
- Existe interesse de ambas as partes de adotar o modelo bem-sucedido da parceria do Gripen em outras áreas da indústria de defesa, da indústria aeroespacial, e mesmo em outros setores de alta tecnologia. Há expectativa, de ambos os lados, de avançar no estabelecimento de um Diálogo de Indústria de Defesa, processo que foi interrompido com a pandemia.

PROMOÇÃO COMERCIAL

- Em 2022, as exportações do Brasil para a Suécia registraram um volume de cerca de USD 790 milhões. Em 2021, haviam sido da ordem de USD 754,89 milhões e, em 2020, USD 381,06 milhões. Note-se que, apesar de uma pauta exportadora concentrada em produtos primários (principalmente o cobre e o café), o setor de manufaturas tem um peso maior (31,4% do valor exportado) do que o setor agrícola (18,4%) nas exportações do Brasil para a Suécia. Os manufaturados exportados pelo Brasil correspondem aos setores das maiores indústrias suecas instaladas em território nacional, como o automotivo, o florestal e de telecomunicações e, mais recentemente, o aeronáutico.
- Também na esfera dos negócios, o Secretário de Estado do Ministério do Comércio Exterior, Krister Nilsson, visitou o Brasil em maio do ano passado, para contatos com autoridades brasileiras e empresas suecas no país. Missão da APEX Brasil também trouxe à Suécia, em agosto último, Carlos da Costa, então chefe do escritório internacional do Ministério da Economia em Washington, que participou de evento de atração de investimentos suecos para o Brasil. O então Presidente da APEX Brasil, Augusto Pestana, esteve em Estocolmo junto com representantes do setor agropecuário e florestal para evento da série "Agri-talks" organizado pela Embaixada em novembro.
- Prevista originalmente para março de 2023, a 3ª edição do Conselho Empresarial Brasil-Suécia ("Business Leaders Forum", BLF) está prevista para acontecer em novembro, em São Paulo. Trata-se de evento bianual de alto nível, que deverá reunir expressivo número de CEOs e altos executivos das empresas suecas e brasileiras. O evento é iniciativa capitaneada pela família Wallenberg (grupo que controla empresas como Ericsson, Electrolux, AstraZeneca, SAAB, Stora Enso, Atlas elevadores, a bolsa Nasdaq, o banco SEB, entre outras. Conviria buscar incentivar maior participação dos CEOs brasileiros no evento, inclusive pelo potencial de atrair novos investimentos para o país.

COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

- Na área de ciência e tecnologia, o então Secretário-Executivo do MCTI, Sérgio Freitas, esteve em Estocolmo durante a Semana de Inovação Brasil-Suécia, em maio de 2022. Expressiva delegação brasileira veio a Estocolmo no âmbito da Semana, que incluiu painéis, seminários e outras atividades nas áreas de inteligência artificial; empreendedorismo e sistemas de inovação; bioeconomia; telecomunicações; tecnologias aeronáuticas e espaciais; além de financiamento à inovação. O evento atraiu cerca de 150 pessoas, entre pesquisadores, representantes de "startups" e de grandes empresas, além de investidores e representantes de instituições de pesquisa e fomento dos dois países. O Presidente da Agência Espacial Brasileira (AEB) também esteve na Suécia naquela ocasião. Há um memorando de entendimento em estágio avançado de negociação entre a AEB e a correspondente agência sueca (Swedish National Space Agency).
- Durante a Semana de Inovação em Estocolmo, reuniram-se também os respectivos grupos executivos, em preparação às reuniões do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN) e do Grupo de Trabalho em Alta Tecnologia Inovadora (GTATI), que aconteceram em novembro de 2022, em Salvador. A Secretaria de Estado para Inovação, Sara Modig,

liderou a delegação sueca que foi ao Brasil para esses importantes mecanismos de colaboração bilateral. Centenas de participantes dos dois países, do governo, do setor privado, e da academia, participaram dos eventos em Salvador. Na ocasião, foi assinado Memorando de Entendimento entre a ANPROTEC (Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores) e sua homóloga sueca, a SISP (Swedish Innovation and Science Parks), para promover o intercâmbio de "start-ups" entre os parques tecnológicos dos dois países. A próxima reunião do GAN e do GTATI deverá acontecer em Estocolmo, em novembro deste ano.

COOPERAÇÃO CULTURAL

- O Brasil participa da Feira Internacional do Livro de Gotemburgo, o maior evento literário dos países nórdicos, desde 2014, ano em que foi o convidado de honra do evento. A Embaixada voltou a participar da Feira em 2022, primeira edição presencial depois da pandemia de COVID-19, no espaço tradicionalmente reservado ao Brasil, situado em local de grande visibilidade, ao lado do país homenageado. As atividades diversas contaram com as presenças e contribuições do novelista Emílio Fraia, da autora infantojuvenil Eymard Toledo e da cartunista Letícia Pusti, convidados do Posto.
- Ainda em 2022, foram iniciadas as primeiras interlocuções com a Diretora da Feira do Livro de Gotemburgo e embaixadores dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) com vistas a organizar a participação da língua portuguesa como "convidada de honra" da edição de 2025 da Feira Internacional do Livro de Gotemburgo. O tema tem sido objeto de reuniões com as representações dos países de língua portuguesa em Estocolmo e em Lisboa, bem como com o Secretariado Executivo da CPLP.
- No âmbito das comemorações do Dia da Língua Portuguesa, organizou-se, com a Embaixada de Portugal e o Instituto Camões de Estocolmo, a exibição de filmes portugueses e brasileiros e mesa redonda literária com escritores de ambos os países. No domínio do cinema, a Embaixada apoiou a visita do cineasta brasileiro Gleison Mota na mostra competitiva do 39º Festival Internacional de Curta-Metragens de Uppsala, realizado entre 24 e 30 de outubro.
- No âmbito das comemorações dos 200 anos da Independência do Brasil, realizaram-se concertos na cancelaria com músicos brasileiros e portugueses. Sempre no contexto das celebrações do bicentenário, a Embaixada apoiou institucional e financeiramente o "Brazilian Day" de Estocolmo, no dia 10 de setembro. O evento é realizado anualmente desde 2010 e conta com diversas atrações e atividades dedicadas ao Brasil, incluindo promoção da gastronomia brasileira.
- Deu-se continuidade à programação de atividades infantis de contação de estórias nas dependências da chancelaria, iniciativa que tem como objetivo fortalecer os elos afetivos e culturais da diáspora-mirim e de seus genitores com o Brasil com o objetivo de estimular a preservação do idioma português com língua de origem. As oficinas são conduzidas por professoras brasileiras de português baseadas na Suécia e atraem grande número de famílias sueco-brasileiras.

SETOR CONSULAR

- Não obstante o serviço de estatística oficial sueco informar que, em 2021, cerca de 12 mil brasileiros residiam no país, estima-se que em 2022 a comunidade brasileira já teria alcançado a marca de 20 mil indivíduos. A diferença se deve ao fato de que muitos brasileiros residentes na Suécia possuem dupla cidadania (seja sueca, seja de outro país europeu), e são computados com a outra nacionalidade. Outrora composta majoritariamente por cônjuges de cidadãos suecos, a imigração hoje abarca prestadores de serviços, empreendedores e funcionários de empresas locais nos ramos de telecomunicações, programação, engenharia, educação e indústria criativa, acompanhados por suas famílias. A maioria dos brasileiros reside nas regiões de Estocolmo, Gotemburgo e Malmö, as três maiores cidades do país.
- A considerável expansão da comunidade brasileira ao longo dos últimos anos é comprovada pelo aumento de eleitores brasileiros habilitados a votar na Suécia: de 1.935 em 2014 para 5.089 em 2022, ou seja, + 160%. Outra indicação concreta tem sido o forte aumento na demanda por serviços consulares. Entre 2012 e 2022, registrou-se substantivo avanço na emissão de documentos diversos, como registros de nascimento (+70%) e atestados de vida (+80%).
- A Embaixada tem buscado apoiar eventos e iniciativas da comunidade brasileira, com o intuito de promover sua autonomia, independência e integração à sociedade local. Entre outras parcerias, realizou-se nas dependências da chancelaria, em junho de 2022, o Primeiro Encontro de Empreendedores Brasileiros na Suécia, evento promovido pela empresa cooperativa "Brasil & co", de propriedade de cidadãs brasileiras.
- A Embaixada manteve reuniões com alguns dos mais atuantes representantes da comunidade brasileira, reativou o mural da comunidade no setor consular para divulgação de serviços e de eventos da diáspora e ofereceu apoio institucional à ABRACE, a Associação de Brasileiros na Suécia, equivalente local de um conselho de cidadãos e sediada em Estocolmo.
- No ano passado, a Embaixada organizou a realização das eleições em Estocolmo e em Gotemburgo. Dada a expansão da comunidade brasileira, tratou-se do mais amplo processo eleitoral brasileiro já conduzido na Suécia.
- Vale mencionar que, nos contatos com a comunidade brasileira baseada fora da capital, têm sido frequentes as reivindicações de organização de consulados itinerantes. A medida permitiria atender, sem necessidade de deslocamento até a Embaixada, parte das mencionadas demandas por serviços consulares. Os pedidos têm sido apresentados, em particular, por representantes das comunidades em Gotemburgo e Malmö, bem como em Luleå e demais cidades no norte da Suécia.

LETÔNIA (CUMULATIVIDADE)

- As relações entre Brasil e Letônia têm avançado positivamente. O comércio bilateral registrou crescimento expressivo, com um aumento de 172% em 2022 em relação ao ano anterior. Ambos os lados esperam que o acordo Mercosul-União Europeia impulsionie ainda mais as trocas comerciais.
- A chancelaria letã sugeriu recentemente a retomada do Mecanismo de Consultas Políticas Bilaterais, cuja última edição ocorreu em 2009, em Riga. Existe também interesse mútuo em explorar novas possibilidades de cooperação, como em temas digitais.
- Reflexo adicional do interesse das autoridades letãs em estreitar as relações bilaterais foi a criação, em abril passado, pelo parlamento nacional (Saeima), de grupo de amizade parlamentar Letônia - Brasil. O grupo, formado por 25 parlamentares, é presidido pela senhora Zane Skujina-Rubene, da aliança governista Nova Unidade, do primeiro-ministro Artus Krisjanis Karins e com a maior bancada na Saeima.
- Outros pontos de interesse letão são a abertura do mercado brasileiro de pescados e laticínios e a assinatura de Acordo para Transferência de Pessoas Condenadas, cujas negociações estão em curso. Recentemente, em maio, o Ministério da Justiça e da Segurança Pública encaminhou contraposta de texto ao lado letão.
- Na esfera cultural, a Embaixada deu apoio, inclusive com a doação de livros, à criação do Centro Cultural do Brasil, na sede da Academia de Cultura da Letônia (LKA), em Riga. Por ocasião da inauguração do Centro, em maio, graças ao financiamento do Instituto Guimarães Rosa (IGR), foi organizado concerto de chorinho com instrumentistas letões e a cantora brasileira Mariana Nobre, radicada na Letônia. Na oportunidade, a reitora da LKA, Ruta Muktupavela, reiterou o interesse da LKA em promover outras iniciativas com o IGR e expressou a expectativa de que o Centro abra novas oportunidades para a cooperação cultural bilateral.
- A Letônia possui uma diáspora significativa no Brasil, estimada em mais de 20.000 pessoas. Em 2022, foi autorizada a abertura de consulado honorário da Letônia em São Paulo. A nomeação de seu titular está pendente de envio de documentação pelo lado letão.
- A comunidade brasileira na Letônia é estimada em cerca de 90 pessoas, dos quais sete cidadãos binacionais. Em maio último, organizou-se o primeiro consulado itinerante ao país, em Riga, o que permitiu atender a demandas por serviços diversos. Nas ações de apoio à comunidade brasileira, a Embaixada tem contado com o valioso apoio do cônsul honorário na capital letã, senhor Arturs Stikuts.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na administração das relações bilaterais do Brasil com o Reino da Suécia e com a República da Letônia em todas as áreas, de modo a implementar a Política Externa brasileira atinente ao relacionamento com os referidos países, mediante gestões e ações no âmbito da competência do Posto.

Corresponder, igualmente, nos vários setores das relações bilaterais, às demandas e oportunidades que se ofereçam e que possam atender aos interesses do Brasil.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos alinha-se ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir para o planejamento e execução da Política Externa definida pelo Presidente da República, com vistas a defender, promover e representar os interesses do Brasil em suas relações com o Reino da Suécia e com a República da Letônia; prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior; e promover parcerias e cooperação com entidades e órgãos oficiais suecos e letões.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Conduzir e administrar iniciativas na Suécia e na Letônia, em consonância com a Política Externa Brasileira, que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais nos diversos setores do relacionamento;
2. Ampliar a parceria política com a Suécia e a Letônia em temas de interesse comum;
3. Promover a parceria em Ciência, Tecnologia e Inovação, utilizando como base os mecanismos já existentes com a Suécia e de possíveis novos entendimentos com a Letônia;
4. Explorar novas frentes de cooperação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sobretudo em temas que envolvam, também, vertente de Ciência, Tecnologia e Inovação;
5. Fortalecer ainda mais a cooperação em Defesa com a Suécia, no âmbito do projeto dos caças Gripen NG e de possíveis novas iniciativas na área;
6. Buscar parcerias que permitam aumentar o fluxo de conhecimento, aprofundamento da integração bilateral e que ampliem a capacidade de intercâmbio nas áreas de educação, ciência e tecnologia entre entidades brasileiras, suecas e letãs;
7. Estimular o interesse no Brasil por parte do público, de entidades privadas e de órgãos suecos e letões, com vistas a fomentar viagens, investimentos e maior fluxo de nacionais suecos e letões ao Brasil;
8. Promover interesses comerciais, bem como produtos e serviços nacionais brasileiros mediante campanhas e eventos em apoio ao empresariado brasileiro;
9. Estimular atividades voltadas para a ampliação do fluxo de turismo nos dois sentidos;
10. Ampliar e aprimorar mecanismos de concertação e de consultas entre setores especializados de ambos os governos nas vertentes de política bilateral e da área multilateral;
11. Buscar o apoio dos dois países a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais;
12. Promover a imagem e os vários aspectos da cultura brasileira na Suécia e na Letônia como forma de divulgar a identidade nacional, os valores e a riqueza do patrimônio cultural brasileiro em suas diversas formas;

13. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais e ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais;
14. Oferecer serviços consulares de qualidade e com rapidez junto ao público brasileiro, que necessite de assistência e documentação, bem como a suecos e letões interessados em vistos, consularização de documentos e outros serviços oferecidos pelo setor consular;
15. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência;
16. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

Atração de investimentos

- Apoiar a realização de reunião do Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia (última reunião realizada em São Paulo, em 2017);
- Reativar a Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica estabelecida pelo Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica (1984) entre atores privados e governamentais;
- Intensificar o intercâmbio e promover iniciativas com a Câmara de Comércio Brasil-Suécia (SWEDCHAM);
- Fomentar e facilitar o contato entre empresários brasileiros e suecos, seja por meio de apoio a missões empresariais ou a contatos entre empresários, federações industriais, associações setoriais e outras entidades relevantes dos dois países;
- Apoiar a consolidação de novos mecanismos de diálogo que possam fomentar o intercâmbio e cooperação bilateral, bem como a aproximação entre Mercosul e União Europeia;
- Atrair investimentos suecos para o Brasil, seja nas áreas em que a Suécia já tem tradicional presença no mercado brasileiro (telecomunicações, mineração, maquinário e veículos pesados) seja em novas áreas (veículos elétricos, biotecnologia, saúde, serviços) que contribuam para o desenvolvimento sustentável do Brasil;
- Acompanhar os trâmites e apoiar a conclusão do Acordo entre Brasil e Suécia para Evitar a Dupla Tributação.

Promoção comercial

- Apoiar a participação em feiras e mostras comerciais que promovam a imagem do país e a qualidade dos produtos brasileiros, em especial a sustentabilidade do agronegócio brasileiro tanto do ponto de vista da produção de alimentos quanto de bioenergia.
- Buscar incluir na pauta de exportações brasileira para a Suécia e a Letônia produtos de maior valor agregado, como produtos de defesa e componentes industriais.
- Buscar diversificar a pauta brasileira de exportações e atrair investidores em áreas não tradicionais, como a produção de software, comércio eletrônico e fomento a startups tecnológicas.
- Procurar interfaces para ampliar o acesso de produtos do agronegócio brasileiro ao mercado sueco, especialmente aqueles que apresentem diferenciais de origem ou de qualidade que tenham potencial para o mercado sueco (por exemplo: carnes com certificação ambiental; cafés especiais; cachaças; vinhos, sucos de uva e espumantes; nozes e castanhas; entre outros).
- Promover atividades voltadas para a divulgação do Brasil como destino turístico.

Letônia (cumulatividade)

- Aumentar o conhecimento mútuo entre os empresários brasileiros e letões, para explorar oportunidades comerciais entre os dois países.
- Apoiar a organização de uma missão empresarial da Letônia ao Brasil.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos.
- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre acordo UE-Mercosul.
- Número de consultas comerciais de empresas brasileiras suecas atendidas pelo Posto;
- Número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Brasil e da Suécia, com foco em aumentar o fluxo de comércio e de investimentos.
- Número de ações de promoção de produtos brasileiros organizadas pela Embaixada;
- Número de missões e eventos de promoção da base industrial e de defesa brasileira.
- (Letônia, cumulatividade) Número de consultas e de encontros com empresários letões ou de empresários brasileiros interessados em exportar ou estabelecer presença comercial na Letônia.

II - Relações políticas bilaterais

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

Mecanismos bilaterais

- Dar seguimento à execução do novo Plano de Ação da Parceria Estratégica (2015), com vistas à efetiva implementação dos mecanismos e acordos bilaterais.
- Fortalecer a parceria estratégica Brasil-Suécia, por meio da retomada dos mecanismos diplomáticos bilaterais.
- Fortalecer a parceria estratégica Brasil-Suécia, por meio de troca de visitas oficiais, envolvendo os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, inclusive de entes federativos, dos dois países.
- Retomar o mecanismo de consultas políticas Brasil-Suécia, cuja última edição ocorreu em Estocolmo, em outubro de 2017, (a próxima Reunião de Consultas Políticas Brasil-Suécia deverá ser organizada em Brasília, já no final de setembro).
- Realizar a VI Reunião do Diálogo Político-Militar Brasil-Suécia (Diálogo 2 + 2), chefiada em nível de Chefes de Departamento do MRE e do MD e prevista para ocorrer em Brasília, ainda em 2023.
- Encorajar a realização de Reunião da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, cuja última edição ocorreu em Estocolmo, em outubro de 2017, e foi co-presidida pelo Secretário-Executivo do então MDIC.
- Buscar a conclusão de acordos em negociação.

Visitas e reuniões

- Apoiar as visitas de autoridades brasileiras à Suécia e de autoridades suecas ao Brasil, assim como os contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e suecos, em formato presencial ou virtual.
- Estimular a troca de visitas e o contato entre os Grupos Parlamentares de Amizade Brasil-Suécia, tanto no Congresso brasileiro, quanto no parlamento sueco.
- Sob instruções do MRE, facilitar o contato entre os Governos Estaduais e Municipais no Brasil e suas contrapartes na Suécia, com vistas a fortalecer o intercâmbio econômico, cultural, educacional e científico.
- Estimular a criação de novas parceiras entre “Cidades Irmãs” do Brasil e da Suécia.

Contatos com o Ministério das Relações Exteriores sueco

- Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com o governo sueco, por meio de uma interlocução fluida entre a Embaixada do Brasil em Estocolmo e o Ministério de Relações Exteriores da Suécia.
- Apoiar os processos de negociação de instrumentos bilaterais entre Brasil e Suécia, inclusive quando envolver outros ministérios, e recorrer, quando necessário, aos préstimos da Chancelaria sueca para a obtenção de informações sobre posições suecas em temas pontuais, de competência de outros ministérios.

- Buscar a interlocução com a Chancelaria sueca, com vistas a esclarecer posições do Brasil ou transmitir informações do governo brasileiro sobre temas afetos à União Europeia e solicitar o apoio sueco às posições do Brasil.
- Trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional.
- Buscar, na medida do possível, a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais, bem como, sob instruções do governo brasileiro, facilitar o apoio sueco a candidaturas brasileiras.
- Gestionar em prol do apoio a candidaturas brasileiras em foros multilaterais.

Produção de informação

- Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa da Suécia, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual.
- Relatar fatos que envolvam o governo e a sociedade civil da Suécia, com vistas a permitir, por meio de dados objetivos e projeções analíticas, informação qualificada ao governo brasileiro sobre temas estratégicos e tendências globais.
- Esclarecer aspectos e tendências da política interna e da política externa da Suécia, com vistas a antecipar cenários e sugerir possíveis linhas de ação para o governo brasileiro em várias vertentes – segurança e defesa; comércio e investimentos; ciência, tecnologia e inovação; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; saúde pública; desarmamento e não proliferação; direitos humanos, entre outros.
- Elaborar materiais informativos para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros.
- Encorajar a realização de visitas, reuniões, encontros e eventos envolvendo observadores e atores políticos locais, com participação ou apoio da Embaixada.
- Participar nas reuniões e eventos de centros de excelência na formação da opinião pública local, tais como o SIPRI (think tank da área de defesa).
- Projetar a imagem do Brasil em diferentes áreas na mídia local.

Acordos

- Informar e analisar propostas do governo sueco para a abertura de negociação de acordos bilaterais.
- Realizar gestões, junto ao governo sueco, para finalizar a negociação de acordos ou de mecanismos de interesse brasileiro, como é o caso das propostas brasileiras de Acordo-Quadro de Cooperação Brasil-Suécia em Ciência, Tecnologia e Inovação e do mecanismo de Diálogo de Indústria de Defesa Brasil-Suécia.
- Acompanhar a tramitação dos seguintes instrumentos bilaterais: convênio sobre previdência social e ajuste administrativo; convênio para evitar a bitributação e promover a execução do memorando de entendimento sobre mineração sustentável.
- Apresentar à Chancelaria brasileira propostas de novos instrumentos ou mecanismos bilaterais que atendam ao interesse brasileiro, caso se verifique a necessidade de suprir algum vácuo legal nas relações Brasil-Suécia.

Letônia (cumulatividade)

- Contribuir para o fortalecimento das relações entre Brasil e Letônia e ampliar o conhecimento mútuo entre os dois países.
- Apoiar a retomada da Reunião de Consultas Políticas Bilaterais, cuja última edição ocorreu em 2017, tendo a Chancelaria letã manifestado interesse em realizar o próximo encontro em nível de Vice-Chanceler.
- Fortalecer os canais regulares de diálogo com o governo letão, por meio de agenda de viagens à Riga e contatos da chefe do Posto e do desk Letônia com autoridades e outros interlocutores da Letônia.
- Dar apoio substantivo e logístico a eventuais visitas de autoridades brasileiras à Letônia, especialmente às autoridades sanitárias, para permitir o processo de importação e exportação de produtos agropecuários de modo mais eficiente.
- Fomentar e facilitar o diálogo parlamentar entre Brasil e Letônia, principalmente por meio do Grupo de Amizade Brasil-Letônia, já formado no Parlamento Letão.
- Apoiar visitas/reuniões/encontros/eventos entre parlamentares brasileiros e letões.
- Apoiar iniciativas/projetos conjuntos entre parlamentares brasileiros e letões.
- Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral, por meio de diversos acordos bilaterais que já se encontram em andamento (Acordo sobre Extradição; Acordo sobre Assistência Jurídica em Assuntos Penais; Acordo de Cooperação em Assuntos Civis; Acordo de Cooperação em Temas Educacionais e Acordo de Cooperação em Ciência e Tecnologia).
- Iniciar a discussão de Acordo para Evitar Bitributação, sugestão feita pelo lado letão ainda em 2018.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Índice de realização de reuniões em mecanismos bilaterais (Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas em 2022-2023 / Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas em 2020-2021) x 100.
- Índice de interlocução com a Chancelaria sueca (Número de gestões junto à Chancelaria sueca em 2022-2023/Número de gestões junto à Chancelaria sueca, 2020-2021) x 100.
- Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa sueca, bem como sobre outros assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano.
- Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e suecos.
- Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, jornalísticos e demais formadores e opinião.
- Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e suecos.
- Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão.

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações para promover a conclusão de acordos de cooperação técnica bilateral durante a gestão.
- Número de visitas do chefe do Posto e de diplomatas à Letônia.
- Número de visitas de autoridades brasileiras à Letônia.
- Número de visitas de autoridades letãs ao Brasil.
- Número de reuniões (presenciais e virtuais) entre contrapartes brasileiros e letões.

III – Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- Promover diálogo periódico com a Chancelaria sueca sobre temas regionais e multilaterais de interesse comum, tais como, paz e segurança, direitos humanos, desenvolvimento, meio ambiente e mudanças climáticas, imigração, saúde, defesa e trabalho.
- Intercambiar experiências e perspectivas sobre a participação, como membros não permanentes, no Conselho de Segurança das Nações Unidas – CSNU: Suécia, 2017-2018 (4a vez); Brasil: 2022-2023 (11a vez).
- Promover conjuntamente a agenda Mulheres, Paz e Segurança (MPS), estabelecida pela resolução 1325 do CSNU, bem como discutir desafios para implementação dos respectivos planos nacionais de ação sobre MPS.

Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA)

- Manter e aprofundar a participação brasileira no Instituto para a Democracia e Assistência Eleitoral (IDEA), com sede em Estocolmo, inclusive com vistas à abertura de um escritório do IDEA em Brasília, que se encontra em negociação com o TSE.
- Participação em eventos organizados pelo IDEA.
- Apoio substantivo e ceremonial a eventual participação de autoridade brasileira em eventos do IDEA.

Candidaturas

- Buscar apoio a candidaturas brasileiras em organismos que contem com a participação da Suécia e/ou da Letônia.
- Realizações de gestões em favor de candidaturas brasileiras, a pedido da Secretaria de Estado, inclusive com propostas de troca de votos.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais e presenciais com interlocutores da Chancelaria da Suécia e da Letônia para consultas e intercâmbio de informações sobre temas de interesse comum da agenda política regional e multilateral.
- Número de expedientes telegráficos do Posto sobre temas políticos regionais e multilaterais/ano.
- Número de reuniões promovidas com autoridades suecas e letãs sobre temas e iniciativas multilaterais de interesse mútuo.
- Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais.
- Número de apoios da Suécia e da Letônia a candidaturas brasileiras em órgãos internacionais.
- Número de reuniões do IDEA que contaram com participação de representante brasileiro.
- Número de projetos do IDEA feitos no Brasil ou em colaboração com agências brasileiras.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa, do turismo e da marca Brasil;

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- Apoiar a organização do Brazilian Day, evento tradicional da comunidade brasileira na Suécia, tanto em Estocolmo quanto em Gotemburgo, como espaço de divulgação da música, da cultura e da gastronomia brasileira.
- Continuar e aprimorar a oferta de atividades infantis para fortalecer o português como língua de herança, os elos afetivos e culturais da diáspora-mirim com o Brasil.
- Promover a literatura brasileira e a língua portuguesa, especialmente por meio de parcerias como a Feira Internacional do Livro de Gotemburgo, e apoiar a publicação de edições em sueco e em letão de obras da literatura brasileira.
- Apoiar a participação conjunta dos países de língua portuguesa como convidados de honra na Feira do Livro de Gotemburgo, em 2024.
- Apoiar a organização regular de mostras de fotografia, design, música e dança brasileiras e em festivais latinoamericanos e internacionais de cinema nas várias cidades suecas, bem como eventos que contem com participação de obras e artistas brasileiros.
- Fomentar a produção de conteúdo sobre o Brasil em língua sueca, em letão e em inglês, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o País.
- Fomento o conhecimento mais amplo da música, da gastronomia, da dança, do teatro, do design, do marketing digital cultural e da diversidade brasileiros.
- Explorar e ampliar a divulgação de informação sobre o Brasil nos vários meios digitais.
- Estimular a tradução de autores brasileiros para os idiomas sueco e letão.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos culturais realizados com participação e apoio do Posto.
- Quantidade de pessoas alcançadas em eventos virtuais, híbridos e presenciais.
- Número de acessos nas páginas virtuais do Posto.
- Número de formadores de opinião engajados.

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- Dinamizar a cooperação com a Suécia na área do desenvolvimento sustentável e de proteção ambiental, inclusive boas práticas no manejo florestal sustentável.
- Facilitar continuidade das consultas para elaboração do plano de ação previsto no Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Proteção do Meio Ambiente, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável (2013).
- Apoiar o Grupo de Trabalho de Alto Nível sobre Cooperação em Energia, constituído com base no memorando de entendimento Brasil-Suécia, sobre Cooperação na área de Bioenergia, incluindo biocombustíveis, para redução de emissões de gases com efeito estufa (GGE).
- Atuar junto à opinião pública sueca e letã para divulgar boas práticas ambientais no Brasil, e promover informação sobre os padrões de excelência do agronegócio brasileiro.
- Buscar apoio do Conselho de Líderes Empresariais Brasil-Suécia para impulsionar projetos no Brasil que estejam em linha com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Fomentar, junto a empresários brasileiros e investidores suecos e letões, discussões sobre bioeconomia e sobre critérios sociais e ambientais para investimentos (ESG), de maneira a ampliar as oportunidades de financiamento para empreendimentos brasileiros que promovam o desenvolvimento sustentável.
- Identificar oportunidades de cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção do meio ambiente no contexto das iniciativas em curso no âmbito da diplomacia de inovação.
- Dar continuidade às consultas para a elaboração de Plano de Ação previsto no Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Proteção do Meio Ambiente, Mudança do Clima e Desenvolvimento Sustentável (2013).
- Explorar possibilidades de cooperação na área de desenvolvimento sustentável com a Letônia.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros e consultas com interlocutores suecos relevantes na área de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
- Número de iniciativas bilaterais implementadas na área do desenvolvimento sustentável.

- (Letônia, cumulatividade) Número de consultas e de encontros com representantes do governo, do empresariado e da sociedade civil da Letônia, com foco em parcerias para o desenvolvimento sustentável dos dois países.

VI- Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e a Suécia e fomentar parcerias inovadoras, tais como joint ventures entre empresas brasileiras e suecas.
- Estimular contatos entre universidades, agências governamentais e institutos de pesquisa do Brasil e da Suécia.
- Manter e aprofundar os mecanismos bilaterais de cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, inclusive mediante a mencionada reativação da Comissão Mista de Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, estabelecida pelo Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica, em especial o Grupo de Trabalho em Tecnologia e Inovação (GTATI) e o Grupo de Alto Nível sobre Aeronáutica (GAN).
- Fomentar e apoiar visitas, em ambas as direções, de representantes de instituições científicas e tecnológicas dos dois países, bem como de autoridades do setor de ciência e tecnologia.
- Realizar, a cada dois anos, a Semana de Inovação Brasil-Suécia, em Estocolmo, com a participação de empresas e pesquisadores dos dois países, nas áreas prioritárias para a cooperação bilateral em inovação.
- Apoiar o lançamento de projetos conjuntos de pesquisa entre instituições de ambos os países, como a Vinnova, a EMBRAPI e a FINEP, inclusive na área de inovação em saúde, bioenergia e mineração.
- Apoiar missões de “startups” brasileiras que venham buscar parcerias e investidores na Suécia.
- Identificar novas áreas de possível cooperação bilateral em ciência e tecnologia, e estimular o intercâmbio nessas áreas, como inteligência artificial, computação quântica e cooperação espacial.
- Acompanhar as atividades do Centro de Pesquisa e Inovação Sueco-Brasileiro (CISB), criado em 2011, com sedes em São Bernardo do Campo e Gotemburgo.
- Acompanhar o projeto Gripen e promover a geração de transbordamentos para áreas estratégicas da indústria da inovação, tais como os campos relacionados à inteligência artificial e às novas tecnologias de transporte.
- Mapear a diáspora científica brasileira na Suécia, identificando pesquisadores brasileiros que atuem em universidades, institutos de pesquisa e empresas na Suécia.

- Promover encontros da diáspora científica na Suécia, e fortalecer os contatos entre os membros da rede, e entre esta rede e as redes de diáspora científica brasileira em outros países nórdicos e europeus.
- Letônia (cumulatividade): explorar possibilidades de cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de reuniões realizadas no âmbito do GAN.
- Número de reuniões realizadas no âmbito do GTATI.
- Número de consultas e de encontros com representantes de universidades e outras instituições científicas e tecnológicas do Brasil e da Suécia.
- Número de pesquisadores brasileiros em atuação na Suécia identificados e contatados pela Embaixada.
- Número de encontros da rede de diáspora científica brasileira na Suécia; 6) (Letônia, cumulatividade).
- Número de consultas e de encontros com representantes do governo, do empresariado e da sociedade civil da Letônia, com foco em parcerias para o desenvolvimento sustentável e demais possibilidades de cooperação em ciência, tecnologia e inovação dos dois países.

VII - Cooperação em educação, cultura, esporte, saúde e defesa

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

Educação, cultura e esporte

- Apoiar a expansão de programas de intercâmbio e cooperação entre universidades suecas, letãs e suas congêneres brasileiras.
- Apoiar ampliação de estudos brasileiros e da língua portuguesa em universidades suecas e letãs.
- Promover intercâmbio de práticas de gestão e de elaboração de política pública cultural e educacional, bem como estreitamento de laços entre a iniciativa privada da cadeia produtiva de economia criativa dos três países.
- Apoiar cooperação museal.
- Promover intercâmbio de práticas entre escolas técnicas no âmbito dos serviços, da indústria, do empreendedorismo e da educação financeira.
- Promover intercâmbio de experiências em restauração de patrimônio cultural material.
- Apoiar cooperação em gestão de equipamentos públicos de cultura.
- Estimular colaboração em estabelecimento de políticas públicas voltadas à preservação, difusão e valorização de patrimônio cultural imaterial.
- Promover intercâmbio entre associações culturais suecas e letãs e suas congêneres brasileiras.

- Estimular cooperação entre institutos geográficos e históricos e fundações culturais dos três países.
- Apoio a residências artísticas nos mais diversos ramos das artes.
- Intermediação de contatos entre produtores e coletivos culturais, bem como entre galerias de arte e afins, do Brasil, da Suécia e da Letônia.
- Estimular participação recíproca em oficinas de capacitação envolvendo os três países.
- Apoiar diálogo e troca de experiências interdisciplinares entre atores culturais dos três países.
- Estimular a cooperação e o intercâmbio esportivo entre Brasil e Suécia, com ênfase no futebol feminino.

Saúde

- Identificar oportunidades de cooperação com a Suécia na área de saúde e de biotecnologia, com foco no desenvolvimento de vacinas e de novos medicamentos, com ênfase no acesso equitativo e universal.
- (Letônia, cumulatividade) Trocar experiências sobre vacinação e políticas para saúde com a Letônia, explorar áreas de cooperação.

Defesa

- Em coordenação com a Adidânciade Defesa, apoiar as demandas que possam surgir no contexto do contrato para a produção do caça Gripen - New Generation de parceria entre as empresas Embraer-SAAB.
- Dar continuidade ao monitoramento, em coordenação com a Adidânciade Defesa, das propostas das Forças Armadas de ambos os países para participação em exercícios virtuais e visitas mútuas de oficiais de altas patentes.
- Manter estreita coordenação com a Adidânciade Defesa para acompanhar reuniões entre Forças Armadas em temas militares.
- Apoio à realização periódica do Diálogo Político-Militar (formato 2+2), do Grupo de Alto Nível em Aeronáutica (GAN) e do Comitê Executivo em Aeronáutica.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de simpósios, congressos e encontros virtuais, híbridos e presenciais realizados.
- Número de termos de compromisso celebrados.
- Número de alunos e de professores participantes de programas de intercâmbio.
- Número de residências artísticas realizadas.
- Número de encontros com pesquisadores e empresas da área de tecnologia aplicada à saúde.
- Número de eventos relacionados a biotecnologia promovidos ou apoiados pela Embaixada.

- Número de contatos e consultas junto a autoridades e outros interlocutores locais sobre cooperação na área de pesquisa e desenvolvimento de produtos médicos.
- (Letônia, cumulatividade) Número de encontros ou conversas com o governo da Letônia sobre COVID-19 e outros temas sanitários.
- Número de encontros, gestões e reuniões, presenciais ou virtuais, com representantes do governo sueco, em especial das Forças Armadas da Suécia, e de empresas suecas que atuam na área de indústria de defesa.

VIII - Cooperação para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate a desigualdades

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- Promover intercâmbio de informações entre autoridades e especialistas sobre políticas públicas, boas práticas e parcerias para promoção de desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades.
- Fomentar projetos conjuntos, no âmbito dos diversos mecanismos bilaterais existentes, que visem à promoção do desenvolvimento socioeconômico e combate às desigualdades no Brasil, com envolvimento e apoio do setor empresarial.
- Promover, de forma transversal, o desenvolvimento socioeconômico, o bem-estar e saúde da população e o combate às desigualdades, como metas prioritárias, nas discussões, iniciativas e projetos bilaterais dos diversos setores de relacionamento bilateral.
- Gestionar junto a entidades na área de cooperação internacional para desenvolvimento socioeconômico e desigualdades, com vistas a explorar possíveis parcerias e cooperação que visem à troca de experiências.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de gestões, encontros e reuniões com representantes dos governos sueco e letão para explorar novas formas de cooperação bilateral na área de desenvolvimento socioeconômico e combate a desigualdades sociais.

IX – Apoio à comunidade brasileira

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA

- Atualizar periodicamente o mapeamento da comunidade brasileira na Suécia e na Letônia.
- Estimular a matrícula consular junto à Embaixada.

- Dar continuidade ao apoio prestado às várias associações brasileiras na Suécia e estimular a coordenação entre elas, para consolidar a plataforma da Comunidade de Associações Brasileiras na Suécia (CABS).
 - Apoiar iniciativas de empreendedorismo da diáspora brasileira.
 - Apoiar o ensino da língua portuguesa e da cultura e história do Brasil para crianças e jovens estudantes brasileiros que vivem na Suécia e na Letônia.
 - Divulgar brasileiros (as) bem sucedidos como modelos para crianças, jovens e recém-chegados à Suécia e à Letônia.
 - Estimular iniciativas de cunho cultural realizadas pela diáspora brasileira.
 - Buscar viabilizar a realização de consulados itinerantes de forma a prestar apoio e assistência consular as comunidades na Suécia e na Letônia.
-
- **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - Número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira na Suécia e Letônia.
 - Número de reuniões da Embaixada com as associações brasileiras.
 - Número de eventos culturais e de confraternização com a comunidade brasileira com apoio da Embaixada.
 - Número de consulados itinerantes realizados.



SENADO FEDERAL
Gabinete da Senadora Margareth Buzetti

RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF)
nº 50, de 2023, da Presidência da República, que
*submete à apreciação do Senado Federal, de
conformidade com o art. 52, inciso IV, da
Constituição, e com o art. 39, combinado com o
art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da
Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS,
para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil
no Reino da Suécia e, cumulativamente, na
República da Letônia.*

Relatora: Senadora **MARGARETH BUZZETTI**

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz da Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil no Reino da Suécia e, cumulativamente, na República da Letônia.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e observando o previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal, o Ministério das Relações Exteriores encaminhou o currículo da diplomata.

A Senhora MARIA EDILEUZA FONTENELE REIS concluiu o curso de Comunicação Social pela Universidade de Brasília/DF em 1975. É também graduada pela Escola Internacional de Língua e Civilização Francesa, onde completou o Curso de Cultura e Civilização Francesa em

1976. Em 2002, realizou especialização no Centro de Estudos Diplomáticos e Estratégicos de Roma, na Escola de Altos Estudos em Relações Internacionais. Sua tese de doutorado, segundo o currículo recebido do Itamaraty, encontra-se em elaboração e tem como título “BRICS como mecanismo político-diplomático de coordenação e cooperação”.

No Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1982; e o Curso de Altos Estudos em 1998, no qual apresentou trabalho intitulado “Brasileiros no Japão – o elo humano das relações bilaterais”.

A indicada tornou-se Terceira-Secretária em 1978 e Segunda-Secretária em 1980. Por merecimento, chegou a Primeira-Secretária em 1989; Conselheira em 1995; Ministra de Segunda Classe em 2000; e Ministra de Primeira Classe em 2006.

Ao longo de sua carreira, desempenhou diversas funções. Merecem destaque as de Primeira-Secretária em missão transitória na Embaixada em São Domingos (1993-1994); Cônsul-Geral Adjunta nos Consulados-Gerais em Tóquio (1996-2001) e Roma (2001-2004); Diretora do Departamento da Europa (2006-2010); Subsecretária-Geral da Subsecretaria-Geral Política II (2010-2014); Cônsul-Geral em Paris (2014-2017); Delegada Permanente junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO (2017-2020); e, desde 2020, Embaixadora em Sófia.

Foi agraciada com diferentes condecorações nacionais e estrangeiras e é autora de diversos artigos em distintas publicações e periódicos.

Ainda em observância às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Suécia e a República da Letônia, o qual informa acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com cronologia e menção a tratados celebrados, dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, e economia.

O Reino da Suécia está situado no norte da Europa e divide a Península Escandinava com Noruega e Finlândia. Trata-se de monarquia parlamentarista com Poder Legislativo unicameral composto por 349 membros. A população é estimada em 10,7 milhões de habitantes, que falam

sueco (idioma oficial), bem como línguas locais. Esse contingente humano ocupa o terceiro maior território da União Europeia (UE), com área de aproximadamente 450 mil km².

Em 2021, o país estava situado na posição de número sete no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nesse sentido, os súditos suecos usufruem de um dos mais elevados padrões de vida do mundo, que se fundamenta na adoção de generoso estado de bem-estar social. Soma-se a isso o fato de que o Produto Interno Bruto (PIB) sueco foi calculado em 604 bilhões de dólares estadunidenses, de acordo com dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o ano de 2022. Esse contexto proporciona PIB *per capita* de US\$ 56.360.

Nossas relações diplomáticas com a Suécia foram estabelecidas em 1826. Os vínculos bilaterais, no entanto, remetem ao período monárquico com laços de amizade entre as famílias reais brasileira e sueca. Recordo que a segunda esposa de D. Pedro I, Dona Amélia de Leuchtenbeg, era irmã da rainha Josefina, consorte do rei Oscar I da Suécia. Nos dias de hoje, o Rei Carlos XVI Gustavo é casado com Sílvia Renata Sommerlath, filha do alemão Walther Sommerlath e da brasileira Alice Soares de Toledo.

Para além das atuais ligações da Rainha Consorte da Suécia com o Brasil, nosso país acolheu no final do século XIX importante colônia sueca. Nesse sentido, os primeiros imigrantes chegaram em 1890. No ano de 1909, foi criada a primeira linha de transporte marítimo regular entre os dois países. Em 1953, foi estabelecida a Câmara de Comércio Sueco-Brasileira.

O relacionamento bilateral, no entanto, adquire novo ímpeto com a assinatura, em 1984, do Acordo sobre Cooperação Econômica, Industrial e Tecnológica e com a criação da Comissão Mista Bilateral. A partir daí, percebe-se o incremento do fluxo regular de visitas e contatos entre autoridades de alto nível de ambos os países. O estabelecimento do Plano de Ação da Parceria Estratégica em 2009 torna ainda mais fluído o diálogo político e amplia a interação econômico-comercial.

A dimensão comercial das relações indica corrente de US\$ 2,9 bilhões em trocas no ano de 2022. No mesmo ano, nossas exportações foram de US\$ 791 milhões, ao passo que as importações da Suécia ficaram em US\$ 2,2 bilhões. Percebe-se, com isso, saldo comercial amplamente desfavorável ao Brasil. As cifras colocam os suecos na posição de número 53 no ranking de destino de nossas exportações.

Dados do Banco Central indicam que havia cerca de US\$ 3,8 bilhões de capital suecos investidos no Brasil em 2021 pelo critério de participação no capital. Grandes empresas suecas de renome e atuação mundial têm unidades produtivas em território brasileiro. Essas empresas concentram-se majoritariamente em São Paulo, cidade que é considerada a segunda cidade industrial da Suécia. Some-se a isso expressiva cooperação em diferentes áreas com destaque para o campo da defesa com a recente parceria entre a Força Aérea Brasileira e a empresa SAAB para a aquisição e o desenvolvimento de caças Gripen NG.

Por derradeiro, informo que, segundo dados do Itamaraty, a comunidade brasileira em solo sueco é estimada em cerca de 16.800 pessoas. Esse contingente conta, para seu atendimento, com a divisão consular da Embaixada em Estocolmo e com o Consulado Honorário em Gotemburgo.

No tocante à República da Letônia, registro tratar-se de República parlamentarista com Poder Legislativo unicameral composto por 100 membros. A população é estimada em 1,9 milhões de habitantes, que têm o letão como idioma oficial. Em 2021, o país estava situado na posição de número 37 no ranking do IDH elaborado pelo PNUD.

As relações bilaterais se desenvolvem em bases positivas e cordiais. As trocas comerciais são modestas, mas têm potencial de se intensificarem com a progressiva inserção da Letônia na cadeia logística europeia. Ambos os países mantêm consulados-honorários nas respectivas capitais. Nossa Chancelaria estima em 50 pessoas a comunidade brasileira em solo letão. Entre nós, merece registro colonização letã em Santa Catarina, mais precisamente em Laguna, cidade que acolheu, a partir de 1890, 25 famílias providentes de Riga. O fluxo aumentou no correr do século passado e hoje estima-se que a comunidade de letões no Brasil some três mil indivíduos, concentrados sobretudo em Nova Odessa – SP.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

3

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



**MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE DO QUADRO ESPECIAL
GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**

CPF.: 343.860.847-20

ID.: 5706 MRE

1952 Filho de Ivo Coutinho de Moura e Alcina Fonseca Guimarães de Moura, nasce em 12 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1974 Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ

1981 CAD - IBr

1990 História pelo Centro Universitário de Brasília/DF

1997 CAE - IBr, A Polônia em Transição e a Configuração de um Novo Quadro Político-Econômico para o Relacionamento com o Brasil

Cargos:

1974 CPCD - IBr

1975 Terceiro-secretário

1978 Segundo-secretário

1984 Primeiro-secretário, por merecimento

1992 Conselheiro, por merecimento

1999 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2009 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1975-76 Departamento da África, assistente

1976-80 Embaixada em Berlim Oriental, Terceiro e Segundo-secretário

1980-83 Embaixada em Ottawa, Segundo-secretário

1984-85 Embaixada em La Paz, Segundo-secretário

1985-86 Departamento do Pessoal, assessor

1986 Divisão de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos, Chefe

1986-87 Departamento de Pessoal, assessor

1987-92 Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos, Chefe

1992 Departamento do Serviço Exterior, Coordenador Executivo

1992-96 Embaixada em Paris, Conselheiro

1996-98 Embaixada em Varsóvia, Conselheiro

1998-00 Divisão da Organização dos Estados Americanos, Chefe

2000-03 Delegação Permanente junto à UNESCO, Paris, Ministro-Conselheiro e Delegado Permanente Adjunto

2003-07 Embaixada em Berlim, Ministro-Conselheiro

2007 Coordenação-Geral de Seguimento da Cúpula África-América do Sul e de Temas Multilaterais Africanos, Coordenador-Geral

2007 Coordenação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul, Coordenador-Geral

2007	Coordenação-Geral do Seguimento da Cúpula América do Sul-Países Árabes (Coordenador-Geral)
2009-11	Departamento da Ásia e Oceania, Diretor
2011-12	Departamento de Mecanismos Inter-regionais, Diretor
2012-14	Embaixada em Liubliana, Embaixador
2014-17	Embaixada em Bangkok, Embaixador
2018-22	Consulado-Geral em Xangai, Cônsul-Geral
2022-23	Grupo de Trabalho sobre o Fluxo de Carreira de Diplomata, Coordenador

Condecorações:

1991	Medalha do Mérito Santos Dumont
1992	Cruz Pro Ecclesia et Pontificia, Vaticano
2002	Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
2015	Ordem do Mérito Militar da Aeronáutica

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 51, DE 2023

(nº 312/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 312

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhor **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de julho de 2023.

EM nº 00184/2023 MRE

Brasília, 3 de Julho de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**, ministro de primeira classe do Quadro Especial da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República das Filipinas e, cumulativamente, junto à República de Palau, aos Estados Federados da Micronésia e à República das Ilhas Marshall, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, ANTONIO JOSÉ MARIA DE SOUZA E SILVA, foi removido para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores pela portaria nº 956, de 23 de junho de 2023, publicada no Diário Oficial da União nº 121, de 28 de junho de 2023, no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 402/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor **GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 07/07/2023, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4400712** e o código CRC **F0124FA7** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.006038/2023-81

SUPER nº 4400712

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

FILIPINAS



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE AS FILIPINAS

Nome Oficial:	República das Filipinas
Gentílico:	Filipino (a)

Capital:	Manila
Área:	300 mil km ²
População:	112,15 milhões
Línguas oficiais:	Filipino (tagalog), inglês e línguas locais
Principais religiões:	Catolicismo (81%), protestantismo (8%), islamismo (5%)
Sistema de governo:	República presidencialista unitária
Poder Legislativo:	Congresso bicameral, com Senado (eleitos para mandato de 6 anos) e Câmara dos Deputados (mandato de 3 anos).
Chefe de estado:	Presidente Ferdinand Marcos Jr. (desde 06/2022)
Chefe de governo:	Presidente Ferdinand Marcos Jr. (desde 06/2022)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	Enrique A. Manalo (desde 01/07/2022)
PIB nominal (est. 2023, FMI):	US\$ 440,9 bilhões
PIB PPP (est. 2023, FMI):	US\$ 1,29 trilhão
PIB <i>per capita</i> (est. 2023, FMI):	US\$ 3.910
PIB PPP <i>per capita</i> (est. 2023, FMI):	US\$ 11.420
Variação do PIB (FMI):	-9,5% (2020); 5,7% (2021); 7,6% (2022); 6% (est. 2023)
IDH (2020, PNUD)	0,718 (107 ^a posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2022)	US\$ 1,84 bilhão (+10,2%)
Saldo da balança comercial (2022)	Superávit de US\$ 1,21 bilhão (tradicionalmente superavitário)
Total exportações brasileiras (2022)	US\$ 1,53 bilhão (+11,5%); 38º destino
Principais produtos exportados	Minério de ferro (26%); carne de aves (19%); carne bovina (18%); carne suína (11%); e milho (4,7%)
Total importações brasileiras (2022)	US\$ 314 milhões (+4,6%); 63 ^a origem
Principais produtos importados	Componentes eletrônicos (20%); máquinas para escritório (15%); máquinas de processamento de dados (11%); e monitores (6,5%)
Ranking do Brasil no comércio exterior das Filipinas (2021)	16º fornecedor / 28º destino
Investimentos das Filipinas no Brasil	<i>International Container Terminal Services Inc.</i> (ICTSI) opera terminal de contêineres nos portos de Suape e Rio de Janeiro.
Investimentos do Brasil nas Filipinas	Não há informação de investimentos brasileiros de relevo.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há negociações em curso.
Expectativa de vida (2019, PNUD):	71,1 anos
Alfabetização (2019):	98,2%
Índice de desemprego (2020, FMI):	5,1%
Unidade monetária:	Peso filipino (PHP)
Embaixador em Brasília:	Joseph Gerard B. Angeles
Brasileiros no país:	263 brasileiros residentes ("Bureau of Immigration")

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: Ministério da Economia)									
Brasil → Filipinas	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	615	874,4	1210,6	983,1	691,4	921,9	1.100,8	1.673,1	1.844,4

Exportações	321	576,4	880,4	728,6	443,4	655,0	834,8	1.372,6	1.530,8
Importações	294	298,4	330,2	254,4	248,0	266,9	266	300,5	314
Saldo	26	278,4	550,2	474,1	195,4	388,1	568,8	1.072,1	1.216,0

APRESENTAÇÃO

A República das Filipinas é um país insular do Sudeste Asiático, formado por 7.641 ilhas que, agrupadas, totalizam aproximadamente 300 mil km². A população filipina ultrapassou os 112 milhões de habitantes (13º país mais populoso do mundo) e está concentrada na ilha do Luzon, onde se encontra a capital, Manila. A localização geográfica torna o país sujeito a terremotos e tufões. As Filipinas são dotadas de recursos naturais abundantes, além de figurar entre os países megadiversos.

A população tem origens étnicas diversas, resultado de sucessivas ondas de povoação. O primeiro contato com os europeus deu-se em 1521, a que se seguiu a colonização espanhola por mais de 350 anos. Uma revolta, em 1898, resultou na proclamação da independência, logo frustrada pela anexação aos EUA. Em 1946, o país tornou-se de fato independente.

PERFIS BIOGRÁFICOS

FERDINAND “BONGBONG” ROMUALDEZ MARCOS JR. **Presidente**



Nasceu em 1957. Matriculou-se em Filosofia, Política e Economia, em Oxford, onde recebeu diploma especial em Estudos Sociais. É filho de Imelda Marcos e do ex-ditador Ferdinand Marcos, cujo regime de 25 anos encerrou-se com movimento popular que enviou a família Marcos para o exílio entre 1986 e 1989.

Ocupou por mais de 10 anos a posição de governador de Ilocos Norte (1983-1986 e 1998-2007). Foi eleito duas vezes deputado (1992-1995 e 2007-2010). Em 2010, candidatou-se ao Senado, tendo cumprido mandato entre 2010 e 2016. Em 2016, candidatou-se à vice-presidência, quando perdeu por menos de 1% de diferença. Em 2021, anunciou que concorreria à presidência. Sua campanha aliou-se à candidatura a vice-presidente de Sara Duterte, filha do então presidente Rodrigo Duterte. Foi eleito presidente com 58% dos votos, mais que o dobro do que a principal concorrente.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e as Filipinas foram estabelecidas em 1946 e são as mais antigas do Brasil no Sudeste Asiático. A Embaixada das Filipinas em Brasília foi inaugurada em 1965, ao passo que o Brasil instalou sua representação diplomática em Manila em 1970.

Ao longo desse período, o Brasil recebeu número significativo de visitas de autoridades filipinas. A última visita presidencial ocorreu em 2009, ano em que esteve no Brasil a presidente Gloria Macapagal Arroyo.

Em nível ministerial, estiveram no país os secretários (cargo equivalente ao de ministro) de Negócios Estrangeiros, Alberto Romulo e Albert del Rosario, em 2007 e 2011, respectivamente; em 2013, o secretário de Reforma Agrária, Virgilio de los Reyes, e a secretária de Bem-Estar Social, Corazon Juliano-Soliman; e, em 2017, o secretário de Agricultura, Emmanuel Piñol.

Do lado brasileiro, nunca ocorreu visita presidencial ou de ministro das Relações Exteriores. A última visita bilateral de alto nível ocorreu em 1979, ano em que o então ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, fez visita a Manila. Em 1988, o ministro da Cultura Celso Furtado participou em Manila de conferência internacional sobre “*Newly Restored Democracies*”.

Os dois países possuem, em vigor, acordos bilaterais sobre dispensa parcial de vistos, dupla tributação, treinamento de diplomatas e sobre a realização de consultas políticas. Há, em curso, negociação de dois Acordos na área de defesa, de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) e de cooperação nas áreas de agricultura, turismo, em matéria penal e no combate ao tráfico e abuso de drogas. Mais recentemente, Brasil e Filipinas assinaram, em julho de 2022, Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa.

Em 2006, foi estabelecido Mecanismo de Consultas Bilaterais. A primeira reunião ocorreu em 2010, e a quinta, em setembro de 2021, de maneira virtual, oportunidade em que também foram discutidas possibilidades de cooperação em áreas como agricultura, energia renovável e defesa. Em junho de 2023, realizou-se em Manila a sexta e mais recente reunião de Consultas Bilaterais. A delegação brasileira foi chefiada pelo Embaixador Eduardo Paes Saboia, Secretário de Ásia e Pacífico.

O enviado especial do Brasil para a ASEAN, embaixador Piragibe Tarragô, visitou Manila, em julho de 2022, acompanhado do coordenador da CASEAN e do gerente da Coordenação de Cooperação Técnica com África, Ásia e Oceania da ABC.

Avistou-se com a subsecretária para relações bilaterais e ASEAN da chancelaria, embaixadora Maria Teresa Lazaro, ocasião em que entregou cartas dos Senhores PR e ME aos seus homólogos. Reuniu-se igualmente com o secretário de Comércio e Indústria, Alfredo Pascual, com o secretário de Defesa, José C. Faustino Jr., além do "officer-in-charge" do departamento (ministério) de Agricultura, Leocadio Sebastian. O último é mais alta autoridade no Departamento de Agricultura, em razão de o presidente Ferdinand Marcos Jr haver decidido assumir, ele próprio, a chefia da pasta.

Em fevereiro de 2023, no contexto da Conferência de Segurança de Munique, o Sr. ME manteve breve encontro com o chanceler Enrique Manalo.

Assuntos consulares

A comunidade brasileira residente nas Filipinas é estimada em 400 pessoas (dados pré-pandemia), concentrada na região metropolitana de Manila. A maioria é de profissionais de classe média e média-alta, incluindo atletas, modelos e missionários religiosos.

POLÍTICA INTERNA

As Filipinas são uma república unitária e uma das democracias mais antigas da Ásia. O país enfrentou, contudo, longo período de exceção sob Ferdinand Marcos (1965-1986). A queda de Marcos e a ascensão à presidência, em 1986, de Corazón Aquino, resultou na elaboração de nova Constituição, em 1987, ainda em vigor. Em termos gerais, a política doméstica é caracterizada pela fragmentação de partidos políticos, largamente dependentes de lideranças carismáticas, das dinastias políticas regionais e da dinâmica de alianças.

O Poder Legislativo é composto por Congresso bicameral. Além da elaboração e aprovação de leis, é prerrogativa do Congresso, entre outras, chancelar ou rejeitar nomeações feitas pelo Executivo.

O Senado é composto por 24 senadores. O presidente do Senado é o terceiro na linha sucessória, após o vice-presidente da República. Há limite de dois mandatos consecutivos. A Câmara dos Deputados, por sua vez, é hoje composta por 304 parlamentares, eleitos em sistema misto, com 243 por voto distrital e 61 mediante voto proporcional por listas partidárias. Há limite de três mandatos consecutivos.

O poder Judiciário tem sua autoridade máxima no Supremo Tribunal de Justiça, composto por seu presidente ("Chief Justice") e quatorze juízes associados,

nomeados pelo presidente de República por meio de candidaturas apresentadas pelo Conselho Judicial.

O chefe do Executivo é eleito para mandato de seis anos, por voto direto, sem direito à reeleição.

Presidência Marcos Jr.

Em março de 2022, foram realizadas as eleições para os governos locais, para a Câmara e para metade do Senado, além da chefia do Poder Executivo. As eleições para Presidência e Vice-Presidência nas Filipinas são dissociadas e decididas em turno único.

Na ocasião, Ferdinand “Bongbong” Marcos Jr. venceu as eleições presidenciais, com 58% dos votos, mais do que o dobro da segunda colocada -, a primeira vez que o presidente eleito atinge a maioria absoluta dos votos desde a redemocratização. Em pleito independente, sua aliada de campanha na chapa “*UniTeam*”, Sara Duterte-Carpio, filha do ex-presidente Rodrigo Duterte, também se saiu vitoriosa com folga.

Desastres Naturais

Em dezembro de 2021, as regiões de Visayas e Mindanao foram atingidas pelo tufão Odette, cujo saldo inicial foi de 208 mortos e mais de 440 mil pessoas evacuadas. O tufão ainda destruiu casas e plantações, com prejuízos da ordem de US\$ 18 milhões, além de danificar seriamente a infraestrutura de determinadas regiões, sendo considerado um dos piores desastres naturais na história recente do país.

Em fevereiro de 2022, o Brasil, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), realizou doação humanitária de US\$ 100 mil para assistência às necessidades mais prementes das vítimas da tragédia, em operação canalizada pelo Programa Mundial de Alimentos (PMA) das Nações Unidas. O Brasil foi o primeiro país latino-americano a anunciar sua contribuição.

Região Autônoma de Mindanao Muçulmano

Minadanao é considerada a mais pobre região do país, na qual se concentra a maior parte dos seis milhões de muçulmanos filipinos. Grupos armados islâmicos, comunistas e jihadistas atuam há décadas na região, com demandas diversas e conflitos periódicos. Em 1996, foi assinado acordo de paz, com mediação da Indonésia, no qual o governo filipino criava a Região Autônoma de Mindanao Muçulmano.

Em 2014, foi assinado novo acordo de paz entre o governo filipino e a Frente Islâmica de Libertação Moro, cujo principal elemento consistiu no fortalecimento da autonomia da região. Em janeiro de 2019, foi realizado plebiscito sobre a criação da Região Autônoma de Bangsamoro Mindanao Muçulmano (BARMM). Quase dois anos antes, simpatizantes do autodenominado Estado islâmico ocuparam a cidade de Marawi, entre maio e outubro de 2017, tendo sido a cidade libertada após meses de conflito armado.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa filipina está estruturada, sobretudo, em três grandes vertentes de atuação: i) a segurança nacional, que se dá mediante a defesa de seus direitos soberanos marítimos e da promoção da estabilidade regional; ii) a diplomacia econômica, concretizada pela atração de turismo e de investimentos para superar gargalos de desenvolvimento e contribuir no enfrentamento à pobreza; e iii) a proteção dos trabalhadores migrantes, decorrente do fato de o país ser origem de uma das maiores diásporas do mundo.

Paralelamente, em termos bilaterais, a tradicional proximidade com os Estados Unidos alterna-se com momentos de aproximação pendular com a China e, no contexto regional, com a preeminência da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual as Filipinas são membro-fundador.

Nos últimos anos, contudo, as Filipinas também têm buscado diversificar suas relações na Europa, Oriente Médio e restante da Ásia-Pacífico. Embora a figura do ex-presidente Duterte tenha polarizado opiniões ao longo de seus 6 anos de governo, observa-se, em geral, uma postura pragmática dos parceiros externos quanto ao país.

Plano Bilateral

Os Estados Unidos ocupam papel particular no imaginário filipino pelo ambivalente legado de modernização e destruição deixado pelo domínio exercido entre 1898 e 1946. Os dois países mantêm tratado de defesa mútua, que remonta a 1951, e os Estados Unidos mantiveram bases militares permanentes nas Filipinas até 1992.

A cúpula das forças armadas valoriza a aliança militar com Washington e busca preservar o arcabouço institucional que a sustenta: Tratado de Defesa Mútua (1951), *Visiting Forces Agreement* – VFA (1999) e *Enhanced Cooperation Defense*

Agreement – EDCA (2014). As Filipinas adquiriram, em 2003, o status de *major non-NATO ally*. Os dois países colaboram, ainda, com treinamento e ações de contraterrorismo

No governo Duterte (2016-2022), as relações com a administração de Barack Obama foram marcadas por desentendimentos em torno da política filipina de “guerra às drogas”, agravados pelas divergências de estilo de liderança. A maior afinidade demonstrada com Donald Trump distendeu parcialmente as relações a partir de 2017.

Com a administração Biden, temia-se, em particular, atritos por conta de possíveis críticas à situação dos direitos humanos nas Filipinas, como ocorreu durante a presidência de Barack Obama. No entanto, não é o que tem ocorrido. Em julho de 2021, o Secretário de Defesa dos EUA realizou visita de trabalho ao país, garantindo a manutenção do *Visiting Forces Agreement* (VFA), que Duterte havia ameaçado abandonar unilateralmente. O VFA, de 1999, disciplina a presença de tropas dos EUA em território filipino e é percebido internamente como o principal fator de dissuasão contra posturas mais assertivas da China.

Na presidência Marcos Jr., o primeiro encontro com Joe Biden ocorreu em setembro de 2022, às margens da 77ª AGNU, em Nova York. O encontro cumpriu o objetivo de enviar sinal de renovação da aliança filipina-estadunidense, após a gestão de Rodrigo Duterte, referida pelo mandatário norte-americano como um período turbulento ("rocky years"). A agenda do encontro enfocou, entre outros, no contexto geopolítico no Indo-Pacífico, na recuperação econômica pós-pandemia, na cooperação em matéria de energias renováveis e na situação no Mar do Sul da China.

Em maio de 2023, Ferdinand Marcos Jr. realizou a primeira visita oficial de um chefe de Estado filipino aos EUA em quase uma década. A viagem insere-se em série de visitas de alto nível, a exemplo da viagem a Manila do secretário de Estado Antony Blinken (ago/2022), da vice-presidente Kamala Harris (nov/2022); e do secretário de Defesa Lloyd Austin (fev/2023).

As relações com a China são importantes para as lideranças econômicas das Filipinas, onde sobressaem, tradicionalmente, filipinos de ascendência chinesa. Tal fato influencia a receptividade aos investimentos chineses. O ex-presidente Duterte reforçou as relações com Pequim nos campos político e econômico, com repercussões ambivalentes junto à opinião pública local.

A questão do Mar do Sul da China tem importância estratégica para as Filipinas, tanto em termos de estabilidade regional quanto pelo potencial de exploração dos recursos naturais, além da preservação do meio-ambiente marinho. Caso aberto pelo governo de Benigno Aquino contra Pequim culminou em laudo da

Corte Permanente de Arbitragem, de 2016, segundo o qual diversas formações naturais reivindicadas pela China – inclusive Reed Bank, rico em hidrocarbonetos – fazem parte da Zona Econômica Exclusiva filipina. O governo chinês jamais reconheceu o laudo arbitral.

O laudo arbitral foi deixado em segundo plano ao longo da maior parte do governo Duterte, que, em linhas geral, priorizou o tratamento bilateral do assunto. Essa abordagem, no entanto, não se mostrou produtiva, tendo em vista o aumento dos incidentes entre barcos pesqueiros chineses em águas reivindicadas pelas Filipinas. Somente em 2021, em três momentos distintos (março, abril e novembro), o chanceler filipino transmitiu protestos oficiais às autoridades chinesas contra atuação de embarcações pesqueiras ou navios da Guarda Costeira Chinesa em águas filipinas.

As relações com Japão e Coreia do Sul são fundamentais do ponto de vista econômico, incluindo ajuda oficial ao desenvolvimento, comércio, investimentos e turismo (as Filipinas recebem mais de 8 milhões de turistas por ano). O Japão é um dos principais parceiros comerciais e fontes de investimentos, além de maior provedor de assistência oficial ao desenvolvimento nas Filipinas. Os dois países mantêm Acordo de Parceria Econômica desde 2006. Por compartilhar preocupações com a estabilidade das águas regionais, o Japão contribui com o fortalecimento da Guarda Costeira filipina e coopera em atividades de contraterrorismo. Se os Estados Unidos e a China são os dois polos da diplomacia pendular filipina, o Japão pode ser considerado um terceiro elemento que ocupa espaços deixados pelas grandes potências.

A Rússia é outro ator de relevo geopolítico para as Filipinas. O ex-presidente Duterte realizou gestos de aproximação. Destacam-se iniciativas de cooperação nas áreas de defesa, com o fornecimento de armamentos russos, e de saúde. Em fevereiro de 2022, o país condenou publicamente a invasão da Ucrânia por forças russas, tendo votado a favor de resolução da Assembleia-Geral das Nações Unidas que condenou as ações da Rússia.

As relações das Filipinas com os países europeus e a União Europeia tornaram-se mais complexas durante o governo Duterte. Apesar do descompasso político, que responde aos anseios da opinião pública de parte a parte com relação à política filipina de “guerra às drogas”, os países europeus permanecem relevantes para as Filipinas na arena econômico-comercial. Entrou em vigor, em 2018, o Acordo de Livre-Comércio Filipinas – EFTA (Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça), assinado em 2016. Encontra-se em negociação, ainda, acordo de livre-comércio com a União Europeia. Além disso, quase um milhão de filipinos residem na Europa.

Plano Multilateral e Regional

As Filipinas são membro fundador das Nações Unidas e ocuparam assento não-permanente no Conselho de Segurança (CSNU) em quatro ocasiões, sendo a última em 2004-2005. O país apoia o pleito brasileiro de tornar-se membro permanente do CSNU.

Em relação ao meio ambiente, as Filipinas fazem, como o Brasil, parte do Grupo de Países Megadiversos, que congrega países em desenvolvimento que abrigam mais de 70% da biodiversidade do planeta. O país é parte da Convenção sobre Diversidade Biológica e de seus Protocolos de Cartagena e Nagoia. No âmbito da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima (*UNFCCC*), as Filipinas ratificaram o Acordo de Paris em 2017.

Localizado no cinturão de tempestades tropicais e com alta suscetibilidade a enchentes e secas, o país é listado, em alguns estudos, no rol dos mais vulneráveis aos efeitos adversos da mudança do clima. Em abril de 2021, o país submeteu sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), que estabeleceu compromisso de redução de 75% das emissões de gases de efeito estufa até 2030. Para tanto, o país precisará readequar sua matriz elétrica, na qual 75% da produção é baseada em fontes não-renováveis. O país introduziu incentivos a fontes de energia limpa em sua recente reforma tributária e faz parte, como o Brasil, da Plataforma para o Biofuturo.

As Filipinas sediam o Banco Asiático de Desenvolvimento (*ADB*), instituição com 68 Estados-membros e foco nas áreas de infraestrutura, educação, meio ambiente, cooperação regional e articulação do setor financeiro. O país defende a reforma das instituições financeiras internacionais, incluindo o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional.

Direitos Humanos

Nos últimos anos, as Filipinas têm enfrentado críticas quanto a violações cometidas no contexto da “guerra às drogas” e ao tratamento conferido aos ativistas de direitos humanos, entre outras.

Em julho de 2019, a aprovação de resolução sobre o país no Conselho de Direitos Humanos da ONU, constituiu incômodo para o governo, que tem dado demonstrações de maior permeabilidade ao diálogo internacional sobre a matéria, em particular com a assinatura de Programa Conjunto de Cooperação Técnica e Construção de Capacidades para a Promoção dos Direitos Humanos, entre Filipinas e Nações Unidos.

Tribunal Penal Internacional

Em março de 2018, o país optou por deixar o Tribunal Penal Internacional (TPI), um mês após a promotora-chefe do TPI, Fatou Bensouda, anunciar a autorização para o início de exame preliminar sobre a atuação do governo das Filipinas e as ações executadas no âmbito da “guerra às drogas”. A saída definitiva se concretizou em março de 2019, um ano após o anúncio, de acordo com as regras do Tribunal.

Ferdinand Marcos Jr. anunciou, em abril de 2023, o fim de qualquer envolvimento das Filipinas com discussões no âmbito do TPI, após a Câmara de Apelação do tribunal rejeitar apelação para suspender as investigações.

Comunidade Filipina no Mundo

A proteção das comunidades no exterior é bandeira tradicional da diplomacia filipina e constitui importante pauta bilateral com os países de destino. Cerca de 10 milhões de filipinos residem no exterior, sendo mais de 2,3 milhões na categoria de *Overseas Filipino Workers* (OFW), que concentra ocupações de menor qualificação. Em 2019, o Banco Central filipino registrou mais de US\$ 33 bilhões em remessas recebidas. Estados Unidos, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos, Malásia, Canadá e Austrália são os principais destinos dos migrantes filipinos.

Presidência Marcos Jr.

Em setembro de 2022, Marcos Jr. dirigiu-se à 77ª Assembleia-Geral das Nações Unidas, apresentando as principais linhas de sua política externa, cujas prioridades anunciadas foram as mudanças climáticas, a segurança alimentar e a importância de uma ordem internacional aberta, inclusiva e baseada no direito internacional.

Ao longo de seu discurso, Marcos Jr. ressaltou quatro desafios para a coesão e sobrevivência da comunidade internacional: i) a mudança climática; ii) a necessidade de modernização da governança global; iii) o acirramento das polarizações e competições estratégicas; e iv) a persistência dos padrões de desigualdade entre os países, o que teria sido evidenciado na resposta emergencial à pandemia.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Nas últimas duas décadas, em função de profundas reformas econômicas e crescente abertura a investidores externos, o país apresentou crescimento econômico ininterrupto, com média de 6,4% ao ano entre 2009 e 2019, último ano antes da pandemia da COVID-19.

Ao longo desse período, o país observou ascensão da classe média e a consequente alteração nos padrões de consumo da população. Nesse ritmo, esperava-se que, no médio prazo, o país superasse o nível de renda média-baixa (tornando-se país de renda média) e continuasse diminuindo o hiato entre seu nível de desenvolvimento e o de alguns de seus vizinhos.

Estes cenários, no entanto, foram reavaliados em decorrência da pandemia, já que o PIB filipino apresentou retração de 9,6% em 2020. Em 2021 e 2022, a economia se recuperou, crescendo 5,6% e 7,6%. Segundo dados de 2022, o consumo interno – aliado ao avanço da vacinação e à progressiva retomada da atividade econômica – tem sido o principal fator da indução do crescimento. Previsões do governo estimam crescimento entre 6 e 7% em 2023.

Com urbanização crescente, emergência de nova classe média e população jovem, relativamente educada e fluente em inglês, as Filipinas devem continuar a basear sua estratégia de crescimento na expansão do consumo interno, investimentos em grandes obras de infraestrutura (destaque para o programa de incentivo governamental “*Build, Build, Build*”) e aposta no perfil de centro de terceirização de processos de negócios (“*BPO – business process outsourcing*”). Outra importante característica da economia local está nos bilhões de dólares em remessas enviadas regularmente pelos filipinos que trabalham no exterior. Em 2022, as remessas foram de US\$ 36 bilhões (8,9% do PIB). Igualmente histórico foi o volume de investimentos externos diretos, que atingiram o recorde de US\$ 10,5 bilhões.

Em termos macroeconômicos, as Filipinas têm optado pela manutenção do equilíbrio das contas públicas e pela redução dos déficits fiscais. De acordo com as autoridades monetárias do país, o déficit fiscal, em 2021, foi de 8,6% do PIB, abaixo da meta prevista de 9,3%. Para os próximos anos, estima-se redução progressiva dos déficits, até alcançar cerca de 5,5% em 2024. O país possui reservas internacionais na casa dos US\$ 108 bilhões, valor adequado para fazer frente aos compromissos da balança de pagamentos no curto e médio prazo.

O bom desempenho da economia, porém, não tem logrado reverter movimento de precarização de postos de trabalho no país. O nível de desemprego, em 2021, atingiu 7,8%, e o de subemprego, 16%, valores muito acima do pré-pandemia (5,1% e 13,8%, respectivamente, em 2019). A inflação, igualmente, tem sido motivo de

preocupação das autoridades filipinas, em especial aquela dos alimentos, transporte e combustíveis. Em 2022, atingiu 5,8% e, para 2023, estima-se índice de 6,2%, valores significativamente acima da faixa almejada de 2% a 4%. O desemprego segue trajetória de baixa, de 7,8% (2021) para 5,4% (2022) e 4,8% (2023).

Comércio exterior

A Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) é central à inserção internacional filipina, por facultar ao país acesso à ampla rede de acordos de comércio e investimentos mantidos pelo bloco. Por meio dela, as Filipinas integram os seguintes instrumentos regionais de livre-comércio: o Acordo de Livre-Comércio da própria ASEAN, bem como os acordos da Associação com a Austrália, a China, a Coreia do Sul, a Índia, o Japão e a Nova Zelândia. Integrante da Associação, foi, ainda, um dos signatários da Parceria Regional Econômica Abrangente (RCEP), firmada em novembro de 2020 e em vigor desde janeiro de 2022. A RCEP é a maior área de livre-comércio do mundo.

Em termos bilaterais, as Filipinas contam com acordos de livre-comércio com o Japão e o EFTA, já tendo concluído as negociações de um ALC com a Coreia do Sul em outubro de 2021. Em junho de 2022, o país assinou com Israel Acordo de Promoção e Proteção de Investimentos (IPPA) e Acordo de Cooperação Econômica.

O comércio exterior das Filipinas totalizou US\$ 216 bilhões em 2022 (+13%), com exportações de US\$ 78,9 bilhões e importações de US\$ 137,2 bilhões. Há, assim, forte déficit, US\$ 58 bilhões (o país é tradicionalmente deficitário). O Japão (15,5%), os EUA (15,2%) e a China (15,1%) foram os principais destinos das exportações filipinas, cuja pauta é composta majoritariamente por circuitos integrados, semicondutores, discos rígidos e equipamentos e aparelhos elétricos. Já do lado das importações, os principais fornecedores do país foram China (23,1%), Japão (9,6%), EUA (7,9%) e Coreia do Sul (7,7%). Os principais produtos importados foram, em ordem decrescente, petróleo e derivados, circuitos integrados, semicondutores, carvão e vacinas.

Brasil: Comércio

No que se refere ao comércio bilateral, as trocas entre o Brasil e as Filipinas apresentaram crescimento até atingir US\$ 1,2 bilhão em 2013, montante que se retraiu até o mínimo de US\$ 631 milhões, em 2016, em função da queda das exportações brasileiras de minério de ferro, motivada pelo fim da operação da Vale em Subic Bay.

Desde 2017, no entanto, os valores têm crescido de maneira sustentada. Em 2022, a corrente bilateral totalizou US\$ 1,84 bilhão, com alta de 10,2% em relação a 2021 e novo recorde. As exportações do Brasil atingiram US\$ 1,53 bilhão (+11,5%) e as importações, US\$ 314 milhões (+4,6%). O saldo foi positivo para o Brasil em US\$ 1,21 bilhão.

A pauta exportadora brasileira é concentrada em minérios de ferro (26%), produto seguido pelas carnes de aves (19%), bovina (18%) e suína (11%). O Brasil é um dos principais fornecedores de proteína animal para as Filipinas (1º em carne bovina, 1º em aves e 3º em carne suína, de acordo com dados do *“Bureau of Animal Industry”*) As importações das Filipinas para o Brasil foram principalmente de bens industrializados, como componentes eletrônicos (26%), máquinas para escritórios (15%), máquinas de processamento de dados (11%) e monitores (6,5%).

Setor de relevância nas relações bilaterais comerciais recentes é o de produtos de defesa. A cooperação bilateral em matéria de defesa apresenta potencial, sobretudo no contexto de modernização das Forças Armadas filipinas. Em junho/2022, foi assinado Memorando de Entendimento de Cooperação em Defesa e estão em negociação instrumentos bilaterais sobre cooperação em logística e sobre indústria de defesa. Em outubro/2020, a Embraer entregou seis Super Tucanos A-29 à Força Aérea filipina, no valor de US\$ 97 milhões. As Filipinas manifestaram interesse em adquirir blindados Guarani, fabricados pela IVECO em Minas Gerais. Há também discussões quanto à aquisição de submarinos, mas as tratativas envolvem o Naval Group, francês, responsável pela construção das embarcações classe "Scorpène" em Itaguaí. Não há definição quanto ao local de fabricação dos submarinos: Brasil, França ou Filipinas. O grupo Taurus CBC venceu diversas licitações para a venda de armas leves e munições as FFAA e polícias das Filipinas.

Para o Brasil, as vendas do agronegócio representam parcela significativa e crescente da pauta de exportações para as Filipinas. Dados da aduana local revelam que, em 2019, as vendas agrícolas responderam por 32% do total das exportações brasileiras ao país; em 2020, o percentual atingiu 34,5%; e, em 2021, 35,7%.

Destaca-se, nesse aspecto, o setor de proteína animal, que respondeu por 83,5% das exportações agrícolas em 2021 e 86,5% no primeiro semestre de 2022. O Brasil é o principal fornecedor de carne bovina e aves para este mercado e o terceiro colocado em suínos. Até o mês de abril deste ano, havia 54 estabelecimentos brasileiros habilitados a exportar para o país, além de lista de 102 novos pleitos de estabelecimentos aguardando habilitação (61 de carne bovina, 33 de aves e 8 de suínos).

As Filipinas propuseram, em 2020, a alteração do sistema de habilitação sanitária de estabelecimentos candidatos a exportar produtos cárneos àquele país. A migração no sistema de acreditação de estabelecimentos exportadores brasileiros, uma vez concluída, poderá elevar ainda mais os volumes e valores do comércio bilateral agrícola.

Em agosto de 2020, o Departamento de Agricultura das Filipinas decidiu suspender temporariamente as compras de carne de frango provenientes do Brasil, após encontrados traços de COVID-19 em carregamentos importados pela China. Em resposta, o governo brasileiro detalhou as medidas que vinham sendo tomadas para garantir a segurança dos consumidores do produto, e solicitou que a proibição fosse levantada. Em dezembro daquele ano, foi levantada a suspensão temporária.

Brasil: Investimentos

As Filipinas possuem importantes investimentos em logística portuária no Brasil, com destaque para as subsidiárias da *International Container Terminal Services Inc. (ICTSI)* no país. A Tecon Suape S/A opera terminal de contêineres situado no Porto de Suape, em Pernambuco, tendo vencido licitação em 2011 para exercer a atividade por trinta anos. Em 2019, a ICTSI adquiriu, por R\$ 750 milhões, 100% das ações da Libra Terminal Rio e assumiu o controle do projeto de terminal 1 daquela empresa, no porto do Rio de Janeiro.

Do lado brasileiro, a Vale, que possuía escritório em Manila e operações de transbordo de minério de ferro no porto de Subic Bay, finalizou suas operações.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1521	Chegada de Fernão de Magalhães à ilha de Cebu, nas atuais Filipinas, em sua viagem de circunavegação (abril).
1521-1898	Domínio espanhol.
1896	Início da Revolução Filipina.
1898	Tratado de Paris finaliza a Guerra Espanha-EUA; transferência do domínio colonial sobre as Filipinas para os EUA.
	Proclamação da Independência por Emilio Aguinaldo, em 12 de junho (data nacional): início da I República filipina. Guerra com os EUA.
1902	Final da Guerra e consolidação do domínio colonial dos EUA
1942-44	Ocupação japonesa durante a II Guerra Mundial.
1946	Concessão da Independência pelos EUA, em 4 de julho.
1951	Acordo de Paz assinado com o Japão.
1965	Ferdinando Marcos torna-se presidente.
1973	Nova Constituição confere a Marcos poderes absolutos.
1986	Protestos populares põe fim à ditadura Marcos, e Corazón Aquino torna-se presidente.
1992	Fidel Ramos vence as eleições presidenciais. Os EUA fecham a Base Naval de Subic Bay.
1996	Acordo de Paz entre o Governo e a Frente Moro de Libertação Nacional, que luta por autonomia para as regiões de maioria muçulmana.
2001	O presidente Joseph Estrada, eleito em 1998, é deposto, após protestos populares, e Gloria Arroyo assume a Presidência (janeiro).
2002	Assinatura do “Mutual Logistics Support Agreement (MLSA)” com os EUA restabelece a presença militar norte-americana, sob novos princípios.
2004	Gloria Arroyo vence as eleições presidenciais (junho).
2006	Tentativa de impeachment contra a presidente Arroyo (agosto).
2009	Funcionários da Cruz Vermelha são sequestrados e o grupo terrorista Abu Sayyaf é acusado da autoria do delito (janeiro).
2010	Eleições presidenciais; vitória de Benigno S Aquino III (maio).
2011	Em meio a acusações de fraude eleitoral, é emitido mandado de prisão contra a ex-Presidente Gloria Arroyo.
2012	Aumento das tensões com a China por disputas de territórios marítimos. Firmado acordo com a Frente Moro de Libertação Nacional, que prevê o estabelecimento de nova região autônoma na ilha de Mindanao (outubro).
	Ex-presidente Gloria Arroyo é presa por desvio de fundos públicos (outubro).
2014	Assinatura de novo acordo de paz com a Frente Moro.
2016	Eleição de Rodrigo Duterte para a presidência das Filipinas (maio).
2016	Tribunal arbitral constituído sob o Anexo VII da Convenção das Nações

	Unidas sobre o Direito do Mar decidiu contra as reivindicações marítimas feitas pela China em sua disputa com as Filipinas (julho).
2019	Concessão de autonomia para algumas regiões de Mindanao de maioria muçulmana, principal reivindicação da Frente Moro, aprovada por plebiscito. Parlamento autônomo de Bangsamoro estabelecido.
2021	As Filipinas são atingidas pelo tufão Odette, responsável por 208 mortes e mais de 440 mil pessoas evacuadas de suas casas (dezembro).
2022	Eleição de Ferdinand Marcos Jr para a presidência das Filipinas (maio). Posse do presidente Ferdinand Marcos Jr. (junho).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1946	Estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e as Filipinas.
1960	Visita ao Brasil do então vice-presidente Diosdado Macapagal.
1965	Abertura da Embaixada das Filipinas.
1970	Abertura da Embaixada do Brasil.
1979	Visita a Manila do ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki.
2003	Visita ao Brasil do vice-ministro de Reforma Agrária das Filipinas, Jose Mari Ponce.
2005	Visita às Filipinas do embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro, na qualidade de enviado especial do senhor presidente da República.
2006	Visita ao Brasil do ministro do Meio Ambiente Angelo Reyes, para participar da VIII Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica.
	Visita ao Brasil do ministro da Reforma Agrária, Nasser C. Pangandaman, para participar da Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (março).
	Visita ao Brasil do ministro da Agricultura das Filipinas, Domingo Panaganiban, por ocasião de Encontro de Alto Nível do G-20 agrícola (setembro).
2007	Visita do secretário (ministro) dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Alberto Romulo, para participar da III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL).
2008	Visita ao Brasil da ministra do Bem-Estar Social e Desenvolvimento, Esperanza Cabral, para participar do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
	Visita ao Brasil do subsecretário dos Negócios Estrangeiros das Filipinas, Edsel T. Custodio, como chefe da delegação filipina à I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN.
2009	Visita ao Brasil da presidente Gloria Macapagal Arroyo.
2010	I Reunião de Consultas Bilaterais, em Manila (setembro).
2011	Visita do secretário (ministro) de Negócios Estrangeiros, Albert del Rosario, ao Brasil (agosto).
2012	Participação do secretário (ministro) de Planejamento Socioeconômico, Arsenio Balisacan, na Conferência Rio+20.
	II Reunião de Consultas Bilaterais, em Brasília (outubro).
2013	Visita ao Brasil do secretário (ministro) da Reforma Agrária, Virgilio de los Reyes, e da secretária do Bem Estar Social, Corazon Juliano-Soliman.
2014	III Reunião de Consultas Bilaterais, em Brasília (agosto).
2017	Visita do secretário (ministro) de Agricultura, Emmanuel Piñol.
2018	IV Reunião de Consultas Bilaterais, em Manila (setembro).
2021	V Reunião de Consultas Bilaterais, em modalidade virtual (setembro).
	Realização de reunião técnica entre a ABC-MRE e autoridades Filipinas, na esteira da V Reunião de Consultas Políticas (novembro).

2022	O Brasil realiza doação humanitária de US\$ 100 mil para assistência às necessidades mais prementes das vítimas do tufão Odette (fevereiro).
	Visita do enviado especial do Brasil para a ASEAN, embaixador Piragibe Tarragô (julho).
	Missão empresarial DPR-Apex-Brasil visita Manila (setembro).
2023	VI Reunião de Consultas Bilaterais, em Manila (junho).

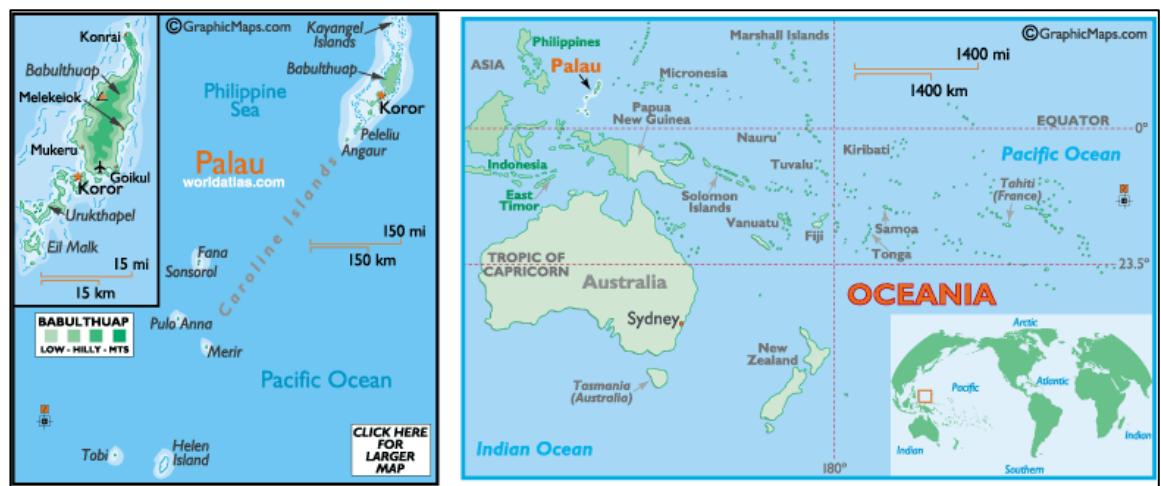
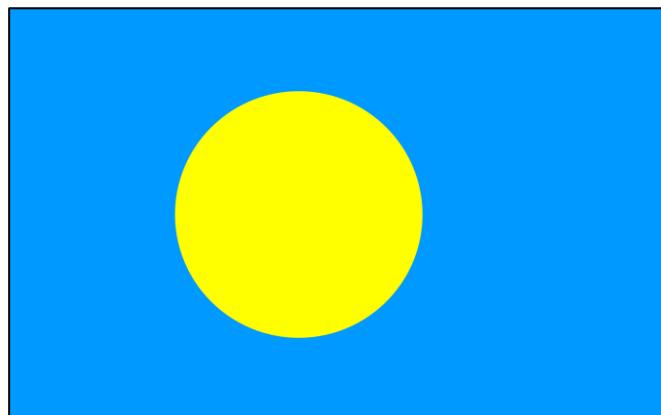
ACORDOS BILATERAIS			
TÍTULO	DATA DA CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes entre a República Federativa do Brasil e a República das Filipinas	25/10/1973	03/12/1973	03/12/1973
Acordo Complementar ao Acordo sobre Dispensa de Vistos em Passaportes entre a República Federativa do Brasil e a República das Filipinas	25/10/1973	25/10/1973	03/12/1973
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda entre a República Federativa do Brasil e a República das Filipinas.	29/09/1983	20/08/1991	28/10/1991
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de um Mecanismo de Consultas Bilaterais entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas	20/09/2006	20/09/2006	27/09/2006
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre o Exercício de Atividade Remunerada por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	24/06/2009	12/09/2011	24/09/2014
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas sobre	23/08/2011	Em ratificação pela outra parte	Em ratificação pela outra parte

Cooperação Técnica na Área da Reforma Agrária			
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República das Filipinas	23/08/2011	Em ratificação pela outra parte	Em ratificação pela outra parte
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Exterior da República das Filipinas sobre Cooperação Mútua para o Treinamento de Diplomatas	25/08/2014	03/09/2014	03/09/2014
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Departamento de Defesa Nacional da República das Filipinas	19/07/2022	19/07/2022	19/07/2022

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)
 Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
 Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

PALAU



OSTENSIVO
 Julho de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE PALAU	
NOME OFICIAL	República de Palau
ADJETIVO GENTÍLICO	Palauense
CAPITAL	Melekeok
DATA NACIONAL	1/10
ÁREA	458km ² (mais de 300 ilhas)
POPULAÇÃO (2021)	18 024 habitantes (<i>Banco Mundial</i>)
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês e palauano
GRUPOS ÉTNICOS (2015)	Palauanos (73%), Asiáticos (21,7%), Caucasianos (1,2%), outros (2,1%)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos (45,3%), Protestantes (34,9%), <i>Modekngei</i> (5,7%), Islâmicos (3%)
SISTEMA POLÍTICO	Governo constitucional em livre associação com os EUA
PODER LEGISLATIVO	Congresso Nacional; Parlamento bicameral, composto por 29 membros, eleitos para mandatos de 4 anos
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Surangel Whipps Jr. (<i>desde janeiro de 2021</i>)
CHANCELER	Gustav Aitaro (<i>desde setembro de 2022</i>)
PIB NOMINAL (2021)	US\$ 217,8 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021)	US\$ 273,0 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2021)	US\$ 12 083,9 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2021)	US\$ 15 144,6 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	-13,3 (2021); -9,7% (2020); -1,9% (2019); -0,1 (2018) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,767 (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	66 anos (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (2019)	96,6% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2015)	1,7% (<i>ROP Statistical Yearbook 2019</i>)
UNIDADE MONETÁRIA	dólar americano
EMBAIXADOR EM MELEKEOK cumulativa com Manila)	Antonio J. M. de Souza e Silva (<i>desde 22/12/2020</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - Fonte: Comex Stat

BRASIL → PALAU	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (jan-jun)
Intercâmbio	1,1	88	0,2	1 093	2,8	200,6	190,2	4	303,1	149	681,9
Exportações	0,4	88	---	1 093	0,2	163	162	4	300,7	149	674,1
Importações	0,7	---	0,2	0,1	2,6	37,6	28,2	0,3	2,4	---	7,8
Saldo	-0,3	88	-0,2	1 093	-2,4	125,4	133,8	3,7	298,3	149	666,3

PERFIS BIOGRÁFICOS

Surangel Whipps Jr. *Presidente de Palau*



Filho do ex-senador e empresário Surangel S. Whipps, nasceu em Baltimore, Maryland, graduando-se em Economia e Administração de Empresas pela 'Andrews University', com mestrado em "Business Administration" pela Universidade da Califórnia. Possui extensa experiência política: exerceu o cargo de senador de 2008 a 2016, além de ter concorrido às eleições presidenciais em 2016 contra o então presidente Thomas Remengesau, de quem é cunhado. Entre as prioridades de sua gestão, indicou a necessidade de uma reforma tributária; melhoria nos sistemas educacionais e de saúde do país, e a diversificação da economia, altamente dependente do turismo. Tornou-se presidente em 21/01/2021.

Gustav Aitaro *Ministro de Estado de Palau*



Aitaro é graduado em Ciência Política. Possui experiência de vinte anos de serviços na administração pública, em particular em assuntos de protocolo e relações exteriores, incluindo funções no próprio Ministério de Estado, a exemplo da chefia da Divisão de Comércio Internacional e Assistência Técnica. Em julho 2021, havia sido nomeado conselheiro para assuntos internacionais da Presidência. Tornou-se ministro de Estado em setembro de 2022.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Palau estabeleceram relações diplomáticas em 31/01/2005. O esforço de aproximação com o país e as demais Ilhas do Pacífico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico. O embaixador Georges Lamazière conduziu a visita ao Palau, que também passou por Ilhas Marshall e Micronésia.

A região da Ásia-Pacífico, onde o Palau está localizado, é um dos palcos do conflito geopolítico entre China, de um lado, e Estados Unidos e aliados, de outro. Há crescentes esforços em incrementar os arranjos de segurança na região vistos, por exemplo, no acordo de segurança entre a China e as Ilhas Salomão (2022) e a parceria AUKUS (Austrália, Estados Unidos e Reino Unido) de fornecimento de submarinos com propulsão nuclear à Austrália.

Embora os países insulares do Pacífico, como Palau, possuam, em regra, territórios e populações reduzidos, sua relevância política, sobretudo quando atuam em bloco, em muito excede sua capacidade individual de influenciar decisões sobre temas globais, como os efeitos da mudança do clima, aos quais são particularmente vulneráveis. O diálogo com tais países, portanto, é essencial para a coordenação de posições com o Brasil em temas globais estratégicos. A aproximação com tais países, ademais, pode ser explorada na oferta de cooperação técnica brasileira, cuja experiência, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, é internacionalmente reconhecida e pode contribuir para o desenvolvimento de países como o Palau.

O embaixador Antonio de Souza e Silva apresentou credenciais ao presidente Surangel Whipps Jr, em cerimônia virtual em 28/01/2022. O presidente se fez acompanhar na cerimônia do Ministro de Estado Gustav Aitaro e representantes das duas casas do poder legislativo (Senado e Câmara).

O presidente Surangel Whipps Jr. coincidiu com a avaliação de que há grande potencial, ainda a ser devidamente explorado, na relação bilateral com o Brasil, sublinhando o interesse em receber proposta de acordo de cooperação bilateral. Whipps reiterou seu apreço pelo papel de liderança do Brasil no debate ambiental, principalmente na área de mudanças climáticas, prioritária para seu governo.

Entre 27/02 e 03/03/2023, os ministros Bruno e Dantas e Walton Alencar Rodrigues, do Tribunal de Contas da União (TCU), participaram do 24º Congresso da Associação das Instituições Superiores de Controle do Pacífico (PASAI), na cidade de Koror, Palau. Na cerimônia de abertura, o ministro Dantas proferiu discurso na condição de presidente da Organização Internacional de Instituições Superiores de Controle (INTOSAI). Em sua fala, destacou a importância do uso sustentável de recursos marinhos pelas ilhas da região, afirmou que as Instituições Superiores de Controle (ISCs) são "atores relevantes para assegurar, por meio de auditorias qualificadas e independentes, que os respectivos governos estabeleçam políticas públicas alinhadas com metas internacionalmente estabelecidas", a exemplo do ODS-14 da ONU ("Vida na Água"). Também citou o lançamento do projeto "Climate Scanner", coordenado pelo TCU no âmbito da INTOSAI, como iniciativa destinada a estabelecer parâmetros globais de avaliação de políticas públicas de combate à mudança climática. Por fim, o ministro elencou, como prioridades da presidência brasileira na INTOSAI, o apoio ao desenvolvimento, à resiliência e à independência das ISCs; a contribuição para a execução da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável; e a promoção da igualdade e da inclusão na comunidade de membros da INTOSAI.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Palau, assim como Samoa, foi um dos primeiros países insulares do Pacífico com que o Brasil estabeleceu relações diplomáticas a partir do esforço de aproximação iniciado em outubro de 2004. Já foram identificadas possibilidades de cooperação técnica nos setores de açúcar, café, cacau, futebol, carne bovina, tratamento/prevenção do HIV/AIDS, meio ambiente e aquicultura.

O governo brasileiro encaminhou proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Palau em 2006, mas não houve reação do país insular. Nova proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica foi encaminhada em junho de 2022.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio exterior entre Brasil e Palau é mínimo e basicamente constituído de exportações brasileiras. Em 2022, as exportações foram de aproximadamente US\$ 150 mil, constituídas essencialmente de petróleo (88%). Em 2021, o país vendeu cerca de US\$ 300 mil em petróleo a Palau.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas do número de brasileiros em Palau.

ACORDOS BILATERAIS

O governo brasileiro encaminhou proposta de Acordo de Cooperação Técnica com Palau em 2006. Nova proposta de Acordo Básico de Cooperação Técnica foi encaminhada em junho de 2022.

POLÍTICA EXTERNA

Os EUA são o principal parceiro externo de Palau, com fluxos de financiamento decorrentes desse relacionamento. Além de manter importantes relações com parceiros como Austrália, Nova Zelândia e Filipinas, o governo de Palau tem buscado estreitar laços com outros países asiáticos, particularmente o Japão.

Palau passou a integrar a ONU em dezembro de 1994. Mantém relações diplomáticas com 40 países e missões em Washington, Japão, Taipé e Filipinas, além da Missão Permanente junto às Nações Unidas.

Tornou-se membro do Fórum do Pacífico Sul em 1995, logo após a sua independência. É parte também do “Pacific Agreement on Closer Economic Relations” (PACER), que inclui Austrália e Nova Zelândia. Esse acordo prevê a criação de uma área de livre comércio entre os 14 países do Fórum das Ilhas do Pacífico, chamado “Pacific Island Countries Trade Agreement” (PICTA), sem a Austrália e a Nova Zelândia.

Palau foi admitido ao FMI em 1998. Os principais doadores são os EUA, Japão e Taiwan. O país também é membro do Banco de Desenvolvimento Asiático, bem como da UNESCO, da FAO, do FMI, do Banco Mundial e várias organizações regionais.

Durante a 77ª AGNU (2022), o chanceler Gustav Aitaro, ao condenar o conflito na Ucrânia, descreveu um cenário internacional repleto de desafios, mas sem perder de vista a mudança climática como ameaça superveniente. Colocou em uma escala distinta a dimensão dos impactos sobre o grupo de pequenos países insulares em desenvolvimento (SIDS). Esclareceu que o esforço financeiro que deveria estar sendo dirigido a programas sociais tem sido deslocado para medidas de mitigação de desastres nesses países. Além disso, afirmou que a crise energética derivada do conflito russo-ucraniano deve recordar os líderes globais sobre a necessidade de construir economias voltadas às fontes renováveis. Duramente afetado pela dependência energética, Palau determinou meta de

transição para 100% de energia renovável até 2032, ambicioso objetivo para o qual espera contar com o apoio financeiro japonês.

Aitaro destacou o êxito da realização da 7ª edição da Conferência "Our Ocean", copresidida com os Estados Unidos. O encontro, que serviu para definição de compromissos e soluções climáticas baseadas nos oceanos, permitiu discussões sobre horizontes de descarbonização da indústria de transporte marítimo e produção energética *offshore*. Desse modo, a conferência favoreceu a visibilidade de temas fundamentais para o futuro dos países insulares como a poluição dos mares, a elevação dos níveis oceânicos, a proteção dos corais e a sustentabilidade do turismo.

O chanceler referiu-se, ademais, ao diálogo para renovação do Pacto de Livre Associação com os Estados Unidos, momento oportuno para reconsiderar o equilíbrio da relação. Agradeceu, nesse sentido, o empenho do presidente Biden e do enviado especial do governo norte-americano para solucionar os termos sensíveis da negociação em curso. Assim como o presidente das Ilhas Marshall, o chanceler de Palau exortou as Nações Unidas a incorporar Taiwan a seus foros, reconhecendo sua contribuição a debates centrais tais como a resposta à questão climática e o decisivo apoio oferecido a diversos países durante a pandemia.

ECONOMIA

Palau tem um dos maiores padrões de vida entre os países insulares do Pacífico, em parte graças a aportes financeiros dos EUA em decorrência do pacto de livre associação. A renda per capita PPP de sua população (cerca de US\$16 mil) equivale a do Brasil e é a maior de seu espaço regional.

A principal atividade econômica do arquipélago é o turismo. O estado também desempenha importante papel na economia, empregando parcela importante dos habitantes. Peixes constituem as principais exportações palauanas.

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso de Palau, 8,7% das receitas governamentais em 2016 eram provenientes dessas licenças.

POLÍTICA INTERNA

A República de Palau é um arquipélago no Pacífico, ao norte da linha do Equador e a leste das Filipinas. Possui cerca de 22 mil habitantes e é uma república presidencialista.

A população de Palau reduziu-se a pouco mais de 4.000 pessoas após a Segunda Guerra Mundial, de um total de 50.000 pessoas nas primeiras décadas do século XX. Palau é constituída por um arquipélago com dezenas de ilhas, dez das quais inabitadas.

Em 1945, depois de ter sido ocupada por Espanha, Alemanha e Japão, Palau passou a fazer parte do "UN Trust Territory of the Pacific", sob administração dos EUA. Palau tornou-se independente somente em 1994, ao ratificar o Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos. Conforme o tratado, cuja duração é de 50 anos, os EUA são encarregados de garantir a defesa e a segurança do arquipélago, além de prover-lhe substanciais financiamentos.

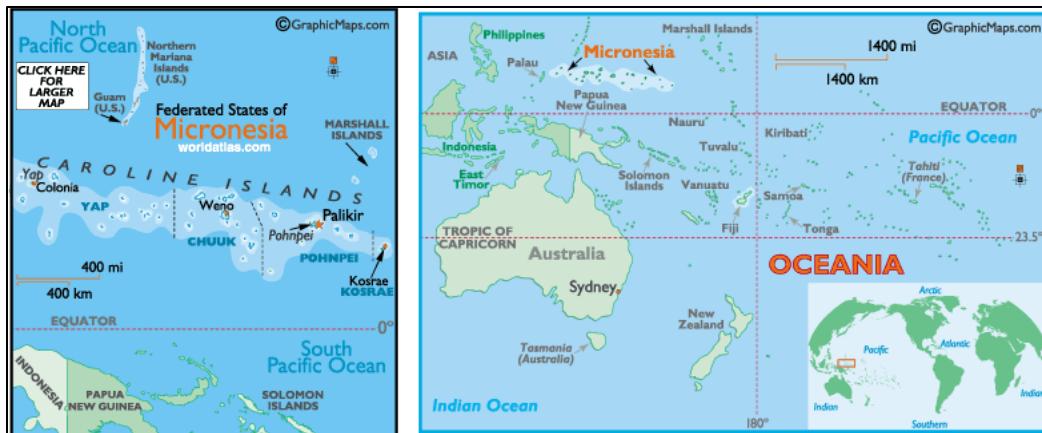
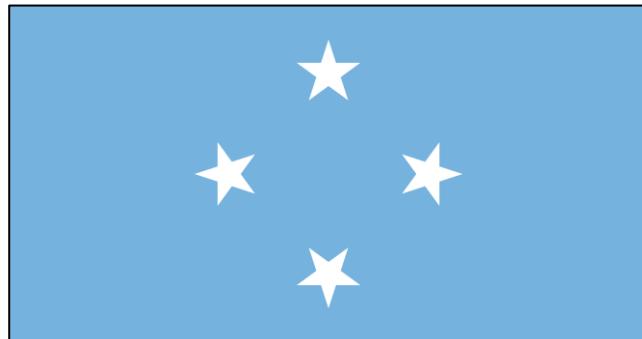
Conforme a Constituição palauana, o regime de governo é presidencialista, sendo o presidente da República eleito pelo voto direto, com mandato de quatro anos, podendo ser reeleito uma vez. O Congresso Nacional é bicameral, composto por 25 membros eleitos diretamente – 9 no Senado e 16 na ‘House of Delegates’ –, cujos mandatos também são de quatro anos.

Surangel Whipps Jr. tornou-se, em 21/01/2021, o 10º presidente da República de Palau. Jerrlyn Uduch Sengebau Sr. assumiu a vice-presidência.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)
 Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
 Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

MICRONÉSIA



OSTENSIVO
 Julho de 2023

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	Estados Federados da Micronésia
GENTÍLICO	Micronésio
CAPITAL	Palikir
DATA NACIONAL	3/11
ÁREA	702km ² (607 ilhas)
POPULAÇÃO (2020)	115 021 (<i>Banco Mundial</i>)
GRUPOS ÉTNICOS	Nove grupos étnicos de micronésios e polinésios.
LÍNGUAS OFICIAIS	Inglês (língua oficial), Trukese, Pohnpeian, Yapese, Kosrean, Ulithian, Woleaian, Nukuoro
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Católicos Romanos 50%, Protestantes 47%, Mórmons 1.5%
SISTEMA POLÍTICO	República Presidencialista em livre associação com os EUA.
PODER LEGISLATIVO	Congresso Unicameral composto por 14 membros: 10 eleitos diretamente por maioria simples para mandatos de 2 anos e 4 eleitos por cada um dos 4 estados por representação proporcional para mandatos de 4 anos.
CHEFE DE ESTADO	Presidente Wesley W. Simina (<i>desde maio de 2023</i>)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	Kandhi A. Elieisar (<i>desde janeiro de 2020</i>)
PIB NOMINAL (2021)	US\$ 404,0 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021)	US\$ 412,0 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL per capita (2021)	US\$ 3 571,3 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP per capita (2021)	US\$ 3 642,1 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	-3,2% (2021); -1,8% (2020); 1,2 (2019); 0,2% (2018); 2,75 (2017) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021)	0,628 (134º) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021)	70,7 (<i>ONU</i>)
ALFABETIZAÇÃO (2010):	90% (<i>Censo da Divisão de Estatísticas da Micronésia</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2014):	8,9% (<i>Banco Mundial</i>)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar americano
EMBAIXADOR EM MAJURO (cumulativa com Manila):	Antonio J.M. de Souza e Silva (<i>desde 22/12/2020</i>)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Não há

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhares FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL⇒ MICRONÉSIA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (jan- jun)
Intercâmbio	73,7	84	211	224,2	69,8	149,2	87,1	81	281,3	206,2	87
Exportações	73	78	211	223	68	148	87	67	280	193,6	87
Importações	0,7	6	0	1,2	1,8	1,2	0,1	14	1,3	12,6	0
Saldo	72,3	72	211	221,8	66,2	146,8	86,9	53	277,7	181	87

PERFIS BIOGRÁFICOS

Wesley W. Simina *Presidente*



Wesley W. Simina, décimo presidente dos Estados Federados da Micronésia, assumiu o cargo em 11 de maio de 2023, após indicação pelo recém-empossado parlamento do país. Foi governador do estado de Chuuk. Estudou na Universidade do Havaí.

Kandhi A. Elieisar *Secretário de Relações Exteriores*



Elieisar nasceu em 18 de abril de 1957 na Ilha Namoluk do Estado de Chuuk. Formou-se na Universidade da Califórnia em Berkeley com diploma de bacharel em Sociologia. Cursou mestrado em Administração Pública na “California State University”. Atuou como Diretor Administrativo no Supremo Tribunal de 1985 a 1991. Ingressou no Departamento de Relações Exteriores em 1992 como III Oficial de Serviço Exterior. Durante seus 21 anos de mandato no Departamento, atuou em várias funções, incluindo Subsecretário Adjunto para Informação e Pesquisa, Subsecretário Adjunto para Assuntos Europeus, Subsecretário Adjunto para Assuntos do Pacífico e, finalmente, Secretário Adjunto para a Divisão da Ásia, Pacífico, África e Assuntos Multilaterais.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e os Estados Federados da Micronésia estabeleceram relações diplomáticas em outubro de 2010. O esforço de aproximação com o país e as demais Ilhas do Pacífico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico. O embaixador Georges Lamazière conduziu a visita à Micronésia, que também passou por Ilhas Marshall e Palau.

A região da Ásia-Pacífico, onde a Micronésia está localizada, é um dos palcos do conflito geopolítico entre China, de um lado, e Estados Unidos e aliados, de outro. Há crescentes esforços em incrementar os arranjos de segurança na região vistos, por exemplo, no acordo de segurança entre a China e as Ilhas Salomão (2022) e a parceria AUKUS (Austrália, Estados Unidos e Reino Unido) de fornecimento de submarinos com propulsão nuclear à Austrália.

Embora os países insulares do Pacífico, como a Micronésia, possuam, em regra, territórios e populações reduzidos, sua relevância política, sobretudo quando atuam em bloco, em muito excede sua capacidade individual de influenciar decisões sobre temas globais, como os efeitos da mudança do clima, aos quais são particularmente vulneráveis. O diálogo com tais países, portanto, é essencial para a coordenação de posições com o Brasil em temas globais estratégicos. A aproximação com tais países, ademais, pode ser explorada na oferta de cooperação técnica brasileira, cuja experiência, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, é internacionalmente reconhecida e pode contribuir para o desenvolvimento de países como a Micronésia.

Em 2012, o então presidente da Micronésia, Emanuel Mori, visitou o Brasil por ocasião da Rio+20.

Em visita realizada à Micronésia em 24 e 25 de maio de 2018, para apresentação de credenciais, o embaixador Rodrigo do Amaral, reuniu-se com o presidente do país, Peter Christian. No encontro, agradeceu o apoio da Micronésia ao pleito dos países do G-4. Ao encontrar-se com o secretário do Exterior, apresentou-lhe a proposta de acordo por troca de notas para isenção de vistos de curta duração para portadores de passaporte comum, que foi recebida de forma positiva.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

O governo micronésio demonstrou interesse em duas áreas principais de cooperação: com a Embrapa, para o desenvolvimento da agricultura no país, que hoje é apenas de subsistência; e possibilidade de abertura de vaga no Instituto Rio Branco para a formação de diplomata micronésio.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

O comércio bilateral é ainda incipiente. O pico do intercâmbio bilateral ocorreu em 2005, quando atingiu US\$ 1,1 milhão (em razão de exportação brasileira de tecidos), mas desde então se estabilizou na faixa do US\$ 100 mil, sempre com saldo para o Brasil.

Em 2020, o comércio bilateral foi de US\$ 81 mil, dos quais US\$67 mil em exportações brasileiras (de preparações alimentícias e conservas de bovino, produto tradicional da pauta, ainda que pouco expressivo em termos absolutos) e US\$ 14 mil em importações (de corindo artificial). Em 2021, o Brasil exportou US\$280 mil. Em 2022, exportou US\$ 194 mil, concentrados em conservas de carnes bovina, suína e de frango.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há rede consular ou comunidade brasileira na Micronésia.

ATOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais com a Micronésia.

Em novembro de 2017, a embaixada em Manila propôs o estabelecimento de acordo para a dispensa recíproca de vistos. Em razão da ausência de reação micronésia, a embaixada em Manila foi instruída, em dezembro de 2021, a reapresentar a proposta de acordo.

POLÍTICA EXTERNA

Os EUA são o principal parceiro externo da Micronésia. O país tornou-se membro da ONU em 1991 e tem procurado atuar em temas como meio ambiente, pesca e transportes. É, também, membro da Organização Mundial de Saúde, da ESCAP (“Economic and Social Commission for Asia and the Pacific”), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e de várias organizações regionais, em particular o Fórum das Ilhas do Pacífico e a Comunidade do Pacífico Sul.

Na 77ª AGNU (2022), o presidente David Panuelo proferiu discurso com críticas à Federação Russa, país com o qual a Micronésia decidiu romper relações diplomáticas em decorrência do conflito na Ucrânia. Condenou, em particular, a ameaça de guerra nuclear. Tratou da ameaça existencial das ilhas do Pacífico e deplorou a morosidade das ações de redução de emissão de gases estufa, que não se restringem aos planos de descarbonização. Panuelo convidou dois de seus principais aliados na arena internacional, Estados Unidos e China, a abraçarem a agenda da mudança climática por sobre quaisquer considerações de competição geopolítica.

O mandatário recordou que a Micronésia possui uma das maiores e mais produtivas áreas de pesca do Pacífico, com mais de 1,1 milhão de milhas quadradas, área exposta a atividades clandestinas e crimes transnacionais, em particular a pesca ilegal, não regulamentada e não declarada. Nesse quadro, agradeceu a Austrália e o Japão pela doação de recursos e de navios-patrulha para controle e monitoramento de suas águas jurisdicionais, para o que conta também com o apoio da Guarda Costeira dos Estados Unidos.

Conselho de Segurança da ONU

A Micronésia tem defendido a expansão do Conselho de Segurança nas categorias de membros permanentes e não permanentes. Desde 2013, a Micronésia apoia expressamente a inclusão do Brasil e dos demais membros do G4 como membros permanentes do Conselho.

ECONOMIA

A economia do país é baseada na agricultura e na pesca de subsistência e depende em grande parte dos aportes financeiros provenientes dos Estados Unidos. Os principais cultivos do país são fruta-pão, taro, coco e banana.

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso da Micronésia, 56% das receitas governamentais em 2016 eram provenientes dessas licenças.

O arquipélago possui escassas reservas de minérios, com exceção do fosfato. Existe potencial para a indústria do turismo, que vem ganhando importância econômica, mas a localização remota, a falta de infraestrutura e as poucas conexões aéreas dificultam seu desenvolvimento. Entre as prioridades locais faz-se menção ao desenvolvimento da infraestrutura e à melhoria do ambiente de negócios.

Sob os termos originais do Pacto Comum de Livre Associação, os EUA forneceram ajuda de US\$1,3 bilhão durante o período de 1986-2001, mas o nível do auxílio financeiro foi reduzido desde então. A Emenda ao Pacto Comum garante milhões de dólares em ajuda anual até 2023 e estabelece um *Trust Fund*, para o qual os EUA e a Micronésia fazem contribuições anuais, de modo a garantir uma renda anual permanente após 2023.

POLÍTICA INTERNA

Os Estados Federados da Micronésia compõem-se de 607 ilhas e ilhotas situadas no Pacífico Norte, a leste das Filipinas. Com cerca de 115 mil habitantes, a federação é uma república presidencialista.

O país foi protetorado alemão e japonês e foi administrado pelos Estados Unidos após a II Guerra Mundial. Em 1986, tornou-se independente sob Pacto Comum de Livre Associação com os Estados Unidos, que lhes assegura defesa, condução da ação externa e ajuda financeira. A Constituição nacional segue o modelo americano.

A federação é uma república presidencialista composta por quatro estados federados (Pohnpei, Chuuk, Kosrae e Yap). Destes, Chuuk é o mais populoso, abrangendo cerca de metade da população nacional. Os quatro estados são geograficamente dispersos e abrigam grupos étnicos distintos, com idiomas próprios. Cada um possui sua própria constituição, governador e, exceto no caso de Chuuk, uma legislatura unicameral.

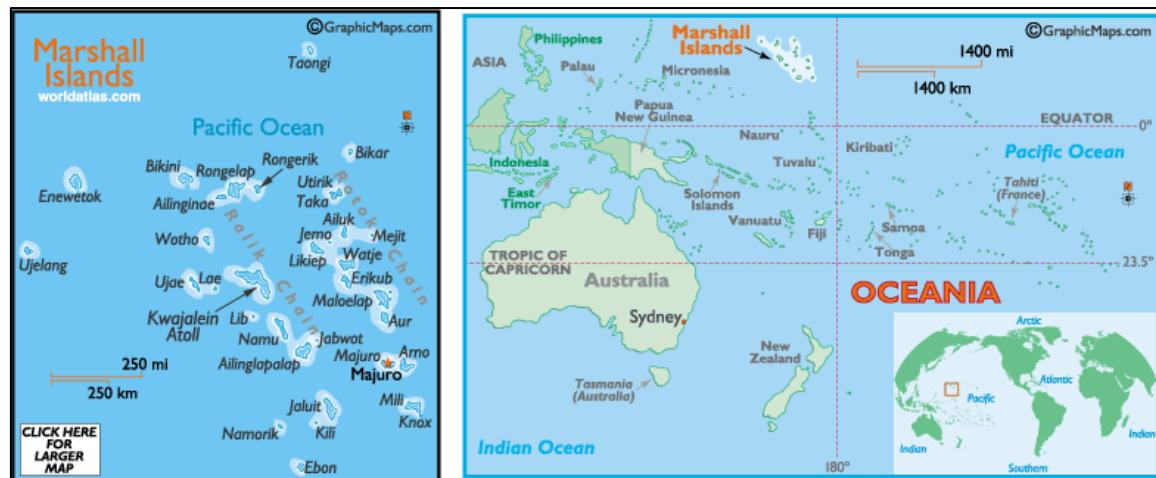
O poder legislativo federal é exercido por um Congresso unicameral composto por 14 senadores eleitos pelo voto popular, sendo que 4 são eleitos por voto proporcional, representam os estados e exercem mandatos de 4 anos, e os outros 10 senadores representam distritos delineados de acordo com a distribuição da população, são eleitos por maioria simples, e servem mandatos de 2 anos. O poder executivo é exercido pelo presidente, que é eleito pelo Congresso entre os 4 senadores que servem mandatos de 4 anos. O mandato do presidente também é de 4 anos, com possibilidade de uma reeleição. Uma emenda constitucional que propunha eleições diretas para presidente foi rejeitada pelo Congresso.

O atual presidente, Wesley W. Simina, foi eleito em maio de 2023, sucedendo David W. Panuelo. O vice-presidente é Aren B. Palik, reconduzido pelo parlamento local na mesma ocasião.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

SECRETARIA DE ÁSIA E PACÍFICO (SEASP)
 Departamento de Japão, Península Coreana e Pacífico (DEJP)
 Divisão de Austrália e Pacífico (DAP)

ILHAS MARSHALL



OSTENSIVO
 Julho de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE AS ILHAS MARSHALL	
---------------------------------------	--

NOME OFICIAL:	República das Ilhas Marshall
GENTÍLICO:	Marshallês
CAPITAL:	Majuro
DATA NACIONAL	1/5
ÁREA:	181,3 km ²
POPULAÇÃO (2021 est):	78 831 (<i>CIA World Factbook</i>)
GRUPOS ÉTNICOS:	Marshallenses (92,1%), marshallenses mestiços (5,9%) e outros (2%)
LÍNGUAS OFICIAIS:	Marshallês (oficial) e inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Protestante 80,5%, católica 8,5%
SISTEMA POLÍTICO:	Governo constitucional em livre associação com os EUA
CHEFE DE ESTADO:	Presidente David Kabua (<i>desde janeiro de 2020</i>)
CHEFE DE GOVERNO:	Presidente David Kabua (<i>desde janeiro de 2020</i>)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Kitlang Kabua (<i>desde junho de 2022</i>)
PIB NOMINAL (2021):	US\$ 248,7 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP (2021):	US\$ 249,2 milhões (<i>Banco Mundial</i>)
PIB NOMINAL <i>per capita</i> (2021):	US\$ 4.171,00 (<i>Banco Mundial</i>)
PIB PPP <i>per capita</i> (2021):	US\$ 4.181,50 (<i>Banco Mundial</i>)
VARIAÇÃO DO PIB (%)	-2,5% (2021); -2,2% (2020); 6,6% (2019); 3,6% (2018); 3,3% (2017) (<i>Banco Mundial</i>)
IDH (2021):	0,639 (131°) (<i>ONU</i>)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021):	65,3 anos (<i>ONU</i>)
ALFABETIZAÇÃO (2021):	92,1% (<i>ONU</i>)
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2019):	6,3% (<i>Asian Development Bank</i>)
UNIDADE MONETÁRIA:	Dólar americano
EMBAIXADOR EM MAJURO (cumulativa com Manila):	Antonio J.M. de Souza e Silva (desde 22/12/2020)
EMBAIXADOR NO BRASIL:	Não há.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) - *Fonte: Comex Stat*

BRASIL – Marshall	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (jan-jun)
Intercâmbio	4,67	2,1	1,83	11,9	2,7	3,15	128,5	216,1	207,8	295,0	423,8	112,07
Exportações	4,6	1,9	1,78	11,6	2,6	3,1	128,3	215,8	207,6	294,9	423,7	112
Importações	0,07	0,2	0,05	0,3	0,1	0,05	0,2	0,3	0,2	0,12	0,1	0,07
Saldo	4,5	1,7	1,7	11,3	2,5	3	128,1	215,5	207,4	294,8	423,6	111,03

PERFIS BIOGRÁFICOS

David Kabua
Presidente



David Kabua é o nono chefe de estado da história das Ilhas Marshall, empossado em 13 de janeiro de 2020. No sistema marshallês, cabe ao Legislativo ("Nitijela"), composto por 33 membros, escolher o presidente.

Nascido em 1951 e egresso da Universidade do Havaí (EUA), Kabua é filho do primeiro presidente marshallês após a independência do país, Amata Kabua. A partir de 2012, ocupou diversas pastas ministeriais no governo marshallês, especificamente as de Saúde (2012–14), do Interior (2014–15) e de Assistência ao Presidente, com funções de vice-presidente (2016–19).

No "Nitijela", David Kabua é representante eleito do atol de Wotho, posição que ocupou pela primeira vez em 2008.

Kitlang Kabua
Ministra dos Negócios Estrangeiros e Comércio



Com 31 anos, Kitlang Kabua é uma das representantes mais jovens do Gabinete, onde já desempenhava, desde o início do governo, a função de ministra de Educação e Esportes. Nas eleições de 2019, havia também sido eleita a mais jovem representante do parlamento local ("Nitijela"). A chefe da diplomacia marshallesa atuava como parte da equipe de seu país nas negociações para a renovação do Acordo de Livre Associação com os Estados Unidos, um dos principais tópicos da agenda política marshallesa. Kitlang Kabua é sobrinha do presidente David Kabua.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Ilhas Marshall estabeleceram relações diplomáticas por comunicado conjunto subscrito em 27 de julho de 2010, em Nova York, pelos respectivos representantes permanentes junto às Nações Unidas. O esforço de aproximação com as Ilhas Marshall e as demais Ilhas do Pacífico foi iniciado no primeiro semestre de 2005, quando foram realizadas três missões oficiais à região do Pacífico. O embaixador Georges Lamazière conduziu a visita às Ilhas Marshall, além de Micronésia e Palau.

A região da Ásia-Pacífico, onde as Ilhas Marshall estão localizadas, é um dos palcos do conflito geopolítico entre China, de um lado, e Estados Unidos e aliados, de outro. Há crescentes esforços em incrementar os arranjos de segurança na região vistos, por exemplo, no acordo de segurança entre a China e as Ilhas Salomão (2022) e a parceria AUKUS (Austrália, Estados Unidos e Reino Unido) de fornecimento de submarinos com propulsão nuclear à Austrália.

Embora os países insulares do Pacífico, como Marshall, possuam, em regra, territórios e populações reduzidos, sua relevância política, sobretudo quando atuam em bloco, em muito excede sua capacidade individual de influenciar decisões sobre temas globais, como os efeitos da mudança do clima, aos quais são particularmente vulneráveis. O diálogo com tais países, portanto, é essencial para a coordenação de posições com o Brasil em temas globais estratégicos. A aproximação com tais países, ademais, pode ser explorada na oferta de cooperação técnica brasileira, cuja experiência, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, é internacionalmente reconhecida e pode contribuir para o desenvolvimento de países como as Ilhas Marshall.

Entre 18 e 23 de junho de 2012, o presidente Christopher Loeak foi o primeiro chefe de governo das Ilhas Marshall a visitar o Brasil, por ocasião da Rio+20. O mandatário não manteve encontros com autoridades brasileiras na ocasião.

Em cerimônia virtual realizada em 18/03/2021, o embaixador Antonio de Souza e Silva entregou suas cartas credenciais ao presidente da República das Ilhas Marshall, David Kabua. No âmbito multilateral, o embaixador recordou a coincidência dos mandatos de Brasil e Ilhas Marshall no Conselho de Direitos Humanos (CDH) e agradeceu o consistente apoio que têm outorgado nos últimos anos a candidaturas brasileiras para organismos internacionais.

O então ministro das Relações Exteriores, Casten Nemra, por sua vez, afirmou que Brasil e Ilhas Marshall são "like-minded countries" e propôs contatos das delegações permanentes dos dois países junto às Nações Unidas, em Nova York e Genebra para promover agendas de interesse comum. Agradeceu a disposição brasileira de discutir possíveis atividades de cooperação, mencionando a importância da atividade pesqueira e a garantia de sua sustentabilidade para a economia do país, que também tem empreendido, até o momento, bem-sucedido programa de registro de bandeira de embarcações. Nemra sublinhou, ainda, ser o Brasil um dos "key-players" para o encaminhamento do debate sobre mudança climática, tema crucial para a política externa marshallesa. Casten Nemra manifestou plena disposição de manter diálogo sobre a realidade das ilhas do Pacífico.

O presidente David Kabua reagiu com entusiasmo ao dado de que as Ilhas Marshall figuram como segundo parceiro comercial do Brasil na Oceania. Transmitiu mensagem ao Brasil de admiração e apreço.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

Em abril de 2023, o Brasil propôs às Ilhas Marshall texto de Acordo Básico de Cooperação Técnica (ABCT).

INTERCÂMBIO COMERCIAL

Embora limitado, o comércio bilateral foi, ao longo da última década, regularmente superior em relação aos demais países insulares do Pacífico. Desde 2018, o intercâmbio ganhou grande impulso com o progressivo aumento das vendas brasileiras de petróleo. Desde então, as exportações tiveram salto exponencial, alcançando US\$ 128 milhões (2018), US\$ 215 milhões (2019), US\$ 207 milhões (2020), US\$ 295 milhões (2021) e US\$ 423 milhões (2022). As Ilhas Marshall, portanto, firmaram-se como o segundo maior parceiro comercial do Brasil na Oceania, atrás apenas da Austrália.

Praticamente todo esse valor corresponde a exportações do Brasil, que, em 2022, concentraram-se ainda principalmente em petróleo (US\$ 409 milhões). Outros produtos da pauta de exportações brasileira são tintas e vernizes, proteínas animais (bovina, suína e de aves) e águas minerais.

ASSUNTOS CONSULARES

Não há informações precisas ou estimativas do número de brasileiros nas Ilhas Marshall.

Em outubro de 2021, o governo das Ilhas Marshall solicitou abertura de consulado honorário na cidade de São Paulo, subordinado à Embaixada das Ilhas Marshall em Washington. Em novembro do mesmo ano a SERE autorizou a abertura do consulado honorário marshallês.

ACORDOS BILATERAIS

Ainda não foram firmados atos bilaterais.

POLÍTICA EXTERNA

A República das Ilhas Marshall tornou-se membro da ONU em 1991. É também membro do Fórum das Ilhas do Pacífico, da Comunidade do Pacífico Sul (SPC) e de organismos internacionais como o Banco de Desenvolvimento da Ásia, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

O país busca protagonismo nas discussões multilaterais sobre mudança do clima – ameaça existencial ao pequeno país insular – bem como sobre legado de testes nucleares, realizados em seu território em meados do século XX.

51^a Sessão do CDH

Por ocasião da 51^a sessão do Conselho de Direitos Humanos (CDH), encerrada em 07/10/2022, a delegação das Ilhas Marshall apresentou projeto de resolução intitulado "Assistência técnica e construção de capacidades para enfrentamento das implicações sobre os direitos humanos do legado nuclear nas Ilhas Marshall".

A iniciativa, inédita no Conselho, teve como objetivo chamar atenção aos desdobramentos dos testes nucleares realizados nas Ilhas Marshall entre 1946 e 1958, "enquanto as ilhas eram administradas sob um mandato do Conselho de Tutela das Nações Unidas". Circulou-se nota conceitual, que afirmava que, no decorrer dos anos, o povo marshallês sofreu "impactos adversos intergeracionais", decorrentes dos testes nucleares em sua saúde, como por exemplo no aumento de deficiências congênitas e na alta prevalência de câncer.

A resolução foi adotada por consenso na 51^a sessão do CDH.

77^a AGNU

O presidente das Ilhas Marshall, David Kabua, proferiu, em 20/09/2022, discurso na AGNU. Referiu-se, de início, ao contexto de acirramento de tensões geoestratégicas não apenas no Leste Europeu, mas também no Indo-Pacífico. Condenou os "crimes de guerra" cometidos em território ucraniano e sublinhou o papel das Ilhas Marshall, como copresidente de Grupo de Amigos ("Group of Friends of Accountability") que defende condução de investigações independentes do Conselho de Direitos Humanos e do Tribunal Penal Internacional. O mandatário marshallês também deplorou as ações militares da China no estreito de Taiwan, que entorpeceriam as perspectivas de paz e a segurança no Indo-Pacífico. Além disso, saudou o relatório sobre direitos humanos da região chinesa de Xinjiang. Em outro âmbito, afirmou o papel do Fórum das Ilhas do Pacífico para responder aos desafios de direitos humanos em Papua Ocidental.

A mudança climática foi um dos tópicos principais do discurso marshallês. Kabua recordou que, há trinta e um anos, os líderes do país já alertavam sobre os riscos iminentes da elevação dos níveis oceânicos e seu impacto existencial para os pequenos países insulares. Segundo Kabua, as Ilhas Marshall permaneceram consistentes em seu alerta, sem encontrar uma resposta global para romper o ciclo vicioso da dependência dos combustíveis fósseis.

A desnuclearização mereceu reflexão à parte do mandatário, que sublinhou a voz legítima das Ilhas Marshall na matéria, como palco de 67 testes com armas nucleares e termonucleares em doze anos, quando o arquipélago era administrado pelos Estados Unidos, sob supervisão das Nações Unidas. Recordou que a exposição aos efeitos dos testes nucleares persiste por gerações e comprometem, ainda hoje, o bem-estar da comunidade marshallesa.

Kabua referiu-se também à importância de reequilíbrio nas relações com os Estados Unidos, pautada pela negociação da renovação do Pacto de Livre Associação.

Ao final de sua alocução, Kabua emprestou apoio à causa de Taiwan e defendeu a incorporação da ilha em organismos internacionais e no sistema das Nações Unidas.

O mandatário também tratou da urgente questão da reforma do Conselho de Segurança e singularizou o apoio marshallês ao pleito do Japão por um assento permanente.

Mudança do Clima

O presidente das Ilhas Marshall, David Kabua, foi o único Chefe de Estado das pequenas nações insulares do Pacífico entre os quarenta líderes convidados a participar da Cúpula de Líderes sobre Mudança do Clima, promovida por Washington e realizada virtualmente entre 22 e 23 de abril de 2021.

Ao lado dos líderes das principais potências, a participação do pequeno país, de 78 mil habitantes e um dos mais suscetíveis do mundo aos efeitos adversos da elevação do nível médio do mar, colocou em evidência as assimetrias de recursos e o alcance existencial dos efeitos da mudança do clima. Estudos geológicos apontam que a elevação do nível do mar poderia deixar o país sem água potável em horizonte de apenas quinze anos e submergir grande parte de sua superfície nas próximas três décadas.

O presidente Kabua recordou, em sua breve intervenção, a realidade particular das Ilhas Marshall ("we are low-lying atoll nations, barely a metre above sea level") e exortou os demais líderes a comprometer-se com metas mais ambiciosas de redução de emissão de gases estufa, sem deixar de ressaltar o papel dos países desenvolvidos de fomentar os mecanismos de mitigação.

ECONOMIA

A economia das Ilhas Marshall é fortemente dependente da ajuda norte-americana, possuindo um enorme setor estatal, responsável pela maior parte dos empregos. Praticamente todo o combustível é importado. Parte das receitas das Ilhas Marshall advém do aluguel do atol Kwajalein aos EUA, usado para testes de mísseis.

Além dos aportes norte-americanos e das receitas pelo arrendamento do Atol de Kwajalein, a economia do país baseia-se na agricultura de subsistência, na pesca e na criação de animais. A indústria se limita ao artesanato, ao processamento de atum e de copra (polpa seca de coco). O turismo tem potencial ainda pouco explorado.

O país é membro do Acordo de Nauru, de 1982, que tem o objetivo de promover a coordenação e a harmonização da gestão da pesca de atum nos oito países-membros. O tema é de grande relevância para os países insulares do Pacífico, que dependem, em maior ou menor grau, das receitas das licenças de pesca para navios estrangeiros para financiar o governo. No caso das Ilhas Marshall, 60% das receitas governamentais em 2016 eram provenientes dessas licenças.

POLÍTICA INTERNA

A República das Ilhas Marshall é um arquipélago situado no Pacífico Norte, a oeste das Filipinas. É um dos menores países do mundo, com 181 km², e menos de 80 mil habitantes.

O arquipélago foi administrado pela Alemanha, de 1886 a 1914, pelo Japão a partir de 1914 e pelos EUA, a partir de 1947. Tornou-se independente em 1979. Em 1986, foi assinado Pacto Comum de Livre Associação com os EUA, que lhes assegura defesa, condução de alguns vetores de política externa e aportes financeiros.

A Constituição nacional segue o modelo de Westminster. O Pacto Comum de Livre Associação com os EUA garante ao governo das Ilhas Marshall a responsabilidade por assuntos domésticos e atribui a Washington a condução da defesa e da política externa, além de assistência financeira ao país. Os EUA se beneficiam de acesso exclusivo para suas forças militares ao espaço aéreo e mar territorial marshallenses.

As Ilhas Marshall são uma república constitucional, com regime misto entre o parlamentarismo e o presidencialismo. As eleições são realizadas a cada quatro anos, elegendo, por sufrágio universal, os 33 Senadores da Câmara Baixa do Legislativo (Nitijela). O presidente é então apontado pelo Nitijela, dentre os seus membros, tornando-se chefe de Estado e de governo. A Câmara Alta do Legislativo, chamada de Conselho de Iroij, é composta por 12 chefes tribais e tem caráter consultivo para questões fundiárias, de direito consuetudinário e de práticas tradicionais.

As mais recentes eleições gerais para o parlamento marshallês foram realizadas em novembro de 2019. O parlamento eleito escolheu o presidente David Kabua, que tomou posse em 13 de janeiro de 2020, para mandato de quatro anos. Em declaração dias antes de sua posse, Kabua indicou como assuntos de relevância para seu mandato as mudanças climáticas, a renegociação da assistência financeira recebida dos EUA e o risco de vazamento no reservatório de dejetos radioativos na ilha de Runit ("Runit Dome" ou "Cactus Dome").

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM
MANILA**

Candidato
MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE
GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA

PERFIL DO CANDIDATO**Ministro de Primeira Classe Gilberto Fonseca Guimarães de Moura**

O Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães de Moura nasceu no Rio de Janeiro (RJ), em 12 de março de 1952. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1974, e em História pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB- DF) em 1990.

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1974. Nomeado Terceiro-Secretário em fins de 1975, ascendeu aos cargos de Segundo Secretário, em 1978, de Primeiro Secretário, em 1984, de Conselheiro, em 1992, de Ministro de Segunda Classe, em 1999, e de Ministro de Primeira Classe, em 2009. Foi aprovado no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (1997), defendendo a tese “A Polônia em Transição e a Configuração de um novo cenário Político e Econômico para o relacionamento com o Brasil”.

Na Secretaria de Estado exerceu as funções de: Assistente do Chefe da Divisão da África do Departamento da Ásia, África e Oceania (1975); Assessor do Chefe do Departamento do Pessoal (1985); Chefe da Divisão de Recursos Humanos (1986); Coordenador Executivo do Departamento do Serviço Exterior (1992); Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos (1998); Diretor, substituto, do Departamento de Organismos Internacionais (1999); Coordenador-Geral do Seguimento da Cúpula África-América do Sul e de Temas Multilaterais Africanos (2007); Coordenador-Geral do Seguimento da Cúpula América do Sul-Países Árabes (2007); Coordenador-Geral do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul-IBAS (2007); Sub-sherpa do colegiado BRICS (2008); Diretor do Departamento da Ásia e Oceania (2009); Diretor do Departamento de Mecanismos Inter-regionais (2010); e Diretor de Projeto da Secretaria-Geral – “Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Fluxo da Carreira de Diplomata” (2022).

No exterior, serviu na então República Democrática Alemã (1975-1980), no Canadá (1980-1983), na Bolívia (1983-1985), em Singapura (1989, em Missão Transitória), na França e na Polônia. Foi Ministro-Conselheiro na Missão Permanente do Brasil junto à UNESCO (2001-2003) e na República Federal da Alemanha (2003-2007). Coordenou o “Núcleo Damasco” durante a missão de resgate humanitário de nacionais brasileiros durante a Guerra do Líbano (2006). Designado, posteriormente, Embaixador do Brasil na República da Eslovênia, no Reino da Tailândia, e cumulativamente, na República Popular e Democrática do Laos e no Reino do Camboja, bem como Representante do Brasil junto à Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia e Pacífico

(ESCAP). Sua última chefia no exterior foi a do Consulado-Geral em Xangai, República Popular da China (2018-2022).

O Embaixador Gilberto de Moura recebeu as seguintes comendas: “Medalha do Mérito Santos Dumont” (1991); “Cruz Pro Ecclesia et Pontificia”, da Santa Sé (1992); “Ordem do Rio Branco” – grau de Grande Oficial (2000); Ordem do Mérito Militar da Aeronáutica (2015); e “Medalha Real de Reconhecimento da Cruz Vermelha Tailandesa” (2017).

SITUAÇÃO ENTRE O BRASIL E AS FILIPINAS

I – Relações diplomáticas

1. As relações diplomáticas entre o Brasil e as Filipinas foram estabelecidas em 1946 e são as mais antigas do País no Sudeste Asiático. A Embaixada das Filipinas no Brasil foi inaugurada em 1965. O Brasil instalou sua embaixada em Manila em 1970.
2. Registra-se número significativo de visitas filipinas de alto nível ao Brasil. A última visita presidencial ocorreu em 2009, com vinda da presidente Gloria Macapagal-Arroyo. Estiveram no Brasil: os secretários (ministros) de Negócios Estrangeiros, em 2007 e 2011; o secretário de Reforma Agrária, em 2013; e os secretários de Bem-Estar Social e de Agricultura, ambos em 2017.
3. Do lado brasileiro, nunca houve visita do chefe de Estado nem do chanceler. A última visita de nível ministerial e natureza bilateral data de 1979, quando o ministro das Minas e Energia, Shigeaki Ueki, esteve em Manila. Em 1988, o ministro da Cultura Celso Furtado participou em Manila de conferência internacional entre países que experimentavam, naquele momento, recentes processos de redemocratização.
4. Em 2006, foi estabelecido Mecanismo de Consultas Bilaterais, com periodicidade bienal e rotação de sede. A primeira reunião ocorreu em 2010, em Manila, e a sexta e mais recente, em junho de 2023, também na capital filipina.
5. Os dois países mantêm acordos sobre dispensa parcial de vistos e cooperação entre academias diplomáticas, além de memorando de entendimento sobre cooperação em defesa.
6. Em abril de 2023, foram concluídas as negociações de um acordo bilateral de cooperação técnica, iniciadas em 2018. Encontram-se em tratativas acordos de cooperação nas áreas de agricultura e turismo e em matéria penal. Há interesse em possível negociação de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).
7. Existem quatro iniciativas de cooperação técnica demandadas pelo governo filipino, nas seguintes áreas: cadeia produtiva da cana-de-açúcar, criação de tilápias, gado da raça girolando e cultura do sisal.
8. Em fevereiro de 2023, o Sr. Ministro das Relações Exteriores manteve encontro com seu homólogo filipino, Enrique Manalo, à margem da Conferência de Segurança de Munique.

II – Relação econômico-comercial

1. O comércio bilateral tem evoluído de maneira sustentada desde 2017 e há potencial de crescimento continuado. Em 2022, o intercâmbio comercial superou US\$ 1,84 bilhão (+10,2% e recorde histórico). As exportações atingiram US\$ 1,53 bilhão (+11,5%) e as importações, US\$ 314 milhões (+4,6%), resultando, portanto, em saldo de US\$ 1,21 bilhão para o Brasil, que mantém, assim, sua tradicional posição superavitária no comércio bilateral.
2. A pauta exportadora é concentrada em minério de ferro (26%), seguido por carnes de aves (19%), de gado (18%) e de suínos (11%). Os principais produtos importados são componentes eletrônicos (26%), máquinas para escritórios (15%), máquinas de processamento de dados (11%) e monitores (6,5%).
3. O Brasil desempenha papel relevante para a segurança alimentar filipina, sendo um dos principais fornecedores de proteína animal do país (1º em carne bovina, 1º em

carne de aves e 3º em carne suína). Em 2022, o valor das três proteínas somadas (US\$ 728 milhões) superou, pela primeira vez, o das vendas de minério de ferro.

- 4 Há, atualmente, 54 estabelecimentos brasileiros habilitados a exportar proteína animal para o país, com cerca de 120 novos pleitos já apresentados e aguardando habilitação. Estão em curso negociações para a assegurar que a transição do atual regime de habilitações planta-a-planta, com inspeções *in loco*, para regime de habilitação automático (reconhecimento de equivalência de sistemas de controle sanitário ou "*pre-listing*") ocorra sem prejuízo dos estabelecimentos já habilitados.
- 5 O setor de produtos de defesa tem adquirido maior relevância no comércio bilateral em anos recentes. Em outubro de 2020, a EMBRAER entregou seis Super Tucanos A-29 à Força Aérea filipina, e o país tem sinalizado interesse em adquirir novos lotes. As Forças Armadas das Filipinas estão em processo de aquisição também de blindados Guarani, fabricados pela IVECO. O grupo Taurus CBC é fornecedor regular de armas leves e munições às Forças Armadas e polícias das Filipinas, tendo vencido várias licitações.

III – Cooperação

- Cooperação em Biocombustíveis

- 1 As Pastas de energia do Brasil e Filipinas assinaram, em 2009, Memorando de Entendimento sobre Cooperação na área de bioenergia. Desde então, foram iniciadas ações de cooperação voltadas ao compartilhamento da experiência brasileira em biocombustíveis. Há interesse mútuo em renovar o instrumento, expirado em 2019.
- 2 Desde 2006, as Filipinas dispõem de legislação para promover o uso de biocombustíveis, inspirada na experiência brasileira, por meio de incentivos fiscais e de mandatos de mistura percentual para etanol e biodiesel nos combustíveis. O governo filipino anunciou o objetivo de triplicar a capacidade instalada de fontes renováveis até 2030.
- 3 No âmbito da cooperação técnica bilateral em biocombustíveis, foi realizada, em janeiro de 2023, visita técnica filipina à região sucroalcooleira de São Paulo, em missão integrada por representantes de governo, indústria e agricultores da lavoura açucareira. A etapa seguinte consistirá no envio de missão técnica brasileira às Filipinas, agendada para agosto próximo, a qual buscará conhecer o estágio do setor sucroalcooleiro naquele país, com a finalidade de desenhar conjuntamente projeto de cooperação que responda aos interesses dos dois países.
- 4 No plano multilateral, as Filipinas são um dos países fundadores da Plataforma para o Biofuturo, lançada sob a liderança do Brasil durante a 22ª. Conferência sobre Mudança do Clima de Marraquexe, em 2016 (COP 22).

- Cooperação em Defesa

O Ministério da Defesa do Brasil e o Departamento de Defesa Nacional das Filipinas assinaram, em julho de 2022, Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Defesa. O instrumento prevê a possibilidade de negociação de arranjos de implementação, subsidiários ao Memorando de Entendimento, em temas de interesse comum, tais como comércio de materiais e equipamentos de defesa. Em 2022, o Brasil esteve presente na 4ª edição da Conferência de Defesa e Segurança ("Asian Defense & Security - ADAS 2022"), principal feira de defesa das Filipinas,

promovida pelo Departamento de Defesa Nacional, pelas Forças Armadas e pela Polícia Nacional. A EMBRAER participou da Conferência com stand próprio.

- Cooperação Aeroespacial

Durante os preparativos para a VI Reunião do Mecanismo de Consultas Bilaterais (VI BCM), realizada em junho de 2023, o Departamento dos Negócios Estrangeiros das Filipinas propôs discussão sobre Memorando de Entendimento entre as agências espaciais filipina (PhilSA) e brasileira (AEB). Consultada, a AEB manifestou interesse em estabelecer contato com sua contraparte filipina com vistas a conhecer melhor a proposta.

- Cooperação Humanitária

Em dezembro de 2021, as regiões de Visayas e Mindanao foram atingidas pelo tufão Odette, considerado um dos piores desastres naturais na história recente do país. Em fevereiro de 2022, o Brasil, por intermédio da ABC, fez doação humanitária de US\$ 100 mil para assistência às necessidades mais prementes, em operação canalizada pelo Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA).

IV – Temas culturais

Restrições nas Filipinas em razão da COVID-19 impediram a realização de eventos presenciais nos últimos anos, quando centros culturais tiveram de permanecer fechados e festivais foram cancelados. Em temas culturais, a embaixada concentrou-se em expandir a presença nas mídias digitais para divulgação da língua e da cultura brasileiras. Participou também de seminários e debates de natureza acadêmico-cultural no contexto das celebrações do quinto centenário da passagem da expedição de Fernão de Magalhães pelo arquipélago filipino, marcando a primeira circum-navegação do planeta.

V – Temas consulares

O total de cidadãos brasileiros residentes nas Filipinas, em junho de 2023, era de 263 pessoas. Grande parte dos nacionais - mais de 70% - reside em Manila, prevalecendo missionários, trabalhadores de empresas transnacionais, cônjuges e companheiros de filipinos, e modelos. O setor consular da embaixada atende expressivo número de marinheiros filipinos, que representam contingente relevante da indústria marítima. Inexiste caso de brasileiros detidos no sistema carcerário filipino.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹

VISÃO

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior;
3. Promover serviços consulares de qualidade;
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais;
6. Intensificar a promoção dos produtos, da tecnologia, da imagem e da cultura brasileiros;
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior;
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

MAPA ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA EM MANILA

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência, capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, ao promover e administrar, com integridade e visão global, as

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos baseia-se no PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

relações do Brasil com as Filipinas, em todos os seus âmbitos e níveis; ao defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros nas Filipinas por intermédio de atuação diplomática de excelência; e prestar contas ao governo brasileiro, aos entes federados interessados, ao Congresso Nacional e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações do Brasil com aquele país.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com insumos para o planejamento e a execução com excelência da política externa definida pelo Senhor Presidente da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com as Filipinas, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro que resida ou visite o país asiático.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Consolidar a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado filipino e a parceria com as Filipinas no nível político, contribuindo assim para a prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover a imagem do Brasil nas Filipinas;
3. Oferecer serviços consulares com qualidade e rapidez para a comunidade brasileira;
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais;
5. Fortalecer as relações com as Filipinas e com blocos regionais, em particular com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual Filipinas é membro-fundador;
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros nas Filipinas;
7. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Incrementar e diversificar o comércio do agronegócio com as Filipinas

- *Organização de reuniões de alto nível, ministerial e/ou de Secretários-Executivos e assemelhados, inclusive no campo sanitário, para promover o diálogo com suas contrapartes filipinas;*

- *Realização de gestões contínuas junto ao governo das Filipinas, para viabilizar visitas técnicas, presenciais ou virtuais, a estabelecimentos brasileiros, com vistas a habilitá-los para exportar ao mercado filipino;*
- *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos do agronegócio, em particular industrializados e de valor agregado, bem como de potenciais importadores;*
- *Realização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de expansão no mercado filipino, como carnes, milho, soja, café, algodão, assim como maquinário agrícola, entre outros;*
- *Promoção do diálogo e realização de palestras dirigidas a associações empresariais do agronegócio brasileiro;*
- *Interlocução com os principais importadores filipinos de produtos do agronegócio, entre outros atores locais relevantes;*
- *Avaliação de interesse e necessidade de eventual criação de adidânciaria agrícola na Embaixada.*

2) Promover maior abertura do mercado filipino para a exportação pelo Brasil de carnes avícola, bovina e suína e acompanhar a implementação de sistema de certificação eletrônica para esses e outros produtos de origem animal e vegetal

- *Apoio técnico, organizacional e logístico às negociações entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e as autoridades sanitárias e fitossanitárias filipinas;*
- *Manutenção de diálogo permanente com o governo filipino e suas autoridades competentes no campo dos produtos do agronegócio brasileiro.*

3) Promover a exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado ao mercado filipino

- *Apoio à realização de missões empresariais de lado a lado;*
- *Realização de eventos de promoção comercial de produtos da indústria nacional, tais como aviação civil, produtos de defesa, autopeças, máquinas e equipamentos do setor agrícola e produtos da agroindústria, em consulta junto a associações setoriais e à ApexBrasil;*
- *Atividades de inteligência comercial voltadas à identificação de novos nichos e oportunidades de exportação de bens industrializados;*
- *Avaliação do atual dimensionamento do Setor Comercial da Embaixada e fomento às atividades de promoção comercial.*

4) Apoiar a projeção internacional do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação nas Filipinas

- *Mapeamento de ambientes promotores da inovação;*
- *Promoção da imagem do Brasil como nação inovadora e de maior engajamento entre parceiros brasileiros e filipinos, por meio de eventos de promoção e apoio a missões de lado a lado, entre outros;*
- *Mobilização de eventual diáspora científica brasileira nas Filipinas;*

- *Ampliação, estruturação e fortalecimento do Setor de Ciência, Tecnologia e Inovação da embaixada e implementação do Programa de Diplomação da Inovação (PDI).*

5) Estimular investimentos filipinos no Brasil

- *Ações de promoção de oportunidades de investimentos no Brasil, ao amparo do Programa de Parceria de Investimentos (PPI);*
- *Diálogo com altos executivos potencialmente interessados em investimentos setoriais específicos;*
- *Ações de apoio entre empresas brasileiras e filipinas para a realização de joint ventures;*
- *Gestões junto ao governo filipino sobre possível negociação de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), visando estimular a agenda de investimentos.*

6) Fomentar a aproximação entre o Brasil e a ASEAN e entre o MERCOSUL e a ASEAN

- *Acompanhamento e participação nas iniciativas do Brasil na qualidade de Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN;*
- *Elaboração de informações regulares sobre oportunidades de negócios no âmbito da ASEAN;*
- *Elaboração de subsídios sobre as perspectivas de inclusão da ASEAN nos debates nacionais e mercosulinos relativos à ampliação de acordos comerciais extrazona;*
- *Fomento e participação em diálogos com embaixadores do MERCOSUL e da ASEAN residentes em Manila, em temas de interesse compartilhado.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de promoção do comércio do agronegócio

(Nº de gestões realizadas junto a entidades setoriais, reuniões de alinhamento com a ApexBrasil, ações aprovadas e realizadas durante a gestão / Nº de gestões realizadas, reuniões de alinhamento com a ApexBrasil, ações aprovadas e realizadas na gestão anterior) x 100. Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

2) Índice de abertura do mercado filipino para exportação de carnes

(Nº de gestões realizadas junto a autoridades sanitárias e fitossanitárias filipinas para habilitação de exportadores brasileiros / Nº de gestões junto a autoridades sanitárias e fitossanitárias filipinas para habilitação de exportadores brasileiros realizadas na gestão anterior) x 100. Resultados estão relacionados a decisões do governo filipino.

3) Índice de acesso ao mercado filipino de produtos de maior valor agregado

(Nº de gestões junto ao governo das Filipinas e junto a importadores locais com vistas a estimular a exportação de produtos de maior valor agregado às Filipinas durante a gestão + número de atendimentos a empresas brasileiras exportadoras e filipinas importadoras / Nº de gestões junto ao governo filipino e junto a importadores locais com vistas a estimular a exportação de produtos de maior valor

agregado às Filipinas + número de atendimentos a empresas brasileiras exportadoras e filipinas importadoras, caso aplicável, durante a gestão anterior) x 100. Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

4) Índice de ações de promoção em ciência, tecnologia e inovação

(Nº de ações de promoção em ciência, tecnologia e inovação durante a gestão / Nº de ações de promoção em ciência, tecnologia e inovação durante a gestão anterior) x 100.

5) Índice de investimentos externos filipinos no Brasil

(Nº de gestões junto a empresas locais e ao governo filipino (no caso de estatais), articulação com a ApexBrasil e realização de atividades de promoção de investimentos no Brasil durante a gestão / Nº de gestões junto a empresas locais e ao governo filipinos (no caso de estatais), articulação com a ApexBrasil e realização de atividades de promoção de investimentos no Brasil durante a gestão anterior) x 100. Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

6) Número de reuniões, gestões e outras ações sobre cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a ASEAN e entre o MERCOSUL e a ASEAN durante a gestão.

(Nº de participação em reuniões, gestões e outras ações sobre cooperação econômico-comercial entre o Brasil (ou MERCOSUL) e a ASEAN realizadas durante a gestão / N° de participação em reuniões, gestões e outras ações sobre cooperação econômico-comercial entre o Brasil (ou MERCOSUL) e a ASEAN realizadas na gestão anterior) x 100.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Contribuir para o fortalecimento do diálogo diplomático entre Brasil e Filipinas, por meio de mecanismos bilaterais de alto nível, concomitantemente ao adensamento de visitas oficiais de lado a lado

- *Apóio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras às Filipinas e vice-versa, especialmente aquelas de mais alto nível, as quais possuem elevado potencial para incrementar as relações bilaterais;*
- *Apóio substantivo e protocolar para a realização das reuniões do Mecanismo de Consultas Bilaterais;*
- *Apóio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e filipinos, em formato presencial ou virtual;*
- *Apóio a visitas de autoridades brasileiras às Filipinas e de autoridades filipinas ao Brasil, inclusive dos poderes Legislativo e Judiciário e dos entes federativos.*

2) Conservar a interlocução entre as duas chancelarias

- *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo filipino, por meio do Departamento de Assuntos Exteriores (DFA) das Filipinas;*

- *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Filipinas, quando cabível.*

3) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa das Filipinas

- *Elaboração regular de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa das Filipinas, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, comércio e investimentos, inovação e tecnologia, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros;*
- *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros;*
- *Realização de visitas/reuniões/encontros/eventos envolvendo observadores e atores políticos locais com participação da Embaixada.*

4) Incrementar o diálogo parlamentar bilateral

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos de parlamentares brasileiros e filipinos;*
- *Apoio a iniciativas/projetos conjuntos de parlamentares brasileiros e filipinos;*
- *Apoio a atividades do Grupo Parlamentar Brasil-República das Filipinas da Câmara dos Deputados.*

5) Intensificar a paradiplomacia e a cooperação entre entidades subnacionais brasileiras e filipinas

- *Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre representantes de entes federados brasileiros e filipinos;*
- *Apoio à negociação de acordos de irmanação entre regiões e municípios brasileiros e filipinos;*
- *Apoio a demais iniciativas/projetos conjuntos entre entidades subnacionais brasileiras e filipinas.*

6) Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral e MERCOSUL-Filipinas

- *Gestões junto ao governo filipino para negociação de acordos de interesse brasileiro;*
- *Informação e análise de eventuais propostas do governo filipino para a negociação de acordos bilaterais ou no âmbito do MERCOSUL;*
- *Subsídios ao diálogo com o Congresso Nacional sobre a importância de análise de acordos bilaterais já assinados e eventualmente ainda não ratificados pelo lado brasileiro;*
- *Subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros sobre a importância da mais pronta resposta possível a propostas realizadas pelo lado filipino.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de realização de reuniões em mecanismos bilaterais

(Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas durante a gestão / Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas na gestão anterior) x 100

2) Índice de interlocução com a chancelaria filipina

(Número de gestões junto à chancelaria filipina, durante a gestão/Número de gestões junto à chancelaria filipina, na gestão anterior) x 100

3) Número de telegramas do posto sobre temas de política interna e externa das Filipinas, bem como sobre outros assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano

4) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre parlamentares brasileiros e filipinos

5) Número de reuniões, presenciais e virtuais, entre representantes de entes federados brasileiros e filipinos

6) Número de acordos concluídos durante a gestão

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Contribuir para a maior aproximação do Brasil com a ASEAN, no âmbito da Parceria de Diálogo Setorial com a Associação

- *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo filipino sobre a ASEAN;*
- *Elaboração de materiais de registro e análise que auxiliem o governo brasileiro a manter-se informado sobre interesses e oportunidades junto à ASEAN;*
- *Prestação de apoio a processos de negociação de cooperação técnica entre o Brasil e as Filipinas, nas áreas definidas como prioritárias na Parceria de Diálogo Setorial com a ASEAN.*

2) Contribuir para a atuação do Brasil em organismos multilaterais que contam com as Filipinas entre seus membros

- *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação das Filipinas em temas da pauta regional e internacional;*
- *Elaboração de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelas Filipinas em foros multilaterais, inclusive na Organização das Nações Unidas e seus órgãos, agências e programas especializados, tais como o Conselho de Direitos Humanos, a OMC, a OMS, a UNESCO, a AIEA, o PNUD e o PNUMA;*

- *Diálogo com representantes governamentais filipinos sobre iniciativas e projetos de resolução ou de decisões de organismos multilaterais sobre assuntos de potencial interesse mútuo.*
- 3) **Contribuir para o fortalecimento do diálogo Brasil-Filipinas em fóruns multilaterais, como forma de alavancar a cooperação bilateral com as Filipinas**
- *Realização de gestões e apoio a encontros de alto nível à margem de reuniões ministeriais e reuniões de cúpula;*
 - *Manutenção de diálogo com interlocutores do governo filipino sobre fóruns de diálogos multilaterais ou plurilaterais que contam as Filipinas como membro.*
- 4) **Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais que contam com as Filipinas entre seus membros.**
- *Realização de gestões para buscar o apoio do governo das Filipinas a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) **Número de expedientes telegráficos e gestões do posto sobre o tema ASEAN por ano**
- 2) **Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas multilaterais por ano**
- 3) **Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais**
- 4) **Índice de apoio filipino a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais**
(Nº de indicações positivas de apoio filipino a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais no ano / Nº de solicitações brasileiras apresentadas à parte filipina para apoio a candidaturas a organismos multilaterais no ano) x 100

IV - Promoção da imagem do Brasil, da cultura brasileira e do turismo

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) **Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade filipina e diversificar as referências culturais brasileiras para além de manifestações já consagradas**
 - *Apoio à difusão do português e da cultura brasileira;*
 - *Apoio à organização regular de festival de cinema brasileiro e à inserção brasileira em outros festivais de cinema;*
 - *Promoção de eventos de música e dança brasileira, clássica e popular, e apoio a festivais que contem com a participação de músicos brasileiros;*
 - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua local, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o país;*

- *Fomento à criação de atividades culturais que envolvam a língua portuguesa, como concurso de tradução;*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
- *Fomento à ida de artistas brasileiros conhecidos nas Filipinas para realizarem apresentações;*
- *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira junto ao público local, incluindo conservatórios;*
- *Avaliação da conveniência e oportunidade de incentivar a criação de programa de rádio para a difusão da cultura brasileira.*

2) Promover a indústria cultural e criativa brasileira

- *Diversificar as ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação e cocriação;*
- *Apoio à divulgação da gastronomia, do design e da arquitetura nacional.*

3) Promover o Brasil como destino turístico de viajantes filipinos

- *Participação brasileira em grandes feiras de turismo nas Filipinas, em cooperação com a EMBRATUR;*
- *Apoio a estudos de mapeamento de destinos turísticos de interesse para turistas filipinos no Brasil, tornando sua divulgação mais efetiva;*
- *Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo das Filipinas.*

4) Intensificar a promoção da imagem do Brasil

- *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial para divulgação de produtos brasileiros (vide item I.i.3) ou com atividades culturais específicas.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Índice de realização de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros**
(Número de eventos organizados pelo posto na gestão / Número de eventos na gestão anterior) x 100
- 2) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 3) Número de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão**
- 4) Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa**
Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões realizadas durante a gestão

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) **Promover a cooperação com as Filipinas em áreas já identificadas e prospectar novas oportunidades de cooperação em meio ambiente, desenvolvimento sustentável, energias renováveis (biocombustíveis), bem como na área de manejo florestal sustentável, inclusive em parceria com terceiros países**
 - *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de biocombustíveis (etanol), de energias limpas, de eficiência energética, e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
 - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento de energias renováveis;*
 - *Participação brasileira em eventos nas Filipinas ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável;*
 - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
 - *Apoio a diálogo entre especialistas filipinos e brasileiros para troca de experiências em matéria de conservação, monitoramento e combate ao desmatamento e à degradação florestal.*
- 2) **Fortalecer diálogo com o governo filipino sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris**
 - *Elaboração de materiais de registro e análise sobre os desdobramentos do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima e dos compromissos assumidos pelas Filipinas no âmbito do Acordo de Paris e na implementação do Protocolo de Quioto, ambos sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC);*
 - *Análise dos impactos ambientais e políticos dos efeitos da mudança do clima nas Filipinas, como aumento da frequência e duração de eventos extremos como tempestades, enchentes e alagamentos, entre outros;*
 - *Incentivo ao estabelecimento de diálogo entre negociadores filipinos e brasileiros sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris e estímulo ao diálogo e concertação antes de grandes eventos internacionais relacionados ao enfrentamento da mudança do clima.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de realização de reuniões e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**
- 2) **Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano**

VI - Cooperação técnica

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) **Promover a cooperação técnica com as Filipinas em áreas já identificadas e prospectar oportunidades de cooperação técnica em novas áreas, tais como agropecuária, energias limpas e renováveis, tecnologias de informação e comunicações, entre outras**
- *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação técnica em agricultura, saúde e tecnologia, assim como prospectar a possibilidade de novas áreas para cooperação;*
 - *Apoio à conclusão de acordo bilateral de cooperação técnica.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) **Número de reuniões e gestões bilaterais sobre cooperação técnica realizadas durante a gestão e eventual identificação de novas áreas para cooperação.**

VII - Cooperação em educação, saúde e defesa

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) **Promover a variante brasileira da língua portuguesa**
- *Apoio à difusão da variante brasileira da língua portuguesa e da difusão da cultura brasileira, por meio de ações variadas, incluindo apoio à tradução de obras literários e de outras áreas do conhecimento;*
 - *Apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância) e ações de estímulo ao seu uso como língua de herança por parte da diáspora brasileira.*
- 2) **Ampliar o diálogo com as Filipinas para o desenvolvimento, produção e aquisição de vacinas, medicamentos e equipamentos médicos, com especial ênfase no enfrentamento de novas pandemias**
- *Monitoramento dos avanços realizados pelas Filipinas em matéria de desenvolvimento de vacinas, medicamentos e equipamento médico em geral e, sobretudo, no contexto de enfrentamento de pandemias;*
 - *Apoio à interlocução construtiva do governo filipino com autoridades sanitárias brasileiras;*
 - *Identificação de outras possibilidades de cooperação no combate a pandemias, como importação de medicamentos e equipamentos de proteção individual;*
 - *Apoio a entes federativos e autoridades brasileiras que venham a buscar informações sobre o tema ou que manifestem interesse em cooperar com parceiros filipinos para a aquisição ou produção de vacinas, medicamentos e material médico-hospitalar.*

- 3) **Contribuir para o fortalecimento da cooperação bilateral em Defesa**
 - *Apoio ao contato e à interlocução entre autoridades de defesa dos dois países;*
 - *Divulgação, junto aos setores interessados do governo filipino, de informações sobre materiais de defesa produzidos pelo Brasil;*
 - *Elaboração, para o governo brasileiro, de relatórios de registro e análise sobre a atuação e o funcionamento do setor de defesa filipino;*
 - *Prestação de apoio a processos de negociação de eventuais acordos, memorandos de entendimento ou arranjos de implementação bilaterais no setor de defesa, quando cabível;*
 - *Avaliação de eventual criação de adidânciada Defesa na Embaixada e proposta de alterações, caso necessário.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

1) **Promover a variante brasileira da língua portuguesa**

Número de ações realizadas para produção de material com a variante brasileira do português.

2) **Ampliar o diálogo com as Filipinas para o desenvolvimento, produção e aquisição de vacinas, medicamentos e equipamentos médicos, com especial ênfase no enfrentamento de novas pandemias**

Número de reuniões, gestões e outras ações do posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão

3) **Contribuir para o fortalecimento da cooperação bilateral em Defesa**

Número de contatos com autoridades de Defesa das Filipinas e ações de promoção de produtos de Defesa durante a gestão

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1) **Atualizar o mapeamento da comunidade brasileira nas Filipinas**

2) **Ampliar o apoio à comunidade brasileira residente nas Filipinas**

- *Ampliação de canais de apoio consular e ampliação da difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio do portal consular do Itamaraty, seja no quadro de campanhas de promoção ao turismo;*
- *Avaliação da criação de Conselho de Cidadãos Brasileiros nas Filipinas, caso haja efetivo interesse e disposição dos brasileiros residentes.*

3) **Implantar sistema e-consular, de modo a permitir maior agilidade na prestação dos serviços consulares**

- *Otimização do atendimento ao público, por meio da implantação do sistema e-consular, que permitirá a oferta de serviços consulares digitais ao cidadão, além de aferir o nível de satisfação do consulente com o atendimento.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Atualizar o mapeamento da comunidade brasileira nas Filipinas

Consulta de entradas e partidas de nacionais brasileiros junto a autoridades imigratórias filipinas, bem como de contatos de nacionais brasileiros com o Setor Consular da Embaixada.

2) Índice de reclamações do consulente

(Nº de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano por meio de canal de ouvidoria / Nº de manifestações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano anterior por meio de canal de ouvidoria) x 100

3) Duração do atendimento no guichê

Somatório do tempo total de atendimento em guichês / total de chamadas para atendimento

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
DA EMBAIXADA DO BRASIL EM MANILA – CUMULATIVIDADES**

**CANDIDATO: MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GILBERTO FONSECA
GUIMARÃES DE MOURA**

PERFIL DO CANDIDATO



Embaixador Gilberto F. G. de Moura

O Embaixador Gilberto Fonseca Guimarães de Moura nasceu no Rio de Janeiro, em 12 de março de 1952. Graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1974 e em História pelo Centro Universitário de Brasília (CEUB) em 1990.

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1974. Nomeado Terceiro-Secretário em fins de 1975, ascendeu aos cargos de Segundo Secretário, em 1978, de Primeiro Secretário, em 1984, de Conselheiro, em 1992, de Ministro de Segunda Classe, em 1999, e de Ministro de Primeira Classe, em 2009. Foi aprovado no Curso de Altos Estudos (CAE) do Instituto Rio Branco (1997), defendendo a tese *“A Polônia em Transição e a Configuração de um novo cenário Político e Econômico para o relacionamento com o Brasil”*.

Na Secretaria de Estado exerceu as funções de: Assistente do Chefe da Divisão da África do Departamento da Ásia, África e Oceania (1975); Assessor do Chefe do Departamento do Pessoal (1985); Chefe da Divisão de Recursos Humanos (1986); Coordenador Executivo do Departamento do Serviço Exterior (1992); Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos (1998); Diretor, substituto, do Departamento de Organismos Internacionais (1999); Coordenador-Geral do Seguimento da Cúpula África-América do Sul e de Temas Multilaterais Africanos (2007); Coordenador-Geral do Seguimento da Cúpula América do Sul-Países Árabes (2007); Coordenador-Geral do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul-IBAS (2007); *Sub-sherpa* do colegiado BRICS (2008); Diretor do Departamento da Ásia e Oceania (2009); Diretor do Departamento de Mecanismos Inter-regionais (2010); e Diretor de Projeto da Secretaria-Geral – “Coordenador do Grupo de Trabalho sobre Fluxo da Carreira de Diplomata” (2022).

No exterior, serviu na então República Democrática Alemã (1975-1980), no Canadá (1980-1983), na Bolívia (1983-1985), em Singapura (1989, em Missão Transitória), na França e na Polônia. Foi Ministro-Conselheiro na Missão Permanente do Brasil junto à UNESCO (2001-2003) e na República Federal da Alemanha (2003-2007). Coordenou o “Núcleo Damasco” durante a missão de resgate humanitário de nacionais brasileiros na Guerra do Líbano (2006).

Designado, posteriormente, Embaixador do Brasil na República da Eslovênia, no Reino da Tailândia, e cumulativamente, na República Popular e Democrática do Laos e no Reino do Camboja, bem como Representante do Brasil junto à Comissão Econômica e Social da ONU para a Ásia e Pacífico (ESCAP). Sua última chefia no exterior foi a do Consulado-Geral em Xangai, República Popular da China (2018-2022).

O Embaixador Gilberto de Moura recebeu as seguintes comendas: “Medalha do Mérito Santos Dumont” (1991); “Cruz Pro Ecclesia et Pontificia”, da Santa Sé (1992); “Ordem do Rio Branco” – grau de Grande Oficial (2000); Ordem do Mérito Militar da Aeronáutica (2015); e “Medalha Real de Reconhecimento da Cruz Vermelha Tailandesa” (2017).

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E ILHAS MARSHALL, PALAU E MICRONÉSIA
(elaborado pelo Embaixador Antonio José Maria de Souza e Silva, antecessor do candidato)

Introdução

Com pequenas populações e economias largamente dependentes de apoio externo e do setor turístico, os países insulares do bloco micronésio - Palau, Ilhas Marshall e Micronésia - priorizam a agenda de mudança do clima e têm relativamente baixa densidade no relacionamento com países fora do eixo Pacífico. Seus principais parceiros são, especialmente, Estados Unidos, China, Japão e Austrália. Os três países foram duramente afetados pela pandemia da Covid-19, com o prolongado fechamento de suas fronteiras. Não obstante, foram alguns dos primeiros países a iniciar suas campanhas de imunização.

O Brasil mantém interlocução regular com as Embaixadas de Palau em Manila e com o Ministério de Estado de Palau, bem como com as chancelarias de Ilhas Marshall e Micronésia sobre temas de protocolo e, sobretudo, gestões e intercâmbio sobre candidaturas a organismos multilaterais.

No plano geoestratégico, merecem especial acompanhamento relações diferenciadas desses países do Pacífico com China (Micronésia) e Taiwan (Palau e Ilhas Marshall), além das tratativas para a renovação do Tratado de Livre Associação (*Compact of Free Association*) com os Estados Unidos, que permanecem responsáveis pelo provimento da defesa desses três países. Washington renegociou, em 2023, seus acordos com Palau e Micronésia; seguem pendentes de finalização as tratativas com as Ilhas Marshall.

Outro aspecto notável consiste na observação sobre o discurso desses países diante do risco existencial dos efeitos da mudança do clima. Há potencial de maior diálogo em temas como desarmamento, sustentabilidade e mudança do clima, bem como de coordenação no âmbito de organismos como o Conselho de Direitos Humanos (CDH) e a Organização Marítima Internacional (IMO).

Os três países são democracias estáveis, com sistemas representativos, e realizam eleições regulares a cada quatro anos. As próximas eleições previstas serão nas Ilhas Marshall, em novembro de 2023. Os atuais presidentes de Palau e Micronésia tomaram posse, respectivamente, em janeiro de 2021 e maio de 2023.

Cooperação

O Brasil tem oportunidade de estreitar significativamente a pauta de seu relacionamento bilateral, por meio da negociação, já em curso, de Acordos de Cooperação Técnica, apresentados a Palau e Ilhas Marshall. Áreas potenciais de diálogo são, entre outras, cooperação técnica sobre saúde, em particular doenças tropicais; educação; programas de transferência de renda; pesca sustentável; e proteção da biodiversidade. Diante da recorrência de fenômenos naturais adversos, a cooperação humanitária é também campo de possível atuação brasileira.

Relação econômico-comercial

Na esfera econômica e comercial, os países possuem mercados modestos (a população somada dos três países é inferior a 200 mil habitantes). Ainda assim, cumpre ressaltar um expressivo fluxo de comércio com as Ilhas Marshall, que figuram como segundo parceiro comercial do Brasil na Oceania, depois apenas da Austrália. Com efeito, com exportações de petróleo brasileiro

superiores a US\$ 400 milhões em 2022, as Ilhas Marshall despontam à frente de outros países com maior economia e população na região. De modo geral, outras exportações brasileiras para esses mercados estão concentradas em comestíveis de carne, preparados e preservados; bebidas não-alcóolicas; e produtos hortícolas refrigerados. Não há registro significativo de importações originárias desses países.

Assuntos consulares

Não há registro formal de cidadãos brasileiros radicados nos países das cumulatividades, nem demandas de auxílio recebidos, nos últimos anos, pelo setor consular do Posto.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE¹

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior
3. Prestar serviços consulares de qualidade
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (cumulatividades)

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Contribuir para promover os interesses do Brasil e dos brasileiros na República das Ilhas Marshall, nos Estados Federados da Micronésia e na República de Palau, por meio de uma ação diplomática de excelência dirigida a identificar e explorar oportunidades de aproximação entre os países e superar desafios que afetem interesses brasileiros.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MISSÃO DO POSTO

Propor e executar ações que promovam as diretrizes da política externa brasileira nas relações bilaterais com República das Ilhas Marshall, os Estados Federados da Micronésia e a República de Palau, sempre atento ao imperativo do desenvolvimento nacional e da defesa dos interesses do Brasil e dos brasileiros no exterior

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO (cumulatividades)

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover produtos e serviços brasileiros nas Ilhas Marshall, Micronésia e Palau – mantendo em mente a dimensão reduzida dos mercados desses países.
3. Buscar diálogo com autoridades das Ilhas Marshall, Micronésia e Palau sobre meio ambiente, segurança alimentar e combate à mudança do clima, temas prioritários para esses países insulares.
4. Promover a imagem e a cultura do Brasil nas Ilhas Marshall, Micronésia e Palau.
5. Promover serviços consulares de qualidade aos cidadãos brasileiros que eventualmente se encontrem nas Ilhas Marshall, Micronésia e Palau (não há informações precisas ou estimativas confiáveis do número ou não há registro de brasileiros nesses países).
6. Explorar mecanismos de cooperação técnica pelos quais o Brasil possa compartilhar soluções e práticas exitosas em diferentes áreas em benefício das Ilhas Marshall, Micronésia e Palau.
7. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Incrementar e diversificar o comércio bilateral

- *O comércio bilateral do Brasil com Micronésia e Palau é modesto, mas podem ser buscadas oportunidades. O Brasil exporta para os dois arquipélagos principalmente petróleo e conservas de carne bovina e suína. Será proposta a elaboração de estudos e análises que permitam aumentar a corrente bilateral de comércio entre o Brasil e os dois países.*
- *No caso das Ilhas Marshall, realidade distinta se apresenta. Com efeito, trata-se do segundo maior parceiro comercial do Brasil na Oceania, atrás apenas da Austrália. Para efeitos de comparação, as vendas do Brasil à Nova Zelândia – país de alta renda com 5 milhões de habitantes – têm estado em torno de US\$ 80 milhões ao ano. Em 2022, ocorreu o pico histórico do intercâmbio comercial com*

as Ilhas Marshall. O Brasil exportou US\$ 423 milhões àquele país insular. Ainda que 97% dessas vendas sejam representados por petróleo, observa-se que o aumento vem sendo acompanhado pelo incremento de exportações brasileiras de outros produtos, como água mineral, carnes bovina, suína e de frango, tintas e vernizes, cigarros, arroz e outros, o que sugere efeito positivo das vendas de petróleo sobre as exportações em geral. Os 3% das vendas brasileiras desses produtos alcançam US\$ 14 milhões, o que excede as vendas do Brasil para todos os demais Estados insulares do Pacífico somados. A população das Ilhas Marshall é de cerca de 42 mil indivíduos. Sugere-se buscar oportunidades de incrementar o valor e a variedade de produtos vendidos àquele país.

- Trabalhar em parceria com a Secretaria de Estado de Relações Exteriores para avaliar mercados a ser explorados e incrementar o comércio bilateral em relação às Ilhas Marshall, Micronésia e Palau, tendo em consideração o interesse em promover produtos e serviços de alto valor agregado originários do Brasil.
- Avançar negociações para abertura dos mercados das Ilhas Marshall, da Micronésia e de Palau para mais produtos agropecuários brasileiros. O Brasil já exporta a esses países produtos como carne de frango, conservas de carne bovina e açúcar. Encontram-se em negociação com Ilhas Marshall e Micronésia propostas de Certificado Sanitário Internacional (CSI) para carne, produtos cárneos e miúdos de aves.
- Avaliar apoio a missões empresariais da Embraer para divulgar as aeronaves da empresa como opções para a aviação regional dos três países. Ilhas Marshall, Micronésia e Palau estão situados em região com territórios esparsos no Oceano Pacífico. A aviação adquire, portanto, particular relevância na conectividade entre esses países e dentro deles, o que favoreceria a promoção de aeronaves brasileiras. Recorda-se que, em 2020, a companhia Air Kiribati adquiriu jatos da empresa brasileira.
- A fim de contribuir para a promoção da imagem do produto e do serviço brasileiros, realizar ações de divulgação da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de serviços de inteligência comercial prestados pela Embaixada
- 2) Número de encontros e reuniões com empresas e associações de comércio
- 3) Números de eventos (seminários, webinários, palestras, feiras, exposições, rodadas de negócio, entre outros) organizados pela ou com a participação da Embaixada
- 4) Número de consultas atendidas de promoção comercial, inteligência comercial e/ou reclamação comercial, de empresas brasileiras e das Ilhas Marshall, Micronésia e Palau, bem como de associações setoriais, federações regionais, confederações, da Apex-Brasil e outras entidades do setor privado
- 5) Número de atuações da Embaixada para a promoção da qualidade, sustentabilidade e capacidade inovadora da economia brasileira, sob forma de publicações, mídia social, entrevistas, palestras, painéis, ou outro formato.
- 6) Número de relatórios de acompanhamento da economia das Ilhas Marshall, Micronésia e Palau e da balança comercial com o Brasil produzidos pela Embaixada

- 7) **Número de atendimentos a consultas** telefônicas, por e-mail, por meios eletrônicos oficiais ou presenciais
- 8) **Número de cursos de capacitação e treinamento**
- 9) **Número de publicações** elaboradas (estudos, boletins, revistas)
- 10) **Número de identificações de oportunidade de Investimento Direto Brasileiro (IDB)**
- 11) **Número de participações em seminários, eventos, rodadas de negócios, feiras e mostras.**

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Observar e produzir inteligência

- *A Ásia-Pacífico, onde Ilhas Marshall, Micronésia e Palau estão localizados, é a região econômica mais dinâmica do mundo e uma das áreas chave da competição estratégica global. China, Japão, Austrália e países da ASEAN são agentes econômicos relevantes ou com peso crescente. A ascensão da China como potência econômico-militar tem produzido impactos para o equilíbrio de poder da região. A China, ademais, vem empreendendo esforço de aproximação com os países insulares do Pacífico, inclusive na área de defesa, o que gerou, desde os primeiros meses de 2022, investida diplomática dos EUA e de aliados junto a esses países, por meio de reuniões de alto nível, anúncio de abertura de embaixadas e oferta de cooperação e ajuda. Propõe-se prosseguir com o trabalho de observação dos desdobramentos dessa dinâmica para os países do Indo-Pacífico e produção de informes periódicos, tendo em vista que o Brasil, a despeito de estar geograficamente distante, tem interesse na estabilidade da região;*
- *Produzir informes sobre os principais temas de política interna e externa das Ilhas Marshall, Micronésia e Palau e suas possíveis implicações para o relacionamento com o Brasil;*
- *Identificar soluções adotadas nas Ilhas Marshall, Micronésia e Palau que possam ser de interesse do governo, de empresários ou da sociedade brasileiros em geral, seja na área econômica ou social. Ao mesmo tempo, fomentar a divulgação, nas Ilhas Marshall, Micronésia e Palau, de experiências exitosas no Brasil que possam suscitar o interesse local (como a sustentabilidade da agricultura brasileira).*
- *Produzir análises regulares sobre os três grandes tópicos geopolíticos para os países do grupo micronésio e suas implicações sobre a dinâmica do Indo-Pacífico:

 - a) Análise da atuação de Palau, Ilhas Marshall e Micronésia para a coesão e funcionalidade do Foro das Ilhas do Pacífico (PIF, da sigla em inglês), como principal mecanismo de concertação política da Oceania;
 - b) Observação dos movimentos e tendências da atuação da China e dos EUA no Pacífico, inclusive no que diz respeito a Taiwan, tendo em vista as relações*

diplomáticas formais de Palau e Ilhas Marshall com Taipé, e da Micronésia com Pequim; e

c) Acompanhamento das negociações para a renovação do Acordo Livre Associação ("Compact of Free Association") de Palau, Ilhas Marshall e Micronésia com os EUA, país responsável pela defesa e pelo provimento de substantiva assistência financeira aos três países.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

Número de relatórios produzidos pela Embaixada sobre política interna e política externa das Ilhas Marshall, Micronésia e Palau.

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, quando for o caso, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Ampliar oportunidades de diálogo em foros multilaterais e de apoio a candidaturas e iniciativas brasileiras

- Realizar contatos e gestões com vistas a obter apoio de Palau, Ilhas Marshall e Micronésia a candidaturas brasileiras para cargos em organismos internacionais, coordenar possíveis intercâmbio de apoios, realização de eventos internacionais no Brasil e outras, conforme instrução da Secretaria de Estado das Relações Exteriores.*
- Buscar sinergias em temas globais e multilaterais. Embora os países insulares do Pacífico, como as Ilhas Marshall, Palau e Micronésia possuam, em regra, territórios e populações reduzidos, sua relevância política, sobretudo quando atuam em bloco, em muito excede sua capacidade individual de influenciar decisões sobre temas globais, como os efeitos da mudança do clima, aos quais são particularmente vulneráveis.*
- Promover diálogo com as autoridades locais no sentido de identificar pautas de convergência e de atuação coordenada sobre temas de interesse comum, em particular mudança do clima, energias renováveis, segurança alimentar, não proliferação nuclear e reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.*
- Aprofundar o diálogo no contexto da seleção e ajustes às medidas a serem adotadas no âmbito da Organização Marítima Internacional (IMO) com vistas à redução de emissões de gases de efeito estufa no setor de transporte marítimo internacional, tema no qual as ilhas do Pacífico vêm tendo atuação incisiva. No caso específico das Ilhas Marshall, por se tratar de país com numerosa frota mercante, é possível que, no âmbito da referida organização, o interesse do país seja ainda mais relevante.*

2. Dialogar com autoridades das Ilhas Marshall, Micronésia e Palau sobre temas relacionados ao combate à mudança do clima

- As consequências adversas da mudança do clima, como a elevação do nível do mar e o aumento da ocorrência de catástrofes naturais, estão no topo da*

agenda dos Estados insulares do Pacífico, por serem consideradas ameaças existenciais. Nesse sentido, a tradicional liderança do Brasil nos foros multilaterais voltados à discussão desse tema abre oportunidade de diálogo e de coordenação com as Ilhas Marshall, Micronésia e Palau, com vistas à busca de maior entendimento em debates, votações e decisões no plano multilateral. Ademais, no nível bilateral, o Brasil buscará ações de cooperação humanitária no contexto da mudança do clima.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

Número de reuniões com representantes do governo das Ilhas Marshall, Micronésia e Palau para fazer gestões em favor de candidaturas internacionais do Brasil e para fortalecimento do diálogo e aproximação de visões sobre os grandes temas de debate em foros multilaterais.

IV - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira, do turismo e da marca Brasil

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Divulgar a diversidade das expressões culturais brasileiras

- *Propor junto a potenciais parceiros locais e realizar, segundo a disponibilidade orçamentário-financeira do MRE e da obtenção de patrocínios locais, projetos e eventos de promoção da diversidade das expressões culturais brasileiras, como apresentações musicais, exibição de filmes nacionais, além de eventos de divulgação de artistas e profissionais da cultura brasileiros, como artistas plásticos, cineastas, coreógrafos, dramaturgos, escritores, fotógrafos e músicos;*
- *Promover a variante brasileira da língua portuguesa nas Ilhas Marshall, Micronésia e Palau;*
- *Explorar formas de ampliar a oferta de bens e serviços culturais brasileiros nas Ilhas Marshall, Micronésia e Palau;*
- *Atualizar regularmente os canais digitais da Embaixada, com informações de utilidade para a ampliação do conhecimento sobre o Brasil nas Ilhas Marshall, Micronésia e Palau e a divulgação de projetos e eventos culturais brasileiros;*
- *Promover a marca/identidade nacional, com vistas a criar conhecimento da identidade brasileira e, posteriormente, incrementar a capacidade de influência e a reputação do país;*
- *Realizar networking inicial prospectivo com agentes culturais locais relevantes;*
- *Promover engajamento da comunidade brasileira (se houver).*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DA META

- 1) Número de reuniões, eventos, palestras e entrevistas para a difusão da diversidade das expressões culturais brasileiras nas Ilhas Marshall, Micronésia e Palau

- 2) Número de reuniões com representantes do governo das Ilhas Marshall, Micronésia e Palau para promoção do turismo e da diversidade de expressões culturais brasileiras.

V - Cooperação em educação, cultura, saúde e defesa

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Finalizar a negociação de acordo básico de cooperação técnica (Ilhas Marshall)**
 - *O Brasil encaminhou, em abril de 2023, proposta de acordo básico de cooperação técnica ao governo da República das Ilhas Marshall. Propõe-se manter interlocução regular com o governo marshallês com vistas à finalização e assinatura do instrumento bilateral.*
- 2. Promover a negociação de acordo básico de cooperação técnica com a Micronésia**
 - *Propõe-se apresentar ao governo da Micronésia proposta de acordo básico de cooperação técnica. Já foi manifestado interesse na recepção de cooperação brasileira nas áreas de agricultura, pesca e sustentabilidade.*
- 3. Finalizar a negociação de acordo básico de cooperação técnica (Palau)**
 - *O Brasil encaminhou, em junho de 2022, proposta de acordo básico de cooperação técnica ao governo da República de Palau. Propõe-se manter interlocução regular com o governo palauano com vistas à finalização e assinatura do instrumento bilateral.*
- 4. Propor cooperação humanitária (Ilhas Marshall, Micronésia e Palau)**
 - *Propõe-se ainda oferecer aos três países insulares cooperação humanitária nas áreas de gerenciamento de riscos e desastres, inclusive no contexto da mudança do clima; de saúde; de purificação de águas; e de segurança alimentar e nutricional.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões com representantes dos governos das Ilhas Marshall, Micronésia e Palau para promover a negociação de acordo de cooperação técnica
- 2) Número de projetos de cooperação e de doações brasileiras de caráter humanitário.

VI - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Promover a negociação de acordo de isenção de visto (Micronésia)**
 - *Propõe-se consultar o interesse das autoridades micronésias em proposta de acordo por troca de notas sobre a isenção recíproca de vistos de curta duração a portadores de passaporte comum, apresentada originalmente em 2018.*

2. Propor negociação de acordo de isenção de visto (Ilhas Marshall e Palau)

- *Propõe-se iniciar negociações de acordo por troca de notas sobre a isenção recíproca de vistos de curta duração com as Ilhas Marshall e com Palau.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

Número de reuniões com representantes dos governos da Micronésia para promover a negociação de acordo de isenção de vistos



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 51, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GILBERTO FONSECA GUIMARÃES DE MOURA, Ministro de Primeira Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.*

Relator: Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para aprovar previamente, por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Gilberto Fonseca Guimarães de Moura, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República das Filipinas e, cumulativamente, na República de Palau, nos Estados Federados da Micronésia e na República das Ilhas Marshall.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

O diplomata indicado graduou-se em Ciências Jurídicas pela Pontifícia Universidade Católica/RJ (1974) e em História pelo Centro Universitário de Brasília/DF (1990). Em 1974, ingressou no Curso de Preparação para a Carreira Diplomática. Titulou-se como Terceiro-Secretário em 1975. Tornou-se Segundo-Secretário em 1978 e Primeiro-Secretário em 1984. Foi a Conselheiro em 1992. Ascendeu a Ministro de Segunda Classe em 1999 e a Ministro de Primeira Classe em 2009.

Entre as funções desempenhadas no MRE destacam-se a de Chefe da Divisão de Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (1986); Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Recursos Humanos (1987); Coordenador Executivo do Departamento do Serviço Exterior (1992); Chefe da Divisão da Organização dos Estados Americanos (1998); Diretor-Geral, substituto, do Departamento de Organismos Internacionais (1999); Diretor do Departamento da Ásia e Oceania (2009); Diretor do Departamento de Mecanismos Inter-regionais (2011) e Coordenador do Grupo de Trabalho sobre o Fluxo de Carreira de Diplomata (2022-3).

No exterior, exerceu, entre outros, os cargos de Conselheiro na Embaixada em Paris (1992); Conselheiro na Embaixada em Varsóvia (1996); Ministro-Conselheiro na Embaixada em Berlim (2003); Embaixador na Embaixada em Liubliana, capital da Eslovênia (2012-4); Embaixador na Embaixada em Bangkok (2014-17); Cônsul-Geral no Consulado-Geral em Xangai (2018-2022).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial informe sobre as relações entre os países e planejamento estratégico da Embaixada do Brasil em Manila.

As Filipinas instalaram a Embaixada em Brasília em 1965 e o Brasil instalou a sua em Manila em 1970. Desde então, as relações têm aos poucos se robustecendo, sendo atualmente impulsionada por Mecanismo de Consultas Bilaterais.

Desde 2022, a República das Filipinas é presidida por Ferdinand “Bongbong” Marcos Jr., filho do ex-ditador Ferdinand Marcos, que dirigiu

Brasília:

Senado Federal – Anexo II – Ala Senador Nilo Coelho –
Gabinete 2
70165-900 – Brasília – DF
Telefone: (61)3303-6446

E-mail: sen.esperidiaoamin@senado.leg.br

Florianópolis:

Rua Álvaro de Carvalho, 267 – 10º Andar Ed. Mapil – Centro
88010-040 – Florianópolis – SC
Telefone: (48)3222-4100



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

o País entre 1965 e 1986 de modo autoritário. Marcos Jr. venceu as eleições presidenciais com 58% dos votos válidos. Na Assembleia-Geral das Nações Unidas do ano passado, o atual Presidente filipino identificou quatro desafios para a coesão e sobrevivência da sociedade internacional, nomeadamente: *i) a mudança climática; ii) a necessidade de modernização da governança global; iii) o acirramento das polarizações e competições estratégicas; e iv) a persistência dos padrões de desigualdade entre os países, o que teria sido evidenciado na resposta emergencial à pandemia.*

Quanto ao comércio bilateral, em 2022, a corrente totalizou US\$ 1,84 bilhão, com superávit favorável ao Brasil. As exportações brasileiras atingiram US\$ 1,53 bilhão e as importações, US\$ 314 milhões, sendo nossa pauta exportadora concentrada em minérios de ferro (26%), carnes de aves (19%), bovina (18%) e suína (11%). No tocante às importações, os principais produtos foram bens industrializados, como componentes eletrônicos (26%), máquinas para escritórios (15%), máquinas de processamento de dados (11%) e monitores (6,5%).

As Ilhas Marshall ocupam cerca de 180 km² e possuem menos de 80 mil habitantes. As relações diplomáticas foram estabelecidas em 2010. Em abril deste ano o Brasil propôs texto de Acordo Básico de Cooperação Técnica. Não existem empréstimos e financiamentos oficiais do Brasil às Ilhas Marshall.

As exportações brasileiras em 2022 atingiram 423 milhões de dólares e consistiram quase totalmente de petróleo.

Os Estados Federados da Micronésia são formados por mais de 600 ilhas que ocupam 700 km² e possuem mais de 115 mil habitantes. As relações bilaterais se iniciaram em 2010. Ainda não foram firmados atos bilaterais. Não há registro de concessões de créditos e financiamentos oficiais.

Os dados mais recentes sobre o intercâmbio comercial bilateral são de 2022, ano em que exportamos US\$ 194 mil, concentrados em carnes bovina, suína e de frango.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **ESPERIDIÃO AMIN**

A República de Palau, por sua vez, é formada por mais de 300 ilhas, com 458 km² e pouco mais de 18 mil habitantes. As relações diplomáticas começaram em 2005, mas não há atos bilaterais, embora proposta de acordo de cooperação tenha sido apresentada. Em 2022, as exportações foram de aproximadamente US\$ 150 mil, constituídas principalmente de petróleo (88%).

Por fim, destacamos algumas metas prioritárias da gestão do candidato: incrementar e diversificar o comércio do agronegócio com as Filipinas; promover maior abertura do mercado filipino para a exportação pelo Brasil de carnes avícola, bovina e suína e acompanhar a implementação de sistema de certificação eletrônica para esses e outros produtos de origem animal e vegetal; promover a exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado; apoiar a projeção internacional do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação; estimular investimentos filipinos no Brasil; fomentar a aproximação entre o Brasil e a ASEAN e entre o MERCOSUL e a ASEAN; intensificar a paradiplomacia e a cooperação entre entidades subnacionais brasileiras e Filipinas; ampliar a base jurídica do relacionamento MERCOSUL-Filipinas; prospectar novas oportunidades de cooperação em meio ambiente, desenvolvimento sustentável, energias renováveis (biocombustíveis), bem como na área de manejo florestal sustentável; contribuir para o fortalecimento da cooperação bilateral em Defesa; dialogar com autoridades das Ilhas Marshall, Micronésia e Palau sobre temas relacionados ao combate à mudança do clima.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

4

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA

CPF: [informações pessoais](#)ID.: [informações pessoais](#)

1963 Filho de [informações pessoais](#), nasce em 28 de dezembro, no Rio de Janeiro/RJ.

Dados Acadêmicos:

- 1981 Ensino fundamental e médio no Colégio Santo Inácio, RJ
 1985 Bacharel em Ciências Econômicas pela FEA/UFRJ
 1987 Pós-Graduação em Economia Industrial pelo IEI/UFRJ
 1988 Curso de Formação à Carreira de Diplomata, Instituto Rio Branco - IRBr
 1999 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio Branco - IRBr
 2010 LV Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco – IRBr - "Minha Pátria é a Língua Portuguesa: o Brasil e a política de promoção do idioma"

Cargos:

- 1989 Terceiro-Secretário
 1995 Segundo-Secretário
 2001 Primeiro-Secretário, por merecimento
 2006 Conselheiro, por merecimento
 2010 Ministro de Segunda Classe, por merecimento
 2018 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

- 1990 Embaixada do Brasil em Caracas, estágio diplomático
 1990-92 Divisão de Serviços Gerais, subchefe
 1992-94 Departamento de Administração, assessor
 1994-97 Embaixada do Brasil em Washington, terceiro e segundo-secretário
 1997-00 Embaixada do Brasil no México, segundo-secretário
 2000-01 Ministério de Minas e Energia, assessor especial do Ministro
 2001-01 Secretaria de Planejamento Diplomático
 2001-03 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, assessor
 2003-05 Embaixada do Brasil em Lisboa, primeiro-secretário
 2005-08 Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais, chefe
 2008-12 Ministério da Cultura, diretor de Relações Internacionais
 2012-17 Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO, ministro-conselheiro
 2017-18 Câmara dos Deputados, assessor
 2018 Ministério de Minas e Energia, chefe de assessoria

2019-21 Câmara dos Deputados, assistente
2021 Senado Federal, assistente
2021- Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul-Geral

Obras publicadas:

2001 "Podecrer!", romance, Editora Francisco Alves (1a edição) e Editora Novo Século (2a. edição)
2007 "Podecrer!", roteiro para o longa-metragem, Conspiração Filmes.
2006-07 Contribuições diversas para o site no.mínimo
2006-08 Contribuições diversas para a revista Piauí
2007-08 Artigos de opinião para a seção Tendências e Debates do jornal Folha de São Paulo
2014-15 Críticas literárias diversas para o jornal Folha de São Paulo
2018 Artigos de opinião no jornal Correio Braziliense
2018-19 Artigos de opinião na revista Época
2019 Críticas literárias diversas para o jornal Folha de São Paulo
2019 Artigos de crítica literária no Estado de São Paulo

Condecorações:

1989 Prêmio Lafayette de Carvalho e Silva
1998 Medalha Mérito Tamandaré
2002 Ordem do Rio Branco, Oficial
2010 Ordem do Rio Branco, Comendador
2020 Medalha Mérito Santos Dumont
2022 Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 54, DE 2023

(nº 389/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 389

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de agosto de 2023.

EM nº 00207/2023 MRE

Brasília, 1 de Agosto de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado do Catar, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 506/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/08/2023, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4465129** e o código CRC **8683333C** no site:

[https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007003/2023-69

SUPER nº 4465129

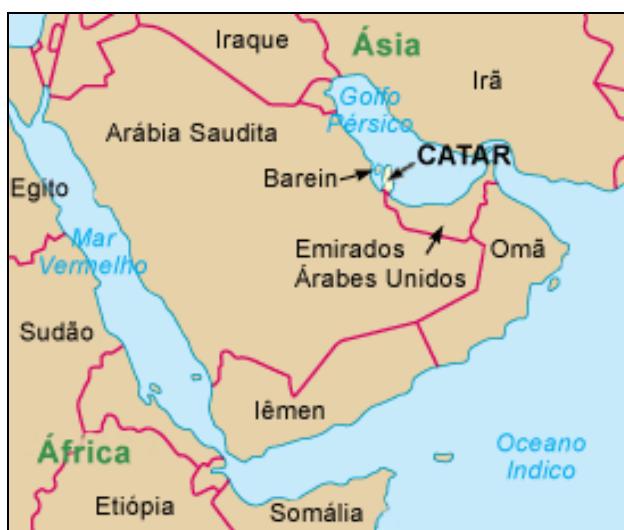
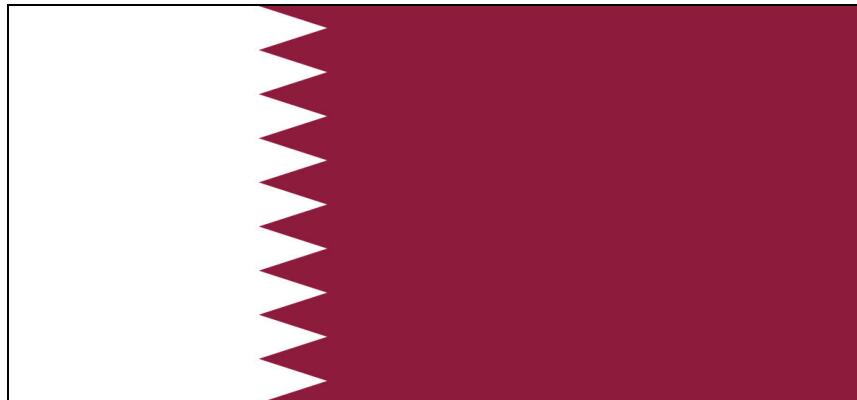
Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de Oriente Médio
Divisão dos Países do Golfo

CATAR



OSTENSIVO

Julho de 2023

SUMÁRIO

DADOS BÁSICOS	2
PERFIS BIOGRÁFICOS	3
<i>Emir do Estado do Catar Sua Alteza Xeique Tamim Bin Hamad Al Thani.....</i>	<i>3</i>
<i>Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sua Excelência Xeique Mohammed Bin Abdulrahman Al Thani</i>	<i>4</i>
<i>Presidente (“Speaker”) do Conselho Consultivo, Sua Excelência Hassan bin Abdulla Al-Ghanim, 4</i>	
RELAÇÕES BILATERAIS	4
RELAÇÕES BILATERAIS ECONÔMICAS	5
POLÍTICA INTERNA	9
POLÍTICA EXTERNA	11
ECONOMIA	13
CRONOLOGIA HISTÓRICA	15
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS	17
ACORDOS BILATERAIS	19

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	Estado do Catar
CAPITAL:	Doha
ÁREA:	11.586 km ²
POPULAÇÃO:	2,93 milhões de habitantes, dos quais cerca de 88% são estrangeiros.
LÍNGUA OFICIAL:	Árabe

PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Islã (68%, religião oficial), cristianismo (14%), hinduísmo (14%), budismo (3%), outros (1%).
SISTEMA DE GOVERNO:	Monarquia
PODER LEGISLATIVO:	Majlis Ash-Shura (Conselho Consultivo): parlamento unicameral, consultivo, composto por 45 membros
CHEFE DE ESTADO:	Emir Tamim bin Hamad Al Thani
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-ministro xeique Khalid bin Khalifa bin Abdulaziz Al Thani
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Mohammed bin Abdulrahman Al Thani
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (FMI/2021):	US\$ 179,7 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2021):	US\$ 274,2 bilhões
PIB PER CAPITA (2021):	US\$ 68.621
PIB PER CAPITA PPP (2021):	US\$ 95.340
VARIAÇÃO DO PIB	4,2% (2022 est.); 1,5% (2021); -3,66% (2020); 0,8% (2019); 1,2% (2018); -1,5% (2017); 3,1% (2016)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021/UNDP):	0,855 (42ª posição entre 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2021):	79,3 anos
ALFABETIZAÇÃO (2021):	93,46%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2021):	0,3%
UNIDADE MONETÁRIA:	Dinar Catariano
EMBAIXADOR DO BRASIL EM DOHA:	MPC Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa (pendente de aprovação pelo Senado)
EMBAIXADOR DO CATAR EM BRASÍLIA:	O Brasil concedeu agrément ao senhor Ahmad Mohammed A. M. Alshebani
BRASILEIROS NO PAÍS:	1800 (est.)

Brasil → Catar (em milhões de US\$)	2005	2011	2015	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023 (1.º Sem)
Intercâmbio	119	575	1.316	886	540,8	822,9	774,7	1.073,6	1.619,8	466,9
Exportações	116	337	356	420,3	267,9	484,6	271,4	284,3	411,2	129
Importações	3	238	960	445,9	272,9	338,3	503,3	789,3	1.208,6	337,9
Saldo	113	99	-247	-604	-26	-5	146,3	-231,9	-797,4	-208,9

PERFIS BIOGRÁFICOS

Emir do Estado do Catar
Sua Alteza Xeique Tamim Bin Hamad Al Thani



Nascido em 3 de junho de 1980, é o segundo filho do antigo emir, Hamad bin Khalifa Al Thani com a Xeica Moza bin Nasser Al Missned, ambos figuras centrais no recente processo de modernização do Catar. Concluiu o ensino médio no Reino Unido e, em 1998, graduou-se pela Academia Militar de Sandhurst, no mesmo país. Ingressou, em seguida, nas forças armadas catarianas. Tornou-se Príncipe-Herdeiro em 2003, passando a assumir posições mais importantes no governo do Catar e desempenhando funções relacionadas à política externa catariana. Ascendeu ao trono em 2013, quando o Emir Hamad abdicou em seu favor.

**Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros,
Sua Excelência Xeique Mohammed Bin Abdulrahman Al Thani**



Nascido em 1980. Graduou-se em 2003 em Economia e Administração pela Qatar University. Desempenhou funções no Conselho Supremo para Assuntos de Família e no Ministério do Comércio antes de tornar-se, em 2010, secretário pessoal do Emir para “assuntos de follow-up”. Em 2014, foi designado ministro-assistente para assuntos de cooperação internacional no ministério dos Negócios Estrangeiros. Em janeiro de 2016, foi escolhido pelo Emir Tamim para liderar a pasta e, em novembro de 2017, foi designado cumulativamente vice-primeiro-ministro. Foi designado primeiro-ministro em reforma ministerial realizada em março de 2023.

Além dos cargos ocupados no governo catariano, Mohammed bin Abdulrahman ocupou assentos em conselhos de empresas e fundos catarianos, como a *Qatar Mining*, a *Katara Hospitality* (rede hoteleira) e o *Qatar Fund for Development*.

**Presidente (“Speaker”) do Conselho Consultivo,
Sua Excelência Hassan bin Abdulla Al-Ghanim,**



É bacharel em Ciência Política pela Universidade de Portland, nos EUA. Também recebeu doutorado honorário da mesma universidade em 2014. Foi eleito, em outubro de 2021, por seus pares, para a presidência do Conselho Consultivo, parlamento unicameral catariano, também conhecido por Conselho da Shura ou apenas Shura (do árabe “consultação”). Antes de integrar a Shura, foi Ministro da Justiça, de 1999 a 2013, e Subsecretário do Ministério da Eletricidade e Águas, de 1996 a 1999. Antes disso, foi o principal assessor do então príncipe-herdeiro (1990-1995), o ex-Emir Hamad bin Khalifa, pai do atual soberano do Catar. Na década de 1980, serviu, como diplomata, na embaixada em Washington e no consulado em Jedá.

RELACIONES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Catar foram estabelecidas em 1974, três anos após a independência do Catar. O Brasil fazia-se representar perante o Catar por seu embaixador em Jedá (a partir de 1974) e em Abu Dhabi (a partir de 1983), e o Catar, em relação ao Brasil, por seu representante permanente junto às Nações Unidas, em Nova York. O Catar abriu embaixada residente em Brasília em 1997, mas a fechou dois anos depois, alegando falta de reciprocidade do

Brasil. Em abril de 2005, o Brasil abriu embaixada residente em Doha, e a embaixada catariana residente foi reaberta em junho de 2007. Em 2013, foi criado, no Brasil, o grupo parlamentar de amizade Brasil-Catar.

As relações políticas bilaterais são positivas e vêm-se intensificando, como comprovam as recentes visitas presidenciais ao Catar em outubro de 2019 e em novembro de 2021, assim como a maior frequência na realização de Reuniões de Consultas Políticas, conforme o cronograma abaixo:

- I Reunião: novembro de 2011 (Brasília);
- II Reunião: abril de 2019 (Doha);
- III Reunião: agosto de 2021 (remota);
- IV Reunião: agosto de 2022 (Doha).

Para a III Reunião de Consultas Políticas (2021), foi accordada agenda de amplo alcance, favorecida por sua realização por meio de videoconferência, que facilitou a participação de demais órgãos governamentais de ambos os lados. Em 2022, a IV Reunião de Consultas Políticas voltou a ser realizada presencialmente.

Registraram-se recentes trocas de apoio no contexto multilateral, não só quanto a candidaturas, mas também sobre temas substantivos de relevância para ambos os países.

Verifica-se forte potencial de cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação. O Catar dedica grande atenção ao tema como parte de sua estratégia de diversificação econômica. A *Qatar Foundation Research, Development and Innovation* atua como uma das principais promotoras do desenvolvimento de um ecossistema de pesquisa e inovação. São áreas prioritárias para investimentos da fundação as de energia e meio ambiente; ciências da computação e tecnologias da informação e comunicação; saúde e ciências da vida; e ciências sociais, artes e humanidades.

Também há possibilidade de cooperação educacional bilateral. A *Qatar Foundation* é o principal órgão de promoção da educação e da inovação no país, e administra a *Education City* – campus que abriga laboratórios, incubadoras de empresas e diversas universidades (inclusive filiais de instituições ocidentais como Georgetown University, Texas A&M, Paris HEC e outras).

A comunidade brasileira residente no Catar, estimada em 1.800 cidadãos, é composta, sobretudo, por profissionais do futebol (jogadores, preparadores físicos, técnicos) e da aviação civil (empregados na Qatar Airways), assim como por suas famílias. Há, ainda, cidadãos brasileiros que atuam na exploração de petróleo e gás. O Brasil e o Catar possuem acordos de isenção mútua de vistos tanto em passaportes diplomáticos e especiais, quanto em passaportes comuns.

RELAÇÕES BILATERAIS ECONÔMICAS

O Catar oferece expressivas oportunidades nas áreas comercial e financeira. Embora seja mercado de dimensões modestas (3 milhões de habitantes), apresenta renda *per capita* de cerca de US\$ 65.000, que o posiciona entre as dez mais elevadas do mundo e a mais elevada do Golfo Pérsico. Trata-se, pois, de importante mercado consumidor, com razoável potencial para a

exportação de bens e serviços brasileiros. O Catar também está entre os três maiores exportadores de gás natural do mundo, o que lhe garante enormes superávits de transações correntes no balanço de pagamentos e, consequentemente, poupança externa que se traduz em vultosos fluxos de investimentos e aplicações no exterior.

Desde 2000, intensificou-se sensivelmente o intercâmbio comercial bilateral, que passou de US\$ 27 milhões ao ápice de mais de US\$ 1,6 bilhão em 2022, superando o recorde anterior de 1,3 bilhão alcançado em 2015. Contudo, segundo dados do portal "Comex Stat", a corrente de comércio entre o Brasil e o Catar no primeiro semestre de 2023 foi de US\$ 466,9 milhões, queda de 44,1% em relação ao mesmo período de 2022. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 128,9 milhões, redução de 39,3% frente a janeiro-junho do ano passado. Já as importações oriundas do Catar totalizaram US\$ 337,9 milhões, queda de 45,8%. A balança comercial bilateral apresentou resultado líquido de US\$ 209,0 milhões em favor do Catar, contra US\$ 410,9 milhões no primeiro semestre de 2022.

Foi o menor resultado para as exportações brasileiras ao Catar desde 2018, ano em que registraram US\$ 92,1 milhões. Essa queda, entretanto, reflete em grande medida a diminuição, no período, das importações globais catarianas de proteína animal e não refletiria perda de espaço do produto brasileiro no mercado catariano de proteína animal para concorrentes internacionais. Já as importações brasileiras de produtos catarianos repetiram valores mais próximos da média dos primeiros semestres dos últimos anos, com a exceção do ano passado, quando atingiu cifra bastante acima da tendência histórica.

A proteína animal continua a concentrar a maior parte das vendas brasileiras ao Catar. A carne de frango, em particular, com exportações de US\$ 73,7 milhões entre janeiro e junho de 2023, representou 57,2% do total exportado pelo Brasil ao país. É a primeira vez, na série histórica de primeiros semestres de ano, que as vendas de frango respondem por mais da metade das exportações brasileiras ao Catar. Note-se, por outro lado, que as exportações de frango, em termos absolutos, sofreram queda de 21,4% em relação a igual período do ano passado, quando foram de US\$ 93,8 milhões. A queda, contudo, acompanhou a redução geral das compras catarianas do produto. Entre janeiro e abril de 2023 (último dado disponível nas estatísticas oficiais catarianas), o Catar importou, no total, US\$ 51,1 milhões em carne de frango, redução de quase 40% frente a igual período de 2022. Portanto, no que se refere à carne de frango, o Brasil não perdeu espaço no mercado doméstico do Catar.

As exportações de carne bovina foram de US\$ 7 milhões no primeiro semestre de 2023 (US\$ 3,6 milhões de carne fresca ou refrigerada; e US\$ 3,4 de carne congelada), cerca de 5,5% do total exportado pelo Brasil ao Catar. Trata-se de queda de 61% frente aos US\$ 17 milhões exportados na primeira metade de 2022, e o valor mais baixo para um primeiro semestre desde 2018. De forma semelhante à carne de frango, a carne bovina também experimentou redução no total das importações catarianas (US\$ 39,2 milhões em janeiro-abril de 2023 contra US\$ 54,3 milhões em janeiro-abril de 2022).

No caso do Brasil, contudo, a redução das vendas de carne bovina merece explicação adicional. O episódio atípico de Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), popularmente conhecido como "vaca louca", registrado no estado do Pará no início do ano, ensejou, por motivos sanitários, a suspensão das importações catarianas de carne brasileira de meados de março a fim de maio, período em que as vendas caíram a zero. Em junho, contudo, os embarques

progressivamente retornaram, com vendas registradas ao Catar de US\$ 1,8 milhões (US\$ 3,5 milhões em junho de 2022). Espera-se que as estatísticas do segundo semestre deste ano indiquem o retorno da tendência recente de expansão das vendas de carne brasileira ao Catar.

As vendas brasileiras de minério de ferro ao Catar, entre janeiro e junho deste ano, foram de US\$ 24,9 milhões no acumulado de janeiro a junho de 2023. São valores bem abaixo dos US\$ 70,3 milhões registrados em igual período do ano passado. Note-se, contudo, o caráter errático das exportações de minério de ferro ao Catar: nos primeiros semestres de 2020 e de 2021, por exemplo, foram nulas.

Continuam a ser importantes as exportações brasileiras ao Catar de "Outros tubos de aços, não revestidos, sem costura", com US\$ 4,9 milhões, e de madeira serrada ou endireitada, com US\$ 1,9 milhão. Novidade no primeiro semestre de 2023 foram as exportações brasileiras de óleo de milho, que eram ausentes da série histórica. No primeiro semestre deste ano, as vendas de óleo de milho ao Catar foram de US\$ 4,2 milhões, posicionando-se entre os cinco produtos brasileiros mais vendidos ao Catar.

Do lado das importações brasileiras oriundas do Catar, os adubos/fertilizantes azotados, embora ainda maior item da pauta (57,6% do total importado), obtiveram o valor mais baixo, para um primeiro semestre, desde 2019: US\$ 194,9 milhões. Haja vista, contudo, que as importações brasileiras provenientes dos demais países também apresentaram forte redução no período, o Catar logrou, paradoxalmente, ultrapassar as vendas da Nigéria e de Omã, alcançando a terceira posição, atrás apenas da China e da Rússia, na lista de países fornecedores de fertilizantes nitrogenados ao Brasil.

As importações brasileiras de produtos derivados do petróleo (posição SH4 2710) dispararam no primeiro semestre deste ano, atingindo a marca de US\$ 98,7 milhões, valor mais alto da série histórica e o triplo dos US\$ 32,6 milhões de igual período de 2022. Mais especificamente, o Brasil importou US\$ 52,4 milhões de querosene; US\$ 27,4 milhões de óleo diesel; e US\$ 18,5 milhões de óleos lubrificantes.

Também foram significativas as compras brasileiras de enxofre e de hidróxido de sódio (soda cáustica) catarianos, com, respectivamente, US\$ 26,3 milhões e US\$ 12,3 milhões. No caso de enxofre, trata-se do valor mais alto dos últimos dez anos, garantindo ao Catar a quinta posição no mercado brasileiro, atrás dos EUA, do Cazaquistão, da Arábia Saudita e dos Emirados Árabes Unidos. Com relação à soda cáustica, as compras provenientes do Catar não ameaçaram a supremacia das vendas norte-americanas ao mercado brasileiro.

Vale notar que as compras de gás do petróleo catariano, que foram de US\$ 160,1 milhões no primeiro semestre do ano passado, caíram a zero no acumulado até junho deste ano, confirmando seu caráter errático, uma vez que, nos últimos cinco anos, só foram registradas em 2022.

Como pode ser notado, o comércio bilateral é concentrado em poucos produtos de ambos os lados. Em janeiro-junho de 2023, cinco produtos (carne de frango, carne bovina, minério de ferro, tubos e perfis de aço, e óleo de milho) foram responsáveis por quase 90% das exportações brasileiras, com amplo destaque às carnes de aves e miudezas (57% do total exportado), confirmando as tradicionais vendas da indústria de aves brasileira aos países do Golfo.

Em razão de dificuldades climáticas, da escassez de água e da qualidade do solo, o Catar importa grande parte dos produtos agrícolas consumidos no país. A segurança alimentar é, pois, preocupação constante. O Catar busca, há alguns anos, substituir importações de alimentos por produção local. A estratégia, altamente prioritária para o governo local, tem sido bem-sucedida de forma geral, sobretudo em lácteos e ovinos. Técnicas de irrigação são fundamentais para possibilitar cultivos e rebanhos no clima árido do país.

Investimentos bilaterais apresentam grande potencial de expansão. O fundo soberano *Qatar Investment Authority* (QIA) possui cerca de US\$ 450 bilhões em ativos e expressivos investimentos no exterior, investindo nos setores financeiro, imobiliário, tecnológico, industrial e bancário. Segundo o “Sovereign Wealth Fund Institute”, trata-se de um dos maiores fundos soberanos do mundo. Seu braço executivo – a *Qatar Holding* (QH) – atua no exterior mediante parcerias estratégicas, dando preferência ao modelo *joint venture* com participações minoritárias, valendo-se de assento nos conselhos diretores, porém deixando os parceiros locais atuarem como operadores (o fundo tem tradicionalmente preferência pela aquisição de ativos superiores a US\$ 100 milhões).

Como frequentemente relatado por autoridades locais, os catarianos possuem carteira de investimentos diversificada no Brasil e monitoram com atenção oportunidades de negócios em nosso país. Estima-se que o Catar tenha estoque de investimento de cerca de US\$ 7 bilhões no Brasil, em áreas como transporte aéreo (Latam), bancos, agricultura, petróleo e gás, editorial e de educação (Somos Educação – antigo grupo Abril; Grupos Anglo e Sigma; editoras Saraiva, Ática e Scipione). O estoque de investimentos catarianos é próximo ou superior ao montante estimado para outros parceiros importantes do Golfo, como a Arábia Saudita (US\$ 4 bilhões) e os Emirados Árabes Unidos (US\$ 10 bilhões).

Os fundos catarianos concentram-se em três setores: (i) imobiliário, no qual se destaca a aquisição, em 2012, do World Trade Center, em São Paulo, pela parceria entre o catariano Barwa Bank e a norte-americana Hines International Real Estate Holdings; (ii) financeiro, com a participação da *Qatar Holding* (QH) em ações do Banco Santander do Brasil; e (iii) de energia.

Como parte de seu projeto de expansão internacional, a *Qatar Energies*, atuando pela sua subsidiária *Qatar Petroleum International Brasil*, mantém intensa atividade nos leilões de partilha de produção e de blocos exploratórios promovidos pela ANP. A empresa catariana venceu diversos leilões da ANP desde 2014, em total estimado investido que excede US\$ 3 bilhões.

Em 2021, noticiou-se formação de "joint venture" entre a empresa catariana *Nebras Power Investment Management* e a brasileira *Companhia Energética Integrada* (CEI) para operar no mercado brasileiro de energias renováveis. Tal *joint venture* seria responsável pela operação de 18 usinas hidrelétricas no Brasil, com potência instalada de 72 MW, além de portfólio de cerca de 13 GW em projetos fotovoltaicos de longo prazo. A maioria das usinas deverá estar localizada em MG; estados no Centro-Oeste e no Nordeste também receberão projetos.

A *Nebras Power Investment Management* é subsidiária da *Nebras Power* (NP), empresa sediada em Doha, e seu objetivo é desenvolver e gerenciar portfólio de investimentos estratégicos no setor de energia, com ênfase em investimentos de longo prazo. A própria *Nebras Power*, por sua vez, é *joint venture* de duas entidades ligadas ao governo do Catar, a empresa "Qatar

Electricity and Water Company", que possui 60% da NP, e a "Qatar Investment Authority", com 40% da NP.

Há espaço para maiores investimentos no setor de aviação civil, em particular após a entrada em vigor do Acordo bilateral sobre serviços aéreos, assinado durante a primeira visita presidencial a Doha, em 28/10/2019, que se encontra ainda em tramitação no Congresso Nacional.

Desde 2010, a Qatar Airways opera voos diários na rota Doha-São Paulo-Buenos Aires. Em 2021, a empresa começou a operar dois voos diários nessa rota. A Qatar chegou a anunciar a abertura de rota direta Doha-Rio de Janeiro em 2016, mas, diante das dificuldades causadas pela crise diplomática no Golfo envolvendo o Catar, a iniciativa foi adiada. A ideia de abrir a rota em questão foi retomada durante a visita presidencial ao Catar em 2021. Note-se que, em 2016, a Qatar Airways adquiriu, por cerca de US\$ 600 milhões, fatia de 10% da LATAM Linhas Aéreas.

O Catar é tradicional importador de produtos de defesa do Brasil, sendo hoje o segundo maior cliente no Golfo após a Arábia Saudita. Além de constante renovação do arsenal, os vastos recursos estatais permitem compra dos mais modernos equipamentos disponíveis no mercado.

Segundo dados do Stockholm International Peace Research Institute, o Catar teria gasto mais de US\$ 15 bilhões no setor de defesa em 2022, equivalente a 7% do PIB, colocando-o como 20º país em gastos no setor. Entre 2017 e 2021, foi o 6º maior importador de armamentos do mundo, com incremento de 227% em relação ao quinquênio anterior. As armas adquiridas pelo país são provenientes dos EUA (47% das importações), da França (38%) e da Alemanha (7,5%). Desde 2017, a Turquia também passou a destacar-se no mercado catariano, que é menos concentrado nos EUA que o de seus vizinhos – enquanto o Catar adquire 47% de seus armamentos dos EUA, os EAU o fazem na proporção de 61% e a Arábia Saudita de 82%.

Durante a visita presidencial de 2019 foi assinado Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Defesa do Brasil e do Catar sobre “Parceria Estratégica Relacionada ao Desenvolvimento, Produção e Comercialização de Produtos de Defesa”.

O Catar tem enviado representantes à Feira de Defesa e Segurança da América Latina (LAAD), no Rio de Janeiro. O Brasil, por sua vez, tem sido representado na Exposição Internacional de Segurança Interna (Milipol), patrocinada pelo ministério do Interior do Catar, e na DIMDEX, organizada bienalmente pela Marinha Emiri do Catar.

POLÍTICA INTERNA

O território do Catar é constituído por uma península na margem sul do Golfo de 11.568km², cuja única fronteira terrestre é com a Arábia Saudita. Há registro de habitação humana na região datando de 50.000 anos atrás, mas, em razão do clima desértico, da dificuldade de acesso à água potável e do relativo afastamento das rotas comerciais terrestres da região, assentamentos permanentes na península foram diminutos até o século XX. Até a década de 1930, a extração de pérolas era a principal atividade econômica na região.

Por volta de 630, a península foi incorporada ao recém-criado Califado Islâmico. Com a gradual desintegração do Califado, no século XIII, a região passa a ser controlada por tribos locais baseadas no arquipélago que hoje forma o Bahrein, vizinho à península catariana. Ao longo da

segunda metade do século XIX, no entanto, a família Al Thani assume a liderança local e promove a gradual emergência do Catar como entidade política distinta.

Em 1868, foi assinado acordo entre o enviado britânico e Mohammed bin Thani que reconheceu o Catar como entidade autônoma pela primeira vez. Em 1871, no entanto, o Império Otomano renovou sua presença no Golfo, e o Catar aceitou suserania otomana. No contexto da I Guerra Mundial, pressionado pelo antagonismo entre o Império Otomano e o Reino Unido, o Catar assinou, em 1916, tratado de protetorado com o Reino Unido.

Com a crise de 1929 e o início da comercialização de pérolas cultivadas artificialmente na década de 30, a economia local, baseada na extração de pérolas, entrou em colapso. Em 1939, no entanto, é descoberto petróleo no subsolo catariano, e, em 1949, começam as exportações. Apesar da exploração da nova *commodity*, o desenvolvimento social e econômico foi lento.

Em 1968, o governo britânico anunciou sua retirada do Golfo. Após o fracasso de negociações para criação de união com o Bahrein e com os atuais Emirados Árabes Unidos (EAU), o Catar se tornou independente em setembro de 1971. A crise do petróleo de 1973 provocou aumento exponencial das rendas estatais, e, entre aquele ano e 1977, a indústria petrolífera foi nacionalizada em etapas. O influxo de divisas permitiu ao governo criar ampla rede de bem-estar social para a população catariana, que, ao final da década, não superava 50 mil cidadãos.

Desde a independência a receita estatal catariana é garantida pelas rendas da exportação de hidrocarbonetos. O Estado construiu, ao longo das últimas cinco décadas, um sistema de bem-estar social dos mais amplos e generosos, fornecendo não só acesso a serviços básicos, como também empregos garantidos e alto padrão de renda a todos os seus cidadãos.

Ao longo da década de 1980, o então emir Khalifa Al Thani gradualmente transferiu responsabilidades para seu herdeiro designado, Hamad bin Khalifa Al Thani, que assumiu o trono em 1995. O xeique Hamad deu início, então, a intensa agenda de modernização econômica, combinada com mudança de rumos na política externa e reformas institucionais.

A nova agenda promovida pelo emir Hamad foi impulsionada por maciços investimentos em infraestrutura e pela negociação de ampla gama de contratos de longo prazo para fornecimento de gás natural liquefeito, que também proporcionaram ampliação da estrutura de bem-estar social. Os excedentes financeiros permitiram, ainda, política de modernização da imagem do país, com a fundação de museus, institutos culturais, atração de universidades ocidentais renomadas para Doha e fundação da rede de televisão Al Jazeera, entre outras iniciativas.

A xeica Moza bint Nasser, segunda esposa de Hamad, manteve papel de destaque na política catariana. Liderou o processo de modernização e expansão da estrutura educacional do Catar, estando à frente da *Qatar Foundation for Education, Science and Community Development*, fundada em 1995.

Em junho de 2013, Hamad Al Thani abdicou e transmitiu o poder ao novo emir, seu filho Tamim bin Hamad Al Thani. Apesar da mudança geracional, as linhas gerais do governo de Hamad têm sido mantidas por Tamim.

Em 2 de outubro de 2021, o Catar realizou pela primeira vez eleições diretas para escolha de 2/3 do Conselho Consultivo ("Shura"), equivalente ao Poder Legislativo no Catar, com

prerrogativa para aprovar a política geral e o orçamento do governo, mas sem competência sobre questões como políticas para defesa, segurança, economia e investimentos. Até 2021, a totalidade dos membros do Shura era indicada pelo emir, que possui ainda prerrogativa constitucional de indicar 1/3 dos membros e de prorrogar os mandatos parlamentares.

Não há partidos políticos no Catar. As eleições confirmaram a família ou a tribo como a unidade política por excelência no país. Os eleitores votaram nos distritos de origem de suas famílias (e não onde residem) e as listas de candidatos de muitos distritos era dominada quase inteiramente pela mesma família. Até o pleito de outubro de 2021, o país só havia realizado eleições na esfera municipal.

Em anos recentes o Catar tem adotado diversas medidas administrativas e legislativas buscando reformar seu sistema trabalhista, regulando temas como trabalho doméstico, depósito de salários, tráfico de pessoas etc. Implementou um salário mínimo mensal de US\$ 275.

POLÍTICA EXTERNA

O Catar é país pequeno, extremamente rico em recursos energéticos e financeiros, com população diminuta (300.000 nacionais) e inserido em região instável. A prioridade fundamental de sua política externa, nesse contexto, é resguardar a soberania nacional frente a vizinhos maiores e mais populosos.

A partir da independência, em 1971, o cumprimento dessa diretriz foi assegurado pela manutenção de relações amistosas com a Arábia Saudita – principal vizinho e único com o qual compartilha fronteira terrestre – e, também, pela aproximação com os EUA.

Até a acessão de Hamad Al Thani, em 1995, a diplomacia catariana manteve-se em sintonia com posições adotadas pela Arábia Saudita. Novas iniciativas levadas a cabo pelo emir, bem como a deterioração da relação com os vizinhos, alteraram essa tendência, tendo a política externa catariana passado a buscar perfil independente e destacado.

Foram realizadas em Doha, por exemplo, a IV Conferência Ministerial da Organização Mundial de Comércio (2001), a II Cúpula do G-77 (2005), a II Cúpula América do Sul-Países Árabes (2009) e a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-18, 2012). Desde o início dos anos 2000, o então príncipe herdeiro Tamim promoveu o Catar como referência em esportes. Além de atrair para Doha os Jogos Asiáticos de 2006, a Copa do Mundo de Futebol de 2022 e vários outros eventos relevantes, o Catar tem se associado a clubes esportivos de renome, como o Barcelona e o Paris Saint-Germain e tem, ainda, financiado centros de pesquisa sobre temas acessórios, como segurança de grandes eventos e medidas antidoping.

Criada em novembro de 1996, a emissora por satélite *Al Jazeera*, pioneira no Oriente Médio, atingiu grande sucesso de público na região, mas se tornou fonte de atrito recorrente para o governo do Catar devido à apresentação de reportagens críticas a governos da região e pela cobertura da chamada “primavera árabe” (2011).

Vertente relevante da chancelaria catariana tem sido o engajamento em atividades de mediação e facilitação de diálogo em contextos de conflito interno ou internacional. Entre 2007 e 2011, o Catar mediou conflitos internos no Líbano, no Sudão e no Iêmen, com diferentes graus de

sucesso. Buscou também desempenhar papel relevante na questão israelo-palestina, em 2007. Em 2020 e em 2021, abrigou diálogos entre o governo afegão e o Talibã. Mais recentemente, o governo do Catar procurou liderar entendimentos entre o Quênia e a Somália, e abrigou a assinatura do Acordo de Paz do Chade. Outra linha de ação é a busca de liberação de prisioneiros políticos em outros países, tendo atuado com sucesso na Líbia, em Mianmar, no Afeganistão e em Ruanda.

A eclosão da chamada "primavera árabe", em 2011, gerou desentendimentos entre o Catar e outros atores regionais, que resultaram, em março de 2014, na retirada dos embaixadores da Arábia Saudita, do Bahrein e dos EAU de Doha. Essa crise foi resolvida, em novembro seguinte, mediante assinatura dos "Acordos de Riade", que determinaram a "não-interferência" de seus signatários nos assuntos internos uns dos outros. A suposta violação dos Acordos de Riade pelo Catar foi a motivação imediata para rompimento, em 5 de junho de 2017, das relações entre a Arábia Saudita, os EAU, o Bahrein e o Egito (o "Quarteto"), de um lado, e o Catar, de outro, gerando a mais profunda crise diplomática no Golfo.

Em janeiro de 2021, o Catar e a Arábia Saudita anunciaram a reabertura de suas fronteiras terrestres, aéreas e marítimas. Em reunião prévia à 41ª Cúpula do Conselho de Cooperação do Golfo, naquele mês, celebrou-se acordo para retomada da "solidariedade entre os países do Golfo". A reunião em Al Ula foi a primeira a contar com participação do emir do Catar, xeique Tamim bin Hamad Al Thani, desde o início da crise, em 2017. A Declaração de Al Ula agradece os esforços do Kuwait e dos EUA para aproximar as partes e auxiliar na solução da controvérsia.

O Catar logrou rapidamente a retomada integral de suas relações com o Egito e a Arábia Saudita, incluindo a reabertura de embaixadas nas capitais. Em 19 de junho de 2023, foi anunciado o restabelecimento das relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos. A aproximação com o Bahrein tem sido mais lenta.

Os EUA são os principais garantidores da segurança e soberania catarianas, e constituem sua mais importante relação bilateral. O Catar abriga a base aérea de Al Udeid, sede regional do Comando Central do Pentágono e principal instalação militar dos EUA na região, com cerca de 10.000 militares norte-americanos.

Em julho de 2017, o Catar assinou memorando de entendimento com os EUA para combater o terrorismo. No início de abril de 2018, o emir do Catar realizou visita de seis dias aos EUA, ocasião em que ouviu reconhecimento pela cooperação catariana para o combate ao terrorismo. O Catar é parte da *Coalizão Militar Islâmica para o Combate ao Terrorismo*, formada em dezembro de 2015 por iniciativa da Arábia Saudita e composta por 34 países. Era também, até a eclosão da crise diplomática de 2017, parte da *Coalizão Árabe*, aliança militar criada pela Arábia Saudita em 2015 para combater os rebeldes houthis no Iêmen.

As relações bilaterais entre o Catar e a Turquia têm-se aprofundado rapidamente a partir dos anos 2000. Doha e Ancara vêm seguindo políticas externas alinhadas em diversos pontos importantes da pauta regional, em especial no que diz respeito a tensões regionais envolvendo outros países do Oriente Médio como a Arábia Saudita e o Irã.

A relação catariana com o Irã leva fundamentalmente em conta a necessidade de gestão de recursos energéticos comuns — o maior repositório de gás natural do mundo, o campo South Pars/North Dome, é dividido entre os dois países.

O Catar rompeu relações diplomáticas com o Irã em janeiro de 2016, após multidões atacarem a embaixada saudita em Teerã e o consulado saudita na cidade iraniana de Mashad. Em agosto de 2017, no entanto, as relações diplomáticas entre o Catar e o Irã foram reatadas. Durante o bloqueio do quarteto contra o Catar (2017-2021), o Irã foi, ao lado da Turquia, importante parceiro regional que prestou cooperação ao Catar, sobretudo na área de segurança alimentar. O Catar, por sua vez, presta cooperação e assistência humanitária ao Irã.

Com o fim do bloqueio, o Catar voluntariou-se como intermediário entre os países do CCG e o Irã nos esforços de reaproximação na região, bem como ofereceu seus ofícios como mediador de contatos entre o Irã e os EUA, tendo efetivamente facilitado a troca de mensagens e rodada de negociações entre os dois países.

O Catar buscou também desempenhar papel intermediador em busca de resolução para a questão israelo-palestina. Mediou diversas rodadas de negociação entre Israel e o Hamas desde 2014, que culminaram no acordo de cessar-fogo entre Israel e o Hamas, anunciado em agosto de 2020. O cessar-fogo permitiu abertura de passagens para entrada de bens de consumo na Faixa de Gaza, retomada de reuniões entre a câmara de comércio israelense e empresários palestinos, bem como construção de hospital de campanha norte-americano. A posição catariana é de compromisso com a Iniciativa de Paz Árabe de 2002, segundo a qual os países árabes poderão normalizar suas relações com Israel, caso seja reconhecido o Estado palestino e sejam retomadas as fronteiras anteriores a 1967.

Altas autoridades catarianas têm mantido intensa agenda de visitas ao exterior, realizando périplos na Europa, no Golfo da Guiné, no Leste Asiático, no Sudeste Asiático e na América Latina, além de visitas pontuais a parceiros como os EUA e a Rússia.

ECONOMIA

O Catar é, hoje, um país extremamente próspero, tendo como base econômica principal a indústria de hidrocarbonetos. Desde 2007, o país é o maior exportador de gás natural liquefeito. Ao longo dos anos 2000, o Catar tornou-se também um *hub* aeroportuário intercontinental. Dada sua pequena população, sua renda *per capita* PPP é uma das maiores do mundo: US\$ 95.340 (2021). A sociedade catariana beneficia-se da quase inexistência de impostos e de generosa rede de amparo estatal, bem como de emprego garantido no Estado, que emprega cerca de 80% da população nativa. Os mais de 2 milhões de estrangeiros residentes no país desempenham funções diversas, que vão desde trabalhos técnicos e empresariais até tarefas em serviços básicos e construção civil (a maior parte dos postos de trabalho nos setores produtivos da economia é ocupada por estrangeiros, que representam 88% dos habitantes do país).

O Catar possui significativas reservas de petróleo e a terceira maior reserva de gás natural do planeta (12,5%), atrás somente da Rússia e do Irã. As reservas de petróleo do país correspondem a cerca de 25,2 bilhões de barris (cerca de 1,5% do total mundial), enquanto as de gás natural somam 24,5 trilhões de metros cúbicos, havendo, segundo autoridades catarianas, vida útil de 200 anos de produção.

Segundo os dados da "Autoridade de Planejamento e Estatística" catari, a corrente de comércio do Catar com o mundo em 2022 foi de cerca de US\$ 164,2 bilhões, com exportações de

US\$ 130,8 bilhões e importações de US\$ 33,4 bilhões, com saldo positivo de US\$ 97,3 bilhões. Em 2022, ainda segundo dados da "Autoridade de Planejamento e Estatística", os principais destinos das exportações do Catar foram: a China, a Índia, a Coreia do Sul, o Japão e o Reino Unido. Os principais países de origem das importações do Catar no mesmo ano foram a China, os Estados Unidos, a Índia, a Itália e a Alemanha.

A economia do Catar é extremamente dependente da exportação de hidrocarbonetos. Durante a pandemia, a queda momentânea nos preços internacionais, assim como investimentos em infraestrutura, gastos com pessoal e projetos relacionados à Copa do Mundo de Futebol de 2022, pressionaram as contas públicas catarianas. Em 2021 e em 2022, sobretudo após o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia, a alta dos preços das *commodities* de energia impulsionaram a economia local.

Segundo dados e projeções do FMI, a economia catariana contraiu-se 3,6%, em 2020, cresceu 1,5% em 2021, 4,2% em 2022 e deverá crescer 2,4% em 2023. Ainda segundo o FMI, após déficit em transações correntes de cerca de 2% do PIB em 2020, o país teve saldo de cerca de 14,7% em 2021, e estima-se cerca de 26% em 2022, impulsionado principalmente pela alta das *commodities*.

A produção de petróleo é fator dominante da economia desde a década de 1950. A partir de 1995, o emir Hamad bin Khalifa Al Thani passa a favorecer investimentos em infraestrutura e contratos de exportação de GNL a longo prazo, reorientando o foco da produção para o gás natural.

Em 2008, o setor de gás superou o de petróleo como o de maior participação no PIB nacional (32% do primeiro contra 27% do segundo), tendência que se tem confirmado desde então. A *Qatar Petroleum* (QP) congrega todas as empresas nacionais da cadeia produtiva de hidrocarbonetos sob uma única estrutura. O Catar é hoje o maior exportador mundial de GNL, o qual tem como destino, majoritariamente, as grandes economias do leste asiático, o que resultou no estabelecimento de relações amistosas e relativamente próximas com Japão, China e Coreia do Sul.

Atualmente, o setor de hidrocarbonetos responde, diretamente, por 65% da renda nacional, embora, na prática, toda a economia nacional gire em torno daquele segmento. O segundo setor mais importante, o de serviços financeiros, é responsável por apenas 9% do PIB catariano.

Excedentes oriundos do mercado de hidrocarbonetos são investidos no já mencionado fundo soberano nacional, a *Qatar Investment Authority* (QIA). Estima-se que o fundo controle cerca de US\$ 329 bilhões em ativos, tradicionalmente investidos na Europa e nos EUA, embora esteja em curso projeto de diversificação de focos geográficos de atuação, assim como de alocações de ativos. Empresas locais também recebem importantes inversões do fundo.

A QIA conta com portfólio global que abrange diversas classes de ativos, incluindo ações, renda fixa, *private equity*, ativos imobiliários e em infraestrutura, recursos naturais e "hedge funds". Possui subsidiárias focadas em áreas de atuação específicas, como agronegócio e segurança alimentar (*Hassad Food*), mercado imobiliário (*Qatari Diar*), mineração (*Qatar Mining*), hotelaria (*Katara Hospitality*) e outros. A empresa prefere não assumir o controle das empresas em que investe, limitando-se a posições minoritárias de, no máximo, 25% do controle do capital societário, focando a maioria de seus investimentos no exterior. A QIA fornece poucas

informações sobre a extensão de seus investimentos e sua estratégia de atuação, sendo avaliada como pouco transparente.

No Catar, tradicionalmente, não há impostos sobre renda de pessoas físicas, e são reduzidos os impostos sobre a operação de pessoas jurídicas. Em 2019, tabaco, bebidas alcoólicas, bebidas energéticas e produtos suíños passaram a ser taxados em 100%, e bebidas açucaradas em 50% — medidas que afetam principalmente a comunidade estrangeira.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1867	O Tratado de Assistência Anglo-Catário assegura o domínio da família Al Thani sobre o território do Catar e frustra as ambições da família Al Khalifa, do Bahrein, sobre a região.
1872	A Península Arábica é incorporada ao Império Otomano.
1878	Jassim bin Mohammed Al Thani — fundador do Estado, devido a seu papel na unificação das tribos na Península do Catar e na luta contra a dominação estrangeira — sucede a seu pai, Mohammed bin Thani, como governante da Península (18 de dezembro, data nacional).
1916	O Reino Unido reconhece o xeique Abdullah Al Thani, membro da dinastia dominante na região, como chefe de Estado do Catar e assina tratado bilateral pelo qual oferece proteção ao território catário e passa a supervisionar as relações exteriores do país.
1930	Início da exploração de petróleo no Catar, com a criação da Petroleum Development of Qatar (que dará lugar, futuramente, à estatal Qatar Petroleum).
1949	Ali Al Thani torna-se Chefe de Estado. Início da comercialização do petróleo catário.
1960	Ali Al Thani abdica em favor de seu filho Ahmed bin Ali Al Thani. Ao longo da década de 1960, grandes complexos industriais instalam-se no país, ainda sob tutela britânica, e são abertos os principais campos de extração de petróleo.
1968	O governo britânico anuncia a intenção de retirar suas tropas do Golfo em 1971.
1971	Em 3/9, o Catar torna-se independente. Ahmed bin Ali Al Thani assume o título de emir.
1972	Em meio a crise provocada pelas altas taxas de desemprego no país, o xeique Khalifa bin Hamad Al Thani, sobrinho de Ahmed bin Ali Al Thani assume o poder.
1973	O Estado catário assume o controle dos recursos petrolíferos do país.
1974	Primeiro grande plano quinquenal, com ênfase na construção de complexos siderúrgicos, petroquímicos, de fertilizantes e de gás natural líquido.
1977	É fundada a Qatar University, primeira instituição de ensino superior do país.
1990	O governo catário passa a atribuir prioridade à exploração das reservas de gás natural não-associado, ou seja, reservas de gás não-integrantes de campos de petróleo.
1994	Criação da estatal Qatar Gas.
1995	O xeique Hamad bin Khalifa Al Thani, filho do emir, assume o governo catário. O Catar torna-se o primeiro Estado árabe do Golfo a assumir relações econômicas com Israel, por meio do fornecimento de gás natural.
1996	Em novembro, é fundada a rede de TV Al Jazeera.

2003	O emir nomeia seu filho Tamim príncipe herdeiro. Criação da Cidade Educacional, primeiro grande centro universitário de excelência do Oriente Médio. O Catar torna-se principal ponto de apoio das forças dos EUA na região durante a Guerra do Golfo.
2008	Em junho, a diplomacia catariana medeia as negociações entre as facções envolvidas na crise política libanesa. Em setembro, o Catar passa a mediar as conversações entre os envolvidos na crise de Darfur.
2009	Doha sedia a segunda Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) (março).
2011	"Primavera árabe".
2013	O emir do Catar, Hamad bin Khalifa Al Thani, abdica em favor do príncipe herdeiro Tamim Al Thani, em 25 de junho. Em 26 de junho, o novo emir nomeia o então ministro de Estado do Interior, Abdullah bin Nasser bin Khalifa Al Thani, primeiro-ministro.
2014	Primeira crise diplomática entre o Catar, de um lado, e a Arábia Saudita, os EAU e o Bahrein, de outro (março-novembro).
2015	Início dos ataques aéreos contra alvos houthis no território iemenita pela coalizão integrada por Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Marrocos, Jordânia, Sudão e Egito (26 de março).
2017	A Arábia Saudita, o Bahrein, os EAU e o Egito rompem relações com o Catar, dando início à mais profunda crise diplomática no Golfo desde a criação do CCG (junho).
2021	Fim do bloqueio diplomático sobre o Catar. Celebração do acordo para retomada da "solidariedade entre os países do Golfo" na 41ª Cúpula do Conselho de Cooperação do Golfo: Declaração de Al Ula (5 de janeiro).
2021	Normalização das relações diplomáticas com o Egito e a Arábia Saudita
2022	Catar sedia a 22ª Copa do Mundo de Futebol
2023	Normalização das relações diplomáticas com os Emirados Árabes Unidos e o Bahrein

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1974	O Brasil e o Catar estabelecem relações diplomáticas (20 de maio). Criação da embaixada do Brasil no Estado do Catar, cumulativa com a embaixada em Jedá (Decreto n. 74.148, de 5/6/74).
1983	A missão diplomática do Brasil no Catar passa a ser cumulativa com a embaixada em Abu Dhabi (Decreto n. 88.935, de 31/10/83).
1994	O chanceler do Catar, xeique Hamad Jassen bin Jaber Al Thani, visita o Brasil. É acordada a abertura de embaixadas residentes em Doha e em Brasília (janeiro). O ministro da Indústria, Comércio e Turismo, Élcio Álvares, visita o Catar (dezembro).
1997	O Catar abre embaixada residente em Brasília.
1999	O Catar fecha sua Embaixada em Brasília, diante da falta de reciprocidade pelo Brasil.
2005	O chanceler Celso Amorim visita Doha, ocasião em que entrega ao emir do Catar convite para participar da Cúpula ASPA e anuncia a abertura de embaixada residente do Brasil em Doha (fevereiro). É criada (Decreto n° 5409, de 1º/4/2005) e aberta (maio) a embaixada do Brasil em Doha.
2007	A embaixada do Catar em Brasília é reaberta (junho).
2008	O chanceler Celso Amorim encontra-se com o primeiro-ministro e chanceler catariano, xeique Hamad bin Jaber Al Thani, em Doha, à margem da Conferência sobre o Financiamento ao Desenvolvimento.
2009	O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encontra-se com o emir Hamad bin Khalifa Al Thani, em Doha, à margem da II Cúpula ASPA.
2010	O emir Hamad bin Khalifa Al Thani, acompanhado do primeiro-ministro Hamad bin Jassen bin Jaber Al Thani, visita o Brasil em caráter oficial (janeiro). O presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita de Estado ao Catar (maio). A consorte real, Xeica Mozah bint Nasser Al Missned, viaja ao Rio de Janeiro para participar do 3º Fórum da Aliança das Civilizações, sendo recebida pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (maio). Inaugurada a primeira ligação aérea direta entre os dois países, operada pela Qatar Airways (junho). O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, realiza missão comercial ao Catar, acompanhado de uma delegação de mais de cem empresários brasileiros (dezembro).
2011	O chanceler Antonio Patriota visita o Catar. É recebido pelo emir, pelo primeiro-ministro e pelo ministro de Estado das Relações Exteriores (março). Reunião de Consultas Políticas Brasil-Catar, em Brasília (novembro). O vice-presidente Michel Temer participa, em Doha, do 4º Fórum da Aliança das Civilizações (dezembro).
2012	O vice-chanceler Khalid Al Attiyah visita Brasília e é recebido pelo vice-presidente da

	República, Michel Temer.
2013	<p>O chanceler Antonio Patriota se reúne com o vice-chanceler Khalid Al Attiyah, à margem do 5º Fórum da Aliança das Civilizações, em Viena (fevereiro).</p> <p>Criado, no âmbito do Congresso Nacional, o Grupo Parlamentar Brasil-Catar (atualmente inativo) (outubro).</p> <p>Os ministros do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, e da Previdência Social, Garibaldi Alves Filho, participam, em Doha, do Fórum Internacional de Segurança Social (novembro).</p>
2014	<p>O governador do Distrito Federal, Agnelo Queiroz, visita o Catar, acompanhado de comitiva, tendo sido recebido pelo primeiro-ministro, xeique Abdullah bin Nasser Al Thani. Assinatura do acordo de irmanação entre Brasília e Doha (fevereiro).</p> <p>O ministro do Esporte, Aldo Rebelo, participa, no Catar, do <i>Doha Goals International Forum</i> (novembro).</p> <p>A presidente Dilma Rousseff realiza visita oficial ao Catar (novembro).</p>
2015	O ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Celso Pansera, realiza visita oficial ao Catar e participa da Cúpula Mundial da Inovação em Educação (WISE) (novembro).
2016	O xeique Joaan, irmão do emir e presidente do Comitê Olímpico do Catar, visita o Rio de Janeiro durante os Jogos Olímpicos de 2016.
2017	<p>O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, visita o Catar (maio).</p> <p>O ministro da Defesa, Raul Jungmann, visita o Catar (dezembro).</p>
2019	<p>II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Catar, em Doha (4 de abril).</p> <p>O xeique Jassim Bin Hamad Al-Thani, ex-príncipe herdeiro e irmão do Emir do Estado do Catar, realiza visita ao Brasil no período de 13 a 17 de junho de 2019, no contexto dos jogos da Copa América (visita de cunho particular).</p> <p>O ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Marcos Pontes, visita o Catar (25 e 26 de junho).</p> <p>O Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Rodrigo Maia, visita o Catar (8 de setembro).</p> <p>O Presidente Jair Bolsonaro realiza visita oficial ao Catar (28 de outubro).</p>
2020	Telefonema entre o ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, e o chanceler do Catar, xeique Mohammed bin Abdulrahman Al Thani (16 de junho).
2021	<p>III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Catar, por videoconferência (4 de agosto).</p> <p>Segunda visita do Presidente Jair Bolsonaro ao Catar (17-18 de novembro).</p>
2022	Visita do Secretário de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Almirante Flávio Rocha (maio)
2022	IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Catar (Doha, 31 de agosto)

ACORDOS BILATERAIS

TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Declaração Conjunta Brasil - Catar	1º/2/1994	1º/2/1994	Publicação Direta
Acordo de Serviços Aéreos	20/1/2010	Superado. Acordo substitutivo foi assinado em 28/10/2019.	
Acordo para Evitar a Dupla Tributação dos Lucros do Transporte Aéreo Internacional	20/1/2010	20/1/2010	25/1/2010
Acordo sobre Isenção de Visto em Passaportes Diplomáticos e Especiais	20/1/2010	20/1/2010	5/4/2010
Acordo de Cooperação Econômica e Comercial	20/1/2010	Exposição de motivos e enviada à PR (julho 2021), para envio ao Congresso Nacional.	
Acordo para o Estabelecimento de Comitê de Cooperação Intergovernamental	20/1/2010	20/1/2010	25/1/2010
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Estado do Catar para o Estabelecimento de Consultas Bilaterais	20/1/2010	20/1/2010	14/4/2010
Memorando de Entendimento sobre o Desenvolvimento do Turismo	15/5/2010	15/5/2010	14/6/2010
Acordo de Cooperação Esportiva	15/5/2010	15/5/2010	14/6/2010
Acordo sobre Cooperação Cultural	15/5/2010	Aprovado pelo Congresso Nacional em 2017. Aguarda ratificação.	

Acordo sobre Serviços Aéreos	28/10/2019	EMI de envio ao Congresso foi assinada pelo MInfra em 24/5/2021. Aguarda manifestação do MRE para continuar a tramitação.	
Acordo sobre Isenção Mútua de Visto de Entrada para Portadores de Passaporte Comum	28/10/2019	27/12/2019	14/1/2020
Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Saúde	28/10/2019	Tramitação MRE. Pediu-se à área técnica manifestação de mérito para seguir com a tramitação. Sem respostas até o momento.	
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Grandes Eventos	28/10/2019	28/10/2019	Publicação Direta
Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Diplomático do Estado do Catar sobre cooperação mútua para o treinamento de diplomatas	28/10/2019	28/10/2019	Publicação Direta
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa Do Brasil e o Ministério da Defesa do Estado do Catar sobre Parceria Estratégica relacionada ao Desenvolvimento, Produção e Comercialização de Produtos de Defesa	18/11/2021	18/11/2021	Publicação Direta

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM DOHA

Candidato: MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Marcelo Otávio Dantas Loures da Costa**

Nascido no Rio de Janeiro em 28 de dezembro de 1963, realizou estudos fundamentais e médios no Colégio Santo Inácio, RJ, e graduou-se em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1985. Efetuou curso de Pós-Graduação em Economia Industrial pelo Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1986-1987). Formou-se pelo Instituto Rio Branco (IRBR) em 1989, quando iniciou a carreira diplomática como Terceiro-Secretário. Tem uma filha, que vive nos EUA.

No Ministério das Relações Exteriores, em Brasília, foi Subchefe da Divisão de Serviços Gerais do MRE (1990-1992); Assessor do Diretor do Departamento de Administração do MRE (1992-1994); Assessor do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2001-2002); e Chefe da Divisão de Assuntos Multilaterais Culturais do MRE, encarregado de temas de UNESCO, Mercosul cultural e iniciativas culturais Ibero-Americanas (2005-2008).

Também exerceu várias funções, em Brasília, em outros órgãos do Estado brasileiro: Assessor Especial do Ministro de Estado de Minas e Energia (2000-2001); Diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura (2008-2012); Assessor Internacional da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados – CREDN (2017-2018); Assessor Especial de Relações Internacionais do Ministro de Minas e Energia (2018); Assessor Especial do Presidente da Câmara dos Deputados (2019-2021); e Assessor Internacional da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal – CRE (2021).

No exterior, serviu na Embaixada do Brasil em Washington (1994-1997); Embaixada do Brasil no México (1997-2000); Embaixada do Brasil em Lisboa, cedido para a Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP, para atuar como assessor especial do Secretário Executivo (2003-2005); e foi Delegado Permanente Adjunto do Brasil junto à UNESCO (2012-2017). Como chefe de Posto, é o atual Cônsul-Geral do Brasil em Los Angeles, desde julho de 2021.

Principais trabalhos e artigos publicados

- “Podecrer!”, romance (2001), Editora Francisco Alves (1a edição) e Editora Novo Século (2a. edição).
- “Podecrer!”, roteiro adaptado para o longa-metragem, *Conspiração Filmes* (2007).

- Contribuições diversas para o site *no.mínimo* (2006-2007).
- Contribuições diversas para a revista Piauí (2006-2008).
- Artigos de opinião para o jornal Folha de São Paulo (2007-2008).
- “Minha Pátria é a Língua Portuguesa: o Brasil e a política de promoção do idioma”, tese para o LV Curso de Altos Estudos - CAE (2010).
- Críticas literárias diversas para o jornal Folha de São Paulo (2014-2015).
- Artigos de opinião no jornal Correio Braziliense (2018).
- Artigos de opinião na revista Época (2018-2019).
- Artigos de crítica literária no jornal O Estado de São Paulo (2019).

Condecorações

Ordem do Mérito Tamandaré (1998); Ordem do Rio Branco, Oficial (2002); Ordem do Rio Branco, Comendador (2010); Medalha Mérito Santos Dumont (2020); e Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz (2022).

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E CATAR

(elaborado com base em informações recebidas do Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, antecessor no posto)

I – Relações diplomáticas

As relações diplomáticas entre o Brasil e o Catar foram estabelecidas em 1974, três anos após a independência do Catar. O Brasil se fazia representar por seu embaixador em Jedá (a partir de 1974) e em Abu Dhabi (a partir de 1983), e o Catar, por seu representante permanente junto às Nações Unidas, em Nova York. O Catar abriu embaixada residente em Brasília em 1997, mas a fechou dois anos depois, alegando falta de reciprocidade por parte do Brasil. Em abril de 2005, o Brasil abriu sua embaixada residente em Doha, e a embaixada catariana residente foi reaberta em junho de 2007. Em 2013, foi criado, no Brasil, o grupo parlamentar de amizade Brasil-Catar, ainda não instalado.

As relações políticas bilaterais têm sido positivas, sem ruídos de qualquer natureza, e vêm se intensificando, como comprovam as visitas da Presidenta Dilma Rousseff (2014) e do Presidente Jair Bolsonaro (2019 e 2021) ao Catar, bem como a maior frequência na realização das Reuniões de Consultas Políticas: após a primeira reunião, em 2011, em Brasília, houve encontros em 2019 (Doha), 2021 (remota) e 2022 (Doha).

Entre os principais resultados dos últimos encontros de consultas políticas, registre-se o avanço em negociações de acordos bilaterais, evidenciando o interesse mútuo em temas de natureza variada:

- Acordo sobre Serviços Aéreos.
- Acordo sobre Isenção Mútua de Visto de Entrada para Portadores de Passaporte Comum.
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação no Campo da Saúde.
- Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Grandes Eventos.
- Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Diplomático do Estado do Catar sobre cooperação mútua para o treinamento de diplomatas.
- Memorando de Entendimento entre o Ministério da Defesa da República Federativa Do Brasil e o Ministério da Defesa do Estado do Catar sobre Parceria Estratégica relacionada ao Desenvolvimento, Produção e Comercialização de Produtos de Defesa.

Desde então, registram-se trocas de apoio no contexto multilateral, não apenas no que se refere a candidaturas (Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – IPCC ou UNESCO, por exemplo), mas também a respeito de temas substantivos de relevância para os dois países.

Ainda em relação a visitas de alto nível, mencionem-se a viagem ao Catar do então Ministro das Comunicações, em setembro de 2021, para tratar de possível cooperação no estabelecimento de tecnologias 5G no Brasil; e do então Secretário Especial de Assuntos Estratégicos, em maio de 2022, que englobou a possibilidade de aumento das importações de fertilizantes do Catar e realização de investimentos em sua produção no Brasil, cooperação em defesa, agricultura e planejamento urbano, constituição de zonas francas e educação.

No primeiro semestre de 2023, não houve visitas de grande monta, e o Governo catariano nutre expectativa de nova visita presidencial a Doha, talvez em escala técnica ampliada de eventual viagem à Ásia. Tem-se mencionado, ainda sem confirmação, possível visita do Secretário-Geral da chancelaria catariana a Brasília no segundo semestre deste ano.

Em 2024, serão celebrados os 50 anos das relações Brasil-Catar, o que pode representar oportunidade adicional para a projeção brasileira no país. Há espaço para a promoção do Brasil junto à sociedade e ao governo catarianos, indo além dos fatores positivos que já se encontram presentes (esportes, proteína animal e açaí, entre outros).

II – Relação econômico-comercial

Em 2022, a corrente de comércio entre o Brasil e o Catar foi de US\$ 1,62 bilhão, crescimento de 51% em relação a 2021.

As exportações do Brasil para o Catar totalizaram, em 2022, US\$ 413,1 milhões, aumento de aproximadamente 45,3% em relação ao ano anterior. As importações do Brasil oriundas do Catar totalizaram US\$ 1,208 bilhão, elevação de 53,1% em relação ao ano anterior. A balança comercial entre os dois países apresentou déficit de US\$ 795,3 milhões para o Brasil.

Ainda em 2022, 91,5% da pauta exportadora brasileira concentrou-se em 5 produtos: a) carnes de aves e suas miudezas, comestíveis, frescas, refrigeradas ou congeladas, no valor de aproximadamente US\$ 210 milhões, 51% do total exportado; b) minério de ferro e seus concentrados, no valor de US\$ 94,6 milhões, 23% do total exportado; c) carne bovina fresca, refrigerada ou congelada, no valor de US\$ 35,8 milhões, 8,7% do total exportado; d) tubos e perfis ocos, e acessórios para tubos, de ferro ou aço, no valor de US\$ 20,9 milhões, 5,1% do total exportado; e) demais produtos - indústria de transformação, no valor de US\$ 15,3 milhões, 3,7% do total exportado.

Os principais produtos catarianos importados pelo Brasil em 2022 foram: a) adubos ou fertilizantes químicos, exceto fertilizantes brutos, no valor de US\$ 910 milhões, representando 75% do total importado; b) gás natural, liquefeito ou não, no valor de US\$ 160 milhões, representando 13% do total importado; c) óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (exceto óleos brutos), no valor de US\$ 81,5 milhões, representando 6,7% do total importado; d) elementos químicos inorgânicos, óxidos e sais de halogêneos, no valor de US\$ 28,4 milhões, representando 2,4% do total importado; e) demais produtos - indústria de transformação, no valor de US\$ 28,2 milhões, representando 2,3% do total importado.

No primeiro semestre de 2023, a corrente de comércio entre o Brasil e o Catar foi de US\$ 466,9 milhões, queda de 44,1% em relação ao mesmo período de 2022. As exportações brasileiras totalizaram US\$ 128,9 milhões, redução de 39,3% frente a janeiro-junho do ano passado. Já as importações oriundas do Catar totalizaram US\$ 337,9 milhões, queda de 45,8%. A balança comercial bilateral apresentou resultado líquido de US\$ 209 milhões em favor do Catar, contra US\$ 410,9 milhões no primeiro semestre de 2022.

Foi o menor resultado para as exportações brasileiras ao Catar num primeiro semestre desde 2018, quando registraram US\$ 92,1 milhões. Essa queda, entretanto, reflete em grande medida a diminuição, no período, das importações gerais catarianas de proteína animal, que respondem pela maior parte das vendas brasileiras ao Catar. Portanto, o Brasil não necessariamente perdeu espaço no mercado catariano de proteína animal. Já as importações brasileiras de produtos catarianos repetiu valores mais próximos da média dos primeiros semestres dos últimos anos, com a exceção do ano passado, quando atingiu cifra bastante acima da tendência histórica.

Existe potencial para a diversificação da pauta exportadora brasileira, sobretudo outras commodities já exportadas amplamente para outros países da região: milho, açúcar e pimenta-do-reino, por exemplo. Atividades de promoção comercial direcionadas poderiam colaborar para esse objetivo.

Também merece atenção, nas possibilidades de intercâmbio de bens e serviços com o Catar, o comércio do agronegócio de uma forma mais ampla, incluindo implementos agrícolas, tratores e cooperação técnica. O Catar tem procurado, há alguns anos, cuidar de sua segurança alimentar, substituindo importações de alimentos por produção local. A estratégia, altamente prioritária para o governo local, tem sido bem-sucedida de forma geral, sobretudo em lácteos e ovinos. Técnicas de irrigação são fundamentais para possibilitar cultivos e rebanhos no clima árido do país. Como potência agrícola mundial e detentor de tecnologias específicas para climas mais secos, o Brasil poderia aproveitar o desafio catariano para exportar bens, serviços e tecnologia que pudessem contribuir para o desafio nacional do Catar. Iniciativas dessa natureza não apenas aumentariam nossas exportações, como seriam bem-vindas pelas autoridades catarianas, colaborando para as relações bilaterais de maneira mais ampla.

Dado que cerca de três quartas parte de nossas exportações ao Catar são atualmente representadas por proteína animal (frango e carne bovina), deve-se sempre estar atento a questões sanitárias que possam colocar em risco os fluxos comerciais. Sublinhe-se, como exemplo, o caso de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) no estado do Pará, em janeiro último, e a consequente suspensão das importações catarianas de carne bovina provenientes do Brasil. Muito embora o episódio tenha sido esclarecido pela Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA) de forma célere, com a conclusão de que se tratava apenas de caso atípico da enfermidade, o mercado catariano manteve restrições para as exportações brasileiras até 29 de maio de 2023, data em que, após inúmeras gestões da Embaixada, o governo catariano levantou as limitações e tornou a abrir o mercado.

No que se refere a investimentos, sendo um país pequeno com volumosas exportações de combustíveis fósseis, o Catar apresenta cifras impressionantes de inversões no exterior. O Qatar Investment Authority (o mais importante fundo soberano do país) possui ativos estimados em cerca de US\$ 450 bilhões, com perfil diversificado em termos de setores e países em que investe. Atualmente, a capacidade de investimentos do país atravessa fase particularmente próspera.

Conversas com interlocutores do governo catariano indicam interesse na economia brasileira, sobretudo se avançarmos nas negociações de instrumentos bilaterais em matéria econômica, notadamente acordo para evitar a dupla tributação e acordo de promoção e proteção de investimentos (APPI).

Setor promissor para atrair investimentos catarianos ao Brasil é o de desenvolvimento sustentável, incluindo energia limpa e saneamento básico. O Catar tem procurado avançar em investimentos mais sustentáveis, dentro e fora do país, de forma a contribuir para nova imagem internacional. Projetos brasileiros poderiam ser apresentados aos investidores catarianos, sobretudo os de risco mais baixo, dado o tradicional perfil conservador dos fundos do país.

III – Cooperação Técnica

Não há histórico de iniciativas de cooperação técnica entre Brasil e Catar, apesar de o governo catariano ter manifestado, em diferentes ocasiões, interesse na cooperação técnica bilateral em áreas de interesse comum.

Minuta de Acordo Básico de Cooperação Técnica bilateral foi proposto pelo lado brasileiro em 2010. Desde então, a Agência Brasileira de Cooperação solicitou, em algumas oportunidades, reação à proposta, sem avanços significativos.

Pode haver interesse comum em cooperação trilateral, dada a convergência de conhecimento em cooperação das duas partes e a possibilidade de alinhá-los em benefício de terceiros países em desenvolvimento.

IV – Cooperação em Outras Áreas

- Educação

O Governo do Catar tem procurado estimular a economia do conhecimento, de modo a criar sistema econômico mais diversificado no futuro, em que os combustíveis fósseis tivessem menor importância relativa. Nessa estratégia, uma das iniciativas mais interessantes foi a criação, pela Fundação Catar, em 1997, da Education City, complexo universitário constituído por filiais de algumas renomadas instituições estrangeiras de ensino superior (Georgetown University, Weill Cornell Medicine, Northwestern University, Texas A&M, HEC Paris, entre outras). Atualmente, mais de 800 estudantes recebem, por ano, o diploma de final de curso, incluindo algumas dezenas de brasileiras e brasileiros. Dadas as avaliações positivas da maioria desses alunos brasileiros, seria interessante manter e, na medida do possível, ampliar o intercâmbio.

Além disso, a fundação catariana “Education Above All” manifestou informalmente interesse em atuar novamente no Brasil. Em meados da década de 2010, a fundação investira mais de US\$ 12 milhões em dois projetos educacionais do Rio de Janeiro, em parceria com a “Todos pela Educação” e “Aprendiz”.

Recentemente, a Embaixada do Catar em Brasília transmitiu ao MRE proposta de Memorando de Entendimento para a Cooperação na Área de Educação, Educação Superior e Pesquisa Científica, que busca facilitar o intercâmbio bilateral de pesquisadores, professores e estudantes.

- Defesa

A cooperação em matéria de defesa tem despontado como área de grande interesse bilateral, com importantes repercussões comerciais e econômicas. Por se localizar em região geopolítica de alta propensão a conflitos e por ser um país pequeno, o Catar confere especial atenção à sua capacidade de defesa e mantém alto nível de comprometimento com as demandas de suas forças militares. Além de constante renovação do arsenal, os vastos recursos estatais permitem a compra dos mais modernos equipamentos disponíveis no mercado.

Apesar de considerável presença brasileira no mercado de defesa catariano, há amplo potencial de expansão. Prevalece, do lado brasileiro, a perspectiva de que as relações bilaterais em defesa devam ir além de interesses comerciais, materializados pela compra e venda de material de emprego militar. Aspectos como transferência de tecnologia, capacitação de profissionais e desenvolvimento conjunto de projetos poderão ser explorados à luz do Memorando de Entendimento em Matéria de Defesa, assinado em 2019.

Os dois países negociam, ainda, outro memorando, relativo ao estabelecimento de um fundo de cooperação para expansão da capacidade produtiva no setor de defesa, tendo como contraparte do lado catariano a Barzan Holdings, responsável pelos investimentos estatais no setor. Houve indicações, contudo, que o interesse da Barzan residiria na aquisição de participação em empresas brasileiras já consolidadas.

Em visita ao Catar em novembro de 2021, o então Presidente da República tratou da implementação de contratos já firmados pela empresa brasileira AVIBRAS com o Ministério da Defesa do Catar. Sobre este último tema, registra-se que, em 2022, a implementação dos

contratos foi aparentemente assegurada, após insistentes gestões do governo brasileiro e da própria AVIBRAS junto ao governo local.

V – Temas culturais

Do ponto de vista cultural, o Brasil ainda é um país relativamente distante do Catar. A Embaixada tem procurado promover atividades que colaboram para a difusão da imagem do Brasil junto aos locais.

Durante o ano de 2022, com a realização da Copa do Mundo FIFA no Catar, e no contexto da maior exposição da cultura brasileira no país, a Embaixada participou de diversos eventos de promoção cultural, entre os quais se destacaram a inauguração de mural Brasil-Catar no Katara Cultural Village, o principal centro cultural do país; e a realização do concerto "Gala of Champions", com música clássica dos oito países que lograram vencer a Copa do Mundo em sua história, com a participação da Orquestra Filarmônica do Catar e do Coro de Concerto do Catar.

Em conjunto com as Embaixadas dos países lusófonos em Doha, a Embaixada participou do Dia Internacional da Língua Portuguesa, em 6 de maio último, no Katara Cultural Village. Na ocasião, a Embaixada do Brasil exibiu o documentário "Lixo Extraordinário", muito bem recebido pelo público, composto sobretudo por integrantes da comunidade diplomática local e alunos de cursos de língua portuguesa. Também foram oferecidos produtos típicos da gastronomia brasileira.

Foi organizada, em junho último, festa junina para a comunidade brasileira no Catar, integrantes da comunidade diplomática e funcionários do governo local. O evento, que contou com cerca de 100 participantes, incluiu apresentação musical de trio de brasileiras residentes no Catar, com repertório que incluiu canções de forró, samba, bossa-nova e baião, além de comidas típicas.

VI – Temas consulares

A comunidade brasileira no Catar multiplicou-se nos últimos anos, contabilizando atualmente cerca de 2.000 cidadãos, que atuam, principalmente, como pilotos na empresa Qatar Airways; ocupam posição de destaque na prática de esportes e no treinamento de seleções nacionais, sobretudo no futebol, jiu-jitsu brasileiro (os treinadores vieram ao Catar para treinar o Exército do país), natação e equitação; desempenham funções importantes nos hospitais públicos e privados, bem como em instituições financeiras no país; e, em 2022, prestaram apoio inestimável ao Catar ao ocupar posições de relevância em entidades responsáveis pela organização da Copa do Mundo.

A Embaixada do Brasil presta apoio contínuo à comunidade brasileira, incluindo atos notariais e emissão de documentos oficiais, além de assistência a pessoas com dificuldades ou presas no Catar. No primeiro semestre de 2023, foram emitidos 219 passaportes comuns pela Embaixada.

Desde 2020, foi dispensada a necessidade de visto de turismo entre os nacionais dos dois países. A emissão de vistos de outra natureza para os cidadãos catarianos, ou para cidadãos de terceiros países que visitam o Brasil, aumentou bastante nos últimos anos: foram 33 vistos em 2021, 87 em 2022, e 104 apenas no primeiro semestre de 2023.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO (alinhado ao PEI-MRE)**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como embaixada capaz de promover os interesses do Brasil e dos brasileiros junto ao Estado do Catar, buscando gerar benefícios concretos para o país, por meio de atuação diplomática de alto padrão.

MISSÃO DO POSTO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a representar, defender e promover os interesses do Brasil em suas relações com o Catar, assim como fomentar a cooperação bilateral em todos os âmbitos e níveis.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Conhecimento detalhado e crítico da realidade catariana e das vertentes de atuação interna, regional e internacional do governo local. Consciência plena dos interesses brasileiros no país.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Ampliar e consolidar a relação diplomática com o Estado do Catar nos âmbitos bilateral e internacional, assim como a inserção econômica competitiva do Brasil no mercado catariano, com foco na prosperidade e no desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.
2. Desenvolver cooperação ampla e produtiva com o Estado do Catar em áreas de interesse comum.
3. Promover a imagem e a cultura do Brasil no Estado do Catar.
4. Contribuir para ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão regionais e internacionais, por meio de articulação com o governo catariano.
5. Intensificar a promoção dos produtos e serviços brasileiros no Estado do Catar, prospectando oportunidades e apoiando as empresas e investidores brasileiros.
6. Promover oportunidades de investimento no Brasil com foco na atuação externa de empresas e fundos de capital catarianos.
7. Apoiar e desenvolver a diplomacia da inovação.
8. Promover o Brasil como destino turístico junto ao público catariano.
9. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência no trabalho diplomático do Posto, com vistas a aumentar a sua eficiência e qualidade.
10. Prestar apoio consular à comunidade brasileira radicada no país.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
 (Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I – PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Apoiar tratativas de cooperação em matéria de saúde animal e vegetal com vistas à intensificação do comércio bilateral em matéria agrícola**
 - *Estreitamento dos contatos com o governo catariano, bem como com associações de classe e empresários do setor.*
- 2) Promover maior abertura do mercado catariano aos produtos do Brasil**
 - *Apoiar o diálogo institucional entre as autoridades sanitárias e fitossanitárias de ambos os países, com vistas a não apenas ampliar a base de produtos agropecuários que podem ser exportados para o Estado do Catar, como manter fluido o comércio nas linhas atuais;*
 - *Apoiar iniciativas dos produtores e de associações setoriais brasileiras em atividades de promoção comercial no Estado do Catar;*
 - *Favorecer a participação de exportadores e associações de produtores brasileiros em feiras e eventos realizados no Estado do Catar;*
 - *Promover maior colaboração entre câmaras de comércio e associações homólogas entre o Brasil e o Estado do Catar.*
- 3) Facilitar entendimentos em nível técnico e político com vistas à convergência de posições em foros multilaterais de comércio, em particular na OMC**
- 4) Apoiar e incrementar a participação estratégica do Brasil no fluxo de comércio com o Estado do Catar, bem como apoiar o desenvolvimento de investimentos recíprocos**
 - *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos e serviços brasileiros, buscando diversificar a pauta de exportações brasileiras, hoje concentrada em produtos da agroindústria. Analisar o potencial de exportações de outras commodities já exportadas amplamente para outros países da região: milho, açúcar e pimenta-do-reino, por exemplo;*
 - *Confecção e publicação do “Guia Como Exportar – Estado do Catar”;*
 - *Organização de eventos de promoção de produtos e serviços brasileiros com potencial de ingresso ou expansão no mercado local;*
 - *Buscar investimentos catarianos em projetos e atividades brasileiras, sobretudo na área do desenvolvimento sustentável e energia renovável;*
 - *Interlocução com associações empresariais, importadores e outros atores relevantes no Estado do Catar;*
 - *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
 - *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos brasileiros;*
 - *Palestras dirigidas e diálogo com setores produtivos catarianos;*

- *Apoio a empresários e investidores interessados no mercado brasileiro;*
- *Apoio a empresários e investidores brasileiros interessados no mercado catariano, incluindo de maquinário e insumos agrícolas que contribuam para o desenvolvimento agrícola do Catar;*
- *Apoio a investidores brasileiros em seu processo de instalação no Estado do Catar (“after-care”);*
- *Desenvolvimento e aprofundamento de ações de promoção comercial e “matchmaking”, em parceria com entidades como as federações de indústrias estaduais; e*
- *Promoção da participação brasileira nas principais feiras e exposições de promoção comercial realizadas no Estado do Catar.*

5) Apoiar e incrementar os trabalhos da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira

- *Ações de apoio e realização de eventos conjuntos com a Câmara de Comércio Árabe-Brasileira, visando a fortalecer os vínculos entre as comunidades empresariais do Brasil e do Catar; e*
- *Envolvimento, sempre que cabível, da Câmara de Comércio Árabe-Brasileira em ações de promoção comercial patrocinadas pelo Posto.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações com vistas à abertura do mercado catariano a produtos e serviços brasileiros**
- 2) **Número de gestões realizadas junto a entidades setoriais e a atores relevantes, bem como o número de atividades de inteligência e de promoção comercial**
- 3) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre temas econômico-comerciais**
- 4) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre a resolução de pendências sanitárias e fitossanitárias**
- 5) **Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre eventual instrumento bilateral na área de saúde animal**

II – RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Apoiar e fortalecer a relação bilateral com o Estado do Catar por meio da intensificação de visitas oficiais e de trabalho de lado a lado**
 - *Apoio à realização de visitas oficiais de autoridades brasileiras ao Catar e vice-versa;*

- *Apoio substantivo e de ceremonial aos trabalhos preparatórios à realização de reuniões bilaterais;*
 - *Apoio a contatos e reuniões entre representantes governamentais brasileiros e catarianos, em formato presencial ou virtual; e*
 - *Apoio e defesa do interesse brasileiro no âmbito de tratativas sobre a promoção de projetos de infraestrutura bilaterais.*
- 2. Administrar e ampliar onde possível a interlocução entre as duas Chancelarias**
- *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo catariano, inclusive por meio da realização de reunião de consultas políticas;*
 - *Apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e o Estado do Catar, e*
 - *Representação do Governo brasileiro em cerimônias oficiais, quando cabível.*
- 3. Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa catarianas**
- *Manutenção ativa de contatos regulares com os principais atores da vida política e administrativa local, com vistas a garantir a melhor interlocução possível com o governo e as forças políticas do país, além de canais ágeis para a discussão e o encaminhamento de temas de interesse brasileiro no Estado do Catar;*
 - *Manutenção de intensos contatos, mediante a realização de visitas/reuniões/encontros/eventos, com formadores de opinião, analistas, mundo acadêmico e missões estrangeiras sobre a realidade catariana nos campos político, administrativo, econômico, social, cultural, e de segurança e defesa;*
 - *Produção regular de materiais de registro e análise que permitam ao Governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa catarianas, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, economia, comércio e investimentos, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outros, com vistas a subsidiar a política brasileira em relação ao Estado do Catar; e*
 - *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas da Secretaria de Estado das Relações Exteriores ou de outros órgãos públicos por ela encaminhados.*
- 4. Ampliar o arcabouço normativo do relacionamento bilateral**
- *Identificação de temas prioritários e apoio à negociação de acordos bilaterais de interesse brasileiro, incluindo o Acordo para Evitar a Dupla Tributação e o Acordo de Promoção de Investimentos;*
 - *Provisão de informações e análises sobre propostas do governo catariano para a abertura de negociação de acordos bilaterais; e*
 - *Elaboração de subsídios ao diálogo com diferentes órgãos brasileiros a respeito de propostas realizadas pelo lado catariano.*

5. Fortalecer o diálogo parlamentar bilateral

- Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos entre membros do Congresso Nacional brasileiro e membros do Conselho da Shura catariano; e
- Apoio a visitas/reuniões/encontros/eventos de parlamentares brasileiros relacionados ao Estado do Catar.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões bilaterais realizadas por ano durante a gestão
- 2) Número de visitas oficiais de lado a lado realizadas por ano durante a gestão
- 3) Número de reuniões e eventos com atores políticos, administrativos, econômicos, acadêmicos, formadores de opinião, etc.
- 4) Número de acordos bilaterais concluídos durante a gestão

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

1. Contribuir para maior concertação bilateral em organismos multilaterais dos quais Brasil e o Estado do Catar sejam membros
 - *Elaboração sistemática de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas pelo Estado do Catar em foros multilaterais, como as Nações Unidas e demais órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, entre outros;*
 - *Diálogo com representantes governamentais catarianos sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais; e*
 - *Realização de gestões e apoio a encontros bilaterais de alto nível à margem de reuniões ministeriais e de cúpulas de organismos multilaterais.*
2. Apoiar candidaturas brasileiras a organismos multilaterais que contam com o Estado do Catar entre seus membros
 - *Realização de gestões para buscar o apoio do governo catariano a candidaturas brasileiras em organismos multilaterais e regionais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões promovidas com autoridades catarianas sobre iniciativas e projetos multilaterais de interesse mútuo

- 2) Número de encontros bilaterais de alto nível à margem de foros multilaterais
- 3) Índice de apoio catariano a candidaturas e propostas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais/regionais

IV – PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA E DA LÍNGUA PORTUGUESA DO BRASIL, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade catariana e diversificar as referências culturais brasileiras**
 - *Apoio à inserção brasileira em festivais de cinema;*
 - *Promoção de eventos de fotografia, design, música e dança brasileira;*
 - *Promoção de mostras de artes plásticas;*
 - *Apoio a festivais e eventos que contem com a participação de artistas brasileiros;*
 - *Apoio a eventos de gastronomia brasileira;*
 - *Promoção da literatura brasileira, inclusive por meio de parcerias com feiras internacionais realizadas no país;*
 - *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
 - *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira;*
 - *Apoio à difusão do ensino de artes marciais no Estado do Catar, por meio de instrutores brasileiros; e*
 - *Desenvolvimento de política de atuação nas redes sociais, por meio da criação e/ou atualização dos perfis institucionais do Posto.*
- 2. Ampliar a interlocução entre os setores de promoção comercial e cultural do Posto como forma de promoção da marca Brasil e de agregação de valor aos produtos brasileiros**
- 3. Promover intercâmbio cultural entre os dois países**
 - *Promoção de contatos entre profissionais e artistas brasileiros e catarianos; e*
 - *Fomento ao intercâmbio cultural-artístico e organização de festivais bilaterais.*
- 4. Promover a indústria cultural e criativa brasileira**
 - *Diversificação das ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação entre atores catarianos e brasileiros; e*
 - *Apoio às iniciativas comerciais ou de cooperação para promoção da indústria cultural brasileira no Estado do Catar, a exemplo da produção de grandes eventos.*
- 5. Promover o Brasil como destino turístico de viajantes catarianos**

- *Promoção do Brasil como destino turístico junto ao público consumidor potencial, a operadores turísticos e a influenciadores, com o apoio da EMBRATUR;*
- *Participação brasileira em grandes feiras de turismo no Estado do Catar;*
- *Fortalecimento do diálogo com a EMBRATUR para organização de seminários e eventos junto a operadores de turismo emissivo no Catar; e*
- *Apoio a iniciativas dos Estados e Municípios brasileiros que desejem promover seu turismo receptivo junto ao mercado catariano.*

6. Intensificar a promoção da imagem do país e da marca Brasil junto ao público catariano

- *Realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial, em coordenação com a Apex-Brasil, para divulgação de produtos brasileiros, especialmente de alto valor agregado, além da participação em feiras comerciais e de investimentos, bem como em atividades culturais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de eventos brasileiros de cinema, música, dança, artes plásticas e literatura
- 2) Número e qualidade de ações de promoção cultural aprovadas e realizadas durante a gestão
- 3) Número e qualidade de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão
- 4) Número e qualidade de ações de promoção do turismo e reuniões com a EMBRATUR aprovadas e realizadas durante a gestão
- 5) Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa - Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões de coordenação com a Apex-Brasil realizadas durante a gestão

V – COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Promover a cooperação com o Estado do Catar na área do desenvolvimento sustentável e da proteção ambiental
 - *Realização de reuniões bilaterais para tratar de possibilidades de cooperação em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável;*
 - *Promover a participação brasileira em eventos no Estado do Catar ligados à temática ambiental e à promoção do desenvolvimento sustentável, bem como*

promover a participação de autoridades catarianas em eventos realizados no Brasil;

- *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia;*
- *Apoio ao diálogo entre especialistas e acadêmicos catarianos e brasileiros para troca de experiências em matéria ambiental;*
- *Apoio à aproximação científico-tecnológica em áreas com efeitos positivos para o desenvolvimento sustentável, como os setores de desenvolvimento de energias limpas, de eficiência energética e de eliminação de resíduos sólidos, entre outros;*
- *Apoio à negociação de acordos bilaterais e internacionais na temática de desenvolvimento sustentável e cooperação para proteção do meio ambiente; e*
- *Análise dos impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima no Estado do Catar.*

2. Promover a aproximação das posições catarianas e brasileiras em foros internacionais de meio ambiente

- *Realização de reuniões técnicas bilaterais para tratar de possibilidades de maior entendimento de posições de lado a lado em reuniões e negociações internacionais em matéria de meio ambiente e desenvolvimento sustentável.*
- *Promover possível cooperação e atuação conjunta no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC COP 28);*

3. Desenvolver e identificar possibilidades de cooperação técnica bilateral na área de desenvolvimento sustentável e proteção ambiental

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de reuniões, ações e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão

VI – COOPERAÇÃO EM AGROPECUÁRIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. Contribuir para o fortalecimento da cooperação científico-tecnológica entre o Brasil e o Estado do Catar

- *Incentivo à cooperação com governo catariano para compartilhamento de conhecimento na área de CT&I;*
- *Promoção de iniciativas de intercâmbio acadêmico e governamental na área de CT&I, inclusive inteligência artificial;*
- *Promoção da cooperação entre start-ups brasileiras e instituições catarianas em particular nos setores de "fintech" e "agrotech";*
- *Apoio ao diálogo entre os ministérios técnicos competentes sobre possibilidades de cooperação em tecnologias de ponta, como internet, software,*

telecomunicações, usos pacíficos do espaço exterior e biotecnologia, tecnologias de dessalinização, entre outras;

2. **Desenvolver e identificar novas possibilidades de cooperação bilateral na área de CT&I**
3. **Apoio à aproximação científico-tecnológica no setor acadêmico e empresarial**
 - *Diálogo com representantes da indústria de CT&I no Estado do Catar, com vistas a incrementar a cooperação em áreas consideradas mais estratégicas;*
 - *Apoio à realização de missões e eventos bilaterais na área de CT&I;*
 - *Promoção de cooperação entre parques tecnológicos dos dois países; e*
 - *Apoio e promoção de startups brasileiras no mercado catariano.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) **Número de reuniões e gestões do Posto sobre o tema**
- 2) **Número de ações de promoção tecnológica aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais, eventos e missões**

VII - COOPERAÇÃO EM DEFESA

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1. **Incentivar a cooperação e a interlocução entre autoridades de defesa e forças policiais do Brasil e do Estado do Catar**
2. **Contribuir para o fortalecimento do arcabouço normativo da cooperação bilateral em defesa**
 - *Prestação de apoio a processos de negociação e troca de informações sobre atos bilaterais no setor de defesa entre Brasil e o Estado do Catar.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1. **Número de contatos com autoridades catarianas de defesa e de reuniões bilaterais em matéria de defesa e cooperação policial durante a gestão**
2. **Número de contatos com autoridades de defesa locais, reuniões com entidades setoriais e com empresas brasileiras de produtos de defesa**
3. **Número de outras ações de promoção de produtos de defesa durante a gestão**

VIII - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO ESTADO DO CATAR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1. Desenvolver mapeamento da comunidade brasileira no Estado do Catar**
 - 2. Garantir a oferta de serviços de qualidade aos nacionais e estrangeiros que necessitarem serviços consulares**
 - 3. Buscar facilitar o apoio à comunidade brasileira residente em território catariano**
 - 4. Promover o diálogo consular com a Chancelaria catariana, com vistas a solucionar eventuais problemas relativos a políticas migratórias e assuntos relativos à realidade dos residentes brasileiros**
 - 5. Ampliar instrumentos de divulgação da oferta de serviços consulares junto à comunidade brasileira**
- ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- 1) Número de reuniões e contatos com representantes das comunidades brasileiras no Estado do Catar**
 - 2) Número de reuniões com a Chancelaria catariana sobre os temas de interesse da comunidade brasileira residente no país**
 - 3) Qualificação dos serviços do posto pelos usuários dos serviços consulares**
 - 4) Número de usuários atendidos pelo setor consular**

Minuta

RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF)
nº 54, de 2023 (nº 389/2023, na origem), da
Presidência da República, que *submete à
apreciação do Senado Federal, de conformidade
com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o
art. 39, combinado com o art 41 da Lei nº 11.440,
de 2006, o nome do Senhor MARCELO OTÁVIO
DANTAS LOURES DA COSTA, Ministro de
Primeira Classe da Carreira de Diplomata do
Ministério das Relações Exteriores, para exercer
o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do
Catar.*

Relator: Senador **HAMILTON MOURÃO**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do Senhor MARCELO OTÁVIO DANTAS LOURES DA COSTA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Estado do Catar.

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atenção ao disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores encaminhou currículo do diplomata.

Dele consta que o indicado nasceu em 28 de dezembro de 1963, na cidade do Rio de Janeiro – RJ. Obteve título de bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 1985. Na mesma instituição, cursou pós-graduação em Economia Industrial. No

Instituto Rio Branco, frequentou o Curso de Formação à Carreira Diplomática no ano de 1988; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1999; e o Curso de Altos Estudos em 2010, ocasião em que apresentou tese intitulada “Minha pátria é a língua portuguesa: o Brasil e a política de promoção do idioma”.

O diplomata referido tornou-se Terceiro-Secretário em 1989 e Segundo-Secretário em 1995. Por merecimento, chegou a Primeiro-Secretário em 2001, a Conselheiro em 2006, a Ministro de Segunda Classe em 2010 e a Ministro de Primeira Classe em 2018.

Entre as funções por ele ocupadas, destacamos as seguintes: assessor especial do Ministro de Estado de Minas e Energia (2000/01); Primeiro-Secretário na Embaixada do Brasil em Lisboa (2003/05); chefe da Divisão de Acordos e Assuntos Multilaterais Culturais do Itamaraty (2005/08); Diretor de Relações Internacionais do Ministério da Cultura (2008/12); Ministro-Conselheiro na Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO (2012/17)]; e, desde 2021, Cônsul-Geral em Los Angeles.

Para além disso, o indicado é autor de ficção e tem contribuições diversas em jornais e revistas brasileiras.

Ainda em atendimento às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) sobre o Estado do Catar. Constam informações acerca das relações bilaterais com o Brasil, inclusive com dados básicos desse país, suas políticas interna e externa, sua situação econômica, bem como menção a acordos bilaterais celebrados.

Trata-se de um emirado absolutista, com parlamento unicameral, que se localiza em uma pequena península na margem sul do Golfo Pérsico. A capital do país é a cidade de Doha, residência de mais de 80% da sua população, que é estimada em 2,9 milhões de habitantes. Desse contingente humano, 88% são estrangeiros e 68% professam o Islã, religião oficial.

O Catar encontra-se na posição de número 42 (entre 191) no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O país detém a maior renda *per capita* do mundo. A economia catariana, por sua vez, está fortemente baseada no comércio internacional de hidrocarbonetos, sobretudo petróleo e gás,

responsável por 65 % da renda nacional. Desde 2007, o país é o maior exportador de gás natural liquefeito. Vale ressaltar que esse setor responde por 65% da renda nacional.

A diplomacia do Catar busca se destacar por meio da promoção de grandes eventos internacionais, a exemplo da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio em 2001, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-18, 2012) e da Copa do Mundo de Futebol realizada em 2022.

Brasil e Catar estabeleceram relações diplomáticas em 1974. Em 2005, o Brasil abriu embaixada residente em Doha. Em 2007, foi reaberta a embaixada residente do Catar no Brasil. As relações políticas bilaterais são positivas e têm se intensificado, como se pode ajuizar das recentes visitas presidenciais (outubro de 2019 e novembro de 2021), bem como pela maior frequência na realização de Reuniões de Consultas Políticas.

Some-se a esse quadro, expressivo potencial de cooperação na área de ciência, tecnologia e inovação. Nesse sentido, o Emirado atribui especial atenção ao tema como parte de sua estratégia de diversificação econômica. Por meio da *Qatar Foundation Research, Development and Innovation*, o país atua como um dos principais promotores do desenvolvimento de um ecossistema de pesquisa e inovação, que tem como áreas prioritárias energia e meio ambiente; ciências da computação e tecnologias da informação e comunicação; saúde e ciências da vida.

O intercâmbio comercial bilateral intensificou-se, de modo notável, a partir de 2000. Ele passou de US\$ 27 milhões para mais de US\$ 1,6 bilhão em 2022. Nesse intervalo, o saldo da balança comercial mostrou-se favorável ao Brasil até 2011, tendo apresentado déficit a partir de 2012, em razão das crescentes importações brasileiras de gás natural e ureia. O Brasil exporta principalmente minério de ferro, alumina e produtos alimentícios, com destaque para carne de frango. Por outro lado, importa, como referido, gás natural liquefeito, polietileno e fertilizantes (sobretudo ureia).

Digno de registro é, ainda, o fato de o Catar ser tradicional importador de produtos de defesa do Brasil. Cuida-se do nosso segundo maior cliente no Golfo após a Arábia Saudita. No ponto, vale notar que o país consome 7% do seu Produto Interno Bruto (PIB) com produtos de defesa. Esse contexto o coloca na 6ª posição entre os maiores importadores

desses produtos no mundo. Atento a essa circunstância, foi assinado, durante visita presidencial de 2019, o Memorando de Entendimento entre os Ministérios da Defesa do Brasil e do Catar sobre “Parceria Estratégica Relacionada ao Desenvolvimento, Produção e Comercialização de Produtos de Defesa”.

Apesar dos números expressivos, dados apresentados pelo MRE apontam para queda de 44,1% na corrente de comércio entre os dois países no primeiro semestre do ano corrente. Até o momento, a balança comercial aponta para resultado líquido favorável ao Catar. Esse contexto reflete, de alguma forma, a diminuição das importações catarianas de proteína animal.

No plano dos investimentos, estima-se em cerca de US\$ 329 bilhões os ativos do fundo soberano no Catar [*Qatar Investment Authority (QIA)*]. Desse montante, o Catar tem estoque de aplicações de aproximadamente US\$ 7 bilhões no Brasil, em áreas como transporte aéreo (Latam), bancos, agricultura, petróleo e gás, editorial e de educação (Grupos Anglo e Sigma; editoras Saraiva, Ática e Scipione). Sobressaem, também, investimentos nos setores imobiliário e financeiro.

Registrados, por fim, que o número de brasileiros residindo no Catar é estimado em 1.800, segundo dados da Embaixada em Doha.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

5



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 55, DE 2023

(nº 390/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUSTAVO ROCHA DE MENEZES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 390

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de agosto de 2023.

EM nº 00213/2023 MRE

Brasília, 1 de Agosto de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil na República da União de Myanmar, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **GUSTAVO ROCHA DE MENEZES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Lecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 507/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GUSTAVO ROCHA DE MENEZES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 03/08/2023, às 18:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4465133** e o código CRC **506828FD** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.007001/2023-70

SUPER nº 4465133

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426

Telefone: 61-3411-1121

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE GUSTAVO ROCHA DE MENEZES
CPF.: [informações pessoais](#)

1967 Filho de [informações pessoais](#), nasce em 4 de março, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

- | | |
|------|---|
| 1988 | Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro |
| 1990 | Mestrado em Relações Internacionais, sem defesa de tese, Instituto de Relações Internacionais - IRI - PUC-Rio, 1990 |
| 1995 | Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr |
| 2004 | Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - CAD - IRBr |
| 2004 | Mestrado em Política Econômica Internacional, London School of Economics and Political Science - LSE, Universidade de Londres |
| 2012 | Curso de Altos Estudos - CAE - IRBr, "As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil". |

Cargos:

- | | |
|------|--|
| 1995 | Terceiro-secretário |
| 2000 | Segundo-secretário |
| 2005 | Primeiro-secretário, por merecimento |
| 2009 | Conselheiro, por merecimento |
| 2014 | Ministro de segunda classe, por merecimento |
| 2022 | Ministro de primeira classe, por merecimento |

Funções:

- | | |
|---------|---|
| 1996-97 | Divisão da América Meridional II, DAM-II, Assistente |
| 1997-98 | Departamento das Américas - DAA, Assessor |
| 1998-00 | Secretaria-Geral, Assessor |
| 2000-03 | Embaixada em Londres, Terceiro e Segundo Secretário |
| 2003-06 | Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro Secretário |
| 2006-11 | Embaixada em Pequim, Primeiro Secretário, Conselheiro e Ministro-Conselheiro Comissionado, Encarregado de Negócios a.i. |
| 2011-16 | Divisão de China e Mongólia - DCM, Chefe |
| 2016-19 | Consulado-Geral em Barcelona, Ministro de Segunda Classe, Cônsul-Geral Adjunto |
| 2019 | Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro |
| 2019-20 | Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, Ministro-Conselheiro |
| 2020-21 | Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Subchefe |
| 2021-22 | Gabinete do Ministro de Estado da Saúde, Chefe do Gabinete |

Publicações:

- | | |
|------|---|
| 2013 | "As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil", Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, Brasília |
|------|---|

Condecorações:

- | | |
|------|-------------------------------------|
| 2010 | Medalha do Pacificador |
| 2020 | Ordem de Rio Branco, Grande Oficial |

2020	Medalha Mérito Tamandaré
2022	Medalha do Mérito Oswaldo Cruz, Ouro

FERNANDO PERDIGÃO
Chefe da Divisão do Pessoal

MYANMAR



INFORMAÇÃO OSTENSIVA Junho de 2023

DADOS BÁSICOS SOBRE MYANMAR

Nome Oficial:	República da União de Myanmar
Gentílico:	myanmarenses
Capital:	Nay Pyi Taw (desde 2006); Yangon (até 2005)
Área:	676.578 km ²
População:	54,2 milhões (FMI, 2022)
Línguas oficiais:	birmanês (oficial)
Principais religiões:	Budismo (87,9%); Cristianismo (6,2%), Islamismo (4,3%), outras ou nenhuma (1,6%)
Sistema de governo:	República Presidencialista
Poder Legislativo:	Bicameral: Casa das Nacionalidades (<i>Amyotha Hluttaw</i>): 224 membros – 168 eleitos e 56 indicados pelas Forças Armadas (<i>Tatmadaw</i>); e Casa dos Representantes (<i>Pyithu Hluttaw</i>): 440 membros – 330 eleitos e 110 indicados pelo <i>Tatmadaw</i> .
Chefe de estado:	Presidente Myint Swe (interino desde fevereiro de 2021)
Chefe de governo:	General Min Aung Hlaing (desde fevereiro de 2021)
Ministro dos Negócios Estrangeiros:	U Than Swe (desde fevereiro de 2023)
PIB nominal (est 2023, FMI):	US\$ 63,99 bilhões
PIB PPP (est 2023, FMI):	US\$ 278,16 bilhões
PIB <i>per capita</i> (est 2023, FMI):	US\$ 1.180
PIB <i>PPP per capita</i> (est 2023, FMI):	US\$ 5.130
Variação do PIB (FMI):	3,2% (2020); -17,9% (2021); 2,0% (2022); 2,6% (est. 2023)
IDH (2020, PNUD)	0,593 (147 ^a posição entre 189 países)
Comércio bilateral (2022)	US\$ 76,2 milhões (-9,8%)
Saldo da balança comercial (2022)	Superávit de US\$ 52,6 milhões (tradicionalmente superavitário)
Total exportações brasileiras (2022)	US\$ 64,4 milhões (-16,4%); 113 ^º destino
Principais produtos exportados	Farelos de soja (65%); carnes e miudezas (25%); café (5,6%).
Total importações brasileiras (2022)	US\$ 11,8 milhões (+57,3%); 104 ^a origem
Principais produtos importados	Vestuários têxteis e casacos (69,8%); calçados (11%); madeira (6,1%); e aparelhos elétricos (4,5%).
Ranking do Brasil no comércio exterior de Myanmar (2020)	17º fornecedor / 68º destino
Investimentos de Myanmar no Brasil	Não há registros de investimentos de Myanmar no Brasil.
Investimentos do Brasil em Myanmar	Não há registros de investimentos brasileiros em Myanmar.
Acordo comercial / Diálogo exploratório	Não há acordo comercial em vigor, tampouco diálogo exploratório.
Expectativa de vida (2019, PNUD):	67,1 anos (últimos dados disponíveis antes do golpe)
Alfabetização (2019):	75,6% (últimos dados disponíveis antes do golpe)
Índice de desemprego (2020, FMI):	4% (últimos dados disponíveis antes do golpe)
Unidade monetária:	kyat
Embaixador em Brasília:	Aung Kyaw Zan (desde 16 de novembro de 2022)
Embaixador do Brasil em Yangon:	<em processo de designação>
Brasileiros no país:	41 residentes (estimativa pré-pandemia)

INTERCÂMBIO COMERCIAL – US\$ milhões (fonte: Ministério da Economia)

Brasil → Myanmar	2013	2015	2017	2019	2020	2021	2022	2023 ¹¹
Intercâmbio	13,4	42,2	148,7	69,7	52,0	84,5	76,2	20,4
Exportações	12,8	40,1	144,7	55,4	40,2	77	64,4	14,9
Importações	0,6	2,1	4,0	14,3	11,8	7,5	11,8	5,5
Saldo	12,2	38,0	140,7	41,1	28,4	69,5	52,6	9,4

¹¹ Dados até maio de 2023.

APRESENTAÇÃO

Ao longo do século XIX, diversas cidades-estados e reinos ocupavam a área que hoje corresponde ao território myanmarensse. A antiga Birmânia, atual República da União de Myanmar, tornou-se independente do Reino Unido em 1948. Localizado em área estratégica no Sudeste Asiático – com saída para o oceano Índico e fronteiras terrestres com Bangladesh, China, Índia, Laos e Tailândia –, o país possui grande população (cerca de 55 milhões de habitantes) e abundantes recursos naturais em território superior a 676 mil km².

Myanmar divide-se em sete estados – *Chin, Kachin, Kayah, Mon, Rakhine e Shan* –, mas organiza-se sob a forma de Estado unitário. Desde 2005, sua capital é Nay Pyi Taw. Com história permeada por conflitos de natureza étnica, o país passava, até 2021, por processo de redemocratização, em que as Forças Armadas – *Tatmadaw* – vinham gradualmente transferindo o controle dos rumos do país aos setores civis.

Em fevereiro de 2021, o *Tatmadaw* decretou Estado de Emergência e deteve a Conselheira de Estado Aung San Suu Kyi e o presidente Win Myint, juntamente com outras autoridades e ativistas, em movimento deflagrado na véspera da posse do novo parlamento, eleito em novembro de 2020. Desde então, instalou-se regime militar que segue no poder.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Min Aung Hlaing

Presidente do Conselho Administrativo de Estado e Primeiro-Ministro



Nasceu em 1956, em Tavoy. Formou-se em Direito pela Universidade de Yangon, em 1974, antes de ingressar, em sua 3^a tentativa, na principal academia militar do país, a *Defence Services Academy* (DSA). Assumiu o comando do Exército myanmarensse em 2011, quando a transição para a democracia se iniciava no país, e desde então ascendeu progressivamente na vida política do país.

Esteve diretamente envolvido em diversos conflitos contra insurgências étnicas e na repressão e perseguição à minoria *Rohingya*, em agosto de 2017. Como consequência, foi alvo de sanções por parte dos Estados Unidos. Em fevereiro de 2021, ao alegar fraudes eleitorais, liderou a tomada de poder pelo *Tatmadaw*, tendo ordenado a prisão do então presidente U Win Myint e da conselheira de Estado Aung San Suu Kyi, além de outras autoridades. Em seguida, declarou-se comandante do país e criou o Conselho Administrativo de Estado, órgão que passou a presidir.

Myint Swe
Presidente da República



Nasceu em 1951, em Mandalay. Fez carreira militar, tendo-se formado, em 1971, na Defence Services Academy (DSA), principal academia militar do país, responsável pelo treinamento dos oficiais das Forças Armadas de Myanmar. Comandou a cidade de Yangon, a maior do país, e foi comandante militar da região por anos. Em 2007, durante a revolta de monges, conhecida como “Revolução Açafrão”, foi responsável pelo reestabelecimento da ordem, com repressão que matou dezenas e prendeu centenas de pessoas.

Em 2018, foi indicado pelo *Tatmadaw* ao cargo de vice-presidente, para integrar o governo de Aung San Suu Kyi. Com o golpe, assumiu interinamente a presidência do país, antes de passar o poder para o Gen. Min Aung Hlaing. Myint Swe já havia desempenhado o cargo de presidente interino em 2018, após a renúcia do então presidente Htin Kyaw.

RELAÇÕES BILATERAIS

As relações diplomáticas entre o Brasil e Myanmar foram estabelecidas em 1982. Myanmar mantém embaixada em Brasília desde 1996, a única na América do Sul. O estabelecimento da representação seguiu-se à visita a Brasília, em outubro de 1994, do então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, U Nyunt Swe.

A Embaixada residente do Brasil em Yangon foi criada em janeiro de 2010 e instalada em outubro daquele ano. Motivou a decisão brasileira, entre outros, o fato de Myanmar ter população numerosa (cerca de 55 milhões de habitantes); importante dotação de recursos naturais; e localização estratégica, no Sudeste Asiático, com possibilidade de conexão entre Índia e China, sem passagem pelo Estreito de Málaca. Além disso, Myanmar preparava-se, à época, para realizar as primeiras eleições parlamentares desde 1990, as quais viriam a constituir um ponto de inflexão no processo de transição democrática do país.

As relações bilaterais vinham se desenvolvendo, com progressiva troca de visitas de autoridades. Em 2016, o então ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, visitou o país. Em julho de 2017, esteve no Brasil o ministro dos Recursos Naturais e da Conservação Ambiental myanmarensse, Ohn Win, em missão organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O ministro Ohn esteve novamente no Brasil em março de 2018, para participar do VII Fórum Mundial da Água, em Brasília. Também visitaram o Brasil, em anos anteriores, o ministro da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ohn Myint, em maio de 2015; e o vice-presidente da República myanmarensse, Sai Mauk Kham, em junho de 2012.

Estão em vigor acordos bilaterais nas áreas de cooperação técnica e isenção de vistos. Em 2012, foi estabelecido mecanismo de consultas políticas. A terceira e mais recente reunião de consultas foi realizada em agosto de 2018, em Nay Pyi Taw.

Desde o golpe militar de fevereiro de 2021, o Brasil tem buscado acompanhar com atenção os desdobramentos no país e tem mantido expectativa de rápido retorno do país à normalidade democrática. Foram divulgadas três notas à imprensa. A primeira, de 2/2/2021, afirmou que “o Brasil tem a expectativa de um rápido retorno do país à normalidade democrática e de preservação do estado de direito”. Em 19/3/2021, diante da escalada da violência, nova nota à imprensa apresenta apelo “pela contenção no uso da força contra manifestações pacíficas e deplora o número crescente de vítimas fatais”. Reitera ainda “o chamado à restauração da normalidade democrática e defende a libertação dos presos políticos”. Em 26/4/2021, o governo

brasileiro expressou votos de êxito à ASEAN em seus esforços e tomou nota, com apreço, do “Consenso de Cinco Pontos” alcançado na cúpula de Jacarta, em 24/4/2021, e encorajou a plena implementação das decisões do encontro. Reiterou, igualmente, o chamado pelo fim da violência e a expectativa de “retorno à vigência das normas constitucionais no mais breve prazo”.

O Brasil tem condenado a continuação dos atos de violência e a falta de avanços na implementação do Consenso de Cinco Pontos. Tem sido contrário à adoção de embargos ou sanções a Myanmar, favorecendo os esforços de mediação da ASEAN e o diálogo com todas as forças políticas locais. O país tem apoiado iniciativas em defesa dos direitos humanos e do retorno à democracia em Myanmar, incluindo na OMC, na CDH e, apartir de 2022, no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Cooperação técnica

Entre 2013 e 2016, o Brasil prestou programa de assistência a Myanmar na produção de soro antiofídico, implementado por meio do Instituto Butantan e voltado ao treinamento de especialistas myanmarenses. Em outubro de 2022, foi assinado o Termo de Ajuste Complementar, documento que servirá de base para a 2^a fase do projeto, sobre melhoramento de metodologias e técnicas de produção de soro antiofídico. Trata-se de projeto importante para Myanmar, país que ainda registra número considerável de vítimas, muitas fatais, de picadas de cobras.

A ABC e o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), com sede em Brasília, organizaram, em 2017, visita de estudos de delegação myanmarensse com autoridades de diferentes ministérios, com vistas a apresentar programas brasileiros voltados à alimentação escolar.

Há interesse myanmarensse em também receber cooperação referente à preparação de censos laborais. O tema foi tratado em videoconferência entre a ABC, a Fundação João Pinheiro (FJP) e o Ministério do Trabalho, Imigração e População do Myanmar (MOLIP), em fevereiro de 2021.

Em 2018, durante missão técnica ao Brasil, o MOLIP expressou interesse em receber cooperação do IBGE na preparação do censo naquele país, previsto para 2024. Em junho de 2022, a diretora-geral do MOLIP reiterou esse interesse ao embaixador do Brasil, pois Myanmar almeja realizar a transição da coleta de dados em papel para a coleta eletrônica no censo de 2024.

Assuntos consulares

Com base nas matrículas consulares, a comunidade brasileira em Myanmar era composta, antes da pandemia, por 41 cidadãos. Em sua maioria, professores, funcionários de organizações internacionais e ONGs, profissionais liberais, trabalhadores do setor hoteleiro e turismo e jogadores de futebol, e suas famílias.

Em 2022, foi descoberta a existência de brasileiros em Myanmar trabalhando em condições análogas à escravidão. Tratava-se de grupo de jovens aliciados no Brasil para trabalhar em serviços prestados via internet com jornadas exaustivas e submetidos a ameaças de violência física e psicológica. Em dezembro, o Brasil logrou a libertação dos 13 nacionais, que foram devidamente alocados em voos de retorno ao Brasil, com passagens aéreas custeadas pelo Itamaraty.

POLÍTICA INTERNA

Com a Constituição de 2008, o país conformou-se em república parlamentarista, com a denominação de República da União de Myanmar. O Parlamento é bicameral, dividido em Casa das Nacionalidades (câmara alta) e Casa dos Representantes (câmara baixa). A primeira possui 224 assentos: 168 parlamentares eleitos diretamente, por maioria absoluta, em sistema distrital, e 56 indicados pelos militares (25% do total). A segunda casa é composta por 440 assentos: 330 membros eleitos diretamente, por maioria simples, em sistema distrital; e 110 indicados pelos militares (25% do total). Os membros de ambas as casas exercem mandatos de cinco anos.

Os principais partidos em Myanmar, até o golpe de fevereiro de 2021, eram a Liga Nacional Democrática (*NLD*), de centro-esquerda, que estava à frente do governo deposto pelo *Tatmadaw*; o Partido da União Solidariedade e Desenvolvimento (*USDP*), conservador, budista, até então de oposição; a Liga das Nacionalidades Shan para Democracia (*SNLD*), de centro-esquerda, pró-Federalismo e autodeterminação; o Partido Nacional Arracão (*ANP*), de direita e porta-voz da etnia *Rakhine*; o Partido Nacional *Ta'ang* (*TNP*), nacionalista em prol da etnia *Ta'ang*; e a Organização Nacional *Pa-O* (*PNO*), representante dos interesses da etnia *Pa-O*.

As mais recentes eleições ocorreram em 8/11/2020. No pleito, a *NLD* superou expectativas e obteve grande maioria dos assentos em disputa. O *USDP*, por seu turno, reduziu o número de assentos em relação aos obtidos em 2015.

O Judiciário myanmarese é formado pela Suprema Corte da União, Altas Cortes da Região; Altas Cortes do Estado; Corte da Divisão Autoadministrada; Corte da Zona Autoadministrada; tribunais distritais e municipais; bem como tribunais especiais (para delitos de juventude, trânsito, etc.). Orgão máximo do sistema judiciário é a Suprema Corte, integrada por, no mínimo, sete e, no máximo, onze juízes. Todos os membros são nomeados pelo presidente, mediante aprovação da câmara baixa, e normalmente permanecem no cargo até a aposentadoria compulsória, aos 70 anos de idade. O sistema normativo em Myanmar incorpora elementos da *common law* britânica e do direito consuetudinário.

No Executivo, o presidente – que acumula as chefias de estado e de governo – é eleito indiretamente, em votação no Parlamento, por maioria simples. Seu nome é escolhido a partir de lista com três candidatos indicados pelo Colégio Eleitoral Presidencial – composto por membros das câmaras alta e baixa, e por militares. Os demais candidatos tornam-se vice-presidentes. O mandado presidencial é de cinco anos. Em 30 de março de 2018, tomou posse o presidente Win Myint, deposto menos de três anos depois. O cargo de Conselheiro de Estado foi criado em 2016, com mandato equivalente ao presidencial. Suas funções assemelham-se àquelas de primeiro-ministro, na medida em que atua como elo entre Parlamento e Executivo.

Vida política

Até o início de 2021, a ex-conselheira de estado Aung San Suu Kyi – que acumulava, entre outros, o cargo de ministra dos Negócios Estrangeiros – era considerada a líder *de facto* do país. Sua administração vinha operando em limitado campo de ação. Tinha, no entanto, objetivos ambiciosos, como a negociação de acordo de paz e reconciliação nacional; a criação de estado federal; a reforma da constituição para estabelecer regime democrático pleno; e o desenvolvimento econômico e social.

Não logrou, contudo, avançar nesses objetivos ao mesmo tempo em que (i) coabitava o poder com o *Tatmadaw*; (ii) enfrentava as demandas de Organizações Étnicas Armadas (EAO), que contam com largo histórico de insubmissão ao poder central e expressivo poder econômico; (iii) crescente influência política e popular de vertentes nacionalistas e intolerantes do budismo; e (iv) rápida depreciação de apoio político internacional, em razão da crise humanitária dos *Rohingya*.

Golpe de Estado

Em 1º de fevereiro de 2021, as Forças Armadas de Myanmar (*Tatmadaw*) decretaram estado de emergência e detiveram a conselheira de estado Aung San Suu Kyi e o presidente Win Myint, além de outras autoridades e ativistas. O movimento ocorreu às vésperas da posse do Parlamento eleito em novembro de 2020, em pleito que deu ampla vitória à Liga Nacional pela Democracia (NLD), partido de Aung San Suu Kyi.

Manifestações contrárias à deposição do governo civil têm sido duramente reprimidas pelas FA e resultaram, até o início de 2023, em mais de 1400 mortos e cerca de 8500 detidos – entre políticos, jornalistas e ativistas de direitos humanos. Estão em vigor restrições à liberdade de imprensa, de movimento e de acesso à Internet. A oposição à junta formou, em 16/4/2021, governo de união nacional (*National Unity Government* – NUG) e, em 5/5/2021, instituiu força paramilitar – intitulada Força de Defesa do Povo (PDF) – para combater o *Tatmadaw*. O PDF contaria com integrantes de grupos étnicos armados, que há décadas combatem o governo central, e com ativistas da resistência organizada a partir do golpe.

Em 30/12/2022, corte da junta militar apresentou novo veredito, que condenou San Suu Kyi, de 77 anos, a sete anos de prisão, condenação que vem somar-se a diversas outras, cujas penas já totalizam 33 anos de condenações por tribunais militares.

Reação da ASEAN

Embora a ASEAN tenha a não interferência nos assuntos internos como princípio basilar das relações entre seus membros, a Associação tem buscado engajar-se na solução da crise política, que transbordou para aspectos socioeconômicos e humanitários. Em 24/4/2021, na Cúpula Especial da ASEAN sobre Myanmar, o bloco adotou o “Consenso de Cinco Pontos”, cujos termos incluem cessação imediata da violência; diálogo construtivo entre todas as partes; designação de enviado especial da ASEAN; envio de assistência humanitária pela Associação; e visita do enviado especial da ASEAN a Myanmar para encontrar-se com todas as partes.

Desde então, não se tem logrado avanço significativo das negociações entre ASEAN e Myanmar. Até o momento, apenas a nomeação de enviado especial foi cumprida. Desde a criação do cargo, o enviado especial tem sido o ministro das Relações Exteriores do país que preside a ASEAN. A Indonésia, que assumiu a presidência rotativa em 2023, parece ter a intenção de institucionalizar a posição, ao

estabelecer o Escritório do Enviado Especial a Myanmar. Há certo consenso no CSNU de que a ASEAN deve ter centralidade na mediação da crise.

Desde outubro de 2021, após encontro entre os ministros dos Negócios Estrangeiros da Associação, a ASEAN decidiu não mais convidar representante político de alto nível de Myanmar para participar das cúpulas da ASEAN.

Em 25/7/2022, a Presidência da ASEAN emitiu declaração na qual expressou forte desapontamento com a execução de quatro ativistas da oposição (a primeira aplicação da pena capital em mais de 30 anos), apesar do apelo da Presidência e de países-membros da ASEAN pela reconsideração das sentenças. A Presidência da ASEAN considerou a aplicação das penas capitais altamente repreensíveis e uma falta de vontade para apoiar os esforços pela implementação do Consenso de Cinco Pontos.

Conselho de Segurança das Nações Unidas

Poucas semanas após o golpe de Estado, o CSNU emitiu declaração (S/PRST/2021/5) condenando o uso de violência em Myanmar e expressando continuado apoio à transição democrática no país. Não houve referências a medidas adicionais que poderiam ser adotadas pelo CSNU ou condenação ao golpe.

O CSNU adotou, em 8/12/2021, declaração à imprensa sobre a situação no país. No comunicado, os membros do Conselho expressaram profunda preocupação com as condenações contra a ex-conselheira de estado e o ex-presidente, além de reiterar chamada pela libertação de todos arbitrariamente detidos desde 1/2/2021.

Em 27/7/2022, o CSNU, sob a presidência do Brasil, emitiu declaração à imprensa sobre a situação de Myanmar na qual condenou a execução de ativistas da oposição pelos militares myanmarenses. O CSNU ecoou o pedido do secretário-geral da ONU pela imediata soltura de todos os prisioneiros detidos arbitrariamente, inclusive o presidente Win Myint e a conselheira de Estado Aung San Suu Kyi. Os membros do CSNU reiteraram apoio aos esforços da ASEAN e de sua presidência pela efetiva e completa implementação do Consenso de Cinco Pontos. Conclamaram pela imediata cessação de todas as formas de violência, pleno respeito aos direitos humanos e ao estado de direito e reiteraram apoio à transição democrática em Myanmar.

A única resolução aprovada pelo Conselho de Segurança, em dezembro de 2022, com voto favorável do Brasil, sobre a situação em Myanmar (2669/2022) exige o fim imediato de todas as formas de violência no país; insta Myanmar libertar todas os arbitrariamente presos; reitera o apelo à manutenção das instituições e processos

democráticos e ao diálogo; reconhece o papel central da ASEAN para chegar a solução pacífica; e conclama as autoridades de facto a aterem-se ao Consenso de Cinco Pontos.

Desde então, no entanto, não houve avanços significativos no CSNU, apesar dos sinais de agravamento da violência. Em diferentes oportunidades, não se reuniu consenso entre os membros sobre como e se o CSNU deveria manifestar-se. Alguns membros do CNSU têm alegado serem prematuras manifestações sobre incidentes a respeito dos quais não há possibilidade de verificação independente.

Em que pesem as discussões no CSNU, alguns países já vêm adotando sanções econômicas unilaterais a indivíduos, empresas e outras instituições ligadas à junta militar, incluindo congelamento de ativos e restrição de acesso a recursos. Outros suspenderam projetos de cooperação e assistência oficial ao desenvolvimento.

Crise humanitária no Arracão (*Rakhine*)

Problema mais recente, porém com raízes igualmente profundas e maior repercussão internacional, é a crise humanitária no estado do Arracão: região onde coexistem indivíduos das etnias *Rakhine* (budistas) e *Rohingya* (mulçumanos) e com 78% da população abaixo da linha da pobreza (dobro da média nacional). A partir de 25/8/2017, mais de 1,2 milhão de indivíduos da etnia *Rohingya* buscaram refúgio no Bangladesh, após episódios de violência contra eles perpetrados.

Conquanto o governo de Myanmar tenha firmado, em 2018, memorando de entendimento com o Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a repatriação de refugiados, diversos fatores desencorajam o retorno dos deslocados, como o *status* de apatridia dos *Rohingya* e a falta de liberdade de movimentação, imposta pelas leis vigentes em Myanmar, nos níveis federal, estadual ou municipal.

Acontecimentos recentes

O segundo semestre de 2022 foi marcado pela intensificação da violência do *Tatmadaw* em ataques contra áreas do território de Myanmar fora de seu controle integral. O aumento da violência tem provocado reações internacionais. Em outubro, o Grupo de Ação Financeira Internacional-GAFI reincluiu o país na lista de "jurisdições de alto risco", que requerem monitoramento minucioso de atividades bancárias possivelmente relacionadas a lavagem de dinheiro e financiamento de terrorismo.

Em 16/11/2022, o governo de Myanmar anunciou a anistia de aproximadamente 6.000 prisioneiros políticos, dentre os quais proeminentes políticos oposicionistas e estrangeiros. Estão entre os anistiados a ex-embaixadora do Reino Unido em Myanmar, Vicky Bowman, o nacional australiano Sean Turnell, assessor econômico de Aung San Suu Kyi entre 2016 e 2021, e o cineasta japonês Toru Kubota. Foram libertados, ainda, dois ex-ministros de Estado da gestão de Aung San Suu Kyi, ativistas pró-democracia e o porta-voz da Liga Nacional pela Democracia (NLD), entre outros proeminentes políticos oposicionistas.

POLÍTICA EXTERNA

Até o golpe militar de 2021, Myanmar buscava maior inserção internacional, especialmente a partir de 2016, com a eleição democrática do NLD. Apesar de tentativas de aproximação com o Ocidente, as principais parcerias de Myanmar ocorrem com países asiáticos, como China, Índia, países-membros da ASEAN, Japão e Coreia do Sul. Vários desses países mantêm investimentos de longo prazo em Myanmar, como financiamentos em infraestrutura e a criação de Zonas Econômicas Especiais.

ASEAN

A ASEAN, de que Myanmar é parte desde 1997, constituía espaço privilegiado da atuação diplomática myanmarensse. Além de possuir fronteira com dois dos dez membros da Associação (Laos e Tailândia), há a percepção de que a ASEAN foi generosa ao aceitar Myanmar como membro, em período anterior à redemocratização. No entanto, apesar do princípio da ASEAN de não interferência nos assuntos internos dos países-membros, percebe-se crescente pressão da Associação em relação à crise política em Myanmar desde fevereiro de 2021.

China

A China tem encontrado, nos últimos anos, novos espaços de atuação no país. Na esfera dos investimentos, o apoio da China a grandes projetos de infraestrutura – por meio do Corredor Econômico China-Myanmar (CMEC), parte da *Belt and Road Initiative* (BRI) – tem sido decisivo à aproximação entre os países. A posição geográfica de Myanmar é estratégica para que a China tenha acesso ao Sul e Sudeste da Ásia pelo Oceano Índico.

Em abril de 2022, a China inaugurou corredor de comércio que diminui em 50% o tempo de transporte de produtos chineses até o Oceano Índico. Já em junho de 2022, a China anunciou a conclusão do estudo de viabilidade para o projeto de ampliação do porto de Wan Pong, no rio Mekong. A China planeja, ainda, construir ao menos sete represas no rio Salween. Planejada por empresas chinesas e tailandesas, a represa de Mong Tan, com 7,110 MW, será a maior hidrelétrica de Myanmar.

Japão, Coreia do Sul e Índia

Japão, Coreia do Sul e Índia são importantes investidores no país e, assim como Singapura, destino de preferência dos jovens de Myanmar que têm condições de estudar no exterior. Em termos comerciais, os três países patrocinam ao menos uma Zona Econômica Especial e vinham aumentando os fluxos bilaterais.

Japão, Coreia do Sul e Índia são, ainda, relevantes para Myanmar em termos de cooperação técnica. Tóquio possui a maior carteira de projetos no país, que abrangem desde agricultura a planejamento urbano.

Rússia

Em 2022, a Rússia tornou-se o maior fornecedor de equipamento militar para Myanmar. Em agosto de 2022, o chanceler russo, Sergey Lavrov, visitou Nay Pyi Taw. Em setembro daquele mesmo ano, o presidente do Conselho de Administração do Estado Min Aung Hlaing visitou pela terceira vez em um ano a Rússia, por ocasião do Foro Econômico do Leste, em Vladivostok. Reuniu-se, pela primeira vez, com o presidente Vladimir Putin.

Plano Multilateral

Myanmar participa de cerca de 40 organizações internacionais. Além da ASEAN e da ONU, merece destaque a Iniciativa da Baía de Bengala para Cooperação Econômica e Técnica Multissetorial (*BIMSTEC*), ligação entre o Sul e o Sudeste da Ásia. Outras organizações das quais Myanmar é parte são: o Banco de Desenvolvimento Asiático (*ADB*); a Agência Internacional de Energia Atômica (*AIEA*); o Movimento dos Países Não Alinhados (*MNA*); a Corporação Financeira Internacional (*CFI*), do Grupo Banco Mundial; o G-77; e a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (*UNCTAD*).

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Economia

Com PIB aproximado de US\$ 278 bilhões – em termos de paridade de poder de compra (*PPP*, em inglês) –, a economia de Myanmar vinha apresentando, de 1992 até 2019, taxas de crescimento anual superiores a 5%, com pico 15,3%, em 2004.

Entre os principais impulsionadores dessa expansão acelerada do PIB, destacavam-se (i) exportações de recursos naturais – como gás natural, cereais, produtos de madeira e pedras preciosas (sobretudo jade) –; (ii) Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs); (iii) rápido crescimento dos setores industrial e de serviços – com destaque para a indústria têxtil –; e (iv) aumento da renda e do consumo interno. Entre 2005 e 2017, a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza reduziu-se pela metade.

Desde o início da pandemia, em 2020, e em especial das instabilidades decorrentes do golpe de estado de 1/2/2021, observou-se rápida deterioração da situação econômica no país. De crescimento de 6,5% em 2019, o PIB avançou 3,2% no primeiro ano da pandemia (2020) e recuou quase 18% no primeiro ano com o novo regime militar (2021), a maior recessão já registrada no país. Em 2022, o FMI registrou recuperação de cerca de 2,0%, com estimativa de crescimento de 2,6% em 2023.

Comércio exterior e investimentos estrangeiros

Membro da ASEAN desde 1997, Myanmar dispõe de acesso facilitado aos principais mercados mundiais – Austrália, China, Coreia do Sul, EUA, Índia, Japão, Nova Zelândia e União Europeia –, por meio da rede de acordos mantida pela Associação, tanto para comércio quanto para investimentos. O país também integra a Iniciativa da Baía de Bengala para a Cooperação Técnica e Econômica Multissetorial (*BIMSTEC*), que visa a fomentar o desenvolvimento econômico de seus membros.

Com o objetivo de atrair investimentos estrangeiros e manter o crescimento econômico acelerado, o país vinha envidando esforços para modernizar leis e regulamentos. As leis *Arbitration Law* (2016), *Investment Law* (2017) e *Companies Law* (2018) tiveram por objetivo aumentar a segurança jurídica e previsibilidade para investidores, afrouxar entraves burocráticos e agilizar permissões para negócios.

De acordo com o Diretório de Investimento e Administração de Empresas (*DICA*), os IEDs de empresas estrangeiras somavam, até pouco antes do golpe de 2021, mais de US\$ 83 bilhões e originavam-se de parceiros asiáticos: Singapura,

China, Tailândia, Coreia do Sul, Vietnã, Malásia, Japão e Índia, que juntos correspondiam a quase 90% do capital. Os 10% restantes vinham do Reino Unido e dos Países Baixos.

Estatísticas divulgadas em abril de 2022 mostraram Singapura como o maior investidor estrangeiro no país, com investimentos nas áreas de desenvolvimento urbano, imóveis, energia e indústria. A China, por sua vez, ocupava a segunda posição, com projetos nas áreas de energia e de infraestrutura. Em seguida, a lista apresentava Hong Kong, Coreia do Sul, Taipé, Tailândia, Indonésia e Japão.

Em termos de comércio exterior, estatísticas oficiais de 2021 mostraram um fluxo total de US\$ 30 bilhões, queda de 15% no comparativo anual. Foram US\$ 15,3 bilhões em exportações e US\$ 14,7 bilhões em importações.

No primeiro semestre do ano fiscal 2022-2023, o país registrou fluxo de US\$ 17 bilhões, montante que representa aumento de 21% em relação ao período anterior. Os principais produtos exportados pelo país foram petróleo e gás natural (21,2%); itens de vestuário (16,5%); leguminosas (9,7%); e cereais (8,5%). Os principais destinos foram China, Tailândia, Japão, Índia e EUA. Já os principais produtos importados foram combustíveis (27%); equipamentos de telecomunicações (8,7%); e óleo de palma (7,7%). As principais origens foram China, Japão, Indonésia e Tailândia.

Apesar das sanções impostas a Myanmar por países ocidentais após o golpe de 2021, observa-se não ter havido queda no fluxo de comércio do país desde então.

Comércio Brasil-Myanmar

O Brasil mantém com Myanmar comércio ainda modesto, mas tradicionalmente superavitário. O máximo histórico do comércio bilateral ocorreu em 2016, quando atingiu US\$ 187 milhões.

Em 2022, o comércio bilateral foi de US\$ 76,2 milhões – queda de 9,8% em comparação a 2021. As vendas brasileiras àquele país registraram US\$ 64,4 milhões (queda de 16,4%), enquanto as compras alcançaram US\$ 11,8 milhões (alta de 57,3%). O superávit brasileiro foi de US\$ 52,6 milhões.

Assim como acontece com os demais membros da ASEAN, a pauta exportadora do Brasil para Myanmar é concentrada em produtos do agronegócio. Devido a seu considerável contingente populacional e renda *per capita* em ascensão, até a pandemia e o golpe de estado em fevereiro de 2021, o país enquadrava-se nos mercados com grande potencial para as exportações desse competitivo setor da economia brasileira.

Os principais produtos vendidos pelo Brasil em 2022 foram farelo de soja (65% do total); carnes e miudezas comestíveis (25%); e café torrado (5,6%). Na pauta importadora brasileira, há preponderância de produtos manufaturados, em especial vestuários e casacos, que correspondem a quase 70% da pauta, seguido de calçados (11%), madeira (6,1%) e aparelhos elétricos (4,5%).

Até maio de 2023, o comércio bilateral registrou US\$ 20,4 milhões (+22,9%), com exportações brasileiras de US\$ 14,9 milhões, (+15,5%), importações de US\$ 5,5 milhões (+48,6%) e saldo positivo de US\$ 9,4 milhões

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1057	Fundação do primeiro estado birmanês unificado.
1287	Mongóis conquistam a Birmânia.
1531	A dinastia Toungoo reunifica a Birmânia, com apoio português.
1824-26	Primeira Guerra Anglo-Birmanesa.
1852-53	Segunda Guerra Anglo-Birmanesa.
1885-86	Terceira Guerra Anglo-Birmanesa. Birmânia torna-se província da Índia Britânica.
1937	Reino Unido separa a Birmânia da Índia.
1942	Invasão japonesa.
1945	Reino Unido retoma o controle da colônia.
1948	Birmânia torna-se independente.
1955	Primeiro-ministro birmanês cofunda o Movimento Não Alinhado.
1961-71	O birmanês U Thant é eleito secretário-geral da ONU.
1962	Golpe de Estado dá início a regime militar que duraria até 2011.
1975	Criação da Frente Nacional Democrática e organização de guerrilhas insurgentes.
1988	Intensos protestos pró-democracia, com milhares de mortes.
1989	Decretada lei marcial. Aung San Suu Kyi, líder da Liga Nacional pela Democracia (NLD), é colocada em prisão domiciliar. Mudança do nome do país de Birmânia para Myanmar.
1990	NLD ganha as eleições, declaradas inválidas pelos militares.
1991	Aung San Suu Kyi ganha o Prêmio Nobel da Paz.
1997	Myanmar é admitida na ASEAN.
2006	Inauguração da nova capital, Nay Pyi Taw.
2007	China e Rússia vetam proposta de resolução do Conselho de Segurança que instava o governo a cessar ataques a minorias étnicas e a libertar prisioneiros políticos.
2008	Aprovação da nova Constituição (maio).
2009	Aung San Suu Kyi é condenada a mais 18 meses de prisão domiciliar (agosto).
2010	Ampla vitória do partido de base militar nas eleições gerais realizadas sem a participação de Aung San Suu Kyi, mantida em prisão domiciliar até o fim do pleito (novembro).
2011	Posse do presidente Thein Sein (março).
2012	Eleições parciais para o Parlamento resultam em grande vitória da oposição (NLD) e eleição de Aung San Suu Kyi ao Parlamento (abril).

	Visita do presidente dos EUA, Barack Obama (novembro).
2013	Fim do monopólio estatal da imprensa. Surgem quatro jornais privados (abril).
	Presidente Thein Sein visita Washington (maio).
	Presidente Thein Sein visita a Grã-Bretanha e anuncia que Myanmar irá libertar todos os presos políticos até o final do ano (julho).
2015	Assinatura do Acordo de cessar-fogo de abrangência nacional (<i>Nationwide Ceasefire Agreement</i>), com oito <i>EAO</i> (outubro).
	<i>NLD</i> vence as eleições por grande margem (novembro).
2016	Htin Kyaw, do <i>NLD</i> , assume como presidente e Aung San Suu Kyi é nomeada ministra dos Negócios Estrangeiros, da Casa Civil e conselheira de Estado (março).
2017	Em 25/08/2017, mais de 720 mil myanmarenses da etnia <i>Rohingya</i> buscam refúgio no Bangladesh, após episódios de extrema violência contra eles perpetrados.
2018	Myanmar firma memorando de entendimento com o ACNUR e o PNUD em apoio à criação de condições para retorno dos refugiados no Bangladesh (junho).
	Estabelecimento da Comissão Independente de Investigação (<i>ICOE</i>), para investigar os ataques ocorridos a partir de 25 de agosto de 2017 (julho).
	Fracasso da primeira tentativa de repatriação dos <i>Rohingya</i> refugiados no Bangladesh, mesmo após acordo bilateral (novembro).
2019	Formação da comissão parlamentar para elaborar propostas para revisão da Constituição (fevereiro).
	Myanmar condiciona a repatriação dos <i>Rohingya</i> ao registro no cartão nacional de verificação (CNV), em que são obrigados a autodeclararem-se “bengali”, ainda que consigam comprovar que vivem em Myanmar há, pelo menos, duas gerações (julho).
	Fracasso da segunda tentativa de repatriação dos <i>Rohingya</i> . O governo myanmarensse atribui o insucesso à atuação de organizações não governamentais e de membros do <i>Arakan Rohingya Salvation Army</i> (ARSA), bem como ao descumprimento, segundo Myanmar, por parte do Bangladesh, das normas previstas no acordo bilateral entre os dois países (agosto).
	A pedido da Organização para a Cooperação Islâmica (OCI), a Gâmbia inicia processo contra Myanmar na Corte Internacional de Justiça (CIJ), sob alegação de violações à Convenção para Prevenção e Repressão do crime de Genocídio praticadas, pelo menos desde 2016, contra a etnia <i>Rohingya</i> (novembro).
	A conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, decide chefiar a

	delegação myanmarese que participa das audiências públicas sobre o caso na CIJ (dezembro).
2020	Em antecipação a decisão desfavorável no âmbito da Corte, o governo myanmarese divulga, em 20 de janeiro, relatório da <i>ICOE</i> em que se verificaram apenas crimes de guerra, sem genocídio, inclusive citando membros do <i>Tatmadaw</i> (janeiro).
	Em 23 de janeiro, a CIJ atende pedido da Gâmbia e adota medidas cautelares que demandam que, enquanto o julgamento do caso não for concluído, Myanmar não cometa atos de genocídio contra os <i>Rohingya</i> e relate regularmente a implementação dessa ordem (janeiro).
	O Parlamento rechaça as propostas de emenda à Constituição elaboradas pela comissão parlamentar. Entre elas, destacam-se a possibilidade de que a conselheira de Estado Aung San Suu Kyi assumisse a presidência do país; e a gradual redução do número de parlamentares indicados pelo <i>Tatmadaw</i> (março).
	A despeito dos apelos de cessar-fogo feitos pelo secretário-geral da ONU e pela comunidade internacional, as tensões entre grupos militares e o governo aumentam, desde fins de março. Entre as vítimas civis, ataque a tiros contra veículo da OMS que transportava amostras para testes da COVID-19 provocou a morte do motorista (abril).
	<i>NLD</i> vence as eleições por grande margem (novembro).
2021	O <i>Tatmadaw</i> decreta estado de emergência e detêm a conselheira de estado Aung San Suu Kyi, líder <i>de facto</i> daquele país, e o presidente Win Myint, juntamente com outras autoridades e ativistas (fevereiro).
	A oposição forma o Governo de União Nacional (<i>National Unity Government</i>) (abril).
	A ASEAN adota o “Consenso de Cinco Pontos” (abril).
	O chanceler do Brunei, Erywan Yusof, é designado enviado especial da ASEAN para Myanmar (agosto).
	O chanceler do Camboja, Prak Sokhonn, é designado enviado especial da Presidência da ASEAN para Myanmar (dezembro).
	Primeiras sentenças condenatórias contra Aung San Suu Kyi (dezembro).
	A singapurense Noeleen Heyzer inicia os seus trabalhos como enviada especial do secretário-geral da ONU para Myanmar, sem poder visitar o país (dezembro).
2022	Visita do primeiro-ministro do Camboja, Hun Sen, a Myanmar (janeiro)

O chanceler do Camboja e EE da Presidência da ASEAN, Prak Sokhonn, visita Myanmar (março).
A ex-conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, é transferida da prisão domiciliar para presídio (junho).
O chanceler do Camboja e EE da Presidência da ASEAN, Prak Sokhonn, visita Myanmar (junho).
A junta militar de Myanmar anuncia a execução de quatro ativistas da oposição, primeira aplicação da penal capital no país em mais de trinta anos (julho).
O CSNU, sob a presidência de turno brasileira, emite a nota à imprensa SC/14986 a respeito da execução dos ativistas (julho).
A ex-conselheira de Estado, Aung San Suu Kyi, 77 anos, recebe novas condenações por tribunal especial, elevando a 33 anos a sua pena de prisão (agosto, setembro e dezembro).

CRONOLOGIA BILATERAL	
-----------------------------	--

1982	Estabelecimento de relações diplomáticas
1994	Visita ao Brasil do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Nyunt Swe
1996	Abertura da Embaixada de Myanmar em Brasília
2000-08	Mandato do professor Paulo Sérgio Pinheiro como relator especial sobre a situação dos direitos humanos em Myanmar
2001	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Khin Maung Win
2007	Visita ao Brasil do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Maung Myint
	Participação do vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, Kyaw Thu, na III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em Brasília
2008	Participação do ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Nyan Win, na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em Brasília (novembro)
2010	Decretada a criação da Embaixada do Brasil em Yangon (janeiro)
	Apresentação de credenciais do embaixador José Carlos da Fonseca Júnior e primeira visita a Nay Pyi Taw (novembro)
2011	O então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Antonio Patriota, e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Myanmar, Wunna Maung Lwin, participam de almoço à margem da XIX Cúpula da ASEAN, em Bali (novembro)
2012	A subsecretária-geral Política-II do MRE lidera a primeira missão de alto nível do Brasil ao país e assina o Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas, primeiro instrumento bilateral (fevereiro)
	Vice-presidente de Myanmar visita o Brasil para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, à margem da qual manteve encontro com o então vice-presidente da República, Michel Temer (junho)
	Brasil doa US\$ 120 mil como assistência humanitária para a crise no estado de <i>Rakhine</i> , por meio do ACNUR (setembro)
2013	Visita do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Antonio Herman Benjamin, em que foram tratados temas relativos a cooperação judiciária e questões ambientais (julho)
	Visita do diretor da ABC, com técnicos da Universidade Federal de Lavras (UFLA) e do Instituto Butantan, para estabelecimento do programa para aprimorar metodologias e técnicas de produção de

	soro antiofídico (agosto)
2015	Visita do ministro da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural de Myanmar, U Ohn Myint (maio).
	II Reunião de Consultas Políticas, em Brasília (agosto).
2018	Vinda ao Brasil do ministro dos Recursos Naturais e Conservação Ambiental, Ohn Winn, na condição de chefe de delegação, para participar do 8º Fórum Mundial da Água, em Brasília (março) .
	III Reunião de Consultas Políticas, em Nay Pyi Taw (agosto).
2021	O embaixador do Brasil em Myanmar, Carlos Paranhos, apresenta credenciais ao presidente Win Myint (janeiro).
2022	Assinatura do Ajuste Complementar para a implementação do projeto “Melhoramento de metodologias e técnicas de produção de soro antiofídico em Myanmar – fase II: qualidade do antiveneno”, tendo como signatário, pela parte brasileira, o diretor da ABC, embaixador Ruy Pereira, e, pela parte myanmarensse, o embaixador de Myanmar em Brasília Myo Tint (março).
	O embaixador Carlos Paranhos visitou Nay Pyi Taw de 30/05 a 01/06/2022, tendo sido recebido pelo chanceler Wunna Maung Lwin e por vários diretores-gerais.
	O novo embaixador de Myanmar em Brasília, Aung Kyaw Zan, apresenta suas cartas credenciais ao vice-presidente da República. (novembro).
	Libertação de 13 nacionais brasileiros mantidos em situação de trabalho análoga à escravidão por grupos criminosos na fronteira de Myanmar (dezembro).

ACORDOS BILATERAIS			
TÍTULO	DATA DE CELEBRAÇÃO	ENTRADA EM VIGOR	PUBLICAÇÃO
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República da União de Myanmar para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	27/02/2012	27/02/2012	21/05/2012
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar sobre a Isenção de Visto em Favor de Nacionais Portadores de Passaportes Diplomáticos e Oficiais	27/08/2015	26/09/2015	17/09/2015
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da União de Myanmar	29/07/2013	29/08/2018	11/04/2019

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM YANGON

Candidato: GUSTAVO ROCHA DE MENEZES

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Gustavo Rocha de Menezes**

Nascido no Rio de Janeiro, em 1967, o ministro de primeira classe Gustavo Rocha de Menezes é graduado em Economia, pela PUC-Rio, e pós-graduado em Relações Internacionais, pela PUC-Rio, e em Política Econômica Internacional, pela London School of Economics and Political Science, Universidade de Londres.

Ingressou no Instituto Rio Branco em 1994 e iniciou a sua carreira diplomática em 1995. Trabalhou na Divisão de América Meridional II (1996), no Departamento de Américas (1997-1998), na Secretaria-Geral (1998-2000), na Divisão de China e Mongólia (2011-2016), no Gabinete do Ministro de Estado (2020-2021) e no Gabinete do Ministro da Saúde (2021-2022).

Serviu nas Embaixadas em Londres (2000-2003), Santiago (2003-2006) e Pequim (2006-2011). Foi Cônsul-Geral Adjunto no Consulado-Geral em Barcelona (2016-2019) e ministro-conselheiro na Embaixada em Roma (2019) e na Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2019-2020), além de encarregado de negócios na Embaixada no Kuaite (2023).

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E MYANMAR

(elaborado com base em informações recebidas do Embaixador Carlos Antonio da Rocha Paranhos, antecessor no posto)

I – Relações diplomáticas

1. As relações diplomáticas entre Brasil e Myanmar foram estabelecidas em 1982. Myanmar mantém embaixada em Brasília desde 1996, a única na América do Sul. O estabelecimento da representação seguiu-se à visita a Brasília, em outubro de 1994, do então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros, U Nyunt Swe. A Embaixada do Brasil em Yangon foi criada em 2010. Motivou a decisão brasileira o fato de Myanmar apresentar população numerosa (55 milhões de habitantes), recursos naturais abundantes e localização estratégica, com possibilidade de conexão entre Índia e China, sem passagem pelo Estreito de Málaca.
2. No que se refere a visitas bilaterais, pelo lado de Myanmar, o vice-presidente da República Sai Mauk Kham realizou visita ao Brasil, em 2012 e o ministro da Pecuária, Pesca e Desenvolvimento Rural, Ohn Myint, em 2015. O ministro dos Recursos Naturais e da Conservação Ambiental myanmarenses, Ohn Win, esteve no Brasil em 2017, em missão organizada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e, novamente em 2018, para participar do VII Fórum Mundial da Água, em Brasília. Pelo lado brasileiro, o então ministro da Agricultura, Blairo Maggi, visitou Myanmar em 2016.
3. Foram assinados acordos bilaterais nas áreas de cooperação técnica e isenção de vistos. Em 2012, foi estabelecido mecanismo bilateral de consultas políticas. A terceira, e mais recente, reunião do mecanismo foi realizada em Nay Pyi Taw, em agosto de 2018. À margem da reunião de consultas políticas, o chefe da delegação brasileira foi recebido pela então conselheira de Estado e ministra dos Negócios Estrangeiros, Aung San Suu Kyi.
4. Nos últimos três anos, o relacionamento bilateral foi atípico, marcado, de um lado, pelo isolamento do país em decorrência da pandemia da COVID-19, e, de outro, pelo impacto da tomada de poder pelos militares, em fevereiro de 2021. O Brasil tem buscado acompanhar com atenção os desdobramentos em Myanmar e tem mantido expectativa de retorno do país à normalidade democrática.
5. Não tem havido problemas de acesso ou de interlocução com as autoridades locais, que valorizam o fato de não ter o Brasil adotado medidas de distanciamento ostensivo no plano diplomático nem reduzido o nível de sua representação no país. Exemplo de tal apreço foi a colaboração das autoridades myanmarenses para o desenlace positivo concernente à situação dos brasileiros retidos em situação análoga à de escravidão no complexo de "KK Park".
6. As autoridades locais mantiveram o interesse em atender a pedidos de apoio a pleitos brasileiros em organismos internacionais, bem como em explorar novas modalidades de cooperação. A presença do Brasil como membro não permanente do Conselho de Segurança tem levado as autoridades locais a solicitar com frequência o apoio do Brasil em debates sobre a situação de Myanmar no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e no Conselho de Direitos Humanos (CDH).
7. No relacionamento bilateral, convém mencionar a denúncia unilateral de Myanmar, em 2020, do Acordo de Isenção de Vistos para Portadores de Passaporte Diplomático. As autoridades myanmarenses justificaram a "suspenção de sua

aplicabilidade" (nunca reconheceram a denúncia) com bases nas circunstâncias extraordinárias ensejadas pela pandemia de COVID-19. Mesmo em cenário de redução do risco, permanecem, no entanto, as dificuldades relacionadas à concessão de vistos para funcionários diplomáticos e administrativos designados para servir na Embaixada em Yangon.

II – Relação econômico-comercial

1. As relações comerciais bilaterais são modestas e tradicionalmente superavitárias para o Brasil, conforme se observa no fluxo comercial registrado em 2022. No período, as exportações brasileiras para Myanmar corresponderam a USD 64,4 milhões, volume 16% inferior ao exportado em 2021 (USD 76,9 milhões). A pauta exportadora brasileira para Myanmar, em 2022, foi majoritariamente integrada por resíduos de soja (USD 41,8 milhões, ou 60% do total exportado), miúdos bovinos (USD 15,9 milhões), café solúvel (USD 3,6 milhões), farinhas de peixes (USD 2,8 milhões) e calçados de borracha ou plástico (USD 2,1 milhões). Juntos, esses cinco produtos representaram 98% dos produtos exportados pelo Brasil a Myanmar.
2. As importações brasileiras de Myanmar atingiram, por sua vez, USD 11,8 milhões, valor 56% superior ao registrado em 2021 (USD 7,5 milhões) e semelhante ao recorde histórico de 2020 (USD 11,8 milhões). Os principais produtos importados foram vestuário para bebês (USD 3 milhões), casacos femininos (USD 2,6 milhões) e calçados de borracha ou plástico (USD 1 milhão). Todos esses produtos apresentaram aumento significativo nas vendas entre 2021 e 2022 (130%, 67% e 394%, respectivamente).
3. A embaixada conta com um Setor de Promoção Comercial (SECOM) ativo, que procura manter interlocução permanente com operadores de comércio exterior no país e no Brasil, respondendo a consultas específicas a respeito de produtos e empresas brasileiras, bem como sobre eventuais restrições a importações no mercado local. O SECOM mantém boletim regular de informação a respeito de empresas brasileiras interessadas em explorar oportunidades de comércio com empresas locais. Estão encaminhadas, ainda, tratativas para a renovação do guia "Como Exportar" para Myanmar, cuja última edição data de 2019.
4. Myanmar ocupa posição acessória para as exportações brasileiras direcionadas ao Sudeste Asiático. Também da perspectiva de Myanmar, o intercâmbio comercial com o Brasil é ainda modesto. A deterioração da economia myanmarensse após a tomada de poder pelos militares, as restrições impostas à importação de determinados produtos, como equipamentos de uso dual, a competição com fornecedores de países da região (muitos dos quais contam com certas tarifas de importação zeradas) e as dificuldades criadas pelo ambiente regulatório local são alguns dos fatores que têm dificultado o crescimento das exportações brasileiras para o país.
5. Com relação à visibilidade de produtos brasileiros em Myanmar, a empresa privada Myanmar Airways International (MAI), a maior do país, conta com 3 aeronaves Embraer-190 em sua frota, em regime de "leasing". A empresa estatal Myanmar National Airways (MNA) mantém uma aeronave EMB-190 em sua frota, sem perspectiva a curto prazo de novas aquisições. A embaixada tem buscado explorar a possibilidade de ampliar a presença de aviões da Embraer no mercado local. Com

a gradual retomada dos voos comerciais no país após a pandemia de Covid-19, é possível que a MAI venha a demonstrar interesse na ampliação de sua frota.

III – Cooperação Técnica

1. Foi assinado, em outubro de 2022, o Ajuste Complementar para a implementação do projeto Melhoramento de Metodologias e Técnicas de Produção de Soro Antiofídico em Myanmar - fase II: qualidade do antiveneno, pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e pelo Instituto Butantã, do lado brasileiro, e pelo Ministério da Indústria e pela "Pharmaceutical Factory Insein", do lado myanmarensse. Trata-se de projeto importante para Myanmar, que ainda registra número considerável de vítimas (muitas fatais) de picadas de cobras, e emblemático para toda a região do Sudeste Asiático.
2. Não houve avanços nas negociações com as autoridades locais para a conformação de projeto de cooperação na área de estatísticas laborais, que envolveria, do lado brasileiro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e, do lado myanmarensse, o Ministério do Trabalho, População e Imigração (MOLIP). A ausência de avanços poderia estar relacionada à indisponibilidade momentânea do IBGE, em razão da realização do Censo 2022-2023, e à atual situação política em Myanmar.
3. Desde a aprovação do pleito do Brasil de tornar-se Parceiro de Diálogo Setorial da ASEAN, Myanmar tem demonstrado grande interesse em beneficiar-se de cooperação técnica bilateral no âmbito do Comitê Conjunto Brasil-ASEAN de Cooperação Setorial. A quantidade e a variedade de temas elencados pelo lado myanmarensse indicam perspectivas positivas para a área de cooperação bilateral nos próximos anos. Porém, o lado brasileiro avalia com cautela as propostas recebidas, tendo presente dificuldades que possam decorrer do contexto político atual naquele país.

IV – Temas culturais

1. O isolamento de Myanmar durante cerca de dois anos em razão da pandemia de COVID-19, agravado pela repressão política após o golpe militar, que levou à adoção de toque de recolher nos centros urbanos, provocou a paralisação das atividades culturais no país. No âmbito do corpo diplomático, verificou-se cessação completa de atividades culturais.
2. Apesar das limitações descritas, a embaixada realizou, em 2021 e 2022, recepções para celebrar a data nacional, com boa participação de convidados locais.
3. No que se refere a redes sociais, a embaixada conta com cerca de 3 mil seguidores em sua página do "Facebook", a ferramenta mais utilizada pela população local. Recentemente, foi inaugurado perfil do posto no "Instagram", rede ainda não tão difundida em Myanmar, mas em notável ascensão. Dada a quase inexistência de nacionais brasileiros residentes no país, as postagens da embaixada focam em temas culturais e comerciais e contam sempre com textos em myanmarensse e em português.

V – Temas consulares

1. Na área consular, o principal desafio enfrentado pela embaixada nos últimos anos foi a descoberta da existência de nacionais brasileiros levados para Myanmar (via Tailândia) para trabalhar em condições análogas às de escravidão. Tratava-se de jovens aliciados no Brasil para trabalhar em serviços prestados via internet, com promessas de bons salários na Tailândia. Ao chegar a Bangkok, eram, no entanto, levados via terrestre para Myanmar, obrigados a trabalhar cerca de 14 horas por dia em operações de "scamming" em complexo mantido por rede criminosa e submetidos a ameaças de violência física e psicológica. A embaixada atuou junto a autoridades locais para a soltura dos brasileiros, o que resultou na libertação de 13 nacionais, que foram devidamente alocados em voos de retorno ao Brasil, com passagens aéreas autorizadas e custeadas pelo MRE.
2. Ademais, a maior demanda do setor consular tem sido na área de vistos para myanmarenses que desejam visitar o Brasil. Na maior parte dos casos, os requerentes solicitam vistos para questões profissionais ou religiosas. É baixo o número de pedidos de visto para turismo, fato compreensível, dados os elevados custos de voos para o Brasil e a atual situação econômica do país. O número de turistas brasileiros em Myanmar, por sua vez, diminuiu sensivelmente após a pandemia de COVID-19 e o golpe militar. Até 2019, o número de nacionais que visitavam o país variava entre 2 mil e 4 mil por ano. Em 2021, houve registro de apenas 22 ingressos de brasileiros em Myanmar.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE)¹**VISÃO**

Ser reconhecido pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática do mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a política externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior;
3. Promover serviços consulares de qualidade;
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais;
6. Intensificar a promoção dos produtos, da tecnologia, da imagem e da cultura brasileiros;
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior;
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos baseia-se no PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência, capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, ao promover e administrar, com integridade e visão global, as relações do Brasil com Myanmar, em todos os seus âmbitos e níveis; ao defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros em Myanmar, por intermédio de atuação diplomática de excelência; e ao prestar contas ao governo brasileiro, aos entes federados interessados, ao Congresso Nacional e à opinião pública em geral sobre todos os aspectos atinentes à relação do Brasil com aquele país.

MISSÃO DO POSTO

Contribuir com insumos para o planejamento e a execução com excelência da política externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações com Myanmar, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro que resida ou visite o país asiático.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Acompanhar a situação política interna de Myanmar, até que se verifique pleno retorno à normalidade democrática;
2. Ampliar as relações econômicas do Brasil com Myanmar, identificando oportunidades e interesses, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
3. Promover a imagem do Brasil em Myanmar;
4. Oferecer serviços consulares com qualidade e rapidez para a comunidade brasileira;
5. Ampliar a influência do Brasil nos processos de decisão internacionais;
6. Fortalecer as relações bilaterais e com blocos regionais, em especial a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), da qual Myanmar é membro;
7. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros em Myanmar;
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE
 (Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - Promoção de comércio e investimentos

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- 1) Incrementar e diversificar o comércio do agronegócio com Myanmar**
 - *Realização de gestões contínuas, junto ao governo de Myanmar, com vistas a superar obstáculos que possam prejudicar as exportações brasileiras ao país, como licenças e quotas de importação;*
 - *Realização de gestões para viabilizar visitas técnicas, presenciais ou virtuais, a estabelecimentos brasileiros, com vistas à habilitação para exportar ao mercado myanmarensse, quando for o caso;*
 - *Desenvolvimento de atividades de inteligência comercial para identificação de novos nichos de mercado para produtos do agronegócio, realização de eventos de promoção de produtos brasileiros com potencial de expansão no mercado de Myanmar, como carnes, açúcar, algodão, assim como maquinário agrícola, dentre outros.*
- 2) Promover a exportação de produtos brasileiros de maior valor agregado ao mercado myanmarensse**
 - *Apoio à realização de missões empresariais, de lado a lado;*
 - *Realização de eventos de promoção comercial de produtos da indústria nacional, como aviação civil, autopeças, máquinas e equipamentos do setor agrícola, bem como produtos da agroindústria, em consulta junto a associações setoriais e à ApexBrasil;*
 - *Atividades de inteligência comercial, para identificação de novos nichos e oportunidades de exportação de bens industrializados;*
- 3) Apoiar a projeção internacional do sistema brasileiro de ciência, tecnologia e inovação em Myanmar**
 - *Promoção da imagem do Brasil como nação inovadora e engajamento entre parceiros brasileiros e myanmarenses, por meio de eventos de promoção e apoio a missões de lado a lado, entre outros;*
 - *Mapeamento de ambientes promotores da inovação;*
- 4) Fomentar a aproximação entre o Brasil e a ASEAN e entre o MERCOSUL e a ASEAN**
 - *Acompanhamento de iniciativas brasileiras na qualidade de parceiro de diálogo setorial da ASEAN;*
 - *Elaboração de informações regulares sobre oportunidades de negócios no âmbito da ASEAN;*
 - *Elaboração de subsídios sobre as perspectivas de inclusão da ASEAN nos debates nacionais e do MERCOSUL sobre ampliação de acordos comerciais extrazonal;*
 - *Ações de fomento e participação em diálogos com embaixadores de países da ASEAN residentes em Yangon.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de promoção do comércio do agronegócio

(Nº de gestões realizadas junto a entidades setoriais, reuniões de alinhamento com a ApexBrasil, ações aprovadas e realizadas durante a gestão / Nº de gestões realizadas, reuniões de alinhamento com a ApexBrasil, ações aprovadas e realizadas na gestão anterior) x 100.

Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

2) Índice de acesso ao mercado myanmarenses de produtos de maior valor agregado

(Nº de gestões junto ao governo de Myanmar e junto a importadores locais com vistas a estimular a exportação de produtos de maior valor agregado durante a gestão + número de atendimentos a empresas brasileiras exportadoras e myanmarenses importadoras / Nº de gestões junto ao governo e a importadores locais com vistas a estimular a exportação de produtos de maior valor agregado a Myanmar + número de atendimentos a empresas brasileiras exportadoras e myanmarenses importadoras, caso aplicável, durante a gestão anterior) x 100.

Resultados estão relacionados a decisões empresariais.

3) Índice de ações de promoção em ciência, tecnologia e inovação

(Nº de ações de promoção em ciência, tecnologia e inovação durante a gestão / Nº de ações de promoção em ciência, tecnologia e inovação durante a gestão anterior) x 100.

4) Número de reuniões, gestões e outras ações sobre cooperação econômico-comercial entre o Brasil e a ASEAN e entre o MERCOSUL e a ASEAN durante a gestão.

(Nº de participação em reuniões, gestões e outras ações sobre cooperação econômico-comercial entre o Brasil (ou MERCOSUL) e a ASEAN realizadas durante a gestão / Nº de participação em reuniões, gestões e outras ações sobre cooperação econômico-comercial entre o Brasil (ou MERCOSUL) e a ASEAN realizadas na gestão anterior) x 100.

II - Relações políticas bilaterais

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Contribuir para o fortalecimento do diálogo bilateral entre Brasil e Myanmar

- *Manter abertos canais de diálogo político e diplomático com Myanmar, até a superação da situação política interna atual.*

2) Conservar a interlocução entre as duas chancelarias

- *Manutenção de canais regulares de diálogo com o governo myanmarenses, por meio do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Myanmar;*

- *Prestação de apoio a processos de negociação, renegociação e troca de informações sobre a entrada em vigor de atos bilaterais que promovam a cooperação entre Brasil e Myanmar, quando cabível.*

3) Acompanhar e relatar, do ponto de vista dos interesses do Brasil, as atividades de política interna e externa de Myanmar

- *Elaboração regular de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre as atividades, o processo decisório e as tendências da política interna e externa de Myanmar, inclusive em suas vertentes de segurança e defesa, comércio e investimentos, inovação e tecnologia, energia, meio ambiente e desenvolvimento sustentável, saúde pública e direitos humanos, entre outras;*
- *Elaboração de materiais informativos que correspondam a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos;*
- *Realização de visitas/reuniões/encontros/eventos envolvendo observadores e atores políticos locais com participação da Embaixada, quando cabível.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de realização de reuniões em mecanismos bilaterais

(Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas durante a gestão / Nº de reuniões em mecanismos bilaterais realizadas na gestão anterior) x 100

2) Índice de interlocução com a chancelaria myanmarensse

(Número de gestões junto à chancelaria myanmarensse, durante a gestão/Número de gestões junto à chancelaria myanmarensse, na gestão anterior) x 100

3) Número de telegramas do posto sobre temas de política interna e externa de Myanmar, bem como sobre outros assuntos de interesse para a Política Externa Brasileira, por ano

III - Atuação junto a organismos regionais ou multilaterais, incluindo candidaturas, reuniões oficiais e programas de cooperação

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Contribuir para a maior aproximação do Brasil com a ASEAN, no âmbito da parceria de diálogo setorial com a Associação

- *Manutenção de canais regulares de diálogo e interação com o governo myanmarensse sobre a ASEAN;*
- *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre os interesses e oportunidades brasileiras junto à ASEAN;*

- *Prestação de apoio a processos de negociação de cooperação técnica entre o Brasil e Myanmar, nas áreas prioritárias da parceria de diálogo setorial com a ASEAN.*

2) Contribuir para a atuação do Brasil em organismos multilaterais que contam com Myanmar entre seus membros

- *Elaboração de materiais de registro e análise que permitam ao governo brasileiro manter-se informado sobre a atuação de Myanmar em dossiês regionais e internacionais, inclusive como subsídio para a participação brasileira no Conselho de Segurança da ONU no biênio 2022-2023;*
- *Elaboração de materiais de registro e análise sobre temas de interesse relativos às atividades desempenhadas por Myanmar em foros multilaterais, como a ONU e seus órgãos, agências e programas especializados, como o Conselho de Direitos Humanos, a Organização Mundial do Comércio, a Organização Mundial da Saúde, a UNESCO, a ASEAN e outros;*
- *Diálogo com representantes governamentais myanmarenses sobre iniciativas e projetos de resolução de potencial interesse mútuo em organismos multilaterais.*

3) Apoiar candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais que contam com Myanmar entre seus membros.

- *Realização de gestões para buscar o apoio do governo de Myanmar a candidaturas e posições brasileiras em organismos multilaterais, inclusive nos casos de proposta de troca de votos.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Número de expedientes telegráficos e gestões do posto sobre o tema ASEAN por ano

2) Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas multilaterais por ano

3) Índice de apoio myanmarensse a candidaturas apresentadas pelo Brasil a organismos multilaterais

(Nº de indicações positivas de apoio myanmarensse a candidaturas brasileiras a organismos multilaterais no ano / Nº de solicitações brasileiras apresentadas à parte myanmarensse para apoio a candidaturas a organismos multilaterais no ano) x 100

IV - Promoção da imagem do Brasil, da cultura brasileira e do turismo

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

1) Ampliar a difusão da cultura brasileira junto à sociedade myanmarensse e diversificar as referências culturais brasileiras para além de manifestações já consagradas

Na medida em que a situação política interna permita:

- *Apoio à difusão do português e da cultura brasileira;*
- *Apoio à organização regular de festival de cinema brasileiro e à inserção brasileira em outros festivais de cinema;*
- *Promoção de eventos de música e dança brasileira, clássica e popular, e apoio a festivais que contem com a participação de músicos brasileiros;*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em língua birmanesa, em especial ao público infanto-juvenil, diversificando as referências sobre o país;*
- *Fomento à criação de atividades culturais que envolvam a língua portuguesa, como concurso de tradução;*
- *Fomento à produção de conteúdo sobre o Brasil em diferentes meios (livros, áudios, filmes, seminários e eventos);*
- *Fomento à ida de artistas brasileiros conhecidos em Myanmar para realizarem apresentações;*
- *Fomento ao conhecimento mais amplo da música brasileira junto ao público local;*
- *Avaliação da conveniência de incentivo à criação de programa de rádio para a difusão da cultura brasileira.*
- *Elaboração de estudo preliminar de viabilidade de criação de Núcleo ou Centro de Cultura Brasileira*

2) Promover a indústria cultural e criativa brasileira

- *Diversificar as ações no campo da economia criativa, tanto pela promoção dos serviços e produtos brasileiros, quanto por projetos de cooperação e cocriação;*
- *Apoio à divulgação de design e arquitetura nacional.*

3) Intensificar a promoção da imagem do Brasil

- *Na medida em que a situação política interna permita, realização de eventos de promoção da imagem do Brasil na Embaixada, inclusive conjugados com atividades de promoção comercial para divulgação de produtos brasileiros, bem como com atividades culturais especiais.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

1) Índice de realização de eventos de cinema, música, dança e literatura brasileiros

(Número de eventos organizados pelo posto na gestão / Número de eventos na gestão anterior) x 100

2) Número de ações de promoção da indústria cultural e criativa brasileira aprovadas e realizadas durante a gestão

3) Índice de promoção comercial da indústria cultural e criativa

Número de ações de promoção comercial aprovadas e realizadas, reuniões com empresas e entidades setoriais e reuniões realizadas durante a gestão

V - Cooperação para o desenvolvimento sustentável e a proteção ao meio ambiente

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) **Promover a cooperação com Myanmar em áreas já identificadas e prospectar novas oportunidades de cooperação em meio ambiente, desenvolvimento sustentável, energias renováveis (biocombustíveis), bem como na área de manejo florestal sustentável, inclusive em parceria com terceiros países**
 - *Realização de reuniões para tratar de possibilidades de cooperação em meio ambiente, desenvolvimento sustentável e desenvolvimento de energias renováveis;*
 - *Divulgação e difusão de informações sobre iniciativas brasileiras em matéria de proteção ambiental, inclusive nas áreas de biodiversidade e bioeconomia.*
- 2) **Fortalecer diálogo com o governo myanmarensse sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris**
 - *Elaboração de materiais de registro e análise sobre os impactos ambientais e geopolíticos dos efeitos da mudança do clima em Myanmar;*
 - *Incentivo ao estabelecimento de diálogo entre negociadores myanmarenses e brasileiros sobre a implementação do Protocolo de Quioto e do Acordo de Paris, além de estímulo à coordenação de posições antes de grandes eventos internacionais relacionados ao clima.*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) **Número de realização de reuniões e gestões bilaterais sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável durante a gestão**
- 2) **Número de expedientes telegráficos do posto sobre temas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável por ano**

VI - Cooperação técnica

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) **Promover a cooperação técnica com Myanmar em áreas já identificadas e prospectar novas oportunidades de cooperação técnica, como, por exemplo, agricultura, tecnologia, dentre outros**
 - *Realização de reuniões bilaterais, presenciais ou remotas, para tratar de possibilidades de cooperação técnica em agricultura, saúde, técnicas laborais e tecnologia, assim como prospectar a possibilidade de novas áreas para cooperação.*
 - *Realização de reuniões bilaterais, presenciais ou remotas, para tratar de possibilidade de cooperação nas áreas identificadas pelo governo myanmarensse como de interesse no âmbito do Comitê Conjunto Brasil-ASEAN de Cooperação Setorial.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões bilaterais sobre cooperação técnica realizadas durante a gestão e eventual identificação de novas áreas para cooperação.**

VII - Cooperação em educação, saúde e defesa**i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) Promover a variante brasileira da língua portuguesa**
 - *Apoio à difusão da variante brasileira da língua portuguesa e da difusão da cultura brasileira, por meio de ações variadas;*
 - *Apoio à produção de material didático para o ensino da variante brasileira do português para estrangeiros (incluindo a modalidade de ensino à distância).*
- 2) Ampliar o diálogo com Myanmar para o desenvolvimento, produção e aquisição de vacinas, medicamentos e equipamentos médicos, com especial ênfase no enfrentamento de novas pandemias**
 - *Monitoramento dos avanços realizados por Myanmar em matéria de recepção e desenvolvimento de vacinas, medicamentos e equipamento médico em geral e, sobretudo, no contexto de enfrentamento de pandemias;*
 - *Apoio à interlocução construtiva do governo myanmarensse com autoridades sanitárias brasileiras;*
 - *Identificação de outras possibilidades de cooperação no combate a pandemias, como importação de medicamentos e equipamentos de proteção individual;*
 - *Apoio a entes federativos e autoridades brasileiras que venham a buscar informações sobre o tema ou que manifestem interesse em cooperar com parceiros myanmarenses para a aquisição ou produção de vacinas, medicamentos e material médico-hospitalar.*

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Promover a variante brasileira da língua portuguesa**

Número de ações realizadas para produção de material com a variante brasileira do português.

- 2) Ampliar o diálogo com Myanmar para o desenvolvimento, produção e aquisição de vacinas, medicamentos e equipamentos médicos, com especial ênfase no enfrentamento de novas pandemias**

Número de reuniões, gestões e outras ações do posto sobre projetos de cooperação bilateral no campo da saúde, durante a gestão.

VIII - Apoio às comunidades brasileiras no exterior

i) **METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO**

- 1) **Atualizar o mapeamento da comunidade brasileira em Myanmar**
 - *Atualização de informações e registros sobre integrantes da comunidade brasileira no país (número, locais de residência, perfil socioeconômico), incluindo população carcerária.*
- 2) **Ampliar o apoio à comunidade brasileira residente em Myanmar e aperfeiçoar a prestação de serviços consulares**
 - *Ampliação de canais de apoio consular e ampliação da difusão de informações consulares de especial interesse a brasileiros, seja por meio do portal consular do Itamaraty, seja no quadro de campanhas de promoção ao turismo. Aperfeiçoamento da prestação de serviços consulares (emissão de documentos e atos notariais).*

ii) **INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**

- 1) Produção de levantamentos de dados e relatórios sobre a comunidade brasileira
- 2) **Índice de reclamações, comentários e elogios pelo consulente**
 - $$\left(\frac{\text{Nº de reclamações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano por meio de canal de ouvidoria}}{\text{Nº de manifestações decorrentes de iniciativa do consulente recebidas no ano anterior por meio de canal de ouvidoria}} \times 100 \right)$$

RELATÓRIO N° , DE 2023

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 55, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor GUSTAVO ROCHA DE MENEZES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.*

Relator: Senador **MAURO CARVALHO JUNIOR**

É submetido ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz do *Senhor GUSTAVO ROCHA DE MENEZES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República da União de Myanmar.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Seguindo o disposto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.

Nascido no Rio de Janeiro, o indicado, em 1988, concluiu o curso de Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Na mesma instituição, cursou o Mestrado em Relações Internacionais sem defesa de tese. Em 2004, concluiu o Mestrado em Política Econômica Internacional

na Escola de Economia e Ciência Política de Londres. Em 1995, ingressou no Instituto Rio Branco. Frequentou o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas em 2004 e em 2012 concluiu o Curso de Altos Estudos, tendo defendido a tese “As novas relações sino-africanas: desenvolvimento e implicações para o Brasil”, publicada pela Fundação Alexandre Gusmão em 2013.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1995. Em 2000, foi promovido a Segundo-Secretário. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 2005; a Conselheiro em 2009; a Ministro de Segunda Classe em 2014; e a Ministro de Primeira Classe em 2022.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Santiago (2003-06); Primeiro-Secretário, Conselheiro, Ministro-Conselheiro comissionado e Encarregado de Negócios na Embaixada em Pequim (2006-11); Chefe da Divisão de China e Mongólia (2011-16); Cônsul-Geral Adjunto em Barcelona (2016-19); Ministro-Conselheiro em Roma (2019); Ministro-Conselheiro na Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (2019-20); Subchefe do Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores (2020-21); Chefe do Gabinete do Ministro de Estado da Saúde (2021-22).

O diplomata foi agraciado ao longo da carreira com distintas condecorações nacionais.

Em conformidade com as normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a República da União de Myanmar.

Antiga Birmânia, a República da União de Myanmar é um Estado unitário, que está situado no Sudeste Asiático em área considerada estratégica por contar com saída para o oceano Índico e com fronteiras terrestres com Bangladesh, China, Índia, Laos e Tailândia. Além disso, o país, vasto de riquezas naturais, tem população de cerca de 55 milhões de habitantes.

O processo de redemocratização, que sucedeu uma série de conflitos étnicos, foi interrompido no ano de 2021 e o país segue sob regime militar.

Os principais parceiros de Myanmar são países asiáticos: China, Índia, países-membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), Japão e Coreia do Sul. Vários deles mantêm investimentos de longo prazo em Myanmar.

Brasil e Myanmar estabeleceram relações diplomáticas em 1982. O Brasil conta com a única embaixada residente de Myanmar na América do Sul, a qual foi instalada em 1996. Já a abertura da embaixada residente brasileira se deu em 2010, decisão motivada em grande medida pelos atributos desse país que, como dito, conta com localização estratégica e riquezas naturais. Ademais, Myanmar encontrava-se em processo de transição democrática, que levou inclusive a sucessivas vistas de autoridades de lado a lado. Vale o registro de que o Brasil tem acompanhado a situação política do país e demonstrado expectativa de rápido retorno à normalidade democrática.

Há acordos bilaterais em áreas de cooperação técnica e isenção de vistos. No ano de 2012, foi estabelecido mecanismo de consultas políticas, sendo que a terceira e última reunião foi realizada em agosto de 2018.

No campo da cooperação técnica, cabe destacar o programa de assistência a Myanmar na produção de soro antiofídico, implementado por meio do Instituto Butantan, com o fim de treinar especialistas myanmarenses. O Termo de Ajuste Complementar, que deverá levar à implementação da segunda fase do projeto, foi assinado em outubro de 2022.

Há, também, perspectivas de cooperação no âmbito de programas de alimentação escolar e de preparação de censos escolares.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator